This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

LIVRARIA
ECLÉCTICA
C. do Combro, 58
Tel. 2 8663 — LISBOA

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
TUEBOR SCIENTIA VERITAS

LIVRARIA
ECLÉCTICA
C. do Combro, 58
Tel. 2 8663 — LISBOA

PROPERTY OF
University of Michigan Libraries
1817
ARTES SCIENTIA VERITAS

PORTUGAL

E

OS SEUS DETRACTORES

PORTUGAL

E

OS SEUS DETRACTORES

REFLEXÕES A PROPOSITO DO LIVRO DO SR. FERNANDEZ DE LOS RIOS, INTITULADO « MI MISION »

POR

L. A. PALMEIRIM

LISBOA
TYP. DA BIBLIOTHECA UNIVERSAL
DE LUCAS & FILHO
Rua dos Calafates, 93.

1877

DP
666
.F45
P17

63-221520

Ao Ill.mo Ex.mo Sr.

ANTONIO MARIA DE FONTES PEREIRA DE MELLO

EM TESTEMUNHO DE CONSIDERAÇÃO
PELAS SUAS ELEVADAS QUALIDADES DE ESTADISTA, E DE SYMPATHIA
PELA INTEIRESA PATRIOTICA DO SEU CARACTER

Offerece

O Autor.

Ao Ill.mo Ex.mo Sr.

ANTONIO MARIA DE FONTES PEREIRA DE MELLO

O auctor d'este livro é bastante orgulhoso para pôr uma obra sua debaixo da protecção seja de quem fôr, mesmo de pessoa tão nobilitada como V. Ex.ª é, pelas suas qualidades publicas e particulares.

O offerecimento que d'este livro faço a V. Ex.ª significa alguma coisa mais nobre: a crença de que represento a opinião nacional, em um assumpto grave, e em que V. Ex.ª zelou tambem a honra do nome portuguez.

Vai felizmente passado o tempo em que as dedicatorias substituiam os memoriaes de escriptores pedintes, pondo em relêvo a convencional importancia dos Mecenas, e a pobreza intellectual dos requerentes.

Hoje, o escriptor que não souber honrar a sua classe, antepondo a isempção individual a cortezanias villãs, não é digno de tal nome, *nem poderá* bem merecer no conceito dos seus *contemporaneos*.

A franquesa d'esta declaração não attenua, antes engrandece a pequenissima valia do offerecimento que d'este livro faço a V. Ex.ª, de quem sou,

Respeitador e amigo sincero,

L. A. Palmeirim.

DUAS PALAVRAS

«Sustituyamos sabiamente á la esperanza de manãna el recuerdo de ayer, y veamos si tenemos razon en decir á propósito de todo; *Cosas de este paiz.*»

MARIANNO LARRA.

Disse-o um hespanhol, critico espirituoso e profundo, condemnando o sestro dos seus compatriotas de mal ajuisar do que é nacional, servindo-se invariavelmente da phrase banal: *Cosas de este paiz!*

A Portugal póde tambem fazer-se o convite, e dar-se o conselho que o discreto auctor de «UN REO DE MUERTE» do «EL DIA DE DIFUNTOS» e de «LA NOCHE BUENA» julgou opportuno dar aos hespanhoes de 1836, os mesmos homens que ainda até pouco tempo dirigiam os *destinos* da patria, e davam pretexto á desconsoladora expressão: Cosas de este paiz!

A banalidade é o patrimonio do vulgo, e o vulgo constitue a maioria das nações. É pueril descrêr sem argumentar, mas é mais do que puerilidade, é crime, lavrar brincando o epitaphio da terra em que se nasceu.

«*Coisas d'este paiz*» é tambem a phrase desalmada e irreverente com que nós, os portuguezes, fechâmos habitualmente uma conversação sem alcance, ou cerrâmos sem criterio um artigo de jornal; esquecidos de que a calumnia nos espreita, e de que a calumnia tem azas com que transpõe as fronteiras, e lingua que contamina o sangue das victimas que morde.

Vamos responder a um livro, quasi exclusivamente baseado na irreflexão e na facilidade stulta com que a proposito de tudo, e para nos forrarmos ao trabalho de meditar, nos agarrâmos ao estribilho ignobil que Larra fulminou entre os seus, e nós vamos diligenciar reduzir em Portugal ás suas verdadeiras proporções.

Se a imprensa (o vulgo, esse é irresponsavel) não fizesse arma ordinaria das suas polemicas de assumptos que lhe cumpria respeitar, e de coisas que por sagradas deviam estar fóra da alçada das discussões partidarias, teriam faltado ao sr. Fernandez de los Rios os elementos necessarios para escrever o capitulo do seu livro que intitulou «*O Enfermo* do Occidente» provocando-nos a replicar-lhe com o desas-

sombro de quem, por immerecida repelle a injuria, e chama o accusador perante o tribunal da opinião publica.

Este nosso livro não tem pretenções ambiciosas. Inspirou-o o amor da patria, e viza simplesmente a arredar as calumnias que sobre ella pesam, contrapondo argumentos a sophismas, desdens a facecias, estudo a frioleiras, urbanidade a descortesias.

Indigesto como é o livro do sr. Fernandez de los Rios, na fórma, no methodo, na analyse como na synthese das coisas, foi-nos difficil dar a esta nossa replica uma divisão natural que, abrangendo as divagações do nosso antagonista, lhe não deixasse escapar nenhuma pela malha, antes as puzesse bem em evidencia em phrase severa, e em estylo que não excluisse as exigencias litterarias.

Este foi o nosso proposito. Ninguem nos estimulou. Ninguem nos deu auxilio. Ninguem nos prestou conselho.

A responsabilidade toda, inteira e completa deste livro, pertence-nos exclusivamente. Não procurámos documentos estranhos aos que o proprio sr. Fernandez de los Rios nos forneceu para nos distanciarmos, até n'isso, do nosso detractor, e lhe deixarmos intacta a gloria das inconfidencias.

Seguimol-o nas suas perigrinações atravez da *historia* portugueza, notando as preocupaçõe

do politico, e as mesquinhas aberrações do critico; entrámos com o diplomatico no amago das suas desastradas missões; analysámos os tratados de que o negociador pretendia para si a gloria da iniciativa, e demonstrámos que tal honra pertencia de direito aos governos portuguezes.

Estudámos pacientemente as convenções consulares, e d'ellas tirámos a conclusão de que Portugal era innocente no affastamento commercial que separa as duas nações peninsulares.

Não contentes com este escavar no chão escabroso e baldio que o sr. Fernandez de los Rios pretendia haver arroteado, estudámos com a consciencia limpa de odios, mas não com a paciencia que o Evangelho recommenda, todos os papeis avulso com que o diplomatico hespanhol avolumou o seu livro, e entrámos finalmente com o auctor na charneca em que elle se deixou extraviar, insultando com declamações banaes um povo honrado, e uma nação briosa!

N'esta nossa escripta abdicámos completamente das paixões partidarias. Todos os portuguezes são irmãos perante a nossa critica, todos os hespanhoes são honrados na proporção dos seus merecimentos individuaes, excepto aquelles que nos aggravaram com chufas, ou com sarcasmos ousaram vilipendiar-nos.

Para concluir este trabalho affrontámos serias difficuldades, encontrámos por vezes a querer tolher-nos o passo ridiculas e enfatuadas mediocridades, que não poderam demover-nos do proposito de repellir a calumnia, e de restituir á historia patria os fóros de que a insciencia ou maldade pensára esbulhal-a.

A nossa profissão de fé ahi fica exposta com a maxima simplicidade. Não queremos que nos engrinaldem de loiros, mas temos direito a exigir que nos respeitem o sentimento que nos inspirou:

Camões, já disse:

> Eu d'esta gloria só fico contente
> Que a minha terra amei, e a minha gente.

Fazemos nossa a nobre isempção do poeta.

L'Europe n'est point un assemblage fortuit, une simple juxtaposition de peuples, c'est un grand instrument harmonique, une lyre, dont chaque nationalité est une corde et représente un ton. Il n'y á rien d'arbitraire : chacune est nécessaire en elle-même, necessaire par rapport aux autres.

En ôter une seule, c'est altérer tout l'ensemble, rendre impossible, dissonante ou muette, cette gamme des nations.

MICHELET. — *Légendes du Nord.*

CAPITULO I

O que se esperava do livro do senhor Fernandez de los Rios, e o que elle é. As tradicções diplomaticas falseadas pelo representante de Hespanha em Portugal. Como a auctorisação do senhor Soler y Plá não livra o senhor Fernandez de los Rios da accusação de inconfidente. Motivos particulares que atuaram no seu espirito levando-o a escrever o livro. Profissão de fé ácerca dos negocios peninsulares, posteriormente desmentida. Theoria das *suspeitas sem evidencia*. A declaração de que todas as affirmativas do livro intitulado *Mi Mision*, são solidamente apoiadas em auctoridades portuguezas, responde o articulista do «Commercio Portuguez». Má applicação da palavra *miseraveis* aos que desconfiavam da sinceridade do escriptor hespanhol.

É o livro de que vamos tratar um dos documentos mais notaveis de prosapia individual de que temos noticia. Baseado na inconfidencia, corre desnorteado atravez das suas setecentas e tantas paginas, sem que o leitor possa d'elle tirar uma conclusão que aproveite para *enseñanza de mañana;* nem sequer para demonstração do tacto diplomatico do auctor, digamol-o de passagem, um dos mais infelizes propangandistas que tem vindo a Portugal, desde que o patriarcha do iberismo, o sonhador D. Senibaldo de Más, se arvorou em precursor do quinto imperio.

De longa data annunciado por cartazes, e brilhando como um raio nas mãos de um Jupiter Tonante, o livro do sr. Fernandez de los Rios era esperado com a impaciencia com que n'este nosso tempo de desillusões se aguarda tudo o que promette fender as trevas e desvendar mysterios.

Que pasmo não seria para os amadores de escandalos a publicação do bojudo cartapazio, onde o agente secreto de um governo interino, transformado depois em representante de uma monarchia electiva, e mais tarde de uma republica, (tudo convinha ao illustre Protheu!) em vez de nos iniciar nos segredos de uma politica de grande alcance, adormece, e nos faz adormecer tambem, com a leitura de algumas notas e officios de sua lavra, que demonstram o justificado desdem de Voltaire para o seu cabelleireiro, quando este, largando as thesouras, se embrenhava pelas sendas tortuosas do Parnaso.

Não queremos com esta approximação dizer que o sr. Fernandez de los Rios seja um homem desprovido de talento, nem de umas taes ou quaes idéas geraes, que o jornalista de profissão affeiçoa ao paladar dos seus assignantes; mas crêmos não andar longe da verdade negando ao ex-representante de Hespanha em Portugal não só a sagacidade necessaria para *reconstruir nacionalidades,* o feitio dos Cavour e dos Bismark é outro muito differente; mas até a simples intuição das conveniencias sociaes, de que um diplomatico não póde nem deve prescindir sem falsear a sua missão.

Com o titulo de *A la Opinion Peninsular*, antecede o sr. Fernandez de los Rios o seu livro com uma especie de prologo em que, fazendo um esforço sobre as suas tendencias individualistas, procura dar satisfação do acto pouco nobre que vae praticar entregando á publicidade segredos que haviam sido confiados, quer ao cavalheiro, por algum tempo apenas emissario de um general illustre; como, mais tarde, ao representante de uma nação entre todas tida e havida por modelo de susceptivel orgulho, e bem fundada pretenção a não *representar um papel* menos airoso na historia das *evoluções politicas* contemporaneas.

A publicação do livro do sr. Fernandez de los Rios é um facto quasi isolado nos annaes da diplomacia, e tanto mais digno de reparo, quanto é manifesta a sua inutilidade.

Para se defender, e ir antecipadamente ao encontro de futuras arguições, (a consciencia é a mais implacavel conselheira do homem que procede mal) inventa o sr. Fernandez de los Rios umas theorias para seu uso e abuso, e finge candidamente acreditar que os representantes de um paiz em outro paiz, só aos respectivos povos teem que dar contas do seu procedimento, e que para isso apenas teem um meio: — o da publicidade!

Quem se atreve a avançar tamanha heresia é um homem lido, e, embora desvairado pelo insuccesso das missões secretas e publicas de que o encarregaram, sabe que a diplomacia não teria razão de ser se o segredo, que é a alma do negocio, podesse e devesse ser divulgado com a semcerimonia com que o faz no seu inutil livro o ex-representante de Hespanha em Portugal.

O sr. Fernandez de los Rios não ignora o religioso escrupulo com que os diplomaticos, que sem contestação mereceram em vida d'esse nome, archivando e commentando as suas memorias, lhes assignalaram um praso arredado para a publicidade, receiando actuar, ainda que indirectamente, no espirito das gerações contemporaneas, ou temendo lançar desfavor sobre homens mal julgados ainda, apesar do tempo.

N'este ponto a tradicção tem sido geralmente seguida como norma, salvo raras excepções, em cujo numero entra, com magua o dizemos, o insoffrido auctor do acanhado e descosido livro que se intitula *Mi mision en Portugal,* que aspira a ser lição de povos e de reis, e não é mais do que a demonstração cabal da ausencia dos dotes intellectuaes e moraes re-

queridos no homem que aspira a representar condignamente uma nacionalidade.

Os sr. Fernandez de los Rios não ignora os usos e as práticas diplomaticas, devia portanto ser inutil recordar-lhe a quasi superstição inteiresa com que desde Walpole até lord Palmerston se tem guardado na Inglaterra um tradiccional respeito pelos segredos internacionaes, inteiresa imitada em França desde Talleyrand, o prototypo dos mecheriqueiros audaciosos, até o sr. Guisot, o pautado regulador de pendencias europêas.

A morte privando a Italia de um eminente estadista, o conde de Cavour, permittiu aos seus herdeiros revelar ao mundo, por meio de um interessante livro, as incessantes cogitações d'aquelle superior engenho, talhado — elle só entre os sens inumeraveis competidores, para levar a cabo a unidade, e com a unidade a preponderancia da terra que lhe fora berço.

Vive ainda o principe de Bismark, e ninguem receia d'elle as inconfidencias que o chanceller do imperio allemão soube castigar no conde Arnin, arremedo apenas do desplanto burguez com que o ex-representante de Hespanha revela os segredos alheios, seguro de que os mortos não resuscitam, e que os cavalheirosos conde de Reus e duque de Saldanha não pódem vir exprobar-lhe o intempestivo das suas confidencias.

Tanto estas considerações, que não queremos alongar para lhes não dar as proporções de missal romano que tem o livro do sr. Fernandez de los Rios, calavam já no espirito inquieto d'este, que entendeu util curar-se em saude dizendo: *que está longe de pretender que isso se erija em dever* (o dar publicidade ao que é confidencial!) *mas que o considera evidente tratando-se das relações entre Hespanha e Portugal!*»

Para dar uma tal ou qual plausibilidade ao absurdo *de inventar para* a peninsula iberica theorias diplo-

maticas excepcionaes, sem mais alcance nem proveito do que pôr em evidencia a individualidade de um negociador despeitado, requereu o sr. Fernandez de los Rios, não sabemos se o verbo é peninsular, licença ao sr. Castellar para copiar e publicar todos os documentos que lhe approuvesse, *incluindo os reservados*, licença que lhe foi concedida pelo sr. Saler y Plá!

Poderá alguem querer concluir d'esta bonomia do sr. Fernandez de los Rios que a inconfidencia deixou de o ser, pela auctorisação official que recebeu o inconfidente para dar publicidade ás suas negociações; mas pelo correr d'esta leitura se verá que houve individualidades envolvidas nas importunidades do diplomatico hespanhol de quem elle não requereu egual licença, abusando assim da boa fé das pessoas que lhe alimentaram a monomania epistolar.

Quiz a Providencia, n'este caso protectora das demasias linguareiras do sr. Fernandez de los Rios, que já não existissem, quando o seu livro se publicou, para contestarem o direito que o sr. Soler y Plá lhe reconheceu, nem o valente e cavalheiroso general Prim, nem o não menos valente e ingenuo marechal Saldanha, nem o intelligente e aventuroso marquez de Niza, que, desassombrado de responsabilidades officiaes, não deixaria por certo de averiguar como era que, pelo facto de haver sido amigo particular de um general illustre, o seu nome figurava no livro negro das delações ibericas, sem previa licença sua. [1]

As palavras do sr. conde de Casal Ribeiro, proferidas no parlamento portuguez em 1869, e com que o sr. Fernandez de los Rios pretende justificar as suas inconfidencias, apezar da benção papal já recebida do

[1] O marquez de Niza dizia ultimamente a quem o queria *ouvir, que sentia não* poder antes de morrer ter com o senhor *Fernandez de los* Rios algumas explicações que julgava urgentes.

sr. Solar e Plá, não podem ser tomadas no sentido lato e absoluto que o diplomatico hespanhol lhes quer dar; e no nosso entender apenas significam a franquesa com que hoje convem tratar os negocios internacionaes, sem prejuiso, como no caso presente, das boas relações entre dois povos irmãos e amigos.

É pois para lastimar que uma deportação de que ignoramos as causaes, azedando o espirito já de si inquieto do agente secreto do general Prim, o compelisse a vir á imprensa fazer revelações, que um medeano bom senso lhe devia aconselhar que guardasse para mais opportuna occasião, enriquecendo com ellas as suas *Memorias d'alem da campa*, a exemplo do illustre auctor do *Genio do Christianismo*.

Não o entendeu porém assim o philosopho das *ensenañzas de mañana, e lastimado, mas aun que de la medida de un desterro á un desterro, de las formas que la acompañaron, dolido de que, debiendo conocer lo que en mi puede la invocacion de la concordia peninsular, se prefiriera, a pedir me confidencielmente que hiciese el sacrificio de ausentar-me!* [1]

Aqui fica pois explicada a rasão porque o sr. Fernandez de los Rios, interrompendo os seus trabalhos litterarios, se atirou por mares nunca d'antes navegados, escrevendo um livro repassado de fel, abundante de erros historicos e chronologicos, incisivo na injuria e parco no elogio; tudo porque o ministerio presidido pelo sr. Fontes não foi em romaria pedir-lhe que saisse de Portugal em nome da *concordia peninsular*, representada ao que parece na pessoa de um deportado, *fundador de sete jornaes politicos, tendo dirigido nove, colaborado em vinte e cinco hespanhoes e sete estran-*

[1] *No fim d'este* livro se transcrevem os artigos com que o *jornal portuguez* a *Revolução de Setembro*, responde cabalmente *á orgulhosa* pretenção do sr. Fernandez de los Rios.

geiros de differentes generos, e tendo já dado á estampa uma duzia de volumes.

Por esta folha corrida de serviços litterarios e de actividade intellectual, parece querer o sr. Fernandez de los Rios pôr fóra da alçada da policia os homens prestantes, reservando só para os idiotas a applicação dos compromissos internacionaes, esquecido de que quasi todos os homens illustres do seu paiz tem vindo a Portugal comer o pão amargo do exilio, e aqui acatado as leis, sem mal cabidas fanfarronadas.

Não quiz porém o sr. Fernandez de los Rios deixar-nos sem um foguete de lagrimas, e mandou para alguns jornaes portuguezes a sua primeira carta aos Corynthios, ameaçando-nos com revelações fulminantes, que parte da imprensa tomou a serio, e a que a outra parte applicou mentalmente o chistoso fecho do soneto de Cervantes:

> Caló el chapeo, requirió la espada
> Miró el soslayo, fuese, y no hubo nada.

Foi pois estimulado pelos julgamentos contradictorios da imprensa portugueza, que o sr. Fernandez de los Rios lêra em Paris, que se apressou como compria a quem andava ao *serviço da idéa nova,* a vir ao encontro dos que duvidavam do cumprimento das suas ameaças, deitando o seu livro a correr mundo pelo democratico preço de tres mil réis, e a previa declaração de que reservava para si os direitos de reproducção e *traducção*, elle, o estimulador platonico da fraternidade litteraria da peninsula, expressada até por telegrammas ao seu governo, quando alguma zarzuella traduzida do hespanhol lograva obter as boas graças do *publico portuguez*!

Da aproximação d'estas precauções commercia[illegible] *se deduz* que o apostolo da idéa nova (que idéa n[illegible]

será esta que não traz sobrescripto, nem licença do sr. Theophilo Braga para correr no mercado?) é tambem sectario das leis de propriedade litteraria, e anda como tal em antagonismo aberto com as theorias de Proudhon, um dos mais notaveis propagadores de excentricidades philosophicas.

Para não andar sempre a fazer-nos zumbaias a retalho no corpo do seu livro, que tem mais grandiosas aspirações, declara o sr. Fernandez de los Rios desejar, Deus o oiça para tranquillidade de nós todos, que os dois povos: «*marchem em harmonia nas suas relações tanto politicas como commerciaes, conservando uma neutralidade commum nas questões externas, e uma acção combinada na defeza dos seus interesses materiaes*», declarando tambem algumas linhas antes *que evitará fazer repetidos protestos de lealdade, demasiada sinceridade, para que deva prodigalisal-os.*

Dos curtos periodos que transcrevemos da profissão de fé do Pelletan hespanhol, periodos entalados entre outros menos positivos, a que serve de garantia unica a correspondencia diplomatica do auctor que se conclue, ou antes se deve concluir:

1.º Que o iberismo do sr. Fernandez de los Rios tem o perfume e uncção evangelica das preces de um trapista.

2.º Que a lealdade, quando é sincera, não carece de ser prodigalisada.

3.º Que o livro a que estas palavras servem de prologo é a demonstração triumphante da desnecessidade de outros documentos, a não ser aquelles que já o engordam, e nós temos e consideramos com a negação da faternidade peninsular, que o redactor dos vinte e cinco jornaes pretende inculcar como tendo sido a *mira dos seus esforços* diplomaticos!

Antes de entrarmos de vez no assumpto cumpre-nos *registar*, aproveitando-as tambem para nosso

uso particular, as seguintes palavras com que o sr. Fernandez de los Rios se precata contra as eventualidades da critica, dizendo *que ao narrador é licito suspeitar sem evidencia, mas nunca affirmar sem provas*, apesar da elasticidade que póde ter a primeira parte do luminoso aphorismo trasido a terreno para salvaguarda das suspeitas que se não demonstrarem!

Publicando o seu livro, que tão fóra de proposito veio, declara modestamente o sr. Fernandez de los Rios obedecer a uma *provocação peninsular*, e dá este nome altisonante ás explicações trocadas nos dois parlamentos, portuguez e hespanhol, ácerca das razões que os dois governos tiveram para deportar o diplomatico, que ameaçava abrir a boceta de Pandora, pondo em alvoroto a patria do Cid, e accordando os eccos soturnos da cava de Viriato.

Há no prologo do livro do sr. Fernandez de los Rios uma insinuação ao actual governo do seu paiz que não estamos habilitados para refutar, mas que nos parece entrar no numero das *suspeitas sem evidencia*, a que mais atraz nos referimos, e vem a ser a que se demonstra no *procedimento del genero de los que hoy tantean los humbres que mandan en España.*

Se a nossa argucia não é completamente saloia, e não se contenta em ver as cousas pela rama, cuidamos apalpar nas phrases mysteriosas do diplomatico hespanhol uma allusão encapotada ao sr. Canovas del Castillo, actual presidente do conselho de ministros do reino visinho; unica ainda assim que se encontra em todo o livro, aliás tão prodigo d'ellas contra o sr. Fontes, acceito sem contestação como o primeiro estadista portuguez; bem como contra os srs. Andrade Corvo e Mendes Leal, geralmente respeitados pela sua elevada *intelligencia*, aos quaes coube na qualidade de ministros *dos negocios* estrangeiros, a maxima parte do traba-

lho de soprar a espuma dos despachos diplomaticos do sr. Fernandez de los Rios, sempre tão sollicito em alcunhar de bagatellas as formulas incertas das chancellarias internacionaes.

Sendo-nos impossivel apurar a verdade das suspeitas ibericas do sr. Fernandez de los Rios ácerca dos homens que actualmente dirigem os destinos da Hespanha, e não querendo fazer obra por artigos de jornaes, expediente de que o illustre diplomatico tantas vezes se aproveita, apenas pozemos reparo nas palavras que s. ex.ª intencionalmente sublinha, para estranhar a moderação d'ellas, e as contrapôr ás linhas carregadas com que são esboçados os perfis de alguns dos mais illustres portuguezes contemporaneos.

Restam-nos ainda, e não é inutil fazel-o, levantar aqui commentando-a, a affirmativa de que tudo que encerra o livro de que nos vamos occupar, é *solidamente appoiado em auctoridades portuguezas, que o pensaram e sentiram, antes, ou ao mesmo tempo que o auctor; levantando por esse modo o mais alto e mais eloquente testemunho do criterio peninsular.*

A este periodo, que póde enganar os nossos visinhos pouco ou nada conhecedores das coisas portuguezas, levando-os a acceitar como artigo de fé a importancia das auctoridades a que se allude; contraporemos um outro periodo de um artigo ultimamente publicado no *Commercio Portuguez*, jornal do Porto, onde foram reduzidas á sua verdadeira altura os sabios cujo testemunho é invocado pela fraternal innocencia do agente peninsular.

Diz assim o citado artigo:

«O sr. Fernandez de los Rios na sua deploravel preocupação de descobrir em Portugal um partido *iberico, faz o* que já antes d'elle haviam feito os que *promoviam a propaganda* iberista, com a singular originalidade, apenas, de que nunca se lembraram de o

fazer os que, como s. ex.ª, protestam não terem alimentado aquella propaganda.»

«Agrupa, où mais propriamente amontôa uma infinidade de fragmentos de artigos jornalisticos, de livros, de poesias, de discursos, firmados por muitos escriptores portuguezes das mais variadas indoles, opiniões, merecimentos e epoccas. A maioria d'esses escriptores havia de sentir-se verdadeiramente surprehendida de se achar, sem o querer e sem o pensar, transformada em argumento iberico com a maior simplicidade, e, diremos com a maior sem-cerimonia.»

Mais abaixo lê-se ainda:

«E nós não censuramos que s. ex.ª misturasse no mais gracioso *embroglio,* homens illustres auctorisados e approvados, cujo voto teria uma certa importancia embora não chegasse a supprir em tal assumpto a grande voz do sentimento publico, com modestos *dilletanti* das lettras, e do *rez-de-chaussée* dos jornaes.» [1]

Se exceptuarmos meia duzia de nomes, em cujo numero entra o do sr. Anthero do Quental, caracter austero, intelligencia cultivada e utopista consciencioso; causa lastima ver a que auctoridades recorreu o sr. Fernandez de los Rios para provar que o *criterio peninsular*, como s. ex.ª lhe chama, pende para o culto anti-nacional do iberismo.

Mais tarde voltaremos a esmiuçar este assumpto, de que o sr. Fernandez de los Rios faz o seu principal cavallo de batalha, mesmo a troco das inimisidades que nos possa acarretar a chamada nominal ao *ver-do-peso* intelectual, das auctoridades microscopicas, que a sinceridade diplomatica faz avultar, olhando para ellas pela lente dos seus bons desejos.

[1] *Os artigos do Commercio Portuguez*, são geralmente attribuidos ao sr. Luciano Cordeiro, um dos mais acreditados escriptores da moderna geração litteraria em Portugal.

Uma observação ainda, e será a ultima, ao appello feitò pelo sr. Fernandez de los Rios á opinião peninsular, no prologo do seu extravagante livro.

Como é que s. ex.ª pretende, (no ponto em questão chega a ser irascivel,) que do seu livro se não tirem illações desfavoraveis para Portugal, se cada linha d'elle é um bacamarte assestado contra a nossa nacionalidade, cada julgamento um desfavor, cada apreciação historica um beliscão no nosso orgulho, cada biographia uma caricatura, cada recordação um sonho e cada modesta aspiração uma visualidade?

Como é que v. ex.ª lavra antecipadamente *patente de miseraveis* aos que não podem nem querem resignar-se a deixar de apanhar a uva occulta por baixo da parra de machiavelicas e diffusas considerações, vasadas em estylo nem sempre preciso e claro?

O sr. Fernandez de los Rios que tanto blasona dos seus sentimentos democraticos, a ponto de chamar libré á farda que veste, não devia mostrar tão aristocratico desdem por aquelles que, ignorando o titulo da sua obra, ainda o mercantilismo a não havia annunciado com todos os seus mirificos intuitos, a procuravam para a compra chamando-lhe o livro *contra Portugal*, presciencia popular dos factos, não raras vezes justificada pelo instincto das multidões, formulado de longa data no conhecido *vox populi*, que o illustre diplomatico não póde deixar de acatar.

Da analyse em que vamos entrar das locubrações historicas, litterarias e diplomaticas do livro do sr. Fernandez de los Rios, o leitor concluirá se deve guardar para si a polida designação de *miseravel*, ou se será mais justo recambial-a sem a discutir.

Temos diante de nós uma multidão de livros e folhetos hespanhoes com referencia a Portugal, entre elles o celebre opusculo do sr. D. Pio Gullon, intitulada *La fusion iberica*, mas nem n'esse mesmo, que o seu

auctor retirou em tempo da circulação, *envergonhado*, diz um artigo do jornal *A Epocha*, se encontram asserções mais audazes do que na enfatuada escripta do sr. Fernandez de los Rios.

Vamos proval-o.

CAPITULO II

Revista historica restrospectiva. Os exemplos dos livros sagrados aproveitados por um auctor profano. Nove seculos da historia portugueza deturpados pelo senhor Fernandez de los Rios. O que resultaria do estudo da historia de Hespanha, feito pelos processos de que se serviu o auctor. Portugal e Galliza. Opinião de Viardot ácerca das provincias Vascongadas. Contradicção entre os julgamentos do passado, as apreciações do presente, e as aspirações do futuro, que se encontram no livro do diplomatico hespanhol. O senhor Pinheiro Chagas põe a descoberto as fluctuações criticas do auctor. A diplomacia do senhor Fernandez de los Rios entra mais pelos dominios da alta comedia, do que pelos do bom senso politico. A monarchia do direito divino invocada como razão para a união iberica. Opinião de um escriptor brazileiro ácerca do procedimento de Hespanha e de Portugal nas suas colonias. Erro bibliographico do senhor Fernandez de los Rios a proposito de um auctor portuguez.

Como todas as cousas teem principio, e seria desairoso para um diplomata que andou, moderno Athelante, com o mundo ás costas durante quatro annos, entrar desde logo em scena com a sua individualidade, remonta o sr. Fernandez de los Rios as suas preoccupações ao anno de 1140, descendo de escantilhão até 1640, com a presteza cirurgica que se requer nas autopsias, mas sem o critério necessario para não offender a susceptibilidade dos interessados com os resultados previstos de tão melindrosa operação.

Crê o sagaz diplomatico ser-lhe necessario volver atraz nove seculos, antes de entrar no assumpto que o *preoccupa, o que* equivale na picaresca phrase do *visconde de Castilho* ir a França por Tavira; ou, apro-

veitando o significativo dizer castelhano «*hablar de todas las cosas y de muchas mas*», facundia pouco invejavel em quem corre o dever de ser essencialmente pratico.

Como não ha estudo biblico que não comece pela creação do mundo, entendeu o sr. Fernandez de los Rios que era da sua dignidade não escrever a historia dos seus desapontamentos diplomaticos sem retrogradar novecentos annos atraz, procurando assim dar ás suas frioleiras de occasião a apparencia de vetustas, á imitação dos negociantes de *bric-á-brac*, que disfarçam com alchimias e trapaças os objectos do seu trafico, dando-lhes momentaneamente a postiça importancia de venerandas antigualhas.

Ainda assim, tão tropego se julgou o sr. Fernandez de los Rios para dar o seu passeio de recreio até aos fundamentos da monarchia lusitana, que nos aparece desde logo encostado ao hombro pouco válido do sr. Theophilo Braga, o mais resoluto e menos solido dos bota-abaixo em assumptos historicos, e como tal encontrado de feição para ciceroni officioso de um collega da *idéa nova*, apesar da desigualdade de posições sociaes, entre o modesto professor do curso superior de lettras, e o Colombo, encarregado de descobrir um novo mundo por entre as ruinas do systema representativo, e o desabamento de duas dynastias.

Nunca Volney teve mais largo assumpto para as suas melancholicas cogitações, de que o sr. Fernandez de los Rios, pisando com pé seguro os escombros de nove seculos (menos trinta e um do que os apontados por Napoleão aos seus exercitos na batalha das Pyramides) e tendo em prespectiva o seculo XX para repouso das suas fadigas no pantheon Iberico!

Aqui temos nós, pois, o sr. Fernandez de los Rios *associado ao sr.* Theophilo Braga, menos para reconstruir do que para desmoronar; e escudando-se ambos

com a notoria proficiencia do sr. Alexandre Herculano em assumptos historicos, auctoridade n'este caso mal invocada, porque para nada nos presta indagar a genealogia d'um povo, quando esse povo, mais ou menos antigo, apenas pede que o deixem fruir em paz das conquistas da civilisação, sem querer tirar vaidade dos seus pergaminhos heraldicos.

Simplesmente o que admira é que um democrata, como o sr. Fernandez de los Rios alardeia ser, ligue mais ou menos importancia ás nacionalidades por datarem de époccas mais ou menos remotas, esquecido de que as republicas americanas são o resultado da senilidade europêa, e que o illustre fundador dos Estados Unidos é apenas um vulto contemporaneo, engrandecido pela sua obra gigantesca, sem os auxilios das tradicções nem da genealogia.

O testemunho do sr. Alexandre Herculano invocado para nos abocanhar é contraproducente. O respeitavel historiador que não aspira a desfazer nem a architectar monarchias, francamente confessa que a nossa nacionalidade apenas data do seculo XII, mas declara logo em seguida que não carece para se exaltar de se propriar das glorias de Sertorio, nem revestir de uma importancia, em parte ficticia, as acções de Viriato.

Os historiadores cordatos e conscienciosos procedem assim. Os manipuladores caricatos de fusões impossiveis agarram-se ás obscuridades legendarias que aparentam desdenhar, para, de caso pensado, confundirem a historia ouriçada de fabulas monasticas, com a evidencia do direito moderno, baseado no viver e crer das nacionalidades constituidas, embora contra a vontade dos reis, e a inveja de outras nacionalidades.

A unica originalidade do sr. Fernandez de los Rios contestando-nos a nacionalidade, as origens da lingua, *e a demarcação* das nossas fronteiras, consiste em o fa-*zer sempre* cavilosamente por conta alheia, ao con-

trario dos seus predecessores ibericos, que procuravam laboriosamente por si as provas do que avançavam, sem disfarçar a intenção com que o faziam, nem amontoar sobre-posse retalhos de erudição mal cabida em um livro de indole essencialmente moderna.

Bem exclusivamente theorico é o livro de D. Senibaldo de Más, e, apesar de ir já na sua quinta ou sexta edição bem pouco conhecido é em Portugal, não obstante o calculado labyrintho de problemas que apresenta á solução dos curiosos, e á decifração dos famintos de curiosidades politicas e sociaes.

Para repetir o que elle disse não valia a pena azafamar-se tanto o sr. Fernadez de los Rios, nem chamar de reforço a Murillo o sr. Soromenho, nem qualquer outro academico, pouco previsto em artimanhas fusionistas.

O compilador escrupuloso, o esmerilhador infatigavel de provas tendentes a demonstrar a ausencia de elementos constituitivos e organicos da nacionalidade portugueza, esqueceu-se no seu zelo em pretender esmagar-nos debaixo do peso das provas historicas, de que a unidade actual de Hespanha, tambem pouco fidalga em antiguidade, é ainda hoje uma ficção monarchica que uma revolução radical pode desfazer com um sopro, frustrando as previsões que embalavam a imaginação ardente do sr. Fernandez de los Rios quando, arvorado em arco-iris, fazia depender de uma questão dynastica a sorte futura da Peninsula.

Nunca nenhum portuguez se lembrou ainda de applicar á Hespanha contemporanea os processos historicos de que os nossos visinhos usam invariavelmente para comnosco, confrontando entre si as paginas isoladas da historia dos diversos reinos que um casamento logrou fundir, deixando ainda assim de pé atravez dos seculos as rivalidades que antecederam a sua fusão, não determina pela vontade popular que os mo-

dernos publicistas requerem como consagração indispensavel de uma qualquer evolução politica.

A Hespanha é, entre todas as nacionalidades constituidas e reconhecidas pelo consenso geral da Europa, aquella a que faltam mais elementos para constituir um todo harmonico, homogeneo, fixo, tradicional. Amalgama de pequenos reinos independentes, de legislações diversas, de tendencias heterogeneas, foi só no fim do seculo XV, pela reunião das corôas do Aragão e de Castella, que a monarchia hespanhola se consolidou, engrandecendo-se depois pelas suas conquistas de além mar, para que nós lhe haviamos dado o exemplo, e apontado o caminho.

No laconismo d'estas poucas linhas vai envolvida a historia de um grande povo. Mas d'essa historia, embora gloriosa, podem tirar-se illações pouco satisfatorias para a unidade monarchica da Hespanha, assumpto que mais a deveria convidar á meditação e ao recolhimento, do que o constante escavar pelas raizes de uma outra nacionalidade, que, modesta nas suas aspirações, deseja apenas conservar illesa a sua independencia.

Que o sr. Merguia, auctor de uma *Historia de Galicia* que temos presente, nos queira provar que o portuguez é derivado do gallego, e entre outras demonstrações, mais ou menos graves da sua affirmativa, chame á autoría um desgarrado diphtongo *ão* encontrado em uma lapide sepulchral do seculo XV em uma igreja da sua provincia natal; descoberta tão inoffensiva é esta para a nossa nacionalidade, que sentimos vel-a explorada pelo sr. Merguia nas paginas melancholicas da sua historia, onde demonstra tambem o pouco que á vontade se sente ainda hoje, vendo o velho e laborioso reino que lhe foi berço, transformado em uma *desherdada* e obscura provincia da ruidosa monarchia castelhana.

Ha citações contraproducentes, e n'este caso estão todas as que os propagandistas da unidade iberica, cegos pelo seu ambicioso intuito nos apresentam, pretendendo confundir Portugal com a Galliza, assignalando-lhes as mesmas origens historicas, a mesma lingua, os mesmos costumes, e como que convidando indiscretamente os dois povos a fraternisarem, invocando a Galliza para o fazer o constante abandono em que o poder central a tem deixado. [1]

Como o sr. Fernandez de los Rios nos falla, d'esta vez por sua conta e risco na unidade geographica da Peninsula, e discorrendo sobre ella chama tambem a capitulo as provincias Vascongadas, como fazendo parte do grande todo, de que só Portugal no seu dizer se conserva de fóra, contra as leis providenciaes da historia e contra as condições physicas do solo, e como o illustre diplomatico se fáz o representante de ambas as opiniões [2] consinta-nos que façamos aqui algumas breves transcripções do que a tal respeito escreveu Viardot, um dos mais solidos sabedores da historia e da litteratura da Hespanha.

Ouçamol-o:

« A peninsula encerra, alem do reino de Portugal, que pede *uma historia separada,* trez pequenas provincias, *que nunca foram parte integrante da monar-*

[1] Conhecemos em Lisboa, não nos recorda se emigrado, mas é natural que sim, o sr. Chau que fôra ministro da republica. Era gallego, e a sua procedencia serviu por vezes de brinquedo aos jornaes de Madrid !

[2] Pues mas absurda aun que esas divisiones, que la naturalesa parece haberse complacido en hacer monstruosas en la Peninsula, como si la formara para que la locura humana *demostrara hasta* que punto és capás en sus extravios de pretender com un pliégo de papel una frontera donde non tiene *rason de existir mas todavia es la* de Espana y Portugal. F. *de los Rios.* — *Mi Mision*, pag. 14. E não é iberico!

chia hespanhola, posto que se tornassem uma annexa d'ella.»

E depois:

«Até o seculo XIV as tres provincias vascongadas, Alava, Guipuzcoa, e Biscaya, formadas da antiga Cantabria, e tendo escapado á conquista dos godos e dos arabes, bem como á dos romanos, *ficaram perfeitamente independentes de todo o poder estrangeiro.*»

E ainda mais:

«Todavia os tres pequenos povos vasconsos ainda mesmo subjeitando-se a um suzerano e protector, *não alienaram a sua independencia* (em 1332) e pelo contrario *fizeram a esse respeito as reservas as mais formaes* [2].»

A unidade iberica tão apregoada pelo sr. Fernandez de los Rios, em nome da geographia, tem ainda hoje os mesmos *solidos* alicerces que sempre teve. Apezar do Aragão se haver mais facilmente resignado a entrar na *engrenagem* da unidade monarchica castelhana do que os seus emulos das Vascongadas, o sangue dos *communeros* attestava ainda em 1521, quão pouco consolidada corria a *fusão* da Hespanha, mesmo debaixo do sceptro vigoroso de Carlos V.

Sabemos que nos podem replicar que outros intuitos, alheios aos da reconquista da independencia, foram os de Padilha e de seus generosos companheiros bem o sabemos. Constam elles da representação da *Santa Junta* ao soberbo e implacavel allemão, mas é para notar haver sido o reino que consolidou a unidade da Hespanha, o primeiro que soube protestar contra as demasias do absolutismo, exigindo uma *lei perpetua e fundamental*, como garantia das suas liber-

[2] *Viardot.* — *Estudos sobre a historia das instituições politicas em Hespanha.* Traducção de Araujo de Castro. P. 347.

dades, e das suas velhas franquias. Tão de longa data anda a liberdade falseada na Hespanha.

O livro do sr. Fernandez de los Rios tão jesuiticamente encolhido emquanto se trata de desvendar futuros, toma quanto ao mais diversas fórmas, quer apresentando se arteiramente hostil a tudo quanto é portuguez, quer acceitando o estylo deslavado de *memorial*, como quem diz aos governos do seu paiz: Cá está o Jeronymo Puturot *do iberismo*, o *democrata* que quer a união-peninsular, o *traga-reis* que depois de andar por esse mundo de Christo a offerecer thronos, volta agora com a palavra atraz, esperando as legitimas consequencias das suas correrias patrioticas.

O sr. Fernandez de los Rios viveu bastante tempo entre nós para poder ignorar que muitas expansões da mocidade, em tempos difficeis e escabrosos da nossa aprendizagem constitucional, foram depois corrigidas em eloquentes discursos parlamentares, apraz-lhe porem abrir os olhos para fazer a denuncia escripta das primeiras, e cerrar os ouvidos aos applausos unanimes que cobriram os segundos. [1]

Que um *commis-voyageur* da politica, como o foi em 1869 o sr. Fernandez de los Rios assim procedesse, nada vemos que nos deva admirar. Mas que o representante official de uma *monarchia e de uma republica* (a consciencia dos diplomaticos é elastica!) se mascarasse de Pyerrot para andar aos tombos diante da opinião publica de duas nacionalidades, é só o que nós não podemos comprehender!

O sr. Pinheiro Chagas, auctor de uma bem acceita «Historia de Portugal» e critico auctorisado em assumpto desta natureza, analysando rapidamente o li-

[1] *Referimo-nos* ao discurso do sr. conde de Casal Ribeiro, *pronunciado na* Camara dos Pares, em sessão de 19 de maio *de 1869.*

vro do sr. Fernandez de los Rios,[1] pasma, não sem razão, dos processos historicos por elle empregados para demonstrar que é *ficticia* a nacionalidade portugueza, e castigando de passagem a ignorancia philologica do diplomatico hespanhol, tira as seguintes severas conclusões do amontuado de perfidas insinuações que se leem no chamado *summario documental* da nossa historica patria:

«A verdade é que estas contradições manifestas, (são as que se referem á restauração de 1640) incriveis, se derivam em primeiro logar da situação falsa em que se collocou sempre o sr. Fernandez de los Rios, *jurando adorar a nacionalidade portugueza*, mas trabalhando quanto podia para a destruir; em segundo logar da falta de pratica de estudos historicos. Diplomata e jornalista, costumado *ás vistas estreitas da diplomacia rotineira*, que nunca vê senão os limitados horisontes em que se agita a sua acção, ou ao discretear apaixonado da politica militante, habilitando-se a ver as coisas pelo prisma das suas paixões, não podia levantar-se n'um momento á cemprehensão das grandes leis historicas, não sabia que a formação das nacionalidades obedece a leis tão inevitaveis, como a formação das plantas, e que só são artificiaes as que se baseiam nas violencias da conquista, ou nas convenções ephemeras dos tratados.»

Realmente assim é. De que serve ou para que presta indagar, e menos ainda citar a procedencia do conde D. Henrique; apontar e commentar as incertesas e hesitações que precederam a nossa consolidação nacional, ou recorrer á frioleira de ornamentar um livro, que mira a tirar conclusões praticas, e a apontar caminhos novos, resuscitando as velhas armas de *Porto de*

[1] *Diario da Manhã*, n.os 554, 557, e 560 de maio de 1877. —*Sob o titnlo* de = *O livro* do sr. Fernandez de los Rios.

Cale, querendo assim dar a entender que estas e não outras nos pertencem?!

Não admira pois que quem com tão ridiculas minucias se entretem haja sido, e nos dê esperanças de continuar a ser no futuro, um diplomatico proprio a ser reproduzido nas comedias de Scribe, mas incapaz de levar a cabo coisa em que se metta, como á saciedade o demonstra na sua esteril correspondencia, e o provou nas suas romanescas excursões aos parques de Cintra.

Quem tiver tido a pachorra de ler o encadeado de citações desconnexas que avultam no livro do sr. Fernandez de los Rios, e meditar na omissão calculada de outras que as destruiriam, como por exemplo as do notavel escriptor e orador Rebello da Silva, e as do austero e erudito Frei Francisco de S. Luiz, ficará acreditando que o nosso passado historico foi uma pêta, e constantes as nossas aspirações para a *união iberica* encarnada na personalidade mechediça de um furão historico, que nunca chega a levantar caça que mereça a polvora que se gasta com ella.

Ha entre as aspirações politicas do sr. Fernandez de los Rios — a *democracía* e a *idéa nova* — e a sua apreciação dos factos historicos um tal abysmo, que nos cumpre indical-o n'este roteiro dos mares ibericos para que não venham a ser infamados pelos naufragios dos crentes nas falsas primicias em que assentam os raciocinios que por ventura os possa seduzir.

Diz o auctor da *Mi mision en Portugal,* que *convem indagar a exactidão d'essas monstruosas repulsões entre Portugal e Hespanha, modernamente fabricadas para servir interesses que promette revelar,* o que nunca chega a cumprir; e intenta depois provar que as aspirações á unidade peninsular são antiquissimas, servindo-se para isso de um caduco processo, que é a ne-

gação da escola politica, litteraria e philosophica, a que diz pertencer.

As provas do sr. Fernandez de los Rios são inquestionavelmente risiveis. Consistem ellas na prolixa e inutil ennumeração dos matrimonios reaes na peninsula, desde o casamento da princeza D. Mathilde, filha de D. Sancho I, com Henrique I, de Castella; até o casamento de D. João I, tambem de Castella, com D. Beatriz, filha de D. Fernando e D. Leonor de Menezes; concluindo d'este escrupuloso registo, que faria honra a um parocho colado de uma freguezia certaneja, que os enlaces matrimoniaes citados provam *ab origem*, até o latim cheira a sachristia, que nunca houve antipathia entre os dois povos peninsulares, e que a iberia está desde seculos latente debaixo das colxas e brocados dos thalamos reaes!

Admittindo, mas não concedendo, que os factos acima apontados, em que os dois povos peninsulares não tiveram ingerencia directa nem indirecta, possam ou devam tomar as proporções de argumentos historicos, o que por ser demasiado erotico não acreditamos, onde fica a sinceridade do emissario secreto do general Prim, quando fingia pretender que a questão dynastica na peninsula, acceita que fosse a corôa de Hespanha pelo sr. D. Fernando, ficasse no futuro dependente *da exclusiva annuencia dos dois povos?*

Tomou porém gosto o sr. Fernandez de los Rios *no iberismo casamenteiro*, e faltando-lhe d'esta vez a força para demonstrar as tendencias ibericas de D. Affonso V e de D. João II, sempre por meio de namoro e respectiva consagração matrimonial, recorre ás trovas de Garcia de Resende, em que se lastima a prematura morte do principe D. Affonso, *cuja cabeça estava destinada a reunir as corôas de todos* os reinos da peninsula, diz o *Thaumaturgo*, sublinhando com tristeza estes dois *pro-pheticos* versos:

Portuguezes e Castelhanos,
Não os quer Deus juntos ver.

Para apreciar assim a historia mais valera haver-se o sr. Fernandez de los Rios limitado ás intrigas diplomaticas, arvorando-se em Plutarcho de si mesmo, e deixando de ambicionar a gloria de fazedor de ramalhetes de malmequeres historicos, dando logar a suspeitar aos que não conhecem os livros D. Modesto Lafuente, Amador de los Rios e Antonio Cavaniles que a historia philosophica em Hespanha é por emquanto um fructo prohibido.

A falta de consciencia litteraria levou o auctor a tirar conclusões como esta: *resulta pois que desde a independencia de Portugal o afan constante de seus reis, assim como dos de Hespanha, tem sido a annexação.* Ora este *resulta pois* tem por fundamento as allianças matrimoniaes já citadas, e uns versos de Garcia de Rezende, sobre que seria ridiculo voltar a insistir, apesar da importancia que o sr. Fernandez de los Rios, finge ligar-lhes.

Mas se a união iberica foi sempre desejada e fomentada pela realeza, e o sr. Fernandez de los Rios tem a bondade de lh'o não levar a mal, para que se arrependa tão depressa da sua longanimidade, escrevendo as seguintes linhas que são a condemnação dos seus anteriores julgamentos: *quando a sorte de uma nação se não funda na consagração dos seus direitos, mas sim nas condições pessoaes de quem a governa, o seu futuro fica tambem dependente da sabedoria, da incapacidade, da boa ou má fé dos principes que a casualidade lhe depara.* [1]

Sendo, como são verdadeiras e incontestaveis estas

[1] *Mi mision*, pag. 32.

affirmativas, harmonicas d'estas vez com as tendencias politicas e sociaes de quem as escreveu, e sendo muitas vezes as allianças reaes a *negação da consagração dos direitos de uma nação*, o sr. Fernandez de los Rios perdeu o tempo pelo menos nas sua excavações historicas, porque d'ellas não saccou á luz um unico documento verdadeira e *irrefragavelmente iberico*, principalmente depois das affirmativas democrarticas que acima transcrevemos.

Passariamos em claro as considerações sobre o reinado dos reis catholicos, Fernando e Isabel, todas em segunda mão, conforme o persistente plano do sr. Fernandez de los Rios de se pôr como Pilatos fóra das questões espinhosas, se uma nova auctoridade, a do auctor do *Portugal, su origen, constitucion é historia politica*, [1] não entrasse opportunamente em scena para attribuir exclusivamente aos papas Martinho V e Alexandre VII o reconhecimento do nosso direito aos descobrimentos que haviamos feito na America, descobrimento que nenhum historiador brazileiro poz nunca em duvida, podendo desassombradamente fazel-o depois da emancipação do Brazil!

Thema vasto para larga polemica seria o da chamada *linha divisoria imaginaria de um polo a outro polo*, a que o sr. Molina se refere no livro ha pouco citado, se o espaço nos não viesse a faltar para assumptos de importancia mais immediata do que a discussão esteril da supremacia dos dois povos peninsulares na America, depois de para ambos elles estar perdido o ascendente que por largo tempo exerceram n'aquellas afastadas regiões.

Como porém não é inutil distanciar a indole moral

[1] Este livro é um manual da historia, extremamente cortez, *mas incidioso* pela sua mesma mansidão. Estava destinado a *fazer parte* de uma Encyclopedia iberica, que não progrediu *ignorâmos* as razões.

dos dois povos descobridores e colonisadores, quasi simultaneamente, e a similidade nem em tudo convenha aos portuguezes, conceda-nos licença o sr. Fernandez de los Rios para lhe citarmos o testemunho insuspeito de um illustre escriptor brazileiro, que, referindo se ao procedimento dos dois povos para com os seus respectivos colonos, se expressa da seguinte maneira:

« É prima ainda uma distincção notavel entre as duas nações conquistadoras: se apparece entre os Portuguezes um Maciel Parente ou Pedro Coelho, que praticam arbitrariedade contra os Brazis do Norte, castiga-os a Corôa, e não passam elles *de uma quasi imperceptivel* excepção na ordem dos chefes portuguezes; *emquanto que inventam os Castelhanos os mais descommunaes supplicios para se alagarem no sangue dos Americanos, e extinguir-lhes a raça,* não lhes bastando as caçadas por meio de cães de fila, e o exterminio no meio e fóra dos combates. Diversa é a historia da conquista do Brazil, das *colonias sanguinarias* do Peru, da Columbia, do Mexico, do Chile, e de Guatemala, onde quasi nenhum effeito produziram as fulminações de Las Casas[1]. »

No progredir da narrativa historica do sr. Fernandez de los Rios, de que nos affastamos um pouco para contrapôr reminiscencias de ordem moral ás asserções do sr. Molina, não falta mais nada para estranhar em tempos em que quasi todas as pendencias entre as nações catholicas se desenlaçavam em Roma[2] « *somos chegados ao momento mais critico da edade moderna para a peninsula iberica, isto é, a 1522, em que, com a derrota dos communeros, perdeu todas as*

[1] *Os Varões illustres do Brasil durante os tempos coloniaes,* por J. M. Pereira da Silva. Pariz — 1858.

[2] *Vide. Quadro Elementar* das Relações Politicas e Diplomaticas *de Portugal,* pelo Visconde de Santarem, e a sua continuação *por Rebello* da Silva e Mendes Leal.

condições que havia reunido para desempenhar na Europa o papel que a ambição e a torpeza de Carlos V e Filippe II adjudicaram á Inglaterra.»

É n'esta occasião solemne que o sr. Fernandez de los Rios, referindo-se ao agasalho que a illustre viuva do heroico Padilla procurára, e obtivera em Portugal; e aos esforços que Carlos V inutilmente empregara para obter a sua extradição, não podendo conter por mais tempo a sua natural modestia, accrescenta comicamente: « *Isto passava-se entre Hespanha e Portugal ha 355 annos. Nos tempos actuaes as coisas entendem-se de outro modo, e o cesarillo Canovas manda expulsar os deportados, e o seu magnifico logar-tenente Fontes obedece!* [1]

Não queremos applicar aqui ao sr. Fernandez de los Rios o frisante epigramma de Bocage a um detractor do seu engenho poetico, mas não podemos deixar de notar a balofice com que um obscuro diplomatico pretende medir-se pela craveira por onde se afferem as notabilidades historicas.

Deixaremos tambem de evidenciar o rancor pueril manifestado contra o sr. Fontes, que lhe contraminara todos os rastilhos de polvora iberica; bem como de registar a ignorancia indisculpavel com que um homem, que tem obrigação de conhecer os principios de direito internacional, volve tres seculos e meio atraz, para dar expansão ás suas lamurias de deportado, invocando um antecedente historico que em tudo e por tudo lhe era inapplicavel!

Aperta comnosco a necessidade de não perder o tempo, que nos póde vir a faltar para outras considerações de mais tomo, mas tendo sido o livro de que vamos tratar publicado em 1877, causa-nos uma certa

[1] A pag. 47 do livro do sr. Fernandez de los Rios lemos este aphorismo, que por apropositado transcrevemos: *Muy cierto senal es de torpe ingenio el hablar mal y apasionadamente de su contrario.*

estranheza ver invocado como justificação para usurpação do primeiro Filippe, um capitulo de um *Tratado de Ortologia*, que se diz *inedito*, escripto por um portuguez, de que Francisco Innocencio da Silva dá noticia no tomo primeiro do supplemento ao *Diccionario Bibliographico Portuguez* como tendo sido impresso em Evora, em 1865!

Não nos fariamos cargo d'este erro palmar se o sr. Fernandez de los Rios, com o seu pouco invejavel sestro de divulgar segredos, não publicasse tambem o trecho de uma carta particular do auctor do tal *Tratado de Ortologia*, escripta em 1871, em que se procura tirar gloria do *martyrio soffrido em 1641 pela antiga familia do correspondente, nas pessoas do conde Armamar e de seu tio D. Sebastião de Mattos e Noronha!* [1]

Iamos, sem dar por isso, tomando o gosto á bibliographia e á indagação de que pau são feitas as moletas a que se arrima a invalidez historica do sr. Fernandez de los Rios, mas urge chegar ao termo da jornada, e receiamos que nos anoiteça no caminho antes de entrarmos no amago do assumpto, a missão do diplomatico hespanhol, que, embora esteril como uma urze, alegra o espirito, e habilita o leitor a fazer justiça á vista dos autos do corpo de delicto.

[1] O livro dado por *inedito* pelo sr. Fernandez de los Rios, intitula-se: *Quadro podagogico dos elementos de leitura, ou tratado da Ortologia portugueza, por um novo systema.* Evora, 1865. É o seu auctor o sr. D. Alexandre José Botelho de Vasconcellos de Mello e Mattos de Noronha.

CAPITULO III

A restauração de Portugal em 1640 mal avaliada pelo senhor Fernandez de los Rios. Os seus julgamentos antecipadamente fulminados na historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII, de Rebello da Silva. O livro intitulado *Mi Mision*, é mais um pampheleto de que um estudo desapaixonado da historia. Falsa affirmativa de que todos os homens illustrados de Portugal são ibericos. Um patriarcha de Lisboa inventado pelo senhor Fernandez de los Rios. As antigas relações diplomaticas entre Portugal e Hespanha não foram mais ridiculas e futeis que as de outros paizes nas mesmas épocas. *O balanço historico*, que resume as apreciações do escriptor hespanhol, é notavel pelo amalgama de contra-censos que n'elle avultam, e pelo espirito faccioso que o inspirou. Contradições e erros historicos.

Tem-se escripto tanto na peninsula ácerca do reinado de Filippes, e andam tão pejados os archivos das chancellarias da Europa de documentos para se poder avaliar a rapida decadencia dos herdeiros de Carlos V, que seria superfluo recordal-a, se ella não fosse o estimulo directo da restauração de 1640, que o sr. Fernandez de los Rios pretende abocanhar com cerebrinas observações de sua lavra, e auctoridades contemporaneas suspeitas, não pelo seu iberismo, fazemos-lhe essa justiça, mas pelo seu amor ao paradoxo, mira na excentricidade, e orgulho em pretender affastar-se da opinião vulgar.

Se ha epocca documentada da nossa historia nacional, é aquella a que nossos avós chamaram o *captiveiro dos sessenta* annos.

Em um dos mais activos agentes da restauração co-

meça o primeiro elo das revelações historicas, que dois distinctos academicos contemporaneos, Rebello da Silva e Pinheiro Chagas depururam de exagerações patrioticas, o primeiro na *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, o segundo, na *Historia de Portugal desde os tempos mais remotos até á actualidade*, livros sisudos e substanciaes, que o sr. Fernandez de los Rios se furtou ao trabalho de refutar, preferindo andar em companhia de anões, a medir-se de frente com talentos de primeira plana, robustecidos pelo estudo assiduo da historia, e da litteratura patria.

Á parte o chamado direito de successão, que o sr. Fernandez de los Rios não póde deixar de condemnar, a não querer reconhecer o direito que Luiz XIV se arrogou sobre a Hespanha, e que nada teve de commum, aquelle nem este, com a vontade popular, base de toda a soberania; outro argumento não vemos, alem do da força bruta, que justificasse a usurpação de Portugal.

Se o sr. Fernandez de los Rios quizesse ler o livro intitulado «*Usurpação, Retenção e Restauração de Portugal*» por João Pinto Ribeiro, a quem chama desdenhosamente creado do duque de Bragança, ahi veria tratada proficientemente a questão da successão, que parece preocupal-o.

Antes porém de voltarmos a citar o nome de João Pinto Ribeiro, tão mal soante para ouvidos Castelhanos, vejamos como d'elle ajuiza um historiador a quem o proprio sr. Fernandez de los Rios chamou uma *penna respeitavel*, em occasião que lhe pareceu propicia: «*A esta conferencia* (uma das que antecederam o dia 1.º de dezembro de 1640) *assistia já o doutor João Pinto Ribeiro encarregado em Lisboa dos negocios da Casa de Bragança com o titulo modesto de agente, homem de grande vontade e maior coração*, erudito nas letras juridicas, *e nas sciencias politicas* e historicas, e auctor de

um discurso, publicado em 1532, sobre os fidalgos e soldados portuguezes não militarem nas conquistas alheias d'esta corôa «*obra mandada entranhar pelo governo de Madrid.*» [1]

O homem ahi fica pintado. Foi elle quem no estylo desambicioso que convem ao jurisconsulto e ao politico, nos disse:

«*E para que o direito da infanta D. Catharina ficasse mais escuro, e o mundo com menos luz de sua injustiça, effectuou-se mais levar para Castella o livro do Porco Espim, que se guardava no cartorio da Camara de Lisboa, em que estava o direito da successão d'este reino.*»

Como o sr. Fernandez de los Rios não quebra lanças por nenhum dos Filippes, inutil será accumular citações para provar os direitos de successão a corôa de Portugal, que para nós, que tambem nos temos na conta de democratas não alterariam, contrariadas que fossem, a essencia da nossa independencia, nem contribuiriam para fortificar o direito não menos sagrado á liberdade, incentivos e auxiliares de toda a nacionalidade.

O que porém sempre faremos de boa vontade, e não crêmos que seja um crime, é evidenciar por todos os modos o postiço da unidade monarchica hespanhola, para moderar a soffreguidão dos que pretendem annexar ao fragil o que é robusto, esquecidos de que se arriscam a um desmembramento total, de que já a historia moderna lhes tem apresentado indicios, que não escapam á meditação dos previstos.

Assim pois, quem affirma ao sr. Fernandez de los Rios que, a uma annexação violenta de Portugal, se não seguiria, em occasião opportuna, nova restauração, tambem violenta, aproveitando a Catalunha o ensejo para se emancipar, o que não logrou conseguir

[1] *Rebello da Silva. Historia de Portugal*, tom. IV, cap. III.

no reinado de Filippe IV, e vindo a estreitar-se, pela identidade de aspirações, as relações entre os dois povos extremos da peninsula iberica.

Sobejam as provas escriptas de como foi urdido, seguido e desenlaçado o movimento nacional que chamou ao throno D. João IV, para dar mais importancia do que a devida á influencia francesa, e á sagacidade de Richelieu, em tão importante e decisivo acontecimento.

Procura o sr. Fernandez de los Rios metter a ridiculo a restauração de 1640, no summario quasi burlesco que d'ella faz no cabeçalho de um dos capitulos do seu livro, que não transcrevemos na integra para não enjoar o leitor, mas de que vamos dar uma amostra para prova de quão ruim conselheira é a resolução antecipada de ver as coisas ao avesso do que ellas realmente foram. Ahi vae, com todo o seu picante andaluz, a resenha dos factos feita pelo incisivo e luminoso historiador:

« *No fué el amor de la patria y la liberdad lo que promovió la conspiracion contra España, fué el interes personal. — Los hidalgos prefirieran conspirar á ir á la guerra. — Muchos de los conspiradores preférian la republica á levantar la casa de Braganza. — Publicidad de la conjuracion. — Oposicion que les hiso el municipio de Lisboa. — La historia cumpleta y filosófica de Portugal no se há escrito aun.* SU NACIONALIDAD ES UNA PURA FICION!...»

A esta quichotesca resenha corresponde, como convinha ao auctor, um acervo de falsificações indesculpaveis em quem lamenta que ainda até agora se não haja escripto a historia philosophica de Portugal, retirando assim os louvores que prodigalisára aos excerptos do sr. Theophilo Braga, e esquecendo-se das vezes que se desbarretára, quando lhe fazia conta, diante da profunda intelligencia do sr. Alexandre *Herculano, e dos* brilhantes trabalhos historicos de *Rebello da Silva.*

O sr. Pinheiro Chagas, versado nos estudos em que o sr. Fernandez de los Rios é hospede — historia e hermeneutica — apanhou logo em um relance as mais salientes blasphemias que se aninhavam no summario do seu livro, e escreveu, apenas o apanhou á mão, as as seguintes logicas observações:

«Este summario dá facilmente uma idea de quanto são comicas as apreciações historicas do livro do sr. Fernandez de los Rios. Aquelles fidalgos, que, tendo medo de ir guerrear á Catalunha, preferem revoltar-se em Lisboa, são adoraveis. Que meio tão engenhoso! Aquelles covardes, que tinham medo de se ir bater contra uma provincia hespanhola revoltada, resolveram, para fugir a esses terriveis perigos, bater-se contra a Hespanha toda! Mas, ao passo que assim os accusa de uma covardia digna de Calino, o sr. Fernandez de los Rios dá-lhe as proporções de uns heroes sobrehumanos, ou obriga-nos a fazer triste idéa dos Hespanhoes do seculo XVII.»

«Nós até aqui suppunhamos que o motivo porque a dominação hespanhola caìa em Lisboa instantaneamente, e logo em seguida com uma rapidez assombrosa em todo o Portugal, que fôra porque os quarenta fidalgos tinham atraz de si o povo inteiro. Vem o sr. Fernandez de los Rios e rectifica a nossa opinião. O povo de Lisboa conservou-se frio, e a Camara mostrou-se hostil. Portanto os terços Hespanhoes foram desarmados e aprisionados, e postos fóra não por uma cidade inteira sublevada, mas por quarenta portuguezes desajudados. Co'a breca! se fossem quatrocentos iam até Madrid. D'este nunca se lembrou o mais façanhudo patriota![1]»

[1] *Pinheiro Chagas*, — O livro do sr. Fernandez de los Rios. — *artigos publicados* no *Diario da Manhã*, de que é redactor *principal*.

Por estas e outras trepolias de lesa-bom-senso se julgou o sr. Pinheiro Chagas dispensado de responder ao que com rasão chama pampheleto historico, extranhando ainda assim, não ha leitor portuguez a quem não aconteça outro tanto, que o ex-diplomatico se cure em saude da accusação que se lhe possa fazer de inimigo da nossa nacionalidade, quando as provas são tantas no seu livro, quantas as affirmativas mesmo desapadrinhadas de auctoridades que as escorem.

As conclusões a que o sr. Fernandez de los Rios chega, só porque quer chegar e nada mais, occultando as opiniões dos escriptores portuguezes que lhe podiam desequilibrar a balança, e aproveitando para o seu livro as que lhe sabiam bem ao paladar, embora muitas d'ellas mutiladas, insonsas, sem fé no tribunal da gente que se não deixa adormecer com palavrosos dithyrambos, são de que a união iberica tem por unica origem a ambição monarchica. Esta asserção que quadra ás suas mal definidas crenças republicanas, já teve o seu mais formal desmentido nas experiencias de Alcoy e de Carthagena.

Á insistencia do sr. Fernandez de los Rios em que todos os homens illustrados dos dois paizes são ibericos, (não valia pois a pena amontoar tantas iras contra os srs. Fontes e Andrade Corvo) e se ao convencimento que expressa de ser absurda a nacionalidade portugueza, junta a crença de que o sentimento popular em Portugal tende para o iberismo, então porque se offende de que o julguem capaz de fazer causa commum comnosco, pretendendo contribuir pela sua parte para união iberica?

Ahi tem a rasão, embora lhe dôa, porque o articulista que acima citamos conclue, d'este ser e não ser *shackspiriano do novelleiro* hespanhol, que elle é um pensador *que não sabe o que pensa, ou um* escriptor que

não sabe o que diz, hypotheses, qualquer d'ellas, pouco abonadoras da consciencia do homem que se metteu em cavallarias altas, acceitando, senão requerendo, a posição que durante alguns annos o poz em evidencia, não diremos que sem proveito proprio, mas com toda a certeza sem nenhum proveito alheio.

O sr. Fernandez de los Rios que vai cuidadoso á *Historia de Portugal* de Rebello da Silva, tirar um ou outro exemplo comprovativo da doblez de caracter d'este ou d'aquelle portuguez que, em 1641, se sentia mal á vontade na patria redemida; porque não põe tambem em circulação a moeda de lei enthesourada no mesmo livro, mais que denunciadora, segura garantia do cunho popular e nacional que teve a restauração de 1640, apezar de iniciada exclusivamente por uma classe, como affirma o nosso detractor?

Por ventura insistiria o sr. Fernandez de los Rios n'este ponto a não ser por má fé, não ignorando a organisação politica e social da peninsula ainda em meados do seculo XVII?

Que caracteristicos mais populares do que os que teve a restauração de 1640 póde o auctor pretender que tivesse uma revolução em epoca relativamente arredada, em que era desconhecido o direito que hoje invocam, conscias de si, as sociedades modernas? Foi por ventura a revolução dos *communeros* mais popular do que a nossa, tomando a palavra no sentido politico que modernamente se lhe attribue? Onde, e quando, houve revoluções verdadeiramente populares, anteriores á de 1789? Dos aggravos do povo se fizeram sempre representantes individuos de outras classes, mais ou menos priviligiadas, antes d'aquella data memoravel. Esta é a verdade que nenhumas considerações *interesseiras* podem desmentir, nem sequer attenuar.

O povo portuguez fez, em 1640, o que o sr. Fernandez de los Rios teima em querer que elle não or

fazer, embora a nobreza, pelas razões já apontadas, dirigisse o movimento, que foi com certeza do agrado de Luiz XIII, e de seu ministro, mas para que nem um nem outro contribuiu directamente.

Basta já de insistir em uma epoca julgada da historia patria, que, mesmo falseada por suspeitas e conjecturas, não altera os antecendentes da nossa nacionalidade, e, se não robustece, tambem não enfraquece a nossa autonomia.

Se a politica da Europa ainda hoje é incerta e vacillante, devemos lançar a culpa á mingua de reformadores formados na escola do sr. Fernandez de los Rios, que a não tem reposto nos seus eixos, dando a historia como não existente, e expropriando por utilidade publica a chronologia, que assignala as datas dos factos memoraveis, e a critica que se apropria d'elles para confronto dos seus julgamentos.

Antes de pôrmos ponto final no indigesto amalgama de citações truncadas, forçadas apreciações, e commentarios deslocados do sr. Feernandez de los Rios, com referencia ao facto historico que mais que qualquer outro traz atravessado na garganta, a reconquista da nossa independencia, como acto de justiça, e exemplo a futuros escriptores do muito que póde e vale a *consciencia litteraria* de certos homens, vamos transcrever um periodo, que deixará pelo dedo conhecer o gigante que o apontou á credulidade dos nescios.

« Escolhemos esta narração d'aquelles successos, feita por penna tão respeitavel, não só por dar detalhadamente a conhecer a questão, como tambem para que se veja, que nem Filippe II teve nunca os anathemas universaes de Portugal que de tempos a esta parte se lhe attribuem. Existe em Thomar um monumento celebrando a entrada de Filippe II (de que nós não temos noticia) e ouvimos dizer que ha um outro em Leiria levantado pelo clero, por iniciativa de Frei

Bartholomeu dos Mortyres, patriarcha de Lisboa! »

Ora o sr. Fernandez de los Rios ignorava, e ignora naturalmeute ainda hoje, que Frei Bartholomeu dos Martyres, arcebispo de Braga, nunca foi patriarcha de Lisboa, entre outras solidas razões pelo simples facto de datar esta dignidade ecclesiastica do reinado de João V, e não estar na alçada dos Papas o retrogradar as distincções heraldicas do clero, especialmente esta, que nos ia custando todo o oiro dos Brazis, só para obsequiar Filippe II, e ser agradavel ao auctor do ridiculo erro chronologico que fica apontado.

Raras são as revoluções, ou as restaurações, que não deixam atraz de si descontentes, quer por que as paixões humanas não aquilatem sempre com egual criterio os acontecimentos; quer por que o interesse individual busque não poucas vezes antepor-se ao interesse publico. O que aconteceu em Inglaterra depois da restauração dos Stuarts, e em França depois da dos Bourbons, aconteceu tambem em Portugal depois de uma usurpação de sessenta annos, que corrompera algumas consciencias tibias, e resfriára em outras o amor pela independencia nacional.

D'estes casos isolados, que as historias portuguezas registam, mas não encarecem, pretende o sr. Fernandez de los Rios tirar partido para os seus fins ibericos, mas tão desastradamente o faz, que apenas sai das suas mãos moído o duque de Olivarcs, mas illesa, no seu conjuncto, a restauração que intentára deprimir!

Novos cuidados preoccupam d'aqui por diante o inventor de patriarchas, ao approximar-se dos tempos modernos, e ao entrar na analyse das correspondencias diplomaticas havidas entre os dois paizes, Portugal e *Hespanha; correspondencias muitas vezes piegas e servis, mas affeiçoadas ás cortezanias de então, e como taes photographias da acanhada orbita em que gir*

vam os interesses peninsulares. Quem porém ler as *Memorias do duque de Saint-Simon*, e a *Chronica da regencia e do reinado de Luiz XV*, por Barbier, apalpará n'aquella, e n'esta, o germen da enfermidade que minava as sociedades do seculo XVII, provocadora da grande revolução que abalou pelos alicerces todas as velhas monarchias, e lavou com sangue, muitas vezes innocente, as aberrações dos aulicos, e a cegueira dos imperantes.

A insistencia do sr. Fernandez de los Rios em accentuar a frivolidade das relações peninsulares durante os reinados de Filippe V de Hespanha, e D. João V de Portugal, não conduzem no seu livro a coisa que preste, a não ser se quizermos dar foros de pendencia internacional ao incidente occorrido em Madrid em 1735, em domingo de entrudo, entre a policia e os criados do embaixador portuguez, e as represalias tomadas depois em Lisboa contra os servidores do embaixador hespanhol.

Esta pendencia, de origem carnavalesca, ia ateando a guerra entre os dois povos, chegando a haver preparativos bellicosos e a pronunciarem-se, em nosso favor a Inglaterra e a Hollanda, tomando a França partido pela Hespanha.

D'este episodio, e de outros ainda de mais microscopica importancia, que o sr. Fernandez de los Rios passa em revista com uma minucia que chega a enfastiar, não valeria a pena dar conta ao leitor, se não fossem atalhos por onde o cauteloso diplomatico procura entrar na estrada real, affirmando, como epilogo de seu discurso, que era pessima a situação de Portugal desde que, *fascinado com a perspectiva da independencia viera a perdel-a quasi totalmente!*

Esta exagerada affirmativa é baseada em um livro *anonymo, publicado* na Haya, escripto em francez, e *com todos os* caracteristicos de ser obra de encommen-

da tanto que o proprio sr. Fernandez de los Rios lhe achou *durezas* que prometteu amaciar com documentos mais recentes, e menos brutaes.

O livro a que o sr. Fernandez de los Rios se refere [1] de inspiração visivelmente hespanhola, é possivel ter sido a preoccupação das horas de ocio de algum diplomatico da escola unitaria, e tende a provar que Portugal é uma simples colonia de Inglaterra, e para isso formula contra nós treze affirmativas a que chama maximas, todas fulminantes, embora quasi todas desasisadas e rancorosas.

A data da impressão da *Relação historica do tremor de terra de Lisboa* é anterior ás profundas reformas levadas depois a cabo pelo marquez de Pombal, e devia precaver o sr. Fernandez de los Rios, que tem o juizo no seu logar sempre que não se refere a Portugal, contra as conclusões de um libello, hoje sem opportunidade. Não quiz porém perder a occasião, e deixou-se tentar pelas amabilidades de um anonymo tarefa mais facil, do que estudar por si o assumpto, fazendo áquelle estadista portuguez a justiça que lhe era devida.

No *balanço* que o sr. Fernandez de los Rios faz da nossa historia, e na conta *enojosa e tristissima* que d'ella nos dá, é que o ex-diplomatico assume uns ares de mata-moiros que nunca nenhum historiador se lembrou de tomar, e que abertamente o denunciam como um pamphletario da mais ruim qualidade.

Para edificação dos nossos leitores faremos aqui cathalogo das amabilidades com que nos mimosia o homem que lavrou antecipada *patente de miseraveis* aos

[1] *Relation historique du tremblement de terre à Lisbonne, précédée d'un discours politique* dans lequel l'auteur développe *le moyen que l'Angleterre avait mis jusques-là en usage pour ruiner le Portugal.* La Haye Chez (Philantrope!) a la Verité MDCCLVI.

que viessem a duvidar *de seu amor a Portugal, como á sua propria patria!*

1.º—Chama *sciencia historica patrioteira* á que ousa duvidar da sciencia que o autor cuida possuir, e de que é a negação cabal.

2.º—Alcunha de *patriotismo de pandilha* o que relucta em aceitar as conclusões ibericas do seu livro. «*Pandilha!*» que *andalusismo* tão mal soante na boca de um diplomatico!

3.º—«A nacionalidade portugueza é uma evidente e terminante rebellião contra as leis geographicas e topographicas que a *creação* (qual creação?) impoz á peninsula iberica: formou se por circumstancias fortuitas, e *artificialmente:* tudo lhe faltava para isso, a raça, o territorio, a lingua e a historia!

Em substituição de tudo, o que o sr. Fernandez de los Rios diz faltar-nos, está a vontade popular que o democratico copilador de injurias uma vez confessou ao escapar ser o supremo distinctivo de uma nacionalidade. Consulte-a, e ouvirá d'ella a resposta. Falta-nos tambem o *territorio e a lingua!* Aquelle tanto nos não falta, que é limitado ao poente e ao sul pelo oceano Atlantico, e ao norte e nascente pelo reino de Hespanha. Nós cá nos vamos contentando com a nossa pequenez. Noventa e dois mil setecentos e setenta e dois mil kilometros quadrados na Europa, e ainda alguns milhões d'elles, espalhados pelas cinco partes do mundo. A lingua tambem nos não falta como esta escripta lh'o está demonstrando.

4.º—...«Surgiu Portugal, nação inteiramente moderna, a ultima formada com a desmembração *dos povos* latinos, já no seculo XII, sem que *até então* existisse nenhuma divisão politica *anterior,* nem *de tradicções separatistas.*»

Alguma vez havia de ser para nosso descanço. A ladainha de que faz parte a «*ausencia do voto popular*» não tem resposta. Se já no seculo XII existisse o suffragio universal, que de polemicas e revoluções se não teriam evitado!

5.º—«O fundador da nacionalidade portugueza foi um *aventureiro francez*, casado com *uma bastarda* e rebellando-se por *ambição* contra a familia de sua mulher.»

Que o aventureiro fosse francez, leonez, castelhano ou aragonez, que faz isso ao caso? A nossa democracia nacional, mais sincera que a pessoal do sr. Fernandez de los Rios, accommoda-se com quaesquer ascendencias. Emquanto ao casamento com uma bastarda o caso é tão vulgar, que seria excentricidade em quem com elle se escandalisasse.

6.º—Commentarios ao registo de casamento do conde D. Henrique. Veem a tempo os embargos! «De tal homem tal familia!» Accrescenta raivoso o moralista. «Morre a bastarda continua a guerra contra seu pae; apenas seu filho Affonso Henriques completa 16 annos, revolta-se contra sua mãe e proclama-se *francamente independente*».

Ora aqui está onde francamente tambem doe a ferida ao sr. Fernandez de los Rios.

7.º—«Nada, absolutamente nada se descobre, que justifique a nacionalidade portugueza, mais que uma serie de caprichos monarchicos.» Provas: *Se* Affonso VI não casa com uma franceza, *se* Henrique de Borgonha não vem á peninsula; *se* não casa com uma bastarda, *se* não é nomeado governador de Portugal, *se* não encontra aventureiros francezes que o auxiliem, *se* o rei de Castella faz testamento de uma maneira em vez de uma outra maneira, fi-

nalmente *se* o caudilho deixa de fazer o que fez, Portugal, a estas horas, era uma provincia de Hespanha!

Com uma argumentação identica poderiamos provar, que *se* o sr. Fernandez de los Rios não fosse hespanhol, *se* não tivesse vindo a Portugal em missão secreta, e, *se*, por ultimo não houvesse sido deportado, não escreveria o seu livro, com grave damno para os amadores de leituras amenas.

8.º—Isto agora toca a ambos os povos. É um desencadeado de injurias contra a consolidação do poder monarchico na peninsula. Ahi vae em resumo: «Farçantes de independencia e liberdade, que faziam da mulher um objecto sensual, egual ao dos harens asiaticos; do homem um vassallo similhante a um animal, dos povos um rebanho ao serviço dos seus caprichos, e dos caprichos estranhos.»

A esta prosa não se deve tirar o saber nativo.

9.º—«D. Manuel (cujo pensamento fixo era a união iberica!) expulsa os judeus, de Portugal, para ser agradavel aos reis catholicos.»

Se a isto se chama philosophia da historia, é preferivel então escrever historia sem philosophia.

10.º—Em Alcacer Kibir ficou enterrada a nacionalidade portugueza.» Então a nacionalidade nega-se aos vivos, e reconhece-se aos mortos?

11.º—«Não tomou parte o *povo* na sublevação de Lisboa (1640) os conjurados viram com espanto que só a *plebe* os apoiava! Esta distincção entre *povo e plebe* é bastante methaphisica, especialmente com referencia á epocca. *Ainda* assim os *homens* de officio que tomaram parte na revolução não devem merecer *tamanho* desdem a um apologista de todos

quantos apresentam folha corrida de não serem nobres.

12.º—«Singular amor da independencia, o d'esses ambiciosos que a invocam para se fazerem reis, e apenas o conseguem anceiam a união, ainda que seja pelos meios os mais reprovados.» Na actualidade não tem razão de queixa, senão reporte-se ao insuccesso das suas missões diplomaticas.

13.º—«O papa sanccionou o incesto; os cortezãos dobraram o joelho ante o matrimonio, e *Affonso IX* deixou desgastados pelos seus passeios maquinaes os lagedos da jaula do palacio de Cintra.»

Affonso IX! Onde descobriria o sr. Fernandez de os Rios este rei, que não é o das navas de Tolosa, e que nunca pôz o pé em Portugal; nem tão pouco o irmão de D. Pedro II, porque esse foi D. Affonso VI, casado com uma princeza de Saboia.

14.º—«D. João V, que fazia do mosteiro de *Oeiras* um serralho, comprou ao papa o titulo de Magestade Fidelissima. O sr. Fernandez de los Rios queria dizer *Odivellas*, mas enganou-se.

15.º—«Napoleão, insulto vivo ao principio hereditario, que na impossibilidade de fazer-se imperador *sobre o pedestal dos seculos*, ia a desfazer todas as monarchias distribuindo as corôas pela sua familia e pelos seus soldados, etc.» D'aqui toma pretexto o sr. Fernandez de los Rios para julgar insustentavel a nossa nacionalidade, sendo mais acertado applaudir um facto que temporariamente approximou os dois povos peninsulares. Vê-se que o sr. Fernandez de los Rios não nasceu para diplomatico. O que sabe para dizer o quer. O que não é conveniente nem prudente alardear no

trato da vida ordinaria, é pelo menos leviandade no escriptor, quando esse escriptor representou um papel saliente na politica interna do seu paiz, e symbolisou em si as relações internacionaes entre dois povos, que a sua intemperança de linguagem afastou, em vez de approximar.

CAPITULO IV

Comparação entre Macaulay e o autor do livro *Mi Mision*. Rapido parallelo entre Hespanha e Portugal nos principios do seculo actual. Trecho de um discurso de Rodrigo da Fonseca Magalhães, proferido na camara dos pares em 1848. Fernando VII e D. João VI. Uma opinião do viajante Link ácerca da peninsula. Senibalde de Más e Xisto Camara. Antagonismo de opiniões entre os dois escriptores hespanhoes. O sr. Canovas del Castillo fazendo prophecias. O sr. D. Pedro V suspeitado de iberismo por nunca ter fallado de Iberia! Entra na arena o sr. D. Pio Gullon, e desatina escrevendo contra Portugal um folheto improprio do seu talento. Pastor Dias na berlinda. Opinião d'este diplamatico. Iberismo disfarçado em manifestações jornalisticas, em 1865. Erro palmar do sr. Fernandez de los Rios, com relação a dois portuguezes illustres. O auctor em contradição comsigo mesmo. Merecida applicação aos seus actos proloquio de portuguez popular. Bem o prega Frei Thomaz !...

Somos entrados na historia contemporanea, e com magua vemos o sr. Fernandez de los Rios, dominado pela idéa fixa do iberismo, esquecer-se de que deve á sua dignidade e posição official, para distilar pelo alambique de um cerebro exaltado, todo o fel que trazia accumulado no coração, só porque os acontecimentos, mais poderosos que a vontade dos homens, o deixaram pequeno em frente de um grande facto: — a independencia de um povo!

A severidade historica não exclue a temperança da frase, e o sr. Fernandez de los Rios podia assomar *ao limiar do* nosso seculo sem a prodigalidade de epi*thetos carregados* e retumbantes, de mau gosto para

colorido de estylo; innacceitaveis como sentenças motivadas, feição que pretende dar á sua escripta.

Macaulay, o eruditissimo historiador e inimitavel estylista, modelo do maximo desapego ás opiniões recebidas, e ás tradições vinculadas no espirito nacional, nunca fez do vocabulario ariete contra as demasias que denuncia e corrige em periodos amplos e substancias, e teve a modestia de não condemnar monarchias com duas simples palavras como estas: *estupida felonia hespanhola e imbecil procedimento portuguez,* rajadas soldadescas improprias de um escriptor sisudo, e mais ainda de um diplomatico reflexivo.

Foram rudes as povoações porque a peninsula iberica passou no principio d'este seculo. Incauta, e desprovida de todos os meios de resistencia, encontrou-se temporariamente á mercê das armas victoriosas de Napoleão. As humilhações por que passou Portugal, que foram verdadeiras e o sr. Fernandez de los Rios escuda caridosamente com testemunhas nacionaes [1] não pesaram com menor vilipendio sobre a Hespanha, joguete como nós da politica rival da França e da Inglaterra.

Se a prioridade da resistencia peninsular ao dominio estrangeiro coube ao heroismo de algumas provincias hespanholas, heroismo que não queremos obscurecer, Saragoça existe ainda para symbolo do que póde um povo opprimido; Portugal, pequeno e indefeso, soube tambem ser-lhe competidor em patriotismo, e dá como fiador á incredulidade no sr. Fernandez de los Rios as paginas sobrias do general Foy, as remeniscencias de Napier, e a gratidão

[1] S. J. da Luz, *Historia da guerra civil.* Claudio de Chaby, *Excerptos Historicos.* J. Martins de Carvalho, *Apontamentos para a historia contemporanea*, e Barros e Cunha, Historia da *liberdade.*

por vezes manifestada a nosso respeito no parlamento britannico.

Erro, e grave, se nos affigura attribuir exclusivamente á fórma dos governos o affastamento em que os dois paizes se teem conservado um do outro, economica, commercial e intellectualmente a sua existencia autonomica essa é do interesse de ambos. O sr. Fernandez de los Rios melhor do que ninguem, sabe pelas funcções publicas que exerceu em Portugal, que nem o estado provisorio da politica hespanhola approximou os dois povos, nem as negaças da republica nos captou os animos, sempre seguros no proposito de não imitar a Hespanha nas suas eternas oscilações, nascidas em parte de uma ruinosa administração financeira.

Diz-se que a palavra foi dada ao homem para occultar os seus pensamentos. Nós crêmos ser mais verdadeiro o servir ella para demonstrar o pró e o contra, com egual apparencia de plausibilidade. O regicidio de Carlos I foi defendido por Milton com a Biblia na mão, e ardentemente impugnado por Saumaise com outros textos, tambem da Biblia. Guardadas as devidas e respeitosas distancias entre Milton e o sr. Fernandez de los Rios, bem como entre o realista Saumaise e o refutador do archi-iberista de que se trata, o leitor concluirá que são pelo menos improcedentes os seus calculados desvios pela historia, provocadores de represalias que nos não sentimos com gosto, nem vagar para exhumar dos fastos nem sempre sem mancha da historia hespanhola.

Não obstante, se o insignificante Godoy poude, no papel, adquirir a ridicula soberania das provincias do Alemtejo e Algarve, e se um caricato rei da Etruria chegou a ser improvisado em Fontaineblau; mais positivo de que todas estas phantasmagorias foi o reinado do rei José, acatado em Madrid embora por pouco tem-

po, com total esquecimento das tradições nacionaes, e sem que a ossada de Pelayo estremecesse na campa.

Falla-se a miudo na alliança peninsular, e na influencia que ella deve, e está no seu direito em exercer nos negocios da Europa, mas como é que Portugal pode descançar na fé d'essa alliança, aliás util e racional, se ainda no principio d'este seculo a Hespanha se alliava á republica franceza contra nós; e se recentemente ainda, em 1847, acceitava o papel de invasora, e nos humilhava com a presença dos seus exercitos, esquecida da fraternidade que tantas vezes invoca?

A astucia da raposa do apologo é tão a miudo desmentida pelos nossos visinhos, e o sr. Fernandez de los Rios nos está dando agora mesmo mais um exemplo d'isso, que não ha corvo por enfatuado e imbecil que seja, que largue do bico o queijo que traz seguro, para ouvir os namorados requebros da embaidora.

De fragmentos desconnexos de livros e folhetos, recheia o diplomatico hespanhol o seu arsenal de invectivas contra nós, occultando as sessões do parlamento portuguez, em que incidentemente se tratou das nossas relações internacionaes, em periodos recentissmos. [1]

Estas considerações não tendem a deprimir, nem sequer a attenuar as boas relações de amisade que devem existir entre Hespanha e Portugal, e se d'ellas nos fizemos aqui interpretes, foi como expressão de sentimento nacional, que vamos fortalecer com as palavras do eminente estadista Rodrigo da Fonseca Magalhães, proferidas na camara dos pares, em 1848, debaixo ainda da dolorosa impressão causada pela intervenção estrangeira do anno anterior:

[1] *No fim d'este* volume encontrará o leitor importantes *documentos parlamentares* que o sr. Fernandez de los Rios *omittio no seu livro.*

«Oppuz-me sempre a ella, (á intervenção hespanhola), e a ella, mais do que a nenhuma outra; e não por odio ou preconceito algum, que isso seria uma puerilidade; mas eu não queria que o sapato de um soldado castelhano pisasse o nosso territorio para intervir em nossas dissenções domesticas. N'esta parte tenho os principios de nossos antepassados (apoiados), cujos sentimentos de nacionalidade mantiveram até hoje a independencia d'este paiz. *É justo, é de immensa utilidade, que a melhor intelligencia reine entre as duas nações; sejam intensas as suas relações commerciaes; sejam como entre provincias visinhas; demulam-se as alfandegas das fronteiras; levem ambos os povos um ao outro os seus productos com os menores tropeços que possivel seja;* mas não intervenham os nossos visinhos nas nossas coisas politicas.»

«Estou certo que taes são os sentimentos de todos os portuguezes zelosos de sua independencia, e que considerem que, se alguem tem que temer por ella, é, pela situação geographica, sómente do reino visinho, mais forte do que nós, e que já nos teve sessenta annos que não foram para nós de felicidade.

Nós amamos a nossa patria, a nossa dynastia, a nossa historia, que é das mais brilhantes dos tempos modernos; a nossa lingua — a lingua de Camões — os nossos monumentos, emfim tudo quanto constitue uma nação, um povo distincto, cuja bandeira nos fez conhecer em todas as plagas do universo — essa bandeira que, por um decreto de Filippe II, tinha de ceder ao pavilhão de Castella; — o que nossos paes tiveram como o maior opprobrio.»

«E, repito, *nada d'isto significa aversão a nossos nobres e heroicos visinhos, com os quaes desejo que tratemos como irmãos.* Não venham as suas baionetas intervir em nossas questões, salvo se a dynastia fosse *atacada* por um poder estranho: e nós façamos o mes-

mo. Estes são os meus sentimentos, embora venham a ser sinistramente interpretados. Não attribuí ao governo visinho ruins intenções na sua intervenção; mas entendi que a não deviamos solicitar; e ainda assim o entendo, *posto que é para desejar que cada vez mais se estreite a união e boa intelligencia entre as duas nações, que a Providencia destinou para serem amigas.*»

«Não nos acostumemos a ver no nosso territorio essas intervenções armadas em questões propriamente domesticas; esse espectaculo abate e deprime o espirito de independencia que nos deve alentar. *Em logar de exercitos venham os seus mercadores, os seus viajantes:* muito *desejarei que tiremos mutuo proveito de nosso trato e relações, e, que, como disse, commerciemos como povos de provincias limitrophes, como irmãos que somos.* (Apoiados). *Oxalá que da parte dos nossos visinhos haja o mesmo pensamento a respeito d'este commercio e d'estas estreitas relações de amisade!*[1]»

Foi larga a transcripção, mas por autorisada a não quizemos mutilar, antes conservámos como espelho claro, onde se possa revêr a consciencia dos nossos compatriotas. Agora prosigamos.

Que a casa de Bragança cessasse de reinar por um decreto de Napoleão, que o congresso de Vienna posteriormente invalidou, castigando na França as ambições do seu gigantesco representante; para que presta recordar como ominoso um facto que foi pretexto providencial da alliança peninsular que se lhe seguiu, e de que os dois paizes ainda hoje se ufanam?

Sabemos quão pouco gloriosos foram os reinados de Fernando VII, em Hespanha, e de D. João VI, em Portugal, mas o que é difficil de averiguar é qual dos dois imperantes fez mais triste figura, e representou

[1] *Discurso* de Rodrigo da Fonseca Magalhães, proferido *na camara dos pares* do reino, em fevereiro de 1848.

mais vergonhoso papel, se o primeiro, andando aos baldões da sorte, vilipendiado e escarnecido de todos; se o segundo ausentando-se do reino, por conhecer que a Providencia o não vasára no molde dos heroes, e furtando assim a sua egoista individualidade ás comicas peripecias a que se ageitou na Europa o seu collega de infortunio.

Conhecemos o livro do duque de Chatelet, mais humoristico do que sensato ácerca das coisas portuguezas, mas não é seguro nem digno fazer obra pelas impressões de viajantes estrangeiros, com especialidade francezes, que percorrem, ou percorreram a peninsula.

O sr. Fernandez de los Rios não o ignora, mas lança ás vezes descuidosamente mão das armas que o podem ferir. O naturalista Link, allemão de nascimento, e como tal menos propenso a ver as coisas pela rama de que o *touriste* francez, na sua «Viagem a Portugal», atravez de Hespanha» se nem sempre acerta nos seus julgamentos, é pelo menos imparcial quando põe em relevo o atraso dos dois paizes, e os funde na mesma commum sentença, assignalando porém as differenças de caracter entre as duas nacionalidades, que as torna não antipathicas uma á outra, mas impossiveis de fusão, pelas disparidades que apresentam.

Os acontecimentos de 1847, a que já atraz nos referimos, exaltando momentaneamente o nosso amor proprio nacional, provou que o espirito publico não estava, como ainda hoje não está entre nós tão amortecido como a má fé por vezes o tem querido julgar. Allucinações de momento não podem ser levadas á conta de opiniões fixas e reflectidas [1].

[1] O autor d'estas linhas era ainda então muito rapaz, e partidario das idéas representadas pela junta do Porto, a cujo serviço andou. Tendo occasião de encontrar-se em uma reunião mi-

Da exaltação popular de 1847, e do rebate dado ás idéas mais avançadas no anno seguinte, pela proclamação da republica franceza, infere o sr. Fernandez de los Rios que a chimera da união iberica mudára de rumo, passando decididamente da ambição dos reis a ser o pensamento fixo dos povos!

Para accentuar mais a sua opinião, e justifical-a com provas, cita o autor o juvenil enthusiasmo com que os estudantes hespanhoes e portuguezes residentes em Paris, em 1848, saudaram a nascente republica franceza, *aclamando* a união iberica! Ignoramos como as coisas então se passaram, mas a acclamação da união iberica feita por estudantes, e em paiz estrangeiro, tem taes laivos de ridiculo, ou pelo menos tal cunho de extravagancia de mocidade que, reproduzida como argumento, é sobre banal impropria da gravidade de um historiador.

Por este tempo andava já D. Senibaldo de Más sonhando *a fraternidade, egualdade e união* entre portuguezes e hespanhoes, e havia reunido alguns amigos em Macau, (a que distancia seria da gruta de Camões?) a quem revelava as bases em que devia assentar o futuro alcorão iberico-monarchico, que depois viu a luz publica em Lisboa em dezembro de 1851, e veio a servir pelo correr dos tempos de fonte perenne e caudal de argumentação, a todos que se teem occupado até hoje da fusão das duas nacionalidades.

Deve-se porém notar que o apostolo nenhum discipulo deixou que crêsse ás cegas na palavra do mestre, apezar do empenho d'este em não deixar de esquadrinhar como propagandista todas as frioleiras que

litar, com alguns hespanhoes que faziam parte da divisão do general Concha, entre elles com o infeliz brigadeiro D. Jayme Ortega, depois fuzilado, que aventurou a idéa da *união iberica, immediatamente* repellida por um dos circumstantes, em nome de todos os outros.

lhe pareceram uteis para o seu intento; desde as nigromancias chronologicas, collegidas para uso dos malutos de ambos os sexos, a passar pela caricata promoção de Santarem a capital da nação iberica, e a terminar pelo mappa demonstrativo do numero dos ministros e generaes que cada uma das provincias tem fornecido á Hespanha, como que garantindo, pelo exemplo, eguaes regalias a Portugal!

Depois do propagandista monarchico e unitario, por intermedio de enlaces matrimoniaes, (os retratos dos principes portuguezes e das princezas hespanholas, figuram como chamariz no ante-rosto de uma das edições do livro do sr. D. Senibaldo de Mas!) vem o fogoso e ingenuo D. Xisto Camara [1] e deita a correr mundo a sua *União Iberica*, verdadeiro *ceci tuerá celá* do pensamento genial do *philo-iberico*, que o antecedera.

As citações fazem fé.

«A união de Portugal e Hespanha, diz Xisto Camara, não póde, não deve ser «obra de reis; mas obra de ambos os povos, reunidos e abraçados nos altares da fraternidade».

Demonstração. Subindo do menor para o maior, remonta Xisto Camara da familia ao municipio, do municipio á provincia, da provincia ao poder supremo, a que evita dar o nome de poder central, e constitue com estes elementos a nação iberica.

Condensando em tres proposições geraes a sua argumentação, formula D. Xisto Camara o seu problema, e tira depois a seguinte consequencia: «Assim é «que, desde o momento em que se trata de remir as

[1] Xisto Camara foi homem de caracter exaltado, mas de convencimentos profundos, e cavalheirosa lealdade. Teve amigos sinceros em Portugal, que lastimaram o desastrado fim que encontrou na sua patria ao deixar a nossa terra hospitaleira.

«localidades, quebrando este rijo cabo, que as subjuga «ao poder central brota na mente, como uma rosa, a «idéa *da federação iberica!* »

Ora aqui temos nós dois dos primeiros iniciadores do iberismo em guerra aberta um com o outro, pretendendo o primeiro a união monarchica, e receiando a anarchia que deve porvir de qualquer outra fórma de governo; e pertendendo o segundo fazer renascer as velhas nacionalidades, conglubadas hoje em um todo informe, (convem não esquecer nunca o viver excepcional das provincias Vascongadas, nem a existencia attribulada da Galisa) e prendel-as em harmonioso conjuncto pelos laços do federalismo.

D'estes dois percursores da idéa iberica se derivam todos os extravios que ella tem tido até á época actual, conforme as tendencias dos diversos chefes de seita que se chamam Olozagas ou Canovas del Castillo, Pio Gullon ou Martos, Castelar ou Salmeron; uns enfeudados á monarchia, e como taes querendo robustecer a phantasmagoria da unidade hespanhola; outros, mais homens do futuro, procurando na federação uma phase menos humilhante para Portugal, da união iberica.

Apesar dos esforços d'estas duas diversas escolas, forçoso tem sido á Hespanha reconhecer que lhe faltam os elementos de prosperidade moral e material, sem os quaes uma nação não pode apresentar-se francamente a convidar uma outra nação a correr com ella as aventuras e os asares que tornaram immortal o protogonista do inimitavel romance de Cervantes.

Em 1854, quando uma revolução militar punha mais uma vez em perigo o throno de Izabel II, refloria como *uma rosa*, não a idéa do inventor de tão poetica comparação, mas a do seu antecessor D. Senibaldo de Más, e o sr. D. Pedro V principiava a ser incommodado com as importunações dos ibericos, sempre infructiferas,

apezar das affirmativas em contrario, não baseadas em quaesquer documentos que mereçam ser tidos como dignos de fé.

Por este tempo o sr. Canovas del Castillo, aliás homem de notaveis faculdades intellectuaes, escrevia um papel inculcando o sr. D. Pedro V para rei da iberia, e em vez de pôr ao serviço da sua causa razões de alcance social dignas do seu talento, o sr. Canovas aceitava os processos da velha seita sebastianista, e faziase propheta na sua terra, pondo em relevo, o numero fatal de *seis* que nunca ultrapassára nenhuma das quatro dynastias que haviam reinado em Hespanha, e tirando d'este jogo de algarismo a conclusão do termo final do reinado de D. Isabel II, e a proclamação do sr. D. Pedro V!

Os indicios de iberismo, n'esta epoca, citados pelo sr. Fernandez de los Rios são: um artigo do *Diario Hespanhol*, um outro da *Revolução de Setembro*, firmado pelo sr. Antonio Rodrigues Sampaio, e ainda um terceiro do *Leiriense*, escriptos os dois ultimos na occasião em que alguns myopes impugnavam a construcção do caminho de ferro de norte, em nome de imaginarios perigos de invasão hespanhola, artigos improvisados no ardor da polemica, sem fito politico, e agora invocados como tendencias para o iberismo!

O facto do sr. D. Pedro V ter *pronunciado oito discursos de abertura do parlamento, tres de encerramento, treze respostas a commissões da camara dos pares, outras tantas á dos deputados, e dezenove á camara municipal de Lisboa*, sem em nenhum d'estes CINCOENTA E NOVE documentos se ler uma unica vez as palavras «independencia» ou «autonomia» é invocado pelo sr. Fernandez de los Rios, com uma argucia digna dos seus anteriores calculos arithmeticos. Se é verdade estarem certas as sommas acima indicadas, é pueril pretender que o silencio do chefe de estado significas

propositos ibericos, quando, o muito negar o que se projecta fazer, é que as mais das vezes serve de capa em que os velhacos se envolvem.

Este iberismo manso, platonico, que o sr. Fernandez de los Rios quiz ver transpirar em tudo, e por toda a parte, não só não deu então nenhum resultado pratico, como tambem não fortaleceu as theorias que já andaram em circulação. O mais a que chegou foi a provocar os fogachos do sr. D. Pio Gullon, que, pondo de parte rodeios, se atirou logo aos moiros de lança em riste e viseira calada, publicando um folheto injurioso para Portugal, intitulado *La fusion iberica*, engenhoso á força de ser desbragado, e que termina invocando a assistencia do apostolo Santiago para a obra meritoria da nossa absorpção!

Um jornal hespanhol deu por esse tempo a entender que o folheto fôra inspirado nos paços de Santo Ildefonso, mas nós não cremos que uma senhora fosse musa d'aquelle acervo de premeditadas injurias contra uma nacionalidade; e apenas sentimos que o sr. D. Pio Gullon preterindo as praches e as velhas usanças da cavallaria, nos não avisasse por cartello das intenções hostis de Santiago, para nós mandarmos previnir S. Jorge, em inactividade temporaria ha tantos seculos, do repto que lhe era feita por um confrade seu do *Flos Sanctorum*. N'isto vieram a parar as illusões ibericas, renascidas em 1854, apezar das prophecias do sr. Canovas del Castillo!

Do não iberismo do sr. D. Pedro V dão testemunho os despachos diplomaticos de Pastor Dias, ministro de Hespanha em Portugal, que tanto exaltaram a bilis do sr. Fernandez de los Rios, a ponto de os alcunhar de *pretenciosos*, *altisonantes* e *attribiliarios*, só porque não foram escriptos com estylo chocarreiro, e se reconhecia n'elles as qualidades pessoaes que distinguiram um rei portuguez, dado ao estudo, e ao seu officio de reinar.

Como Pastor Diaz é pouco conhecido em Portugal, como quasi todos os seus compatriotas, mesmo os mais illustres, convem dizer que o homem tão asperamente julgado pelo sr. Fernandez de los Rios foi deputado em treze legislaturas, membro do senado e presidente da Academia Central de Madrid, havendo a sua morte sido geralmente sentida em toda a Hespanha. [1]

A insistencia em commentar os despachos diplomaticos de Pastor Diaz com a mais ante-christã das violencias, e o mais completo esquecimento de que fôra seu antecessor em um cargo melindroso e elevado, alguma razão forte havia de ter da parte do sr. Fernandez de los Rios, e com effeito viemos a encontral-a em um despacho de 30 de abril de 1861, de Pastor Diaz para o seu governo, que diz assim: «*A união «iberica chegou a ser uma especie de papão, com que «alguns sinceramente sonham e se espantam. Para o «resto é uma accusação de partido que constantemente «uns contra os outros fulminam. E' um thema que cada «partido varía, accommodando-o á sua musica e á sua «clave.*»

Como a sinceridade d'esta veridica confidencia de Pastor Diaz invalída um dos principaes recursos do sr. Fernandez de los Rios, a sua appellação constante para o jornalismo portuguez, por isso vê com tão maus olhos os despachos do seu collega, excepto quando este avulta as difficuldades da sua missão, porque essas applaude-as o critico, como passaporte para a posteridade, e desculpa dos proprios insuccessos diplomaticos.

Os despachos do conde de Valenciae, e do marquez de la Rivera, são tambem pouco affectuosamente passados em revista pelo sr. Fernandez de los Rios, (abran-

[1] Vide: Antonio de Latour, francez de nação, e secretario, cremos nós, do duque de Montpensier.

gem os annos de 1862-1865), mas lidos desprevenidamente, e sem paixão, não provam que o exclusivo e afferrado amor d'aquelles diplomaticos á dynastia dos Bourbons em cousa alguma influisse no giro da politica interna portugueza, nem tão pouco na externa, apezar de alguns asperos e inevitaveis incidentes da epocca dar logar a conjecturas, mais ou menos capciosas, em razão do já então projectado consorcio do sr. D. Luiz I com uma princeza italiana.

Para o nosso fim basta apenas deixar aqui antecipadamente consignada *a hostilidade do sr. D. Fernando á idéa da união iberica* [1], que devia trazer mais precavido o sr. Fernandez de los Rios, em 1869, para se não arriscar a tão repetidos desapontamentos como os que experimentou.

Convem-nos tambem deixar registada a opinião de Coello y Quesada *que quebra a monotonia das adulações que se registam nos copiadores da legação* [2] e é *de que a estabilidade da administração e a tolerancia que reina nas regiões officiaes, como o socego filho do temperamento do povo, são, alem d'isso, grandes elementos de ordem, de liberdade e de paz.* Esta opinião, embora attenuada por outras considerações menos benevolas, segundo o uso hespanhol, fica-nos de arestos, para melhor occasião.

Depois d'esta «alleluia» de publicidade, em seguida ás trevas e á paixão dos officios *reservados e confidenciaes*, inicia-nos o sr. Fernandez de los Rios nos segredos do jornalismo *philo-iberico*, explicando-nos como se urdem ovações no paiz visinho, e com o partido anti-dynastico, em Hespanha, preparou a de que foi alvo e rei portuguez, pela combinação dos jornaes

[1] *Despacho do* marquez de la Rivera, de 30 de junho de *1864.*

[2] *Fernandez de los Rios, Mi mision*, pg. 220.

La Soberania Nacional e a *Democracia*, denunciados á censura por um collega menos benevolo, ou mais aferrado ás velhas crenças monarchicas.

Estes manejos ibericos, revelados pelo sr. Fernandez de los Rios, que n'elles tomou parte, bastariam para nos precaver contra a sinceridade dos jornalistas e do jornalismo em geral, invocada no livro *Mi mision* como prova, que para nós nada significa, das tendencias ibericas dos dois povos.

O jornal hespanhol *La Epoca*, que, em 1861, fustigava em um *suelto* o folheto do sr. D. Pio Gullon, amortecendo-lhe a importancia com a procedencia palaciana do auctor: em 1868, sete annos depois! publicava um plano estrategico da invasão de Portugal, com a circumstancia aggravante de ser redactor d'aquella folha o mesmo sr. Coello y Quesada, que, quatro annos atraz representara o seu paiz em Portugal, com applauso excepcional do seu sucessor.

Nós não somos aqui, nem fóra d'aqui, defensores de dynastias; mas a culpa que a ellas ou aos seus agentes attribue o sr. Fernandez de los Rios para a mutua desconfiança que existe entre os dois povos peninsulares, se é possivel dever-se em parte *á ambição dos reis*, deve-se tambem em não menor escala á leviandade dos democratas.

Entre elles, porém, nenhum tem maior responsabilidade que o ex-representante de Hespanha em Portugal, não só pelo que tramou emquanto foi jornalista, como pelo que poz por obra como agente secreto do general Prim, como tambem pela publicação do seu livro — unico no genero — desde que na Europa se travou a lucta entre o que existe, e o que póde ou deva existir, segundo a escola politica dos contendores, e as aspirações de cada um d'elles.

Esta segunda divisão do livro do sr. Fernandez de *los Rios, fecha*, como a primeira, com chave de ouro,

preceito imposto aos sonetos, e que não é para despresar nos pamphletos politicos. Sob a rubrica de balanço historico, resume o autor as suas opiniões anteriores, sempre ambiciosas, mas nem sempre convidativas da analyse, correndo á desfilada atravez de dois seculos, não arbitro entre elles, como o Napoleão na óde de Mazoni, mas levado por elles no enchurro das vilesas já apontadas, e de paixões apenas mal extinctas.

No resumo historico que de 1640 desce até 1800, mas sobrio ainda assim que o do primeiro inventario da nossa nacionalidade, que abrangera a bagatella de seiscentos e sessenta annos: alegra-nos ver o sr. Fernandez de los Rios tomar o folego para recordar a heroica resurreição da peninsula em época de commum provação (1808), entristecendo-se-nos logo o espirito ao considerar que sol de pouca duração foi o desassombro do seu espirito patriotico, e como depressa se deixou vencer pela ascendente dos preconceitos contemporaneos!

Um erro temos ainda a indicar na escripta do sr. Fernandez de los Rios, e é a confusão que n'elle se faz de Mousinho da Silveira com Mousinho de Albuquerque, nomesegua lmente illustres, mas de indole e acção diversas no theatro das nossas luctas politicas; dando ao segundo a designação de «grande reformador» que compete exclusivamente ao primeiro; erro tão imperdoavel como seria para um portuguez confundir Mendizabal com qualquer outro contemporaneo de significação politica menos evindenciada.

Não querendo omittir nenhuma das peças d'este importante pleito, transcreveremos na integra o summario que o sr. Fernandez de los Rios nos apresenta das tentativas ibericas, ou como taes qualificadas, todas *encetadas em tempos* anormaes, e inspiradas por *despeitos de occasião*, nos tres primeiros quarteis d'este *seculo*.

«Não era, porém, a *ambição de reis*, de principes nem de favoritos a que, desde o principio d'este seculo, tirou a aspiração á unidade peninsular do caminho das guerras e dos casamentos, trazendo-a por senda differente: nem a que em 1818 movia Campuzano a tratar do assumpto em Londres com o embaixador portuguez; nem que em 1823 *se reflectia* nos despachos do ministro Pando; nem a que em 1826 levava Flores Calderon, Diaz Morales, Rumi e Borrego a combinar *com D. Pedro IV* uma revolução para unificar a peninsula; nem a que guiava Mendizabal em suas negociações com o marido de D. Maria II; nem a que discutiam o conde das Antas e o general Cordova em *plena guerra civil;* nem a que em 1847 aconselhava *os revolucionarios* do Porto a fazer propostas ao general Concha; nem a que em 1848 levava ao *Hotel de Ville*, de Paris, quatrocentos hespanhoes e portuguezes (alguns d'elles depois ministros) accrescenta a narrativa, fundidos em um pensamento e seguindo uma bandeira de concordia; nem a que em 1850 punha em oração o bispo Matta para pedir ao ceu que a familia portugueza volvesse a ser unida; nem a que ditava a Frei Freixá, Caldeira e Senibaldo Más, a *Memoria* publicada em 1852, e quatro vezes reimpressa (e apezar d'isso pouco ou nada conhecida em Portugal accrescentaremos nós); nem a que pelo anno de 1854 *inspirava os mais distinctos escriptores e oradores portuguezes*, nem a que em 1865 nos levava, a Castelar *e a nós*, á estação do Norte a fazer uma ovação aos reis de Portugal; nem a que resplandece, finalmente, *no renascimento scientifico e litterario que actualmente se está operando no occidente da peninsula, como para encher o vacuo dos que por interesse de momento renegaram de seu ideal.* »

Disse-nos o sr. Fernandez de los Rios que a idéa iberica passará dos reis e dos principes a ser perfilhada

pelos povos, e nós vemos D. Pedro IV e o marido da rainha D. Maria II figurarem no elenco dos personagens apontados como ibericos, quando não directamente por si por intermedio dos seus representantes Campuzano e Borrego. Dá-nos ainda o sr. Fernandez de los Rios como expontaneo e popular o progresso da idéa iberica, e nós encontrâmos um bispo em extasi, fazendo oração mental, e pedindo ao céu pela fusão de uma familia já congraçada pelas aspirações de dois povos.

Cita finalmente, os annos de 1847 e 1848 como caracteristicos de evolução social que o preoccupa, quando essas datas, já o dissemos e repetimos, prestam e servem simplesmente para recordar *a necessidade de uma alliança offensiva e defensiva na peninsula*, mas sincera, leal, sem mescla de fusões nem de idealidades.

Emquanto á precipitação que o sr. Fernandez de los Rios prudentemente condemna em assumpto de tamanha magnitude, assim proprio lavra a sentença quando ridicularisa os *ibericos de circumstancia, que em suas temporadas de febre querem forçar a acção dos tempos e fundar thronos peninsulares á medida da ambição dos que dispensam os proventos nos periodos em que a idéa não corresponde ao interesse dos povos.*

Foi isto exactamente o que fez o sr. Fernandez de los Rios, em 1869, como vamos demonstrar com a propria confissão do réu.

Bem o prega Frei Thomaz!...

CAPITULO V

Missão secreta do sr. Fernandez de los Rios, em Portugal. A **Iberia casamenteira.** O duque de Montpensier. Entra em **scena** o marquez de Niza. Florilegio. Retrato de el-rei o **sr.** D. Fernando, feito a capricho. De como o diplomatico **hespanhol** justificou com a sua estreia o titulo de uma **comedia** de Tirso de Molina. O marquez de Niza promovido **a** Lavater. Explicação de uma carta do fidalgo portuguez. **Julgamento** do emissario secreto feito pelo sr. Pinheiro **Chagas.** Bases de politica peninsular indicadas pelo sr. **Silvela,** e acceitas pelo marquez de Sá da Bandeira. Ma**chiavelismo** do sr. Fernandez de los Rios e sinceridade do **sr.** Lorenzana. Outra vez o duque de Montpensier. Refe**rencia** a uma carta de el-rei o senhor D. Luiz ao duque de **Loulé.** Mexericos a proposito da nomeação do sr. Corvo **para** representante de Portugal em Madrid. Trecho de um **despacho** do sr. Mendes Leal. Explicações ácerca de questões de liberdade de imprensa. Uma opinião do sr. Theo**philo** Braga que nada tem com o assumpto.

Passou-se o Rubicon!

Ás asperezas retrospectivas de citações descosidas, e violentamente arrancadas da grande tela da historia, vae seguir se, para nos refrescar o espirito, o idylio pastoril; ou, com mais propriedade, a comedia abundante de peripecias cortezãs, salpicada aqui ou ali de observações dicazes; e dialogada, senão com presteza, pelo menos com atticismo, como convinha a um diplomatico, conhecedor das engenhosas ficções do seu compatriota Breton de los Herreros.

Estamos em plena actualidade. A acção da comedia abrange os annos de 1869-1874, e tem por epigraphe *commissão secreta*, podendo tambem servir-lhe de

titulo «*El vergonzoso en palacio*» usurpado a Tirso de Molina, mas frisante, applicado ás primeiras scenas da peça de que vamos dar conta.

Na noite de 13 de janeiro de 1869 (que algarismo para um supersticioso!) foi o sr. Fernandez de los Rios chamado pelo sr. Zorrilla que o convidou a aceitar uma missão secreta em Portugal. Annuindo a ella, foi o futuro emissario endossado ao general Prim, que o *levou pela mão* a um aposento retirado, expondo lhe a necessidade de arranjar um rei para a Hespanha, cuja candidatura podesse, com vantagem, ser contraposta á do duque de Montpensier, que por aquelle tempo, como ainda depois, punha olhos aváros no throno de que sua cunhada fôra deposta, com pouco respeito pelos laços sagrados da familia, e nenhuma consideração pelos direitos de seu sobrinho que todos, menos elle, podiam desacatar.

A historia dos chamados *casamentos hespanhoes*, que tanto alvoroçou a diplomacia continental, e accordou as susceptibilidades adormecidas da Inglaterra, durante o reinado de Luiz Filippe, seguidor das tradicções de Luiz XIV com relação ás allianças de familia, veiu a ter a sua explicação natural na pouco louvavel ambição do duque de Montpensier, patrioticamente contrariada, diga-se a verdade, pelo ministerio presidido pelo general Prim.

Esta reluctancia dos hespanhoes em aceitar a candidatura de um principe estrangeiro era mais do que justificada, principalmente proscripta como fôra pela revolução de setembro a dynastia dos Bourbons, a que pertencia á esposa do duque, candidato a uma dupla usurpação. Cumpria porém tornal-a extensiva a todos os principes de origem não nacional, embora sem os compromissos de honra que deviam pesar na consciencia do tio de Affonso XII, representando aquelle o *papel de lobo*, e este o do cordeiro do apologo!

Não o entendeu, porém, d'esta fórma o general Prim, nem os srs. Sagasta, Figuerola e Zorrilla, como consta das credenciaes que assignaram ao sr. Fernandez de los Rios, encarregando o de encarnar em si a figura de tentador das almas, que o poeta allemão potentamente symbolisou em Mephistopheles, e engenhos mais acanhados, mas menos soturnos, em Dianas de Poitiers, ou em outras das gentis maldosas que influiram nos destinos dos imperios.

Sem a velhacaria d'aquelle, nem as graças geniaes d'estas, o sr. Fernando de los Rios cahiu de chofre nos dominios de Cervantes, desde que, abandonando a empreza que traria aos hombros a de *organisar quinze mil operarios que então sobrecarregavam o municipio de Madrid*, se aventurou a partir para Lisboa, trazendo na algibeira uma carta de recommendação para o marquez de Niza, que havia pol-o na pista de desencantar um rei!

Alem d'esta carta, trazia comsigo o emissario secreto uma outra para el-rei o sr. D. Fernando, assignada por quatro ministros, e, sem n'ella se fazer referencia á vontade do regente: e mais um outro papel, o nome nada faz ao caso, encarregando o activo *tirateimas* de estudar na Extremadura *quaes os terrenos proprios para o estabelecimento de colonias agricolas*, isto tudo muito em segredo e *confidencialmente*, o que não impedia que o sr. D. Ildefonso Bermejo [1] publicasse quasi pelo mesmo tempo muitos dos documentos reservados, agora dados á estampa, pelo unico interessado em ser juiz da opportunidade da sua publicação!

De historiador pouco escrupuloso passou o sr. Fernandez de los Rios a ser paisaista esmerado, descrevendo as avenidas do palacio das Necessidades, que

[1] *Historia de la* interinidade y guerra civil de España, *desde 1868.*

estudára de fóra, como um general estuda o campo em que projecta dar batalha, isto emquanto não recebia resposta da carta que mandára entregar ao marquez de Niza[1] pedindo-lhe uma entrevista.

O marquez, homem de subtil entendimento e immensa pratica do mundo, punha acima de todas as considerações *o titulo de amigo do seu amigo*, cortezia com que á *priori* se escudava contra os possiveis desastres do Icaso a que se ia associar, não querendo, já no declinar da edade, expôr-se a naufragios que o seu antepassado,

Vasco da Gama o forte capitão

evitára com a prudencia que lhe valera a descoberta da India.

Recebido entre flores no jardim do marquez de Niza, com elle partiu pouco depois para Cintra o sr. Fernandez de los Rios em demanda de um certo jardineiro que devia entregar uma outra carta a el-rei o sr. D. Fernando; passeiando o emissario por entre perfumados vergeis emquanto se não descobria novo jardineiro que substituira o que fôra despedido do paço; até que finalmente chegou ao seu destino a aventurosa epistola, e o sr. D. Fernando indicou para local da entrevista *un magnifico bosque de incomparables camelias*.

Estamos nos jardins de Armida. Para lastimar é que quem a Portugal chegou em maré de rosas, tão rapidamente se deixasse rasgar nos espinhos de tão traiçoeiras flores. No *Diario* das suas aventuras narra candidamente o sr. Fernandez de los Rios os seus desapontamentos, em estylo florido e desenxovalhado, em que o escriptor resumbra atravez do diplomatico, e a fragilidade humana abre clareira ás amarguras do en-

[1] *Vide a nota no fim d'este livro.*

carregado de reconstruir e fortalecer futuras nacionalidades!

Parte da imprensa portugueza tem já julgado em globo o lado mais importante da missão secreta do sr. Fernandez de los Rios, a que trazia por fito a candidatura do sr. D. Fernando ao throno de Hespanha, mas não nos parece fóra de proposito dar aqui logar a esses julgamentos, depois de algumas previas considerações que ainda temos a fazer.

O sr. Fernandez de los Rios, que tanto se incommodára com as minucias dos despachos dos seus antecessores, chegando a despeitar-se com as apreciações que Pastor Diaz fizera do caracter e da pessoa do sr. D. Pedro V, empunha agora o pincel opulento de Murillo, e com o escrupulo de um alcaide dos bons tempos dos passaportes em regra, faz assim o retrato do sr. D. Fernando, que damos em hespanhol, para que não aconteça extraviar-se ao tiral o da moldura:

«Al cabo de un rato apareció en lo alto de un sendero un hombre alto, de galharda figura, vestido con un jaqueton y una especie de gregñescos de tercio pelo verde, botas altas de campana y sombrero negro de abas muy anchas, enteramente da silueta del personaje de un lienzo de Vandick; blanco, rubio, el rostro un poco enjuto, as facciones regulares y bien proporcionadas, la frente despejada, los ojos pardos, la mirada dulce, bigote y perilla largo, rubio si es que trás de lo rubio no hay algo de cano, el conjunto del semblante no muy expressivo, el aire sencillo pero digno, los movimentos agiles, la figura, en fin, de un hombre que en vez de 52 años representa 35 ó 40.»

É possivel que este retrato viesse já encommendado de Madrid pelo sr. Sagasta, o mais artista dos collegas do general Prim no ministerio, receioso de vir a encontrar-se de futuro a despacho com um rei physicamente grotesco, destoando do donaire andaluz, mal talhado

para subir as escadarias do Escurial, e pouco feito para iniciador de uma nova dynastia.

O diario do sr. Fernandez de los Rios chega a tomar proporções comicas, á força de pretender ser sagaz.

« Durante a entrevista (com o sr D. Fernando), aproveitando os degraus em que o caminho abunda, sempre se collocava um mais abaixo de mim, para ficar á *minha altura* e olhar-me fixamente (de hito en hito) de vez em quando desenhava-se-lhe nos labios um sorriso que eu não sabia como interpretar, *se como signal de satisfação ou de ironia.* Consultei logo o marquez de Niza que me affirmou *ser nervoso e habitual em D. Fernando, quando qualquer negocio o preoccupava fortemente.*

Esta promoção a Lavater, feita ao almirante mór dos mares das Indias, provocaria de certo o riso ao marquez de Niza, se a lesse; e deixal-o certificado da propriedade do titulo dado ao protogonista da comedia de Cintra: — « *El vergonzoso en palacio.* »

O resumo das negociações, encetadas entre myrthos e rosaes, tão pouco satisfatorio foi para o amor-proprio do emissario secreto do general Prim, que antes de volver a dar conta de si, a quem o mandára, julgou conveniente munir-se de um attestado de bons serviços, assignado pelo marquez de Niza.

Vamos transcrevel-o, para que se veja que, não sendo o marquez diplomatico, se não havia esquecido das tradições dos que na sua familia o haviam sido. Eil-o:

« Meu querido amigo: A data d'esta carta lhe provará (a carta é de 19 de janeiro. Dois dias tinham sido perdidos em mendigar uma audiencia!) as deligencias que nos temos visto obrigados a fazer.

« Depois de esforços sobrehumanos para conseguir uma resposta, a que obtivemos foi o mais que podia-

mos alcançar. Não tendo dito *não* na minha opinião é *sim*, sem responsabilidade ulterior.

« Fallando em consciencia, pensava que seu filho tinha veleidades para si mesmo, e a sua consciencia de pae, e de cavalheiro, não lhe permittiam entrar em concorrencia com seu proprio filho. Não tendo dito *não* deixou aberta a possibilidade de acceitar um facto consumado.

« Esta é, pela minha honra, a minha opinião franca e sincera, que submetto á vossa approvação e dos vossos amigos, *sem nenhuma responsabilidade moral.* A minha pessoa, a minha posição, a minha alma e o meu corpo são vossos. *Niza.*

Este silencio, que por não ser *não*, póde chegar a ser um *sim*, mas um *sim* sem *responsabilidade ulterior*; só tem por equivalente em finura o representar uma opinião de que o seu auctor declara não *querer acceitar a responsabilidade moral!*

Evidenciados estes incidentes, que provam ter o sr. Fernandez de los Rios falseado na sua escripta muitos dos preceitos de Boileau, e approximadamente todas as tradições da diplomacia, será o sr. Pinheiro Chagas quem lhe formule os quesitos do libello e lhe applique a sentença:

« A missão mais importante que o sr. Fernandez de los Rios teve de que tratar emquanto foi ministro em Lisboa, foi sem duvida alguma a candidatura do sr. D. Fernando ao throno de Hespanha. Era n'este ponto que se esperavam as revelações surprehendentes, foi n'esse ponto que ficaram mais completamente desapontados os curiosos. Em compensação o sr. Fernandez de los Rios conseguiu um resultado, que naturalmente não esperava: foi pôr *em plena luz aos olhos do paiz* o papel brilhantissimo desempenhado por sua *magestade el-rei D.* Fernando. »

Continua depois o jornalista portuguez fazendo a

exposição dos trabalhos preparatorios para a entrevista de Cintra, que nós já narrámos, omittindo porém significativos episodios, como a declaração do sr. D. Fernando de que não *gostava de mysterios — nem o da cara medianamente animadora do marquez — nem o da relutancia de el-rei a receber a carta dos ministros hespanhoes — nem o do caso de consciencia* interpretado a capricho — vem ainda a *duvida do sr. D. Fernando nas suas forças para fazer o bem-estar da Hespanha* — nem, finalmente, mil outras phrases soltas, prenuncias de uma decisão fixa.

A verdadeira missão diplomatica do sr. Fernandez de los Rios, que principia em 15 de julho de 1869, e traz por sobrescripto *bases de politica peninsular;* não é, como veremos, mais fertil em resultados do que a missão secreta do que acabámos de relatar o insuccesso.

O sr. Silvela, então ministro dos negocios estrangeiros em Hespanha, dá ao sr. Fernandez de los Rios as instrucções que julga uteis para o guiar á luz do sol, depois das trevas em que andara envolvido; e recommendo-lhe que faça tudo sem *prejuizo da independencia de qualquer dos dois povos*, e aconselha-lhe accentuadamente: « *uma politica que respeitando o sentimento sagrado da nacionalidade até nas susceptibilidades, que ás vezes engendra o patriotismo dos povos generosos e amantes das suas gloriosas tradicções, torne não obstante propicia a assimiliação das instituições sem detrimento da propria autonomia, e o engrandecimento moral de ambas as nações, sem menoscabo da integridade de nenhuma d'ellas.* »

Até quando deixará a diplomacia de ser uma burla? O periodo arrendado e rhetorico que serve de escóra ás *bases da politica* peninsular, e os prudentes conselhos *que as fortalecem* são assignados pelo sub-secretario d'Estado D. Juan Valera, talentoso e erudito philo-ibe-

rico, para nos servirmos da phraseologia de todos os embaidores que vão ao grego buscar a raiz das palavras que devem asphixiar a idéa que não querem apresentar a descoberto.

A estas nigromancias vulgares nas chancelarias de todos os paizes e de todos os tempos, correspondeu o marquez de Sá da Bandeira com outras instrucções para o conde d'Alte, nosso ministro em Madrid, fazendo ligeiras variações ao velho thema, que o sr. D. Juan Valera pozera em circulação por conta e risco do sr. Silvela.

O primeiro explicador pratico d'estas reciprocas munificencias internacionaes foi o sr. Fernandez de los Rios, que as louva por abstractas, condemnando por positivas as idéas do sr. Lorenzana, de quem recorda os precedentes ibericos, e accusa de haver apresentado ás côrtes constituintes um projecto para a definitiva demarcação das nossas fronteiras, unica negociação que o ex-diplomatico hespanhol confessa ter encontrado pendente á sua chegada a Lisboa, e haver sido a que menos cuidados lhe mereceu!

Aqui começam as iras do sr. Fernandez de los Rios contra o duque de Montpensier, que não lhe levamos a mal, mas em que vão envolvidos os jornaes hespanhoes que lhe defenderam a candidatura, e o bom nome do sr. Lorenzana; vindo por ultimo a auto biographia do queixoso, *que em vinte annos de vida publica havia conservado a virgindade da sua independencia,* demonstração cabal de que as *Confissões*, desde as de Santo Agostinho até Rousseau, e desde as d'este cynico immortal até ás do sr. Fernandez de los Rios, se muito divertem, pouco convertem pela fraca lição que d'elles se tira, se são ingenuas; e o nenhum fructo que d'ellas se colhe se o orgulho as inspira, como no caso presente.

Embora as letras de cambio dos banqueiros do du-

que de Montpensier corressem com mais credito no mercado politico, do que as notas diplomaticas do sr. Fernandez de los Rios, a accusação feita a este de malhar em *ferro frio no sentido iberico*, (parece que a sua missão secreta tinha já tido a maxima publicidade!) não era infundada, antes o proprio supposto offendido indirectamente o reconhece, quando contrapõe o seu procedimento ao do sr. Lorenzana, e se applaude de lhe haver contraminado o projecto da demarcação das fronteiras das duas nações peninsulares.

Insistimos em pôr claros estes precedentes do sr. Fernandez de los Rios, antes de entrarmos na apreciação dos seus despachos, para que se não ignore a causal do seu futuro procedimento; bem como para que se possa apreciar a instabilidade das suas opiniões com relação á imprensa portugueza; a sua má vontade ao sr. Fontes que deixou no poder, em quanto a Hespanha experimentava sem exito diversas formas de governo, e prostrava na arena os seus mais valentes atheletas; finalmente as allusões feitas ao sr. Corvo, estadista de uma circunspecção em contraste perpetuo com a mobilidade do antigo jornalista madrileno.

Com a chegada do sr. Fernandez de los Rios a Portugal coincidiram os boatos, a que a imprensa hespanhola, e o proprio telegrapho não foram extranhos, d'uma nova candidatura ao throno de Hespanha; — d'esta vez nada menos que a do proprio rei o sr. D. Luiz,[1] que abdicaria em seu filho mais velho a coroa portugueza, ficando o sr. D. Fernando regente do reino, até á maioridade do principe D. Carlos!

De todas as sonhadas combinações ibericas, esta seria com toda a certesa a mais prenhe de difficuldades, a mais dolorosa para o povo portuguez, a menos preparada de todas ellas e a que em um futuro proximo sublevaria innumeras susceptibilidades, se é que a sua

[1] *Vide a nota do fim d'este volume.*

exiquibilidade chegasse a ser demonstrada, apesar do proposito attribuido ao marechal Saldanha de manter o exercito submisso e obediente a este golpe de estado, unico nos annaes das fusões e das annexações.

O exemplo do imperio austro-hungaro invocado para a peninsula iberica seria, e continuaria a ser sempre uma utopia, não já de philosophos como os que visam ao federalismo, e o escudam com a velha divisa republicana; mas uma phantasia de monarchicos, pouco lidos nas vicissitudes porque passou a Hungria antes do pacto que a traz hoje alliada da Austria, pacto commentado nos parlamentos das duas nações com mais sobranceria da parte de uma d'ellas, e menos conformidade da parte da outra, do que seria para esperar da acção do tempo, e das complicações politicas do norte da Europa.

Seria brigar com os moinhos, ou mais acertadamente com o telegrapho, e com os dois folhetos avulsos que anteriormente se publicaram em Paris [1] o discutir n'este logar os promenores da transplantação austro-hungara para o solo peninsular, onde só medram e florecem as arvores nativas que carecem de sol ardente, e se estiolam as que os Broteros da politica pretendem por enxerto accommodar ás fragas das nossas montanhas, e ás quebradas dos nossos valles [2].

Um ministerio para cada nação — excepto os da guerra e da fazenda — (porque não quaesquer outros menos absorventes?) e por detraz d'este poço sem fundo uma autonomia irrisoria, tão differente da verdadeira autonomia, como o são os brinquedos de feira dos objectos necessarios aos usos praticos da vida!

Não insistiremos em demonstrar o que é evidente,

[1] «*Dom Luiz Rei d'Espagne* et de Portugal» por Tran Weerseen. *Paris.* Imprimerie typographique de G. Kuhelmann (1868)

[2] *Vide a nota* do fim do volume.

nem em refutar os orphãos, que appareceram apadrinhados por estrangeiros benevolos, mas entromettidos em assumpto fóra da sua competencia. Como este incidente chegou no momento a tomar proporções de negocio internacional, pelo desmentido que El-Rei o sr. D. Luiz lhe deu em carta dirigida ao duque de Loulé, e publicada na folha official, e como além d'isso alimentou a veia diplomatica do sr. Fernandez de los Rios, duas palavras não serão superfluas para relembrar o rapido episodio, que:

Qual leve exhalação que apenas nasce,
Nos abysmos do Ceo desapparece.

O sr. Silvela era ainda então ministro dos negocios estrangeiros em Hespanha, e, mais infeliz do que os seus successores, foi elle quem recebeu maior copia de officios do sr. Fernandez de los Rios, que, na quantidade, mais que na qualidade das suas correspondencias pretendia fundar os seus creditos de vidente.

Novato na profissão, o diffuso diplomatico faz de um argueiro um cavalleiro, envia despachos sobre despachos a proposito de coisa nenhuma, louva a todos e a tudo, incluindo *la esquisita benevolencia de este excellente paiz*, que mais tarde porá pelas ruas da amargura; escreve por amor da arte como poderia ter ficado calado por exigencia do bom senso; e como a sombra do duque de Montpensier lhe desvaira o espirito, como a de Banquo avassallava a de Machbeth, no mais insignificante boato descobre o dedo de candidato ao throno de Hespanha, cuja candidatura fora encarregado de anniquilar em nome do programma da *Revolução de Septembro*, e das ordens expressas do governo provisorio.

Como as relações internacionaes podem ser tudo, menos descorteses, em Portugal respondia-se de prom-

pto ás eternas perguntas do sr. Fernandez de los Rios, até que este dialogo, travado sem necessidade e continuado sobre posse, veio a acabar friamente com um bilhete do sr. Valera em nome do respectivo ministro, agradecendo o febril patinar do Argus hespanhol nos gelos da justificada indifferença das chancellarias dos dois paizes!

Mal era finda esta questão, em que o sr. Fernandez de los Rios se envolveu, por não ter queda para estar ocioso, quando a nomeação do sr. Andrade Corvo para nosso ministro em Madrid, foi julgado assumpto apropriado para polemicas, e anteposto, ao que parece, á constituição definitiva de um povo que acabava de sair de uma revolução, deixando uma dynastia enterrada nos campos de Alcolea, mas não sabendo quem, ou o que, deveria ou poderia substituir se lhe!

A questão Corvo, reduzida á sua maior simplicidade, e posta nos termos vulgares correspondentes ao modo porque as coisas se passam cá n'este mundo sublunar, differente em tudo do reino das bagatellas descripto no Hyssope, reduz-se ao direito que um amigo tem de poder encarregar dos seus negocios quem melhor lhe parecer junto de um outro amigo, sem pedir licença previa para tamanha ousadia.

Foi isto o que praticou o governo portuguez, nomeando o sr. Corvo nosso ministro em Madrid. Foi isto o que offendeu o governo hespanhol aguilhoado pelos despeitos do sr. Fernandez de los Rios, denunciados em uma nota do seu livro, e em algumas linhas de um dos seus despachos. Dir nos-hão que a comedia fora urdida em Madrid; foi, não ha duvida: mas por detraz da cortina estava o agente hespanhol de quem o sr. Corvo *se não despedira pessoalmente á partida, contentando-se em deixar-lhe* (caso inaudito!) um simples bilhete de visita! [1]

[1] *A nota* a que nos referimos é curiosa. Lastima-se n'ella

Por um arrufo viu-se já Troya, em tempos antigos, reduzida aos maiores apuros. Por outro arrufo iam indo por agoa abaixo as bases *da politica peninsular* que o sr. Fernandez de los Rios trouxera de Madrid como o seu *vade mecum*, e começara a pôr em pratica, levantando questiunculas vasadas nos velhos moldes da diplomacia, em que as precedencias de logar e as pequices da etiqueta eram tidas como assumptos de alta monta, e pejavam os archivos das casas fidalgas, em competencia com as demais basofias heraldicas.

Este ruidoso conflicto diplomatico da *não participação previa* da nomeação do sr. Andrade Corvo para nosso representante em Madrid, durou desde 14 de outubro de 1869, até 23 de janeiro de 1870; prendendo a attenção de tres ministros dos negocios estrangeiros em Hespanha, os srs. Silvella, Martos e Gasset; e obrigando a egual desperdicio de tempo os srs. duque de Loulé e Mendes Leal, devendo citar-se aqui a conscienciosa hombridade com que este ultimo cavalheiro, em despacho de 4 de novembro, acceitando as bases de *politica peninsular*, que o seu antecessor marquez de Sá da Bandeira já reconhecera, volta a confirmal-as pelo proprio facto da nomeação do sr. Corvo.

Estas foram as palavras textuaes do sr. Mendes Leal:

« Este incidente é tanto mais para lastimar, quanto

que o sr. Corvo não quizesse empregar *o seu talento privilegiado e os seus vastos conhecimentos em ajustar uma unica convenção internacional* (que taes ellas seriam !) : chama-se-lhe *adulador patriotico* por haver escripto o folheto intitulado « Perigos » : e conclue o sr. Fernandez de los Rios (é pena que a ficção das lagrimas do crocodilo já não tenha curso fóra dos dominios da poesia) por sentir que o sr. Corvo *caminhe com uma pasta debaixo do braço ás ordens de mediocridades tão orgulhosas como dignas de lastima*, o que tenta o critico a renegar da admiração *pelo talento que tão pouco vale por si mesmo* ! »

é certo que, o pensamento que presidiu á nomeação do sr. Andrade Corvo, procedeu exactamente do sincero intento de estreitar cada vez mais aquellas relações. Grandes e reciprocos interesses que entram pela sua maxima parte na esphera economica, estão solicitando a mais seria attenção dos governos de ambos os paizes. O illustrado governo hespanhol se havia mostrado já particularmente desejoso da regularisação d'esses interesses. O governo de sua magestade *designando o sr. Andrade Corvo para a legação de Madrid tinha o unico e exclusivo proposito de manifestar pela sua parte quanto se interessava na solução d'aquellas questões, entregando-as a um homem de reconhecida capacidade e competencia em taes assumptos, capacidade e competencia que v. ex.ª terá ouvido certificar a todos n'este paiz.* »

O sr. Fernandez de los Rios se não queria, parecia-o bem, que Portugal fosse representado em Hespanha por diplomaticos da capacidade e força dos que anteriormente davam noticia de como estava armado o presepio no palacio de S. Ildefonso na noite do Natal; e por isso lhe doía ver-se obrigado a luctar com o sr. Corvo, attribuindo-lhe *antecedentes politicos, em um determinado periodo que podiam difficultar o desempenho da alta missão que lhe fôra confiada* [1] erro que o diplomatico hespanhol podia logo de principio ter destruido, recorrendo para refrescar a memoria aos archivos da legação que tinha a seu cargo.

Estes foram os primeiros vagidos diplomaticos do sr. Fernandez de los Rios, mesclados com alguns remoques á liberdade de imprensa dos dois paizes, em que mais tarde insistirá, apesar do *amor filial* que diz

[1] O sr. Silvela referia-se á expulsão dos emigrados hespanhoes do territorio portuguez, em cujo numero entrara o general Prim, isto antes do sr. Corvo ser ministro.

consagrar-lhe; e da *galanteria caracteristica dos portuguezes*, citada e exaltada, quando os jornaes louvavam os actos do coripheu iberico.

Os *manejos da imprensa* que irritaram os nervos democraticos do diplomatico hespanhol foram da mesma ordem, e tiveram o mesmo alcance, que os empregados pela *Correspondencia d'España* de que o queixoso fora redactor principal, quando el-rei o sr. D. Luiz passou por Madrid, e de que o jornalista de então ainda hoje se vangloria!

Em explicar certas phrases nada ambiguas, attribuidas ao sr. Martos em sessão secreta do congresso, commentadas pelo jornal madrileno *La Epoca;* e em interpretar quasi em seguida as palavras do sr. Rivero, nas côrtes constituintes; se reduz, por algum tempo a actividade do representante de Hespanha em Lisboa, actividade digna de melhor sorte porque se cifrou no primeiro caso na affirmativa do sr. Fernandez de los Rios de que as phrases a que se alludia haviam *sido proferidos em sessão secreta e sem caracter algum official;* affirmativa que o proprio sr. Martos confirmou dizendo *que em nenhum dos seus discursos* COMO MINISTRO *houvera coisa que podesse ferir a susceptibilidade da nação portugueza!*

Com relação ás palavras do sr. Rivero, pronunciadas na camara dos deputados, em seguida ao movimento de 19 de mais de 1870 a diplomacia agitou-se, fallou, escreveu muito, mas nada aclarou conforme é de uso; porque o vocabulario que emprega não é, felizmente, mais elastico que o de que se servem os profanos que não aspiram a enganar o proximo, nem a deturpar a verdade.[1]

[1] O 19 de maio para em tudo nos ser funesto até rejuveneceu o *iberismo* debaixo de uma das suas mais fataes aspirações « Com o titulo *Sé non es vero é ben trovatto*, publicava o jornal *La Flaca* uma caricatura representando um laboratorio

Citamos estes dois rapidos incidentes diplomaticos para provar com elles que as relações internacionaes, entre Portugal e Hespanha, não eram mais amenas nem tambem mais alarmistas antes das *bases de politica peninsular* do que depois de divulgadas e explicadas pelas paraphrases do sr. Fernandez de los Rios. Antes, pois, uma politica de occasião inspirada pela boa fé, de que uma propaganda de cartaz, a todo o momento apanhada em contradicção com os factos, e comsigo mesmo.

O episodio do anniversario do 1.º de dezembro de 1640, é tambem memorado no livro do sr. Fernandez de los Rios, e servindo de pretexto a uma inutil correspondencia entre elle e o sr. Gasset, então ministro dos negocios estrangeiros, em Madrid.

Sendo-nos forçoso fechar este capitulo, tão variado como demonstrativo da inefficacia das instrucções dadas pelo sr. Silvela ao seu *alter ego* em Lisboa, devemos fazel-o alegremente, por consideração como o leitor, de certo cançado já de tanta diplomacia de encruzilhada, e por isso transcreveremos a razão que seria irrespondivel se lhe podessemos apanhar a profundidade, porque os anniversarios da nossa independencia são sempre mortiça e frouxamente commemorados.

A rasão é, falla agora de novo o sr. Theophilo Braga, chamado a dizer do caso como testemunha: Porque em *Portugal todas as festas populares foram desnatu-*

chimico em que apareciam: o duque de Saldanha com uma redoma em que se lia *Portugal*, e Fernandez de los Rios com outra em que se lia, *Hespanha*, enchendo com o liquido de cada uma d'ellas outra grande redoma, em cujo fundo se via sentado o general Prim com gorro phrygio; lendo-se na redoma grande, « Republica iberica, unitaria e conservadora »: á esquerda estava a monarchia reduzida a mumia egypcia, e pela *direita entravam* alvoraçados Pi, Oriense, Figueras e Castellar.

ralisados pelo obscurantismo ecclesisatico, e chegarm á desapparecer porque os nossos monarchas nunca reconheceram a vida politica do poderoso elemento mosarabe! »

Transcrevemos, mas não commentâmos.

CAPITULO VI

Novas lamurias do sr. Fernandez de los Rios contra a imprensa portugueza. Nota diplomatica, e resposta a ella, do sr. marquez d'Avila e de Bolama. Outro trecho de um artigo do sr. Pinheiro Chagas. Publicação do folheto do sr. Andrade Corvo, intitulado «Perigos.» Desfavor que o diplomatico hespanhol pertendeu lançar sobre esta publicação patriotica. Pensa-se, como armadilha, na restituição de Olivença a Portugal. Os homens politicos hespanhoes divergem no modo de resolver a questão iberica. A monarchia como pretexto de futura absorpção. Um testamento indicado como garantia da independencia nacional! Um telegramma que se não explicou. Rasoavel e tardia opinião do sr. Fernandez de los Rios ácerca da impossibilidade de fundar a monarchia iberica com reis portuguezes.

Vamos fazer o possivel por condensar em um unico capitulo o suco de toda a papelada que o sr. Fernandez de los Rios teve artes de escrever, e obrigar a escrever os mais, emquanto foi ministro em Lisboa, quasi que pondo no escuro os colossaes archivos de Simancas, onde se bebe tanta sabença de pontos duvidosos da historia, como na variada escripta do nosso illustre contemporaneo.

Um reparo temos a fazer, antes de entrarmos no assumpto magno da segunda edição da candidatura do sr. D. Fernando, e vem a ser o tom sobranceiro da nota dirigida ao marechal Saldanha, em 27 de agosto de 1870, recheada de phrases aggressivas contra a imprensa portugueza, que no anno anterior se exaltava exageradamente; e um despacho anterior áquella

nota com referencia a uma representação da Associação « Primeiro de Dezembro. »

A pouca duração do ministerio presidido pelo duque de Saldanha, não deu occasião a este cavalheiro poder replicar á nota citada, que coincide com dois despachos para o sr. Sagasta, onde se pinta com as mais negras cores o estado dos nossos negocios internos.

Coube ao sr. marquez d'Avila e de Bolama a gloria de dar ao democratico hespanhol uma lição ácerca das regalias da imprensa as nações livres; bem merecida pela insistencia que o sr. Fernandez de los Rios puzera em obter resposta ao seu estendal de recriminações contra os jornaes portuguezes.

Com uma innocencia patriarchal ousava o signatario da famosa deprecada escrever o seguinte:

« Forma, ex.^{mo} sr., um contraste bem significativo o systema de aggressão constante a Hespanha que parece ter-se traçado certos circulos e certos jornaes de Lisboa, com a extrema consideração, a summa prudencia, e o sensato silencio que a imprensa hespanhola está demonstrando ao receber o que aqui se diz de *Hespanha.* »

O desmanchado do estylo d'este periodo, em que entra o *que aqui se diz* da *Grã Duqueza de Girolstein*, prova o mau humor com que andava pôr esse tempo o diplomatico hespanhol, usualmente correcto na sua escripta, desorientado com a ordem que recebera de Madrid de voltar a conferenciar com o sr. D. Fernando, isto depois dos espinhos em que se rasgara em Cintra, um anno antes!

A nota do sr. marquez de Avila é longa, porque lhe convinha ser sem replica, e deixa a escorrer em sangue o Torquemada da imprensa, que intentara amordaça-la, para seguir sem importunas testemunhas o caminho que de outra vez evitára tomando por atalhos. O ministro portuguez não contente de citar pelos

seus titulos os jornaes hespanhoes que menos urbanamente se occupavam das coisas portuguezas, accrescentava:

« Vê-se pois que o que acontece em Portugal, succede tambem em Hespanha. Tambem lá ha intrigas politicas, interesses mesquinhos, noticias falsas e absurdas, *indiscripções* e *inconveniencias* na imprensa periodica, e especulação de noticiaristas.»

E mais adiante:

« As demasias da imprensa teem o seu primeiro correctivo no bom senso do leitor, e no desmentido que mais tarde lhes dá o apuramento da verdade. »

Estas affirmativas elementares, em assumptos de liberdade de imprensa, ficaram sem contestação, não porque o sr. Fernandez de los Rios seja homem que se cale com boas razões, mas porque não podia cavar ao mesmo tempo na vinha e no bacêllo, e a Hespanha estava ainda sem rei, á espera do *savoir faire* do seu representante em Portugal.

Esta idéa de procurar, até encontrar um rei portuguez, era tão popular entre os politicos hespanhoes de todos os partidos, que se attribue a Cabrera a epica declaração de estar prompto a perder um braço por ella, e a batalhar com o outro que lhe ficasse pela sua realisação: o que cheira accentuadamente a cavallaria andante, e obscurece os effeitos do livro immortal de que a Hespanha se ensoberbece. Até o proprio D. Senibaldo de Mas chegára a desarasoar, apontando para o filho mais velho do sr. D. Miguel de Bragança como para a incognita achada da solução iberica!

Emquanto os diplomaticos de todas as procedencias, e os politicos de todas as condições, gisavam na areia a carta geographica da Peninsula, refundindo-a ao sabor dos interesses particnlares, ou das parcialidades politicas em que a Hespanha andava subdividida,

sto pela razão pittorescamente dada pelo sr. Fernandez de los Rios de que o esquecimento em realisar *esta grande idéa* seria a confissão da banca-rota revolucionaria, todos então se mechiam, menos o sr. D. Fernando, que se conservava:

N'aquelle engano d'alma ledo e cego
Que a fortuna não deixa durar muito

quando se viu obrigado a despertar pela segunda vez, ao alarido que lhe faziam á porta os que se acotovellavam para ir á posteridade, em nome... da grande idéa!

Ninguem entra por prazer n'um labyrintho, nem segue por gosto as tortuosidades de um caminho escabroso. Nos negocios politicos o aborrecimento segue de perto a intriga, e as meias palavras, que são para a idéa como os esboços para o desenho, produzem nos animos rectos os mesmos phenomenos que uma atmosphera carregada produz nos temperamentos nervosos.

A synthese critica da nova phase por que vai passar a historia da candidatura do sr. D. Fernando ao throno de Hespanha, fel-a com tamanha lucidez o sr. Pinheiro Chagas, que nos poupa o trabalho de novos estudos e de novas conclusões, porque tudo se acha já feito, e de accordo com o nosso sentir individual.

Transcrevemos pois o que se acha escripto no *Diario da Manhã*, sem abdicarmos do direito de voltar a a rabiscar na vinha que já foi vindimada:

«Entrou o anno de 1870: Fernandez de los Rios estava ministro em Portugal, e a Hespanha não tinha rei. Porém não desistia da candidatura de D. Fernando; era o seu sonho doirado, Fernandez de los Rios encetou de novo negociações, mas d'esta vez com redobrada energia. Elle e Prim e o proprio governo francez, e quantos pessoas rodeiavam D. Fernando, lhe

pediam que acceitasse, mostravam-lhe a situação tristissima da Hespanha, os perigos da peninsula, a possibilidade de nascer a republica n'esse paiz, se D. Fernando se não quizesse prestar á unica solução monarchica possivel e acceitavel. Perseguido por estes quadros pavorosos que lhe desenrolavam diante dos olhos, receiando que a historia o alcunhasse de egoista, não querendo carregar com as terriveis responsabilidades que diziam estar-lhe impendentes, D. Fernando resignou-se a renunciar ao seu viver tranquillo e feliz, e a acceitar a corôa das Hespanhas. Mas acceitou-a estabelecendo desde logo seis condições: duas pessoaes e quatro politicas. »

« As pessoaes eram a certeza de que a sr.ª condessa d'Edla teria na côrte de Hespanha, em tudo menos nos actos officiaes, a alta posição que lhe competia como esposa do soberano; e que, no caso de ter de resignar a corôa, a Hespanha lhe garantisse simplesmente uma dotação como a que tinha em Portugal, e que naturalmente a sua elevação ao throno hespanhol lhe fazia perder. »

« Estas duas condições foram acceitas immediatamente sem o mais leve debate, pelo contrario dando o general Prim nas suas cartas e telegrammas provas constantes de respeito e consideracão pela sr.ª condessa d'Edla. O negocio da dotação tambem desde logo ficou assentado. As condições politicas eram as seguintes: Que votassem em sua magestade pelo menos as tres quartas partes das côrtes hespanholas que estivessem de accordo n'esta escolha, e o manifestassem claramente as quatro nações occidentaes, França, Inglaterra, Hespanha e Portugal, que o governo portuguez tomasse n'este negocio a responsabilidade que lhe competia, e emfim que a lei da successão ao throno em Hespanha fosse redigida de fórma que designasse expressamente, que nunca poisariam n'uma

cabeça só as corôas de Portugal e de Hespanha.»

« Esta carta de el-rei D. Fernando tem a data de 26 de julho de 1870. A data é eloquente. Sua magestade dizia: Todos sabem quanto me custa deixar a tranquillidade da minha vida particular, ainda que seja para occupar o throno de uma grande e nobre nação. « *Só um grande interesse europeu e sobre tudo peninsular, me póde determinar a resolução semelhante.* »

« Assim era, a candidatura Hohenzollern ateára na Europa a guerra terrivel, que ia rebentar. Marchavam para a fronteira os exercitos francezes e allemães. A Hespanha, n'esta confusão de acontecimentos, perdera o seu ultimo candidato — o principe Leopoldo Quem sabe se não poderia sanar as graves difficuldades que se levantavam na Europa a acceitação de el-rei D. Fernando? Sua magestade acceitou.»

« Nas condições politicas tambem Prim se mostrou condescendente. Acceitou desde logo a intervenção do governo portuguez, prometteu e assegurou com provas positivas o accordo das quatro potencias, mostrou a el-rei — que se convenceu logo e cedeu — a impossibilidade de reunir n'uma votação as tres quartas partes do numero total dos deputados, em consequencia da quantidade de republicanos e carlistas; mas na ultima condição é que se mostrou intransigente. »

« Allegava que a successão estava regulada por uma lei constitucional, e que elle não podia infringil-a; respondia el rei que as cortes constituintes, assim como podem fazer leis organicas, tambem podem revogal-as ou modifical-as: dizia Prim que se não podia agrilhoar a vontade futura dos dois povos, tornava el-rei que os povos de futuro podiam fazer o que muito bem quizessem, e que não havia leis nenhumas, constitucionaes ou não, que agrilhoassem os direitos plenissimos da soberania popular, mas que elle é que não queria para si nem a mais remota responsabilidade

de ter contribuido para a união iberica. E d'aqui não saiu nunca».

« Multiplicavam-se as cartas, os telegrammas de Prim, as cartas e os pedidos de entrevista de Fernandez de los Rios, as propostas de formulas que tudo conciliassem, para essa clausula em que D. Fernando era inabalavel. Apparecia a intervenção de toda a gente».

« A perseguição era tal que el-rei D. Fernando dizia: « Não me persigam mais, disse a minha ultima palavra, estou doente, estou fatigado d'esta intoleravel obstinação. » Que lhe importa ao sr. Fernandez de los Rios o incommodo physico e moral d'el-rei? A sua insistencia continuava feroz, implacavel, atormentadora, importuna. Finalmente Prim declarou que acceitava a clausula de el rei D. Fernando, com a sua redacção completa, e só com uma leve addição: « A reunião das duas corôas n'uma só cabeça, não se realisará se qualquer dos povos se oppozer. »

« Houve satisfação geral com esta transigencia. O governo cedera. Estava tudo conciliado. Só D. Fernando, exclusivamente elle, teve a perspicacia de perceber que essa pequena modificação destruia a sua generosa idéa. Desde o momento que a Hespanha ficava auctorisada a consultar a vontade do povo portuguez, para saber se elle consentia na união, havia fazer o que fez a França na Saboya, em Nice: enviar os seus artilheiros com os murrões accesos para illuminar as consciencias dos votantes, guardar as urnas com 100:000 bayonetas para garantir a liberdade do voto, é claro, e para affugentar os mal intencionados. O sr. D. Fernando percebeu todas estas consequencias, percebeu as quando ninguem em torno d'elle as presentia, e responden persistindo na sua clausula, sem modificação nem additamento. A carta de el-rei D. Fernando n'essa occasião é um documento historico pre-

cioso, cuja publicação Portugal deve agradecer ao sr. Fernandez de los Rios. Eil-a:

« Lisboa, 5 de agosto de 1870.

« Sr. Fernandez de los Rios. — Meditei profundamente no negocio de que tratámos com a gravidade que o caso pede, e cada vez me convenço mais da conveniencia do que propuz, e que no fundo está já acceito pelo general Prim. No que eu divirjo é na fórma, não porque queira demorar a conclusão d'este assumpto, mas porque a minha responsabilidade é grande. Se a constituição hespanhola tem de ser accrescentada com um artigo, não seria bem para todos, para mim que tenho de manter honrado o meu nome de principe portuguez, e para o governo hespanhol, que provará assim a rectidão das suas intenções, que tudo se regule de modo que não suscite receios nem desconfianças?

« Seja-me portanto permittido insistir na seguinte redacção:

« A successão do throno será fixada de modo que fique garantida a independencia das duas nações peninsulares, não podendo reunir se as duas corôas na mesma cabeça.

« Não me preoccupo com o que os povos hajam de fazer no futuro; isso não é da minha responsabilidade.

« Agora o que me cumpre é buscar salvaguarda, quanto esteja no meu poder, para os direitos de um povo que ámo, porque sou grato á adhesão que sempre me mostrou, e por que, tendo passado entre elle o melhor da minha vida, aqui conservo ainda tudo quanto me é caro na terra.

« Espero que o general Prim, a quem desejo ser agradavel, reconhecerá a justiça das minhas observações. = *D. Fernando.* »

« *Em presença* d'esta honrosissima e nobilissima *carta, que desmascarando* os planos ibericos dos advo-

gados da candidatura lhes tirava tambem toda a esperança, é curiosa de ver a furia dos hespanhoes. Fernandez de los Rios escreveu a el-rei uma carta quasi insolente, carta que tem um periodo que diz assim:

« A todo o tempo constará que procurando todos os meios de vencer quantas difficuldades se apresentavam, e acceitando se até essa condição tal qual vossa magestade se servio redigil-a, sem se lhe pedir outra coisa que não fosse um additamento perfeitamente ajustado a todas as conveniencias politicas, *por motivos poderosos que não podem comtudo adivinhar se*, vossa magestade não acceitou, negando-se a reconhecer a soberania nacional de Portugal e de Hespanha.»

« Ao mesmo tempo o general Prim escrevia telegrammas irritados, e nada conseguia demover el-rei D. Fernando. Mas o que é mais curioso ainda é que ao lado de Fernandez de los Rios, trabalhava para convencer D. Fernando... quem? o presidente do conselho de ministros, o duque de Saldanha, como prova a seguinte carta do duque a Fernandez de los Rios.»

« Illmo e ex.^mo^ e meu amigo. — Acabo de ver os senhores D. Luiz e D. Fernando, e com muito pezar tenho que dizer-lhe que nada me foi possivel obter. Leram a carta que D. Pedro me escreveu, e esperam que as grandes potencias estabeleçam a paz na Europa. Oxalá que assim seja!

« Contristado, mas com a consciencia tranquilla, espera os acontecimentos quem é, De V. Ex.ª — Amigo verdadeiro. — *Saldanha*. — Cintra, 14 de agosto de 1870.»

« Assim tambem Saldanha se illudia, todos julgavam garantido o futuro com a clausula illusoria que resultava do additamento de Prim, nem viam sequer que a insistencia dos hespanhoes em introduzir uma *disposição, que,* a ser leal, seria um pleonasmo, porque em todas as leis se subentende o direito plenissi-

mo que aos povos pertence de alterar ou revogar as suas leis constitucionaes, ou não, nem viam que essa insistencia tão singular que os obrigava a romper negociações que tanto os interessava, occultava forçosamente planos secretos e importantes.»

« Só o sr. D. Fernando teve n'essa occasião a lucidez de espirito, e a perspicacia, só elle soube zelar, com amor de filho, cujas vistas com esse mesmo amor se esclarecem, a independencia e tranquillidade futura de Portugal. »

« Eis ahi o motivo por que dissemos que fôra o sr. D. Fernando quem representára n'este assumpo o papel mais brilhante, como podemos dizer que todas as cartas de D. Fernando a D. Angel de los Rios, são os documentos mais honrosos para elle, porque attestam os seus nobres e altos dotes de espirito e de coração. »

Eis logica e lucidamente exposta a candidatura do sr. D. Fernando, que lembra um pouco a idéa inicial do *Médécin malgré lui*, e recorda, apezar da gravidade do assumpto, o emmaralhado das comedias de Calderon, pela abundancia do enredo; e o sal attico das peças de Scribe, pelo comico de algumas das figuras a quem o acaso distribuiu papeis alheios ao seu genero.

No numero das pessoas que por então andavam vendidas, e á mercê do fluxo e refluxo das marés politicas, entra em primeiro logar o sr. Mazo, ministro da Hespanha em Lisboa e todo o pessoal da sua legação, julgados não sabemos se com justiça, mas de certo com pouca caridade christã, pelo marquez de Niza, em carta dirigida ao sr. Fernandez de los Rios.

Não obstante o sr. Mazo accusado de terrorista, por *julgar difficil a solução* da questão hespanhola, pensava, como mais tarde pensaram tambem Prim, Sagasta e Rivero, que era mais facil derrubar dynastias

do que fundar nacionalidades, mesmo ao approximar-se uma guerra, motivada em parte pelas candidaturas ao throno de Hespanha.

Foi n'esta conjunctura que o sr. Andrade Corvo publicou um folheto intitulado *Perigos*, um dos poucos escriptos que temos presentes que não é banal nem declamatorio, e que acompanha nas suas oscillações o movimento europeu. Da-se n'elle conta minuciosa da historia das candidaturas no throno de Hespanha, para entrar desaffogadamente depois no assumpto vital que nos preoccupava; ousadia que o sr. Fernandez de los Rios lhe não perdôa no seu livro, pretendendo lançar desfavor sobre as intenções e tendencias do opusculo patriotico, que desmascarava os manejos dos philo-ibericos, pondo em evidencia os perigos que adviriam para Portugal da realisação de qualquer dos alvitres, então em voga, para a solução do problema peninsular.

« Ouçamos as vozes que nos vem de Castella: e fortes no nosso direito, e seguros da proficuidade das nossas doutrinas, com espirito energico mas não violento, estudemos os factos, as opiniões, as tendencias; busquemos conhecer os perigos para os combater; tratemos de crear em torno de nós a benevolencia, a sympathia, e amizade das nações, para que nos deem força. Projectemos a luz da verdade sobre os preconceitos e os erros que nos podem prejudicar; *façamos, emfim, dos principios liberaes e democraticos da actual constituição de Hespanha, da emancipação politica d'essa nação amiga, os nossos melhores e mais seguros alliados.* »

Como já se tem escripto, e é fóra de toda a contestação, Portugal deveu ao sr. D. Fernando o malogro da realisação do iberismo, encapotado em proposições *apparentemente* innocentes, e posto em debandada *pela clausula* terminante de que as duas corôas da pe-

ninsula nunca recairiam em uma só cabeça. Dois homens representam no decurso d'estas largas negociações papeis differentes, mas importantes, adquados á posição especial de cada um d'elles. O general Prim é o centro, a alma de todo o plano. Mais infeliz na sua campanha diplomatica, de que o foi depois nas escaramuças parlamentares, respondendo ás interpellações dos srs. Castellar e Rivero, o conde de Reus, cuja posição nas camaras era difficillima, teve sempre para com Portugal palavras commedidas, urbanas, de verdadeiro homem de Estado.

O marquez de Niza suggerindo-lhe a idéa da restituição de Olivença a Portugal, como pretexto para a Hespanha reclamar mais tarde a de Gibraltar, resgatava a dureza de algumas phrases contra os seus compatriotas, que o sr. Fernandez de los Rios, por delicadeza ao menos, devia eliminar das cartas do seu correspondente, que as escrevera confiado na inviolabilidade de sigillo que é de uso conservar em documentos d'esta natureza.

O fundo da correspondencia que já deixámos analysada pelo sr. Pinheiro Chagas, envolve questões de maximo interesse europeu, e sobretudo peninsular. Por detraz da acceitação ou recusa do sr. D. Fernando via-se ao longe a theoria das grandes nacionalidades, exemplificando-se pelas aspirações á Iberia. Mais áquem, o credo da democracia mostrava a sua momentanea impotencia pelo insuccesso de federalismo. Mais perto ainda, e dando de barato a unidade absoluta, corria tambem em circulação, para os monarchicos mais condescendentes, o pensamento arteiro de uma politica absorvente, moldada por exemplares, mais ou mais recentes, da *juxteposition de peuples*, como lhes chamou Michelet, exemplares vindos do norte da Europa e como *taes de procedencia* suspeita! E tudo isto ao mesmo *tempo, sem treguas*, sem descanço, passando atravez

de um governo provisorio nascido de uma revolução, alcunhada de dynastica; entrando em uma infeliz experiencia republicana, para decambar em uma monarchia electiva; e d'ella passar á hereditaria, accordando as ambições dos partidarios do direito divino!

Este desencontro de paixões, de idéas, de formas de governo, tudo para se acalmar esteve pendente da vontade de um homem, que lhe antepôz, bisarramente a autonomia e a independencia de um povo, pouco propenso a deixar-se tentar, quer pelo chamado equilibrio que deve resultar das grandes nacionalidades, constituidas segundo as raças; quer pelo federalismo republicano, que tem contra si as mesmas razões geographicas que os nossos visinhos tantas vezes invocam contra a nossa independencia; quer, finalmente, na alliança, ou como melhor nome haja, de duas nações regidas pelas mesmas instituições politicas mas autonomicas na sua administração interna.

Em 1870 escrevia o sr. Andrade Corvo o seguinte: [1]

«Para que tenha um valor real o *principio das nacionalidades,* para que não seja um mero pretexto para refazer a carta da Europa, segundo os desejos e ambições dos grandes estados, é necessario saber o que constitue uma nação. Será por ventura a unidade da lingua? Os factos respondem que não. Portugal e Brasil, Inglaterra e Estados Unidos, são nações distinctas apezar das linguas. A Suissa, onde se falam linguas diversas, é uma verdadeira nação.»

«Será a communidade de raça? Rara é a nação em que se não encontram raças distinctas, na accepção commum d'esta palavra. Os limites e os caracteres das raças são em si tão vagos e mal definidos que

[1] *No já citado opusculo Perigos.*

todo o accordo, mesmo theorico, sobre este assumpto seria impossivel. — Em 1862, um diplomata russo publicou uma obra singular, intitulada: *Os gabinetes e as allianças da Europa*. Para este escriptor, que representa até certo ponto as idéas de uma escola de publicistas do norte, o futuro pertence *aos grandes complexos de Estados*. Estes *complexos* de Estados resumem-se em tres raças — a latina, a germanica e a slava — ás quaes correspondem tres centros de gravitação: a França, a Prussia e a Russia. O *panslavismo*, o *pangermanismo*, o *panlatinismo* são nomes que representam nas escolas da Allemanha as theorias do diplomata russo. Essas theorias não deixam de ter influencia nos destinos da Europa, apezar de absurdos de contrarios á verdade anthropologica e á historia[1]. »

Ao argumento da geographia, tantas vezes invocado como sem replica, como caracteristico das nacionalidades, respondem as recentes ambições do imperio allemão, e ainda as mais recentes do imperio moscovita que o trazem em guerra accesa com a Turquia, guerra de que ninguem póde prever o desfecho, nem calcular as immensas consequencias.

Mas voltemos ao assumpto principal de nossa escripta, de que momentaneamente nos arredamos em nome das graves cogitações que elle sugere. Duas circumstancias merecem ser notados na correspondencia havida entre o general Prim e o sr. Fernandez de los Rios, sendo a primeira o alvitre extravagante lembrado por aquelle, de que o sr. D. Fernando impozesse *por testamento aos seus herdeiros* a clausula da não reunião das duas corôas na mesma cabeça, que

[1] *No fim d'este* volume encontrará o leitor a mesma idéa, *mais desenvolvida*, em 1859, pelo sr. Latino Coelho, no prologo *do opusculo A União Iberica*, por Xisto Camara.

O pasmo do sr. Fernandez de los Rios á não annuncia do sr. D. Fernando a que el-rei o sr. D. Luiz fosse ouvido e consultado ácerca da melindrosa questão da successão, a ser verdadeiro, não é plausivel. Como queria o negociador deslocar a questão do seu terreno natural, para a sujeitar a uma arbitragem de caracter official, que outra não podia ter a ingerencia de reinante nos negocios particulares de seu pae? O sr. D. Fernando negando-se a acceder a semilhante pedido andou leal e discretamente, mesmo não podendo ainda então suspeitar a indiscreta publicidade que o sr. Fernandez de los Rios tencionava dar ás suas cartas.

No final do capitulo em que o sr. Fernandez de los Rios dá conta ao general Prim da sequencia das suas negociações, encontra-se um telegramma inigmatico, de que não quizemos indagar os fundamentos, por nada com isso aproveitar uma questão já finda, em que se attribue ao honrado marquez de Sá da Bandeira uma opinião ao que parece favoravel aos intentos do negociador hespanhol, e compartilhada pelos srs. Joaquim Antonio de Aguiar, Anselmo Braancamp, condes de Castro, da Carreira, e marquez d'Avila, sendo este ultimo de parecer que o Conselho de Estado fosse convocado para resolver definitivamente o assumpto.

Este telegramma é do dia 9 de agosto de 1870. No mesmo dia escrevia de Cintra o sr. D. Fernando o seguinte laconico bilhete: « *Não tendo entrado nunca n'este negocio o rei nem a rainha, acho inconveniente falar-lhes de um assumpto em que eu não mudo de opinião.* » De duas, uma: ou o sr. D. Fernando foi alheio á reunião dos estadistas a que no telegramma se allude; ou apezar da harmonia de opiniões que n'ella se consignou, o verdadeiro e unico responsavel pelo modo de solver a questão da successão aos dois thronos da peninsula entendeu, e bem, dever assumir a responsabilidade inteira de uma negativa, á vista da falta

de accordo na mais essencial das suas exigencias.

Um outro bilhete do duque de Saldanha fecha esta curiosa serie de documentos, e n'elle se lê que el-rei o sr. D. Luiz, bem como seu pae, esperavam que as grandes potencias restabelecessem a paz na Europa, o pretexto explorado com mais affinco para resolver o sr. D. Fernando a acceitar o throno de Hespanha. O marechal acrescentava em tom de duvida: « Oxalá que assim seja! »

Quasi sete annos são passados sobre as laboriosas tentativas de iberismo, desfarçadas com a aparente simplicidade de uma candidatura ao throno vago de Hespanha. N'este intervallo de tempo, que a tantos devia ter servido de lição, nem as ambições serenaram; nem a republica logrou consolidar-se; nem uma dynastia de emprestimo poude lançar raizes; nem o actual estado de coisas no paiz visinho promette a estabilidade a que os homens do governo provisorio aspiravam, e contavam chegar, encontrando um rei que consolidasse o principio monarchico, abalado por tantas e tão repetidas convulsões.

Alguns dos homens que em 1870 influiam nos destinos da Hespanha andam hoje emigrados, eterno fadario de quem n'aquelle paiz se occupa das coisas publicas. Portugal tão injustamente julgado pelo sr. Fernandez de los Rios, mantem inalteravel a sua paz interna, progride rapidamente como em outro logar demonstraremos [1] e faz votos para que outro tanto aconteça a uma nação amiga, outr'ora rival das suas glorias, agora esquecendo-se ás vezes, não ella, mas os ambiciosos que a tem governado, de que a fraternidade é um sentimento christão, e não póde pres-

[1] *Vidè no* fim d'este volume «Portugal em 1872» Vida *constitucional de um povo* da raça Latina. Estudo publicado no *Memorial Diplomatique*, em janeiro de 1873. — Traduzido e *publicado em folheto* no mesmo anno.

tar para especulação de politicos, nem para cimento de abstracções de ideologos, nem de fantasias de poetas.

« Com o desenlace da candidatura de D. Fernando, escreve o sr. Fernandez de los Rios, ficaram para sempre reduzidas a arbitrios momentaneos de corrilhos politicos, symbolisados em x algebricos os projectos de monarchias procuradas em Portugal. »

« Oxalá que assim seja » dizemos nós tambem como o duque de Saldanha; esperando não sermos como elle illudidos na nossa patriotica confiança.

CAPITULO VII

Desafrontado das peias diplomaticas recresce o mau humor do sr. Fernandez de los Rios. Um rei estrangeiro nunca póde ser um rei popular. O sr. Zorrilla cumplice involuntario da abdicação do rei Amadeu. Accusação improvada do diplomatico hespanhol aos que elle chama cortesãos portuguezes. São chamados a depôr, os srs. Mendes Leal e D. Juan Valera. A republica mais perigosa para Portugal do que a monarchia, debaixo do ponto de vista iberico. Cegueira do sr. Fernandez de los Rios pelo presidente do conselho de ministros de D. Amadeu. Insinuação, que se transforma em louvor, feita ao ministerio presidido pelo sr. Fontes. A revolução de maio, em 1870, pouco illucidada por quem podia esclarecel-a muito. Desassombro cavalheiroso de D. Amadeu ao resignar a corôa de Hespanha. Uma asserção patriotica do sr. Corvo. A neutralidade de Portugal posta em duvida, sem provas. Palavras do conde de Cavour applicadas ás republicas. Considerações finaes.

Preso á chronologia que o obrigava a dar conta, despacho a despacho, das suas infelicidades diplomaticas, pouco tempo sobrava ao sr. Fernandez de los Rios para os sublinhados maldosos, para as insinuações perfidas, e para as apreciações rancorosas dos homens e das coisas de Portugal.

Novos horisontes se vão agora rasgar para o homem que esteve amarrado ao cêpo das correspondencias officiaes sem poder aproveitar-se, como é propensão da sua critica, das conjecturas que a imaginação fornece aos que tem em pouca valia a gravidade da historia, ou aos *que se* deixam inspirar e seduzir pelas paixões, *que o jornalismo* politico põe em circulação, com uma

responsabilidade momentanea, que está longe de ser a consciencia da posteridade.

Nada temos que ver n'este logar com o reinado ephemero de D. Amadeu, um dos mil episodios da accidentada historia da Hespanha contemporanea; e só notaremos a *indifferença* com que foi recebido em Madrid o monarcha convidado pela representação nacional a acceitar uma corôa, de que essa mesma representação nacional approvava por *unanimidade* a renuncia passada pouco tempo, para se lançar incerta e descuidosa nos azares de uma republica, não mais duradoira do que a monarchia democratica do principe italiano.

Fossem quaes fossem as qualidades pessoaes de D. Amadeu, fosse qual fosse o seu proposito de regenerar as instituições viciadas de um paiz em anarchia latente, na sua procedencia trazia envolvida a ineffacacia de todos os seus bons desejos, a condemnação previa dos seus ulteriores esforços para governar a contento de um povo orgulhoso, saido de uma interinidade que affagava todas as chimeras, e alimentava todas as utopias, mesmo as mais ao reverso do sentir geral da nação.

Um rei é antes de tudo um symbolo. Mas para o ser sem desdoiro para uma nacionalidade precisa da consagração do berço, da tradicção e da historia. O resto póde nascer das virtudes civicas do imperante, mas carece de tempo para se evidenciar, e de occasiões propicias para se fazer valer aos olhos das multidões. A épocca não é para experiencias de reis estrangeiros, embora ficticiamente chamados a reinar em nome do povo. A vinda de D. Amadeu á Hespanha foi uma illusão do general Prim, illusão generosa, que o valente caudilho pagou com a vida, enlutando as paginas de um reinado, em que talvez baseara o plano de mais *vastos designios.*

A parte a influencia que o sr. Fernandez de los Rios

attribue aos cortesãos dos Bourbons, e tambem aos da casa de Bragança, no que nos parece entrar a phantasia do choronista mais do que a verdade historica; á administração do sr. Zorrilla cumpre attribuir as primeiras oscillações do reinado de D. Amadeu, embora o seu panygirista pretenda demonstrar o contrario, apresentando como prova a avidez com que era lida a *Gazeta*, ao que parece abundante de medidas salvadoras, que nenhum resultado pratico deram depois de si. Concedendo que o sr. Zorilla fosse o homem á altura das circumstancias de então, capaz de regenerar economicamente o paiz, e de o encaminhar pelo trilho de uma sincera e prudente democracia, vem-nos a desconfiança de que não empregára todo o seu zelo e capacidade em bem servir a Hespanha, ficando, como ficou, tão áquem das ousadias que são a justificação unica dos que governam em tempos anormaes.

É notavel a insistencia do sr. Fernandez de los Rios em fazer crêr aos seus leitores que Portugal, e o seu governo, detestavam a monarchia de D. Amadeu, chegando a escrever estas significativas palavras destituidas de bom senso, mas postas em circulação para atear inimisades entre as duas casas reinantes de Italia e Portugal, e justificar a propria inhabilidade diplomatica: «*Por absurdo que pareça é sem embargo certo que em nenhum outro paiz encontravam os vermes roedores da monarchia de D. Amadeu auxiliares tão descarados como em Portugal.*»

Esta audaciosa affirmativa, que devia ser comprovada com documentos de caracter official, e que ninguem melhor que o sr. Fernandez de los Rios nos poderia indicar, estriba-a elle apenas em trechos e artigos de um unico jornal portuguez, a que finge prestar fé, depois de ser tão sollicito, em outras occasiões, em desmascarar boatos de procedencia jornalistica, quando esses boatos lhe contrariavam as intrigas,

e lhe punham a descoberto o fio do trama iberico em que punha exclusivamente todos os seus cuidados.

É facil de escrever, mas difficil de demonstrar, que D. Amadeu trabalhava pela união iberica, e de accordo com elle viera á peninsula o principe Humberto, para aplanar as difficuldades que naturalmente surgiriam, ao pretender-se realisar tão aventuroso plano.

N'este ponto insiste o sr. Fernandez de los Rios, sem emittir julgamento proprio que valha a pena de ser refutado, nem siquer citado, transcrevendo dos jornaes quantas insinuações lhe pareceram adquadas ao seu fim, e escondendo as replicas que evidenciariam a ausencia de fundamento com que a imprensa se occupava de assumptos que, pela sua natureza, não podiam chegar limpos de sombras ao conhecimento do publico.

Que differença entre a maneira leviana e futil, quando não pamphletaria, com que o sr. Fernandez de los Rios escrevia a historia, e a conscienciosa sisudeza com que o sr. D. Juan Valera refutava em 1862 na *Revista Iberica* a argumentação balôfa do auctor de *La Fusion!*

Que differença, ainda, entre as puerilidades que formam o fundo dos processos historicos do façanhudo detractor da nação portugueza, que não vê senão pessoas quando lhe corria a obrigação de discutir factos averiguados, deixando-se ir atraz de miseraveis rancores: e a fórma grave com que por esta mesma occasião o sr. Mendes Leal escrevia na *America* os eruditos artigos em que se punham em paralello as duas Peninsulas, a iberica e a italica, notando as dissonancias que entre ellas existem, e a errada argumentação dos que da obra patriotica de Cavour querem tirar pretexto para a unificação da peninsula iberica!

É porque os srs. Mendes Leal e D. Juan Valera são *dois notaveis engenhos* que, ao escreverem sobre *assumptos de politica* internacional, se desprendem das

causas miseraveis que actuam nos espiritos acanhados, e nos animos própensos a vingarem-se pelo insulto da superioridade que a consciencia lhes intima a reconhecer em homens de vasta intelligencia, de outra reflexão, e de outro tino para dirigirem os destinos das nações [1].

Assim pois, emquanto que o sr. Fernandez de los Rios escreve contra a dynastia de Bragança, e cuida rebaixar os ministros portuguezes com phrases folhetinisticas, quando não descem a expansões de casa de guarda, isto a proposito de planos ibericos do rei Amadeu, e de uma supposta ingerencia da Italia nos nossos negocios domesticos: o sr. Mendes Leal, compulsando os historiadores italianos, e relendo os poetas que já lhe eram familiares, *prova que a poesia e a historia, cheias ambas de allusões — unico desafogo onde outro não era era permittido — foram por muito tempo a arca santa recatada mas visivel do grande sentimento nacional italiano.*»

N'este laborioso estudo [2] o distincto academico portuguez percorre a historia da Italia sem nunca perder o fio da sua nacionalidade, modernamente reconstituida, demonstrando com factos a disparidade da nunca interrompida aspiração dos povos da peninsula italica, com os caracteristicos abertamente adversos á unificação que abundam na nossa historia patria, e são eloquente testemunho do direito que temos, e do desejo que o fortifica, de mantermos a nossa autonomia e a nossa nacionalidade.

Depois de profundas indagações sobre as origens e progressos da lingua portugueza, que completam o

[1] É insolita a maneira por que o sr. Fernandez de los Rios fala sempre dos srs. Fontes, Corvo, e Mendes Leal! As iras contra o primeiro d'estes estadistas chegam a ser caricatas á força de pretenderem ser insolentes.

[2] *As Duas Peninsulas*, artigos impressos no jornal litterario *A America*, 1871.

confronto entre as duas peninsulas, justificando a unidade de uma, e a persistencia da outra em conservar a sua autonomia, conclue d'este modo o sr. Mendes Leal, os seus bem pensados e conceituosos estudos: «N'este periodo de ancia, de instabilidade, de ardente elaboração e febris tresvarios, cumpre afastar cuidadosamente tudo o que possa occasionar irritações escusadas, coações perigosas, constrangimentos funestos, difficuldades imprevistas. Porque o espirito das trevas provoca o odio, mais deve o espirito da luz remover-lhe as causas. Quem póde julgar o porvir? Quem vê para absolvel o ou condemnal-o?»

«Os certificados de uma individualidade desambiciosa e honrada, que tanta vez a gloria ligitimamente corôa, em nada prejudicam as alianças de affecto, de conveniencia, de interesse, que são já conveniente indicação, que podem ser ámanhã indiclinavel necessidade.»

Já que nos encontramos de frente com uma nova phase do iberismo, e de um iberismo brutal que não era de esperar ver resuscitar em o livro de um homem que se tem na conta de julgador supremo de uma nacionalidade, transcreveremos aqui as sensatas reflexões com que o sr. D. Juan Valera (crêmos que ninguem lhe negará a competencia critica, nem o talento tantas vezes provado) anniquilla as inexactas apreciações do sr. D. Pio Gullon em uns cordatos artigos intitulados, *España e Portugal* insertos na *Revista Iberica*, em 1872.

Depois de aconselhar as boas relações entre os dois povos, e provar que d'ellas e só d'ellas póde advir o futuro bem estar da Peninsula, e a sua influencia nos negocios da Europa accrescenta o sr. Valera:

«D'este modo é que nós comprehendemos o iberismo. *Não é uma necessidade*, mas póde ser uma conveniencia.»

« A união não é indispensavel para viver; Portugal tem vivido bem, com riquezas e prosperiedades materiaes, e póde viver do mesmo modo sem nós; Portugal sem o nosso auxilio, póde chegar a ser uma nação mais rica, mais commercial, mais abastada que a Belgica; mas Portugal, sem nós, não póde voltar a ser uma grande nação, e Portugal espera sel-o. Portugal não póde renegar o seu passado. A nossa argumentação é exactamente contraria á do sr. Gullon. Elle é iberico, porque não tem na conta em que nós o temos o sublime e o extraordinario das historias portuguezas, nós tambem o somos, ainda que esperando d'um futuro remoto, a realisação das nossas esperanças, por que nos admiramos d'essas historias [1].»

[1] Por ser extremamente ridicula, convem dar publicidade, quanto maior melhor, á lista das chamadas *convulsões politicas modernas portuguezas*, inventadas pelo sr. Fernandez de los Rios, *para desvanecer o erro em que alguns estão, de que pelo lado da tranquilidade, se teem sempre differençado os dois povos da Peninsula.* Depois de enumerar algumas, *pouquissimas*, convulsões politicas que merecem tal nome, como a lista ficasse acanhada para os bons desejos do sr. Fernandez de los Rios ampliou-a, comicamente, do seguinte modo: *Tumultos* em Suajo desordens no Barreiro, agitação em Vianna, Braga, Bragança, Villa-Real, Melgaço, Monção e Reina (?); 30 de novembro — tumulto de Freixada; 10 de dezembro — idem em Taveira, Montemór-o Novo, e Tras-os-Montes, sublevação do regimento 8 em Elvas; 22 de junho de 1873 — tumulto na Sé do Porto; agosto — tumultos em Torres Novas, Vinhaes e Reguengos; dezembro — tumultos em Faro, Tavira e Montemór-o Novo. O *Diario da Manhã*, dando tambem publicidade a estas *bernardas*, ou antes *bernardices*, accrescenta: «Esta lista é completissima e mostra a profunda ignorancia que nós todos temos tido da nossa historia patria, por que devemos confessar que de muitas d'essas revoluções não nos lembravamos. N'esta lista só faltou ao sr. Fernandez de los Rios noticiar, talvez por não ter sabido a tempo, a revolução que houve ha dias em Lisboa por occasião da espera dos toiros, não fallando já nas *diversas revoltas* quotidianas, que ha no Bairro Alto, e vem *narradas na Historia das revoluções* portuguezas, vulgo parte

Julgamos necessarias estas rapidas digressões, para fortalecermos a paciencia quasi exhausta, contra a corrente caudal de improperios com que o sr. Fernandez de los Rios nos allega, passando de incidente para incidente com a mais pasmosa volubilidade, crivando de felinas unhadas todos os funccionarios portuguezes que, no exercicio das suas funcções publicas, fizeram tropeçar o gigante, ou lhe empataram os projectos, sempre urdidos com a maxima imprudencia, e sem recato divulgados pelos agentes do inquieto procurador do Duende.

Em que se importou, ou deixou de importar Portugal, com a permanencia ou não permanencia do sr. Zorrilla no ministerio do rei Amadeu, para o seu protegido o apresentar constantemente como um phantasma que assombrava o sr. Fontes, e tirava o somno ao sr. Corvo, ministro dos estrangeiros, e ao sr. Mendes Leal, nosso representante em Madrid?

Se Portugal tivesse de que receiar pela sua autonomia, com mais razão seria fundado esse receio quer antes, quer mesmo depois do reinado de D. Amadeu, do que quando o sr. Zorilla foi arbitro dos destinos da Hespanha, sonhando o imperio Iberico, e parodiando o conde de Cavour. Nem elle, o adventicio da semana anterior, posto de repente a nadar nos mares encapelados da politica, podia com outra gloria, mais do que a depois adquirida, na responsabilidade directa que teve na abdicação do rei a quem não soube, ou não quiz aconselhar.

A teima do sr. Fernandez de los Rios em pretender á viva força agigantar a estatura politica do sr. Zorilla,

de policia. Como esta ha duzias de inexactidões no livro do *sr. Fernandez de los* Rios, que provocam o riso, e custa a crêr *que fossem escriptas* com sinceridade. Se o foram, a *ignorancia do auctor é grande* com relação a coisas portuguezas!

tem o que quer que seja de mysterioso que se não explica, embora o officioso Plutarcho amontoe citações de jornaes sobre citações de jornaes para provar que Portugal influira desfavoravelmente na curta existencia do reinado do principe italiano. Se tal foi, o que a ausencia total das provas nos convida a negar, nunca o *Enfermo do Occidente,* assim alcunhado pelo curandeiro hespanhol, pesou tão pouco na balança politica do reino visinho que não lograsse colher os resultados dos seus esforços. Bem diz o rifão portuguez que mais depressa se apanha um mentiroso que um côxo!

Para se esquivar a entrar com certo decoro na apreciação da tentativa de revolta que teve logar em 1872, de que com toda a plausibilidade se deve desconfiar ter sido o sr. Fernandez de los Rios um pouco mais sabedor do que aparenta nos seus annaes; desculpa-se o ingenuo narrador dizendo que a subida ao poder do chefe de partido regenerador tolhera á diplomacia os meios usuaes de apurar a verdade dos factos, restando-lhe unicamente a imprensa, *que se por um lado appoia, por outro descobre parte das intrigas,* que o orientam no giro dos negocios publicos!

Sentimos que o sr. Fernandez de los Rios se servisse d'esta argucia para guardar um segredo, (notavel por ser o primeiro que não divulga!) sobre assumpto em que a sua reconhecida sagacidade devia lançar muita luz, esclarecendo alguns pontos ainda hoje obscuros da tentativa da revolta, redusida a proporções minimas na sua conscienciosa escripta, talvez para o não accusarem de engrandecer o mau, sendo tão pouco propenso a exaltar o que é bom. Uma coincidencia, porém, deixa no nosso espirito a duvida. É neste logar que o sr. Fernandez de los Rios se arvora em *commissario geral* de policia [1] sem perder com esta

[1] *Para bem nos* avaliar economica e commercialmente

qualidade a de representante de Hespanha, que invoca dirigindo-se ao governo portuguez, em nota de 28 de julho de 1872, para se queixar de um jornal que accusára *um castelhano revestido n'este paiz de funcções officiaes*, de andar compromettido em manejos ibericos.

Esta correspondencia é curiosa. Insiste o ministro hespanhol em affirmar a lealdade com que tem cumprido as missões do seu governo, pedindo que o de Portugal atropelle em trôco a lei da liberdade de imprensa em favor das suas susceptibilidades individuaes! Chama-se a isto curar-se em saude. A esta nota responde por carta o ministro Fontes, na ausencia do seu collega o ministro dos estrangeiros, até que este chega a tempo de responder *officialmente* ás importunidades do diplomatico, que, em um dos seus despachos para Madrid, louvava já a imprensa portugueza, por não haver reproduzido a noticia baptisada de calumniosa pelo interessado.

Como o sr. Fernandez de los Rios no seu livro não se dignou commentar as apreciações do jornalismo portuguez com relação ao projecto de revolta de 1872; nem, entrando em terreno mais seguro, analysou o processo judicial em que o seu nome andou envolvido, nós lastimando esta irrreparavel lacuna, crêmos de nosso dever ficar n'este ponto adstrictos ao que a diplomacia nos quiz revelar, por muito pouco que fosse, como realmente é.

A nota do sr. Corvo, tão anciosamente requerida

serve-se o sr. Valera dos dados estatisticos que lhe forneceu o *Compnedio geographico-estatisticod e Portugal* de D. José de Aldama, impresso em Madrid em 1855. A nossa prosperidade material d'então para cá, vinte e dois annos, já a deixámos consignada em outro logar d'este livro, no extracto que fizemos de um exatissimo artigo transcripto do Memorial diplomatique, de janeiro de 1872.

e esperada pelo sr. Fernandez de los Rios dizia o seguinte, como paraphrase aos protestos do diplomatico hespanhol:

«Nos tres annos que tem passado entre nós como representante de Hespanha, terá V. Ex.ª adquirido o convencimento que é universal na nação portugueza o verdadeiro patriotismo: um nobre orgulho pelas tradicções gloriosas da historia nacional, um inquebrantavel apêgo á independencia, um entranhado respeito, uma completa adhesão ás instituições liberaes, são provas evidentes de quão arreigado está no povo portuguez o amor da patria. Este sentimento tem os verdadeiros caracteristicos da força, a confiança em si proprio, e a tranquilidade com que se manifesta.»

Em consideração do mesmo genero abunda este documento, até chegar á conclusão de que:

«Contra os abusos da imprensa ha um correctivo na lei, a acção dos tribunaes. V. Ex.ª sem renunciar inteiramente na sua nota a este meio que a lei faculta para castigar os culpados de crimes de imprensa, mostra-se sem embargo, pouco disposto a recorrer a elle. *Faço a devida justiça á benovolencia de V. Ex.ª.*»

A nota do sr. Fernandez de los Ríos, a que tão condignamente replicou o sr. Andrade Corvo, foi o ultimo canto do cysne do diplomatico hespanhol ao perder o caracter de representante de uma monarchia, para continuar em Lisboa como representante de uma republica de improviso.

O auxilio que a restauração monarchica em Hespanha se diz ter recebido de Portugal, é simplesmente uma invenção do seu auctor para occultar ou attenuar a falta de tacto politico do sr. Zorrilla e a sua intemperança democratica, demonstrada contra vontade pelo proprio sr. Fernandez de los Rios, ao dar-nos conta dos ultimos momentos da monarchia do principe italiano, e da nobre isempção com este accolheu os

protestos de sympathia e lealdade que, na hora extrema, lhe apresentava o seu presidente de conselho de ministros.

Se o rei Amadeu estivesse bem compenetrado dos bons serviços prestados a si e á causa publica pelo sr. Zorrilla, não repelliria *energicamente* todos os seus pedidos, todas as suas combinações, todos os seus planos: como não lhe acceitaria depois com indifferença, *encolhendo os hombros*, o offerecimento, na apparencia generoso que o sr. Zorrilla lhe fazia, e levou á pratica, de acompanhar até á fronteira de Portugal o monarcha que expontaneamente acabava de abdicar a corôa de Hespanha!

O simples bom senso, desajudado mesmo de provas, nos está revelando que, além de quaesquer manejos politicos, postos em evidencia no proprio dia da abdicação, a consciencia do rei reluctava em acreditar na boa fé monarchica dos seus ministros, e na lealdade com que o aconselhavam.

Diga o sr. Fernandez de los Rios o que quizer: a familia real portugueza foi alheia á abdicação do rei Amadeu, como estranho lhe foi egualmente o governo portuguez que então estava á frente dos negocios publicos. São passados quatro annos depois da abdicação do rei Amadeu, accrescenta o sr. Fernandez de los Rios, *e ainda o sr. Zorrilla se queixa amargamente do procedimento do sr. Rivero* (presidente da camara dos deputados) *acreditando, na nobreza do seu pensar, que sem a abertura da sessão legislativa ainda seria possivel dar remedio, ao que já então era irremediavel.*» Esta crença demonstra quão falta de unidade de intuitos politicos corria por então a monarchia democratica, quando o presidente do congresso assim abertamente contrariava os planos conciliadores do presidente do conselho *de ministros!*

A razão ultima, e que por ser a final devia ser a mais

solida, das apresentadas pelo sr. Fernandez de los Rios para provar a ingerencia do governo portuguez nos negocios internos da Hespanha, é a de não ter elle tido resposta a um telegramma em que pedia dados para desmentir a noticia da renuncia; havendo-os já então com certeza um dos empregados de confiança do presidente do conselho de ministros portuguez!

O proposito firme do autor do livro *Mi mision* era provar que Portugal não cumpria uma stricta neutralidade nos negocios do paiz visinho, servindo-lhe de aresto esta calumnia para represalias futuras, se os factos não fallassem por si mesmo em nosso abono, desmentindo as suspeitas dos que queriam lançar fóra dos hombros dos seus amigos a responsabilidade que directamente lhes tocava na não consolidação da monarchia do rei Amadeu.

Da proclamação da republica, e não da significação monarchica d'este ou d'aquelle principe, é que podia nascer a inquietação dos espiritos, como o provou a alluvião de folhetos publicados em 1871, em que a idéa do iberismo renascia das cinzas da monarchia. Os amadores de aventuras politicas começavam a pôr em circulação theorias que, a não ser o seu insucesso em Hespanha, podiam momentaneamente alterar a ordem publica, apezar de não porem em perigo as actuaes instituições, á sombra das quaes Portugal tem prosperado, e continua a prosperar.

Do que se escreveu por essa época com relação ao assumpto [1] se prova o alvoroço, ainda que mais não fosse, provocado pela novidade do facto, que a proclamação da republica hespanhola causára em Portugal. Não faltou, porém, quem sensatamente visse na nova ordem de coisas um convite á anarchia e pela im-

[1] No fim d'este livro vão indicadas nos *Apontamentos Bibliographicos, todas* as publicações que se referem ao assumpto.

prensa divulgasse os seus receios. As seguintes palavras fazem fé do que dizemos. «Depois de dois seculos de despotismo feroz e aviltante, e de meio seculo de luctas civis, sanguinolentas e intolerantes, a Hespanha precisa de liberdade e de paz. Será a fórma republicana no estado actual a mais propria para lhe garantir a conservação e defeza d'estes bens? Não o acreditamos, ou as leis da historia são uma illusão e uma mentira. O que não conseguiram povos mais adiantados, mais civilisados, mais moralisados, mais homogeneos, mais fleugmaticos, mais brandos de costumes, mais acostumados á liberdade e á tolerancia, não póde conseguil-o ainda a heroica e brilhante, mas irrequieta e semi-barbara nação hespanhola.»

Esta opinião é fundamentada com o testemunho insuspeito de Proudhon, mais applicavel ainda á Hespanha, do que á França, que no seu livro, *Do principio federativo* escreveu: «*Se me é permittido emittir uma opinião pessoal, direi francamente que a nação franceza, constituida durante quatorze seculos em monarchia de direito divino, não podia de vespera para o dia seguinte transformar-se n'uma republica.*»

É porém decisiva a opinião do conde de Cavour quando, depois de passar em revista as republicas da antiguidade, provando o seu constante egoismo, egual vicio aponta nas republicas italianas da edade media, até formular esta significativa pergunta:

«Terão sido menos egoistas as republicas modernas? Não por certo. Os Estados unidos quando tinham conquistado a sua independencia, quando se tinham tornado bastante fortes para luctar por mar e por terra com a Inglaterra, estenderam por ventura mão ami-

[1] Dos artigos não collegidos em folhetos é notavel o que *tem por titulo: Monarchia ou republica em Hespanha. Uma opinião do conde de Cavour*, assignado pelo sr. Antonio de Serpa, e publicado na «America.»

ga aos americanos do sul na guerra da emancipação contra a Hespanha? Não: guardaram a mais stricta neutralidade, e não foi por humanidade e horror ao sangue, porque não duvidaram fazer guerra aos mexicanos, para lhes tomar algumas provincias.»

O julgamento do grande estadista italiano, abrange na mesma censura a republica franceza, cujo auxilio sente ter a Italia invocado.

O commentador da opinião de Cavour accrescentou: «A sociedade é como a natureza, desenvolve-se gradualmente segundo as leis da continuidade e não por meio de saltos e transições incalculaveis. Quando o barometro sobe e desce gradualmente, é porque gradualmente varia o tempo e essa variação é firme. Quando o ponteiro dá grandes saltos, a mudança não é segura e a tempestade é infallivel.» Estas, e outras considerações, não precisavam, felizmente, ser formuladas para calarem instintivamente no animo da grande maioria do povo portuguez, que via com desconfiança estabelecer-se a republica em Hespanha, e degenerar desde logo nos excessos de Alcoy e de Cartagena, em nome do principio federativo, ainda assim o unico, no nosso entender, que póde acommodar-se no paiz visinho á fórma republicana.

A mais cabal demonstração da estabilidade das instituições constitucionaes em Portugal está na confiança com que assistio ao fazer e desfazer de monarchias no reino visinho: e, principalmente, na prudente reserva com que viu proclamar-se a republica, sem se resentir politica nem economicamente, de uma convulsão que podia influir nos seus destinos, se em nós não fosse principio de honra antepor a nacionalidade, que é permanente, ás formas de governo que podem ser transitorias, e envolvem perigos disfarçados debaixo de *capciosas promessas*.

Improductivas, mais do que improductivas, foram

as missões politicas e diplomaticas do sr. Fernandez de los Rios em Portugal, durante a interinidade do governo provisorio, e a monarchia democratica de D. Amadeu. A republica vae encontral-o, e conserval-o no mèsmo posto, em que, por amor da patria e da democracia, o interessado estava pela sua parte disposto a encartar-se vitaliciamente, em nome das suas tradições de familia, e das suas remeniscencias de adolescente.

«Um mundo de recordações, de idéas, de duvidas, me atravessaram o pensamento nos vinte minutos em que me demorei a responder a Rivero, com o telegramma de adhesão á republica, publicado nos primeiros numeros da *Gazeta* depois da republica já proclamada!»

Este mundo de recordações, a que o sr. Fernandez de los Rios se refere, largas e tumultuosas como a palavra que as exprime, é toda a historia da Hespanha contemporanea, com as suas immensas vicissitudes; com os seus episodios de sangue; com as imigrações quasi constantes dos seus melhores filhos e dos seus mais robustos talentos; com a doblez dos seus governantes, e a insigne má fé da dynastia desthronada em 1868: finalmente com todas as peripecias de um paiz em revolução permanente, aspirando ao bem pelo desejo, mas contradizendo nas praticas do governo constitucional tudo quanto este systema tem de aproveitavel, como meio termo que é entre as theorias extremas, que dividem e tornam hostis as sociedades, que não chegaram ainda ao seu estado de maturação.

Estas impressões retrospectivas, solidas para convidar a meditação d'um philosopho, não deviam bastar para lançar um homem politico de um campo para outro campo sem transição, acabando de ser, como fôra, o representante de uma monarchia, e o escolhido *do governo provisorio* que a preparára!

Para estes saltos mortaes não ha exame de cons-

ciencia possivel, nem justificação que preste. O odio aos Bourbons, invocado como rasão politica, parece-nos ainda mais futil do que a já desmentida rasão, a que o sr. Fernandez de los Rios chama de reaccionarios, a falta de preparação no paiz para receber a republica, em cuja fé o ex-diplomatico declara por fim *tencionar morrer*.

Ha ductilidades de consciencia que ás vezes aproveitam indirectamente aos que desejam apurar a verdade dos factos. Se o sr. Fernandez de los Rios houvesse dado por finda a sua missão diplomatica depois da abdicação do rei Amadeu, não saberiamos ainda hoje que o ex-rei de Hespanha o recebera com *pronunciada sequidão,* quando officialmente o fôra esperar ao Entroncamento, em virtude das ordens que recebera de Madrid. Guindar este incidente ás alturas de *enseñanza de reys e de pueblos* parece-nos demasiado ambicioso, a não ser que o telegramma do sr. Olozaga, sem resultado pratico que se visse, *recommendando a demora de D. Amadeu em Lisboa, por que havia motivos para esperar que elle não saisse da peninsula,* não envolvesse em si um mundo novo de *aspirações,* para contrapôr ao mundo velho de recordações em que o sr. Fernandez de los Rios se deixára embrenhar.

O que se passou na camara dos deputados portuguezes, em maio de 1870 ninguem o ignora. Eram geralmente conhecidos, desde o anno anterior, as opiniões do general Prim, de Rios Rosas, de Salazar y Mazarredo, de Castellar, de Rivero, de Martos, e de outros vultos mais ou menos importantes da politica hesponhola, com referencia á questão peninsular.

Não podendo porem consolidar-se a monarchia anti dynastica que o sr. D. Fernando fôra convidado a representar; nem a de D. Amadeu, minada pelas astucias democraticas do sr. Zorrilla, o que restava á *Hespanha?* A republica.

Mas a republica era um perigo para a independencia de Portugal. Já então o sr. Castellar tinha pronunciado do alto da tribuna, de que é ornamento, as seguintes palavras: «Esta identidade do nosso ser, deve ensinar-nos que, nem os erros de uns nem as paixões de outros, poderão impedir que, *respeitando nossa mutua independencia, e a nossa respectiva soberania, fundemos, por meio de federação, os Estados Unidos da Iberia livre.*»

O sr. Corvo apurando e confrontando as opiniões dos estadistas e dos oradores hespanhoes, e não acceitando as theorias dos monarchicos, nem as dos republicanos, conducentes em ambos os casos a perda da nossa independencia, escreveu:

«Uma nação que entrega os seus proprios destinos á soberania popular, deve respeitar com meticuloso escrupulo a soberania das outras nações. Quem eleva tão alto o respeito aos direitos individuaes, que até crê ser um ataque contra elles o querer definil-os em formulas legaes, não póde deixar de condemnar toda a tyrannia, toda a oppressão, todo o constrangimento, toda a astucia mesmo, que possa ter por fim impôr a um povo livre, amigo ou inimigo, uma fórma politica, um governo que elle não queira.»

O sr. Fernandez de los Rios, o azougado, o imprevidente, o mechediço, entalado entre tantas e tão diversas opiniões, e procurando dar-lhe unidade nos dois differentes actos da sua zarzuella diplomatica!

A mythologia deu nome a este desesperado supplicio, symbolisando-o na figura de um incançavel obreiro que nunca logrou fazer coisa que ficasse estavel.

É tambem assim o desapontamento dos que, ao findar o sonho de que accordaram pretendem apalpar a realidade do que só foi um embuste da imaginação. Mas ao menos respeitem as susceptibilidades dos que andam acordados.

CAPITULO VIII

Eclipse do sr. Fernandez de los Rios. Durante a revolução e a republica. Não interferencia de Portugal nos negocios de Hespanha. Accordos peninsulares; jurisprudencia internacional, e relações materiaes. Prioridade portugueza em alguns d'estes assumptos. Trecho de um despacho do sr. Mendes Leal. A Internacional e o sr. Andrade Corvo. Habil procedimento d'este ministro. A Galliza, e os gallegos. Algarismos que desmentem juizos precipitados. Tratado de extradição com Hespanha, e propaganda mansa de Portugal com relação a este negocio. Estabelecimento de uma igreja evangelica em Lisboa. Considerações a este respeito. Relações commerciaes entre os dois povos da Peninsula. Quem é o culpado da sua quasi nulla importancia? As alfandegas da raia. Importancia d'este assumpto. Um despacho importante do ministro hespanhol, economicamente considerado. Alvitres. O sr. Fernandez de los Rios, e as divindades Indianas. Parallelo. Conclusão.

Com o desaparecimento da republica em Hespanha que, diga-se a verdade, foi dignamente comprehendida pelo poder central, e torpemente exagerada pelos discolos que sempre vão alem do que é justo e sensato, eclipsou-se o astro que no systema planetario da epocca brilhou com o nome de Fernandez de los Rios.

O projecto de reforma da carta constitucional apresentada na camara dos deputados pelo sr. José Luciano de Castro, em nome do partido historico, e alguns trechos de artigos de jornaes politicos, que o ministro hespanhol retalhava á thesoura, e cuidadosamente archivava para o que desse e viesse, tudo lhe prestou agora de argumento para demonstrar a insta-

bilidade das nossas instituições, e o nosso pouco afferro á monarchia constitucional!

É curioso lêr no livro do sr. Fernandez de los Rios o capitulo que se intitula «durante a revolução e a republica.» As incertesas que assaltam o espirito do diplomatico hespanhol são grandes, e, não as sabendo esconder, como seria digno de si e do paiz que representava, desafoga em torrentes de injurias contra Portugal as iras que trazia accumuladas, desde que a incapacidade politica do sr. Zorrilla dera em terra com a democratica monarchia do rei Amadeu.

Pretendera aquelle ministro imitar Lafayette, e os homens da revolução de 1830, mas não tendo a larguesa de vistas, nem o tacto politico de alguns dos conselheiros de Luiz Filippe, apenas logrou dar incremento á guerra civil, e rebaixar o credito já abalado da nação hespanhola.

Por detraz do desgoverno do sr. Zorrilla estava a republica espreitando a occasião de fazer a sua primeira experiencia no paiz da Europa o menos preparado para ella, onde é ainda preponderante o predominio clerical, e onde o militarismo se avesou a abrir á ponta de espada o caminho das honras, a trôco da paz publica, o mais indispensavel elemento de progresso e de civilisação.

O proprio sr. Fernandez de los Rios confessa no seu livro não ter levado comsigo para Madrid *nenhumas illusões ácerca da vitalidade da republica nascida em 11 de fevereiro*, e acrescenta que com o seu desaparecimento, *serão anniquiladas todas as aspirações da revolução de setembro, de 1868.*

Reflectindo a sangue frio n'esta opinião, compartilhada talvez pelo sr. Zorrilla, doe ver como uma poderosa nação escolhia para pilotos, em occasião de *temporal desfeito*, homens que, mal servindo a monarchia da sua escolha, se lançavam nos braços

de uma republica, em cujos destinos não confiavam!

O que não tem fundamento; nem siquer visos de plausibilidade, é a interferencia que o sr. Fernandez de los Rios affima ter tido o governo portuguez nos negocios internos de Hespanha, auxiliando as tentativas de restauração monarchica, dando protecção aos carlistas emigrados em Portugal, e pensando no immenso absurdo de pôr a força armada á disposição do partido que projectava anniquilar a republica!

D'estes, e de outros ridiculos manejos que só existiram na imaginação febril de quem os inventou, torna o sr. Fernandez de los Rios responsavel o sr. Fontes, mas tendo tido depois occasião de averiguar a veracidade dos boatos a que se refere, nem uma unica prova apresenta que mereça ser exhumado dos archivos da sua chancelaria.

De duas, uma. Ou a cumplicidade portugueza na restauração monarchica hespanhola foi uma pura phantasia, ou o diplomatico dos *ensinamentos de ámanhã* andava tão cego, que, devendo acautelar-se contra os inimigos da republica, a cujo serviço se puzera, deixou passar por diante dos olhos as nuvens negras da reacção sem dar por ellas.

Como esta segunda parte do dilemna não póde sem injustiça ser applicada á reconhecida sagacidade e prudencia do diplomatico hespanhol, a logica manda-nos concluir que a influencia que se nos quiz attribuir na restauração bourbonica não passa de uma *suspeita sem evidencia,* lançada intencionalmente ao papel para ser explorada em occasião opportuna, invertendo a posição politica dos dois paizes peninsulares. Este procedimenro póde ser astuto, mas está com certeza longe de dever ser imitado.

A transcripção de alguns artigos de jornaes portuguezes de boa nota, pela reconhecida proficiencia

dos seus redactores [1] nada prova em abono dos factos que o sr. Fernandez de los Rios dá como averiguados. Na impossibilidade de confrontar entre si esses artigos, trabalho que deixâmos á curiosidade de quem tiver tempo para espremer o limão com que o diplomatico hespanhol refresca os seus ardores meridionaes; só diremos de passagem que de discursos exclusivamente theoricos, ou polemicos, tira a bôa vontade do commentador conclusões que, ou deixam em duvida a sua bôa fé, ou não abonam demasiadamente a sua prespicacia. Escolha o sr. Fernandez de los Rios o que mais n'este caso se ajustar á sua consciencia de homem publico, mas não apelle do julgamento por que lhe confirmaremos a sentença.

Antes de pedirmos contas ao sr. Fernandez de los Rios do mal que enpregou o seu tempo em Portugal, dando-se exclusivamente ás esterilidades da politica militante, em vez de empregar todos os seus esforços em estreitar as relações commerciaes intelectuaes e moraes entre os dois paizes, cumpre-nos registar o insuspeito juizo que da elevada capacidade do sr. Andrade Corvo fazia, ao despedir-se de nós, o representante de Hespanha em Portugal:

«Em meio de uma hostilidade mal encoberta a uma serie de governos fracos, cuja representação diplomatica não logrou ser reconhecida nos estados monarchicos, devia ao sr. Corvo attenções que me compraso em consignar aqui; por que nem esqueço nem deixo em silencio as dividas de gratidão, as deferencias de que sou objecto, e por que é justo dar o que corresponde ao homem de maior alcance de vistas e mais habil, ao de caracter mais aberto e mais si-

[1] *Referimo-nos á Correspondencia* de Portugal, Jornal da *Noite, Diario Popular, Primeiro de Janeiro*, e outros, cujo testemunho o sr. Fernandez de los Rios invoca.

gnificativo de um governo em que, com uma deploravel resignação, desempenha um papel secundario, estando talhado para desempenhar um outro muito differente, por caminho desobstruido.»

Apezar do sr. Fernandez de los Rios não ter querido perder a occasião de intrigar os homens publicos de Portugal uns com os outros, é verdadeira a apreciação dos talentos e do prestimo do sr. Corvo, que acima transcrevemos, não por que o ministro portuguez careça de attestados cumprovativos da sua valia como estadista, mas para tirar ao ex-representante de Hespanha qualquer pretexto com que possa desculpar-se da estirilidade da sua missão diplomatica.

Correndo com os olhos a parte do livro do sr. Fernandez de los Rios que devera ser a mais fertil e productiva, e é a que se subdivide nos capitulos que teem por titulo «Accordos Peninsulares», «Jurisprudencia Internacional» «Relações Materiaes» e «Relações scientificas, litterarias e artisticas» vemos com pezar que ao minguado espaço que ellas occupam corresponde, infelizmente, pobresa quasi franciscana de factos que recommendem o negociador hespanhol, quer como economista seguro de si, quer como politico previsor dos resultados que as relações materiaes podiam trazer á peninsula, quando estudadas com desassombro e realisadas sem pensamento reservado.

Quatro, apenas, foram os accordos entre os governos de Portugal, e de Hespanha com relação a assumptos de interesse geral Europeu, e sobre que não podia haver divergencias, fosse qual fosse a fórma politica por que qualquer das duas nações no momento se regesse.

Diz respeito o primeiro dos citados accordos ás instrucções harmonicas dadas aos agentes diplomaticos *dos dois paizes*, em Roma, Vienna e Munich, *relativamente á* politica que devem seguir, prevendo as

eventualidades que podem surgir das decisões tomadas no concilio ecumenico, convocado em 1869, isto é, logo ao estreiar-se officialmente na carreira diplomatica o sr. Fernandez de los Rios.

Para este accordo, reflexo de outros tomados pelas nações catholicas, não era necessario grosso peculio, de conhecimentos de direito publico, nem mais farto cabedal de noções de historia ecclesiastica. A tradição, e o pendor natural dos factos, resolviam por si este accordo peninsular, que apenas carecia da sancção governativa para o legitimar, e revistir das fórmas do estylo, exigidas nos documentos internacionaes.

Ainda assim cumpre registar, para não sermos taxados de parcialidade, o bom senso com que o representante de Hespanha em Portugal deu conta ao seu governo «*de se haver aproveitado da primeira oportunidade que se lhe deparava, em tão grave assumpto, para assentar as bazes de uma politica propria e commum entre os dois paizes, em assumptos externos, alheias a qualquer outra influencia extra peninsular.*»

A estes bons desejos do sr. Fernandez de los Rios, e á consignação dos bons principios de politica peninsular, correspondia o sr. Mendes Leal, então ministro dos negocios estrangeiros, com uma nota onde se lê este significativo periodo, que tira ao representante da Hespanha a gloria da prioridade na direcção dada a tão melindroso assumpto.

« Pelo que toca á doutrina a que se refere a attenciosa communicação de V. E. apresso-me a dizer-lhe que as nobres aspirações do governo hespanhol, muito lisongeiras para o de S. M. *já se achavam, na parte em que se referem ao concilio ecumenico prevenidas pelo mesmo governo, como V. E. poderá verificar examinando as adjuntas instrucções* que com a *data de 4 do corrente mez transmitti ao representante* de S. M. em *Roma.*»

O sr. Fernandez de los Rios que constantemente nos accusa de indifferentismo, e de faltos de iniciativa em todos os negocios internacionaes, tem na replica do sr. Mendes Leal, ao despacho a que acima se allude, a demonstração de que as suas affirmativas são não poucas vezes desmentidas pelos factos, como no caso presente.

O segundo accordo peninsular a que se refere o ex-representante de Hespanha no seu livro, é o que diz respeito á complicada e laboriosa negociação para a diminuição dos direitos sobre os vinhos peninsulares em Inglaterra, negociação a principio encetada isoladamente por cada uma das duas nações, e por fim de commum accordo, mas sem o resultado que se deveria esperar da habilidade dos negociadores, e da justiça da causa que em Londres representavam.

Os documentos que esclarecem esta importante questão, estão publicados no relatorio ácerca dos nossos negocios externos, apresentado ás cortes na sessão legislativa de 1872, e são precedidos de lucidas considerações do sr. Andrade Corvo, então ministro dos negocios estrangeiros.

Datam de 1866 as diligencias empregadas para resolver satisfatoriamente este importante assumpto, o da escala alcoolica, tres annos antes da vinda do sr. Fernandez de los Rios a Portugal, negocio seguidamente tratado pelos senhores condes de Castro, de Lavradio e do Casal Ribeiro, bem como pelos ministros de Inglaterra acreditados em Lisboa, e por alguns dos agentes consulares portuguezes, em Londres. Outra demonstração de que a inercia portugueza não é tamanha como se afigura ao embisoirado diplomatico, que nos atassalha o credito sempre que para isso se lhe depara occasião propicia.

Continuou o marquez de Sá da Bandeira as negociações, que encontrou encetadas quando subio ao poder,

e que os srs. Mendes Leal e Andrade Corvo não abandonaram depois, antes procuraram illucidar com maior copia de argumentos, e mais atilado estudo dos factos. [1]

Para que os credulos se não persuadam que o accordo entre os governos portuguez e hespanhol, com relação ao emprego de esforços communs, tendentes a obter em Londres satisfatoria solução de um negocio de tamanha valia, fosse obra exclusiva do sr. Fernandez de los Rios, e idea inicial sua propria; vamos transcrever o que lêmos no DOCUMENTO A, annexo á correspondencia official havida sobre o assumpto, documento assignado pelo sr. Lorenzana, o mesmo sr. Lorenzana beliscado pelo sr. Fernandez de los Rios, por ter annuido á demarcação das fronteiras peninsulares.

Diz assim:

Á su tiempo recebi el despacho n.º 50 del ministro plenipotenciario de España en essa corte, fecha de marzo ultimo, por el que me daba cuenta *de los deseos, que le habia manifestado ese sr. ministro de negocios estranjeros* en la recepcion semanal de aquel dia, *de que el poder ejecutivo tomase en consideracion las indicaciones que debia hacer el representante de su Majeitad Fidelisima en esta capital acerca de lo conveniente que seria* QUE GESTIONASEN Á LA VEZ *los gobiernos de España y Portugal cerca del de la Gran-Bretaña*, para conseguir, mediante ciertas compensaciones, que suprima la diferencia de derechos de aduana que impune a los vinos peninsulares, á causa de contener mas grades de alcool que los franceses y alemanes.»

Este documento é assignado pelo sr. D. Juan Al-

[1] *Vide:—Relatorio* e documentos apresentados ás cortes *na sessão legislativa* de 1872.

vares de Lorenzana, e duas coisas prova. A primeira que o accordo peninsular foi exclusivamente de iniciativa portugueza. A segunda que o sr. Fernandez de los Rios não pode perfilhal-o sem emendar o calendario que lhe assignala a data da assignatura, em 4 de maio de 1869, dois mezes antes do ex-representante de Hespanha ter entrado no exercicio do seu cargo.

Em quanto ao terceiro accordo mencionado, em que se trata do reconhecimento da republica franceza, em 1871, resultado não só da necessidade, como do respeito pelo principio da não intervenção nos negocios internos dos outros paizes, a peninsula não póde alardear sem uma sofrivel doze de mal cabido orgulho uma abstenção que a sua posição especial lhe impunha como um dever, e lhe aconselhava como um acto de prudencia. No mesmo caso está a neutralidade peninsular durante a desastrada guerra entre a França e a Prussia, neutralidade declarada *pro forma*, e exemplificação do rifão popular *que o que se não póde haver á mão, se dê ao diabo pelo amor de Deus.*

O quarto e ultimo accordo peninsular, não contando com um outro para o estudo hidrologico do Guadiana, teve uma importancia real e uma significação verdadeira.

Receiosos os dois governos, portuguez e hespanhol, das theorias dissolventes da Internacional, e dos adeptos que ella ia recrutando para a sua funesta obra de demolição e de sangue, resolveram pôr-se de accordo para obstar ao seu incremento, e frustar os seus malfasejos intuitos.

Ainda n'este ponto nos não parecem exactas as apreciações historicas do sr. Fernandez de los Rios. Affirma o ex deplomatico serem geralmente conhecidos os esforços dos internacionalistas para obter em Hespanha uma organisação qualquer, e acrescenta que o

terreno estava para isso mais preparado em Portugal, pela pratica e o desenvolvimento sempre crescente do espirito de associação [1].

Para demonstrar esta asserção serve-se o critico dos algarismos, que não temos dados para contrariar, affirmando existirem em Lisboa 85 associações de soccorros mutuos, com 30:000 socios effectivos: e no continente portuguez 360, com 70:000 associados. Com estes factos, e a antiguidade e influencia da maçonaria portugueza, prende o sr. Fernandez de los Rios outro facto importante, as *greves* que Lisboa e Porto presencearam em seguida aos manejos da Internacional, e aos desastres de que a França foi victima.

Assim será. Mas as *greves* em Portugal, tão preparadas como se quer dizer pelo espirito de associação, nunca deram de si os medonhos resultados de Alcoy e de Carthagena, e limitaram-se a pacificas demonstrações, de algumas das quaes os proprietarios dos estabelecimentos febris reconheceram a justiça, embora condemnando os meios por que eram feitas.

A este incidente diplomatico, que fôra provocado por uma circular do governo hespanhol aos seus representantes no estrangeiro, e que os curiosos podem ler, com os seus naturaes desenvolvimentos, no *Relatorio e documentos apresentados ás côrtes na sessão legislativa de 1873* não deu o sr. Andrade Corvo seguimento, embora cortezmente acceitasse em principio os alvitres lembrados na circular do governo hespanhol.

Este procedimento sensato do ministro portuguez, mereceu no livro do sr. Fernandez de los Rios merecidos encomios, e com rasão lh'os dispensou o ex-diplomatico, mesmo ignorando a nenhuma significação politica e social dos signatarios do protesto da «*Associação internacional dos trabalhadores*» que o sr. Corvo *conhecia*, e pela conhecer despresava.

[1] *Fernandez de los Rios* — o *Mi Mision en Portugal*, pg. 510.

Em todo o caso a justiça feita ao governo portuguez, representado pelo ministro dos negocios estrangeiros é completa, e diz assim:

«Apezar d'este conjuncto de elementos (as associações publicas e secretas) fundamente arreigadas por uma tolerancia pratica e já antiga, o sr. Corvo que não podia incorrer no absurdo de provocal-as á lucta, *manifestou o desejo de caminhar em harmonia com o governo hespanhol por meio de um accordo, e para não tomar resoluções precipitadas e contradictorias deu uma resposta* FAZENDO-SE DESENTENDIDO DA DOUTRINA DA CIRCULAR, sem que apezar d'isso houvessem estremecido os fundamentos da sociedade portugueza, nem sequer o ministerio que assim procedia. Lição proveitosa para os que levantaram a questão ao passar pelo poder (em Hespanha) com a rapidez com que vôa um passaro.»

«Sob o titulo de «*Jurisprudencia Internacional*» vai-nos agora o sr. Fernandez de los Rios dar conta de outros trabalhos seus, em cujo numero avultam os que directamente se referem á colonia gallega em Portugal. Grande como é a nossa sympathia por esses desherdados filhos da monarchia castelhana, que se expatriam para ganhar laboriosamente o pão de todos os dias, á semelhança, nem para uns nem para outros aviltante, do que praticam os portuguezes que para o Brasil se desterram, temos por dever levantar algumas inexactidões que se encontram no livro que vamos analysando, e que são a expressão do sentir geral portuguez, com relação á Galliza.

É a Galliza um paiz exclusivamente agricola. O viver popular d'esta provincia, menos patriarchal que o das Vascongadas, é ainda assim de uma simplicidade que a honra. Embalada pelos contos milagreiros *de seu grande Apostolo*, e tendo um afferro tradicional *aos rudes trabalhos* dos campos, a emigração não

os ouvidos ao chamamento da patria. Em 1801 a colonia gallega fixa em Portugal era de 28:000 homens afóra 12:000 que accudiam annualmente ao trato e cultivo das vinhas do Alto Douro.

Esta interessante colonia que o sr. Fernandez de los Rios affirma *ter substituido no trabalho os escravos negros da Guiné*, vive entre nós tranquillamente, *apezar de ter um pé em cada um dos dois paizes, extrangeiros a ambos, e sem direitos reconhecidos em nenhum d'elles;* pintura inexacta e infiel de um povo que como o allemão, o hollandez, o italiano e o portuguez vai, parcialmente, onde o trabalho o convida, sempre com o coração preso ás recordações da infancia, e *suspirando por um tumulo na terra de seus pais.*

O politico póde ver estas coisas de diverso modo, mas o moralista que conta as pulsações do coração humano, e as affere pelo suave e affectuoso viver da familia, apalpa no apparente cosmopolitismo do colono gallego o indelevel sentimento do amor da patria.

Depois d'esta digressão, deslocada talvez em um livro da indole do nosso, sentimos a necessidade de retomar o fio do discurso, acompanhando o sr. Fernandez de los Rios no resto das suas negociações, que poucas vão alem dos annos de 1869 e 1870, denuncia do amortecimento dos seus brios diplomaticos, ou consciencia de que fôra errado o caminho que encetara quando, arredando-se da letra e do espirito das instrucções que recebera do sr. Silvela, se precipitára nos asares de uma propaganda, que não é dado a um unico homem dirigir com acerto, nem levar a cabo sem desaire.

A negociação e conclusão de um convenio de extradicção, com a abolição da pena de morte, de que foi agente o sr. Fernandez de los Rios, em resultado das instrucções que recebera do seu governo, honra egualmente as duas nações peninsulares, e com razão

escrevia o representante de Hespanha as seguintes linhas ao sr. Sagasta, em despacho de 13 de março de 1870:

«Poucas vezes póde a diplomacia offerecer occasião de escrever um despacho sobre assumpto mais transcendental e mais satisfatorio que o que hoje me leva a dirigir-me a V. Ex.ª»

A este preambulo, correspondia innegavelmente um facto de grande alcance moral, não tanto para Portugal, que já anteriormente havia abolido a pena de morte, como para a Hespanha, que ainda a conservava consignada nos seus codigos, e que acceitava de boamente um artigo addicional ao tratado de extradicção de criminosos por delictos communs, em que ficava consignado o principio de que o reu condemnado no seu paiz a pena capital, a teria commutada na pena immediatamente inferior em resultado da extradicção.

A mansidão dos nossos costumes, e a legislação vigente em Portugal aconselhavam esta exigencia portugueza, de que o sr. Fernandez de los Rios justamente se applaude. A sancção official dos dois governos não tirou a este acto o caracter de propaganda, exercida por uma pequena nação sobre uma outra nação sua visinha. Foi assim que o Piemonte se tornou o nucleo da unidade italiana, sem o auxilio de emissarios secretos, trabalhando constantemente por se fazer digno de attrair a attenção das nações suas visinhas, e de lhes servir de modelo pela regularidade das suas finanças, e pelo seu progressivo desenvolvimento material e moral.

O sr. Fernandez de los Rios que ainda por esse tempo nos fazia uma ou outra vez justiça, escreveu no seu livro: « Para Portugal a primeira nação da *Europa, onde foi* proclamada a abolição da pena de *morte, é summamente* lisongeiro influir com as demais

nações, afim de que o seu exemplo se vá imitando.»

O *enfermo do occidente*, como mais tarde virá a chamar-lhe o sr. Fernandez de los Rios, ainda em 1870 se esquecia caridosamente dos seus achaques para, erguendo-se do leito da agonia, acudir em auxilio de um outro enfermo, apresentando-se-lhe como espelho de bem morrer, que tanto significa perdoar ao proximo as suas fraquezas, poupando-lhe a vida, que é o primeiro dom que recebemos das mãos de Deus.

Á auctorisação pedida, e recebida pelo sr. Fernandez de los Rios, para o restabelecimento de uma egreja evangelica em Lisboa, sendo como somos partidarios da mais ampla liberdade de consciencia, pouco ou nada temos a objectar. Sentimos apenas que o templo que deve ser o refugio das almas feridas, viesse a transformar-se pelo estabelecimento da egreja evangelica em valhacouto de renegados da peior especie, dos que sacrificam a religião e a patria á sensualidade, porque ambas estas abjurações são impostas ao padre que pretende renunciar ás asperezas do celibato catholico!

A nobilissima Hespanha não póde de certo ufanar-se com estes seus novos cidadãos, que o chegaram a ser tentados pelo peccado mortal da luxuria, e não porque se lhes tivesse apagado de todo nas almas as saudades do berço, nem da terra em que o braço materno os embalou.

A parte menos palavrosa, e por isso mesmo a mais seriamente estudada do livro do sr. Fernandez de los Rios, é a que se refere ás infelizmente quasi nullas relações commerciaes entre os dois povos da Peninsula, *sem os quaes nem os caminhos de ferro, nem os correios, nem nenhuma convenção internacional, já celebrada, ou que de futuro haja de o ser, tem plausivel rasão de existencia.*

Tem rasão o diplomatico hespanhol. Mas de quem

é a culpa d'este isolamento commercial, secular, e systematico entre os dois povos? É exclusivamente de uma das duas nações, ou recae sobre ambas com egual responsabilidade? As idéas economicas modernas são differentes do que eram ha dois seculos atraz, quando, o que hoje póde ser preconceito, tinha então explicação natural, fundada em uma reciproca desconfiança que factos posteriores fortaleceriam, em vez de amesquinhar.

Dir-nos hão que de ordem exclusivamente politica eram esses factos, e que o tempo, que tudo esclarece, devera tel-os reduzido ás justas proporções de duendes, inquietando o somno patriotico de nossos avós, mas não devendo servir agora de tropeço ao progressivo desenvolvimento de duas nacionalidades, cordas por emquanto desafinadas da grande lyra em que Michelet symbolisa a harmonia europêa.

«Em 120 annos, diz o sr. Fernandez de los Rios, de Filippe V a D. Isabel de Bourbon, apenas se celebram entre Hespanha e Portugal 14 convenções, que descontando as que tinham por objecto guerras, pazes e allianças (incluindo a chamada santa) ficam reduzidas a tres de alguma importancia internacional, a de extradicção, a de navegação do Douro, annulada por um regulamento, e a de limites, que ha 120 annos está pendente de uma conclusão!»

«Nos 34 annos do reinado de D. Isabel (accrescenta o auctor) em que tantas e tão superfluas convenções fizemos com todas as nações do mundo, apenas ajustámos com Portugal 12 tratados, incluindo n'elles a repetição dos eternos e nunca em execução, da navegação do Douro, e de limites, e os occasionados pela guerra civil.»

Este resumo das relações diplomaticas peninsulares *é realmente* desanimador, mais alguns dos pontos *sobre que ellas* versam são espinhosos, entrando n'esse

numero os que o sr. Fernandez de los Rios com rasão chama eternos. Um d'elles, o de limites, deve ter topado sempro com Olivença por obstaculo, recordando aos negociadores portuguezes o verso do Dante, que os convida a perder a esperança no bom resultado de negociações para demarcação de fronteiras, com quem começa por negar a existencia d'essas mesmas fronteiras!

A tabella do movimento dos navios mercantes hespanhoes no porto de Lisboa em 5 annos, é innegavelmente triste. Demonstra elle que termo medio, entra no nosso porto para carga e descarga um navio mercante por mez, que quando se destina para os portos hespanhoes, leva geralmente cortiça para a Catalunha. O movimento maritimo dos nossos visinhos, é pouco superior em valores ao da Russia, nação collocada no extremo norte da Europa!

Entre as innumeras causas que tem contribuido para este lastimoso isolamento commercial, enumera o sr. Fernandez de los Rios as onorosas condicções fiscaes que avexam o commercio estrangeiro, e accrescenta: «*De modo que, tal como as coisas existem, as ondas do Oceano são as unicas que, como apezar nosso, se encarregam de duplicar o modesto numero de um navio hespanhol, por mez, que entra em Lisboa.*»

Mas, serão só as condições fiscaes as unicas responsaveis por este caricato movimento maritimo e commercial? Não o crêmos.

Os productos naturaes da peninsula são similares, e como taes procuram vasão fóra do solos que os produzem. Póde a Hespanha competir em industria com a Inglaterra, a França e a Allemanha, que exclusivamente alimentam os mercados portuguezes?

Não póde. Embora as tarifas á que estão sujeitos os productos hespanhoes sejam mais pesadas do que as sobrecarregam os productos francezes, como o sr.

Fernandez de los Rios prova com uma tabella comparativa entre os artigos das duas nações, e os seus respectivos direitos em Portugal, duas conclusões podemos tirar com segurança: uma que a competencia será sempre um desfavor dos nossos visinhos, pela sua relativa inferioridade industrial, salvo com relação a alguns, poucos productos de Catalunha: segundo, que os tratados de commercio são sempre baseados na reciprocidade, e que esta, pelas mesmas rasões que o sr. Fernandez de los Rios mais de uma vez invoca em favor da unidade peninsular, não póde nunca dar-se, sendo, como é, a agricultura a primeira e quasi unica fonte de riqueza das duas nações.

São muitas e vastas as considerações economicas que esclarecem o despacho do sr. Fernandez de los Rios, de 27 de dezembro de 1869, algumas d'ellas extremamente sensatas, mas nem todas de facil e prompto remedio. São verdadeiras as theorias que se applicam ás alfandegas, e importante a questão do contrabando que com ellas directamente se prende, mas as theorias nem sempre vão de accordo com as necessidades praticas do viver material dos povos, ou, com mais rasão, nem sempre é opportuno pôr em acção principios que jogam com o machinismo geral de um systema, de que fazem parte.

É de certo uma anomalia perder o Estado trinta e tres contos de réis annuaes com as alfandegas da raia, que cobram trinta e nove contos de direitos de importação e tres de exportação, e dispendem cento e vinte e seis mil na sua manutenção, mas não é de certo em nome dos bons principios economicos que ellas até hoje se teem conservado...

Apresentaremos, finalmente, sem os discutir, os dois alvitres em que o sr. Fernandez de los Rios resume todas as suas considerações com relação ao commercio peninsular:

numero os que o sr. Fernandez de los Rios com rasão chama eternos. Um d'elles, o de limites, deve ter topado sempro com Olivença por obstaculo, recordando aos negociadores portuguezes o verso do Dante, que os convida a perder a esperança no bom resultado de negociações para demarcação de fronteiras, com quem começa por negar a existencia d'essas mesmas fronteiras!

A tabella do movimento dos navios mercantes hespanhoes no porto de Lisboa em 5 annos, é innegavelmente triste. Demonstra elle que termo medio, entra no nosso porto para carga e descarga um navio mercante por mez, que quando se destina para os portos hespanhoes, leva geralmente cortiça para a Catalunha. O movimento maritimo dos nossos visinhos, é pouco superior em valores ao da Russia, nação collocada no extremo norte da Europa!

Entre as innumeras causas que tem contribuido para este lastimoso isolamento commercial, enumera o sr. Fernandez de los Rios as onorosas condicções fiscaes que avexam o commercio estrangeiro, e accrescenta: «*Demodo que, tal como as coisas existem, as ondas do Oceano são as unicas que, como apezar nosso, se encarregam de duplicar o modesto numero de um navio hespanhol, por mez, que entra em Lisboa.*»

Mas, serão só as condições fiscaes as unicas responsaveis por este caricato movimento maritimo e commercial? Não o crêmos.

Os productos naturaes da peninsula são similares, e como taes procuram vasão fóra do solos que os produzem. Póde a Hespanha competir em industria com a Inglaterra, a França e a Allemanha, que exclusivamente alimentam os mercados portuguezes?

Não póde. Embora as tarifas á que estão sujeitos os productos hespanhoes sejam mais pesadas do que as sobrecarregam os productos francezes, como o sr.

Fernandez de los Rios prova com uma tabella comparativa entre os artigos das duas nações, e os seus respectivos direitos em Portugal, duas conclusões podemos tirar com segurança: uma que a competencia será sempre um desfavor dos nossos visinhos, pela sua relativa inferioridade industrial, salvo com relação a alguns, poucos productos de Catalunha: segundo, que os tratados de commercio são sempre baseados na reciprocidade, e que esta, pelas mesmas rasões que o sr. Fernandez de los Rios mais de uma vez invoca em favor da unidade peninsular, não póde nunca dar-se, sendo, como é, a agricultura a primeira e quasi unica fonte de riqueza das duas nações.

São muitas e vastas as considerações economicas que esclarecem o despacho do sr. Fernandez de los Rios, de 27 de dezembro de 1869, algumas d'ellas extremamente sensatas, mas nem todas de facil e prompto remedio. São verdadeiras as theorias que se applicam ás alfandegas, e importante a questão do contrabando que com ellas directamente se prende, mas as theorias nem sempre vão de accordo com as necessidades praticas do viver material dos povos, ou, com mais rasão, nem sempre é opportuno pôr em acção principios que jogam com o machinismo geral de um systema, de que fazem parte.

É de certo uma anomalia perder o Estado trinta e tres contos de réis annuaes com as alfandegas da raia, que cobram trinta e nove contos de direitos de importação e tres de exportação, e dispendem cento e vinte e seis mil na sua manutenção, mas não é de certo em nome dos bons principios economicos que ellas até hoje se teem conservado...

Apresentaremos, finalmente, sem os discutir, os *dois alvitres* em que o sr. Fernandez de los Rios resume *todas as* suas considerações com relação ao commercio peninsular:

1.º «Reformar os meios de fiscalisação até o ponto de tornar realisaveis as prescripções da lei.»

O bom senso manda acceital-o.

2.º «Reformar a lei, supprimindo as restricções fiscaes relativamente a Portugal, isto é, declarando completamente livre o commercio com este paiz.»

Pede a prudencia que se continue a meditar no assumpto.

Em todo o caso, repetimos, ha no sr. Fernandez de los Rios diversas essencias e attributos, como nas divindades Indianas. Como economista, a parte lucida do seu engenho pode representar as qualidades beneficas de qualquer idolo, amigo da humanidade. Como politico o espirito descamba-lhe para as trévas, e o seu logar na mythologia local é menos convidativo da veneração dos mortaes.

CAPITULO IX

Argucia de um conto arabe applicada ao sr. Fernandez de los Rios. Negociações diplomaticas e consulares. Negociações para um tratado de commercio com a Hespanha. Negociação, infructifera, de um tratado para a mutua circulação da moeda peninsular. Relações commerciaes entre Portugal e Barcelona. Contrariedades que lhe oppoz o Instituto Industrial da Catalunha. Outra vez a questão da colonia gallega. Negociação do regulamento para a execução do tratado de communicações, pendente desde 1840. Uma opinião de Almeida Garrett sobre o assumpto. O sr. Ricardo Molina e o seu livro intitulado *Portugal, su origen y constituicion.* Negociações, telegraphica e postal. Os srs. D. José de Aldama, e Calvo Asensio, chamados a depôr em abono da moralidade portugueza. Viagens de recreio. Negocios financeiros. Crise monetaria em 1876.

Quem reparar na quantidade de papelada a que o sr. Fernandez de los Rios deu methodica armazenagem no seu livro, por mediocremente maldoso que seja, ficará suspeitando que o ex-diplomatico ao retirar-se da vida publica quiz expurgar de vez a casa da sua habitação de manuscriptos, testemunhas incommodas dos seus desastres.

Como o marquez de la Seiglière, no romance de Julio Sandeau, que suppunha a França varrida do mappa das nações depois da revolução de 89, e dos triumphos do primeiro imperio; assim o sr. Fernandez de los Rios crê a peninsula incapaz de regeneração *moral e politica* desde que o heroe de Homero, que *n'este caso é o* proprio sr. Fernandez de los Rios, se

retirou despeitado á sua tenda, abandonando o mundo á mercê dos seús destinos.

Em uma engenhosa collecção de contos arabes, lemos um, escripto ao que parece para demonstração da sagacidade oriental, em que, não nos recordamos se um derviche, ou um santão concluira, sem ter sido testemunha presencial do facto, que um camello cego de um dos olhos, e manco de uma das patas atravessara certo e determinado trilho do deserto.

O processo para este julgamento fôra dos mais simples. Conhecida a especie do animal pela dimensão e configuração das pégadas que deixára impressas na areia, da cegueira ajuisára depois o astuto arabe pelo intacto que ficára a verdura do lado do olho em que o camello não via; e de que perna era côxo, acertára tambem em o dizer, pelos vestigios mais incertos que deixára na passagem.

Mal comparado, como diz a gente do nosso povo, outro tanto acontece á escripta do sr. Fernandez de los Rios. O olho cego da sua critica é aquelle com que elle olha para as coisas portuguezas: e o manquejar do seu bom juiso são os arrevesados raciocinios com que chega a muitas das conclusões do seu livro.

A parabola arabe trouxe-nos direitos a esta apreciação, que o sr. Fernandez de los Rios, mettendo a mão bem no fundo da sua consciencia não deixará de applaudir como simile exacto, salvo em entrar pelos dominios da zoologia o protogonista do conto que nos forneceu este exemplo, de que pedimos perdão.

Vimos no capitulo anterior o muito que labotou, e o pouco que conseguiu o ex-diplomatico hespanhol. Não o espera agora melhor sorte nas suas negociações, a não ser na do livre tranzito, approvada pela camara dos deputados em 1871; e na da suppressão do direito differencial de bandeira, decretada tambem pelas camaras no mesmo anno. As que diziam respeito ao

giro mutuo entre Portugal e a Hespanha, bem como á tentativa para a mutua circulação da moeda peninsular nunca passaram do papel, como nem as proprias convenções postal e telegraphica satisfizeram cabalmente o habil negociador.

Vamos vêr como as coisas se passaram, dando o seu a seu dono, e louvando sempre a actividade do homem, já que nem sempre poderemos felicitar o diplomatico pelas suas bôas fortunas.

Se tudo quanto o sr. Fernandez de los Rios emprehendeu tivesse saido apurado das secretarias de Estado, e obtido a respectiva sancção parlamentar, pouco lhe restaria a fazer para nos pôr ao nivel das provincias Vascongadas, se é que depois continuasse disposto a respeitar os nossos *fueros*, isemptando-nos do imposto de sangue, e deixando-nos a cathedral de Lamego para substituir o tradiccional carvalho de Guernica[1]: e o *nos liber sumus* das suas fabulosas côrtes, para substituir a formula aragoneza do: *Nós que valemos tanto como vós, e podemos mais que vós, vos fazemos nosso rei, e senhor com a condicção que nos guardareis nossas liberdades; senão, não.*»

Como vamos em maré de comparações diremos ainda que o sr. Fernandez de los Rios se nos affigura nas suas negociações um noivo insoffrido, que pede tudo o que o recato aconselha á noiva que não conceda antes de tempo.

O peor é arrufar-se por isso, em vez de reconhecer que quem falta ao que deve a si, com fundamento desce na opinião alheia. A Biblia póde ainda mais

[1] Na Biscaya os seus pequenos congressos nacionaes reuniram-se por muitos seculos, e crêmos que ainda hoje se reunem ao ar livre debaixo do *carvalho de Guernica*, como nos *tempos patriarchaes*. Ahi se apresentavam as deputações das *diversas municipalidades*, levando em suas bandeiras o nome *de republicas*. Esta esplicação serve só para o leitor portuguez.

senta a memoria do «Instituto Industrial» são exactas, é inutil trabalhar *para que nos equiparem com a França, inutil a suppressão do direito diferencial de bandeira, inutil tudo o que não consista em augmentar a protecção interna para a nossa industria, e alcançar para ella um* PRIVILEGIO *em Portugal.*»

Que julgamento devemos nós fazer á vista do que fica transcripto?

São exactos os considerandos da consulta do «Instituto Industrial da Catalunha? Parece que o são, e é por isso que o sr. Iglesias acha inutil a abolição dos direitos diferenciaes de bandeira, inutil um tratado de commercio com a Hespanha, mesmo nas condições dos tratados subsistentes com a Inglaterra e a França, e apenas vê salvação na *protecção interna dada ás industrias da Catalunha, e em um privilegio para ellas em Portugal!*

Mutilada como se encontra no livro do sr. Fernandez de los Rios a correspondencia havida entre este diplomatico e o governador de Barcelona, e não vindo tambem publicada a «*Memoria*» do «Instituto Industrial da Catalunha» faltam-nos os elementos necessarios para continuar a discursar sobre este importante assumpto.

De tudo, porém, o que fica narrado, se conclue que Portugal foi innocente no insuccesso dos louvaveis esforços empregados pelo ministro de Hespanha para abrir novos mercados aos productos da mais industriosa das suas provincias.

Estamos longe de pretender que as relações commerciaes entre Portugal e Hespanha continuem no pé em que ainda hoje se encontram, e na ignorancia quasi total dos elementos que devem servir de base ao seu futuro desenvolvimento. O sr. Fernandez de los *Rios cita em um* dos seus despachos um exemplo frisante *da confusão* que reina em um assumpto que,

pela sua importancia, requer a maior circunspecção [1], mas o que tambem nos é licito desejar é que o sr. Fernandez de los Rios não imite os caprichos da noiva do *vaudeville* francez, que, não tendo já mais que pedir, exigia que lhe dessem a lua como prenda de noivado.

Da precipitação com que o sr. Fernandez de los Rios enfeichou, e mandou para a imprensa todos os documentos propriamente diplomaticos que tinha á sua disposição, acrescentando-os com os de indole exclusivamente consular, resultam ás vezes disparidades de apreciações, que nos cumpre não deixar envolvidas no deluido do estylo asiatico, para que pende naturalmente o auctor.

Entre o politico e o economista medeia um abysmo. Exemplo.

O sr Fernandez de los Rios, o diplomatico, o politico, o iberico, escreve a paginas 513, e seguintes do seu livro, uma plangente elegia sobre a existencia da colonia gallega em Portugal dizendo o que vai ler-se, depois de algumas outras considerações de ordem moral: «Este abandono tacito dos antigos privilegios (refere-se aos tratados em vigor até 1842) impoz, novas contribuições aos hespanhoes, encargos que, addicionados aos 20 % maximo do typo estabelecido como decima industrial pelo tratado celebrado com a Gran-Bretanha, tornou a condicção dos hespanhoes peor do que a dos proprios portuguezes.»

[1] Para demonstrar a ignorancia a que alludimos, cita o sr. Fernandez de los Rios o seguinte significativo facto: «De Portugal se exportam com frequencia para Hespanha, pela alfandega d'Elvas, differentes classes de madeiras, principalmento tabuas de pinho; por essa mesma alfandega importa tambem Portugal tabuas de pinho, crusando-se umas e outras nos mesmos pontos, e pagando os respectivos direitos, para chegarem aos mercados que os recambiam para as pontos d'onde procederam!»

Fernandez de los Rios — «*Mi Mision*» Pag. 559.

Esta é a opinião do diplomatico, quando trata de avaliar a situação precaria em que, no seu dizer, os gallegos se encontram em Portugal.

Vamos agora ver como pensa o mesmo sr. Fernandez de los Rios quando desce á pratica dos negocios, e carece de fundamentar as proposições que não teem caracter politico, como a do «giro mutuo» lembrada em 24 de Setembro de 1869, e que não progredio, pelas cordatas objecções que o governo portuguez oppôz ao projecto de tratado, que obtivera a approvação previa do sr. Sagasta.

«Acham-se em Portugal domiciliados milhares de Hespanhoes, a maior parte consagrados a trabalhos rudes e pouco remunerados, Hespanhoes a quem o excesso de população, e a falta de trabalho que ha em algumas das provincias gallegas, obrigam a emigrar para este paiz para ganharem a subsistencia. Emquanto não encontram occupação carecem de alguns soccorros das familias ; depois de aqui viverem certo tempo, *desejam pelo contrario ir mandando pouco a pouco para a terra em que nasceram as suas pequenas economias,* já para auxiliar com ellas seus pais e parentes, já para ir reunindo, á custa de privações algum dinheiro, que os *faça proprietarios de terras e gados*, em que assente a baze do seu modesto provir.»

Portugal não é com certeza a Australia nem a California, onde as fortunas se improvisavam como nos contos de fadas, mas dá ainda aos que trabalham com que se tornem *proprietarios ruraes,* embora pequenos, condicção bem differentes da dos homens que o sr. Fernandez de los Rios nos pintou, como diplomatico, devorados pela nostalgia, e substituindo os escravos negros da Guiné ! [1]

[1] *As objecções* que o governo portuguez fez ao projecto do *sr. Fernandez de los* Rios foram as seguintes : 1.ª A de fixar *antecipadamente* para todas as estações que houvessem de

A uma outra tentativa de negociação metteu hombros o ministro da Hespanha em Portugal, e foi para a mutua circulação da moeda peninsular. Ninguem ignora o quanto custou levar a cabo a unidade, aliás racional dos pesos e medidas, nem os estudos feitos depois para a tornar extensiva aos paizes que entre si manteem mais seguidas relações commerciaes.

A *innocente* phantasia do sr. Fernandez de los Rios morreu á nascença, impugnada desde logo por um despacho do sr. Blás, em que este ministro, depois de haver examinado o alvitre que lhe fôra proposto, e de encarecer a necessidade de estreitar as relações commerciaes entre os dois paizes, accrescenta: *que não existindo moeda portugueza que tenha valor nominal em relação exacta com as de Hespanha, dando-se alem d'isso na circulação monetaria de Portugal circunstancias especiaes que tornam muito dificil escolher uma base acertada para o dito convenio, por agora este se não realise, emquanto os progressos da reforma monetaria não apresentarem melhor opportunidade.*»

Não é ainda portanto culpado, n'este caso, o governo portuguez pelo cambio desfavoravel que soffrem os amadores da loteria de Madrid, ao receberem o premio tentador dos bilhetes com que de Badajoz nos innundam; nem tão pouco de mais este previsto desapontamento do sr. Fernandez de los Rios que elle tambem deveria esperar, pela invocação intempestiva que fizera de antigos alvarás dos reis portuguezes em que não era despresado o valor nominal da moeda para a circulação,

emittir «cedulas» o cambio ao qual deveriam realisar-se as remessas de dinheiro de um para outro paiz. 2.ª Que a fiscalisação das «cedulas» se tornaria muito difficil, e a sua falsificação muito facil. 3.ª Que o «giro mutuo internacional occasionaria demasiado trabalho às dependencias do Estado, encarregadas de emittir e fiscalisar as «cedulas». O proprio sr. Fernandez de los Rios não negou estas difficuldades.

o que o sr. Blás desde logo ponderou no seu despacho, como embaraço para o seguimento da negociação proposta.

A negociação do regulamento para a execução do tratado de communicações, encetada, em 1869, pelo sr. Fernandez de los Rios tambem não avançou. É longa a historia d'esta negociação, que o diplomatico hespanhol herdou dos seus antecessores, e para que não fez nenhumas despezas de imaginação, faculdade que pôde poupar, applicando-a para dar aos despachos concernentes ao assumpto uns ares lestos e folhitinisticos, que nos agradam, por significarem a melhor feição do talento do jornalista hespanhol, opprimido debaixo do peso das formulas massudas da diplomacia, para que o jornalista não nasceu.

Encontrou o sr. Fernandez de los Rios o regulamento para a execução do tratado de communicações já com cabellos brancos, e dormindo o somno da senectude (contava então 28 annos depois que fôra assignado) e pretendeu remoçal-o; mas ao tocar-lhe desfez se, como os ressuscitados da lenda dos bailarinos, do padre Bernardes. Este regulamento, filho de uma negociação diplomatica ultimada em 1835, e que devia ser posto em pratica em 1840, ainda em 1866 carecia de esclarecimentos, e em 1872 ficava pendente de uma solução definitiva!

Influiu para isso a politica, queremos dizer, os receios estultos de um mais seguido contacto com os nossos visinhos hespanhoes? Não de certo. O visconde de Almeida Garrett, com certeza muito maior poeta do que sagaz homem de Estado, podia, como fez em 1840, architectar argumentos ibericos para os desfazer em seguida (a rhetorica aconselha estas precauções que nem *sempre são necessarias*), defendendo na camara dos deputados a livre navegação do Douro, menos em nome dos interesses economicos portuguezes, que do desprezo

deslocado que manifestou pela timidez dos que receiavam pela independencia nacional, se é que este argumento pueril chegou a tomar corpo no parlamento, de que o illustre auctor do *Frei Luiz de Sousa* fazia parte.

Mais de uma vez nos temos referido a um curioso livro do sr. D. Ricardo Molina, onde vem publicada uma não menos curiosa *Memoria* ácerca do pensamento da *Associação Peninsular*, de que o auctor era secretario, *Memoria* dividida em secções, algumas das quaes, quasi todas, foram a bussola por que o sr. Fernandez de los Rios se guiou nas suas negociações, tirando lhes assim o cunho de originalidade que hoje pretendem ter. N'este caso estão as secções que se intitulam de *Serviços administrativos*, *Industria e commercio*, *União aduaneira*, *Agricultura e pecuaria*, e *Communicações especiaes* [1], não excluindo as *Scientificas e litterarias*, de que mais tarde nos occuparemos, e a cujo espirito e indicações o sr. Fernandez de los Rios obedeceu em Portugal, a ponto de merecer do secretario da *Associação Peninsular* o pomposo elogio que vamos transcrever, para desengano dos pyrronicos:

«E finalmente (vem na cauda dos ibericos professos) o tão conceituado e infatigavel D. Angel de los Rios, nosso actual representante em Lisboa, que sendo, como é, o ministro diplomatico hespanhol que maiores sympathias tem alcançado na nação visinha, e sendo ao mesmo tempo *reconhecidamente iberista* constitue uma prova visivel, que o iberismo não é, co-

[1] A esta *Memoria*, que faz parte do livro *Portugal, su origen, constituicion, y historia politica*, segue-se o *Regulamento da Associação Peninsular*, contendo XI capitulos, com 46 artigos, e mais dois outros artigos transitorios. A *Memoria* é assignada pelos srs.: Manuel Becerra, José Ramirez de Arellano, Benigno Joaquin Martinez. J. de Mendoza, e Ricardo Molina. No fim d'este volume se encontram mais detalhadas explicações a este respeito.

mo se quer suppor, verdadeiramente antipathico em Portugal, e que o que existe ali é má intelligencia ácerca dos propositos dos hespanhoes que desejam essa solução, má intelligencia que se tem querido formar excitando torpemente o patriotismo do povo com patranhas, para que esta excitação contribua aos fins que em Hespanha se tem proposto para seu interesse individual differentes ramos de uma familia ambiciosa e egoista. [1]

Esta rasgada apreciação do talento e dos bons serviços do sr. Fernandez de los Rios, feita em 1870, não póde ser plenamente confirmada em 1877, depois da publicação do livro façanhudo pelo que destôa pela fórma, da doutrina dos capitulos XIII e XIV do livro do sr. Molina, que o antecedera, e onde o diplomatico hespanhol se foi inspirar, com especialidade no que diz respeito ao progresso e retrocesso da idéa iberica. Continuemos.

Convem tambem dizer aqui que o plenipotenciario portuguez escolhido para depurar o regulamento relativo á navegação do Douro foi o sr. Antonio de Serpa, que deixou este serviço pela sua nomeação para ministro da fazenda, indo por então as negociações em bom caminho, como o proprio sr. Fernandez de los Rios confessa, laconicamente, em uma das notas do seu livro.

Duas outras negociações, e conclusão d'ellas, em assumptos de importancia relativamente secundaria — a telegraphica e a postal — poude o sr. Fernandez de los Rios assignar não como desejaria, cremos nós, mas em summa para lhe servir em mais tarde de pretexto para lastimar, como fez com relação ao regulamento

[1] O livro do sr. Fernandez de los Rios deitou a perder *todos os calculos* do sr. Molina. Não é injuriando uma nação que *se lhe póde captar* a benevolencia. O elogio feito ao diplomatico *hespanhol*, acima transcripto, encontra-se no Portugal, *su origen y constitudos*, por D. Ricardo Molina, pag. 200.

para a navegação do Douro — *la estrecheza de miras de los plenipotenciarios españoles,* que o haviam antecedido em egual trabalho, exemplar modestia, de que a diplomacia apresenta tão raros modelos!

Falta-nos o tempo para volver atraz, em procura dos elementos com que formular uma tabella dos triumphos e desenganos diplomaticos do sr. Fernandez de los Rios, em todos os generos, com à indispensavel casa de observações, como é de uso nos nossos visinhos com relação aos negocios peninsulares, uso introduzido por D. Senibaldo de Más, e ás vezes prestadío, para quem pensa de modo diverso, como na occasião presente. Em um relance o leitor assim guiado, descerria do Sinay, da montanha de luz, ás margens melancolicas e solitarias do mar Morto, que taes são as paginas do livro do sr. Fernandez de los Rios, onde não desabrocha uma flôr que perfume, nem verdeja uma ervinha que alegre os olhos, nem rebenta um riacho que nos mate a sêde!

Temos porém que cumprir o nosso fadario, e o nosso fadario tem sido, e continuará a ser, o de metter o arado á terra dura das insinuações, ao baldío que se resguarda (inutil precaução!) com a fragil palissada de documentos que assustam pelo volume, e entristecem pela ruim vontade que n'elles se denuncia.

Qual é o portuguez, por analphabeto que seja, que não applauda a facilidade de communicações peninsulares, e como resultado natural d'ellas, o maior numero de viajantes visitando reciprocamente os dois paizes, estudando os seus monumentos, travando conhecimento com as suas instituições e costumes, prestando se ambos a fazer as honras da casa aos seus hospedes, isto tudo chãmente, fraternalmente, sem pensamento reservado, como convem a visinhos, e sem *que importunas* recordações historicas envenenem o *convivio dos dois* povos?

Nenhum. Mas para isto não se carece da ingerencia official seja de quem fôr, e apenas se deve desejar é que esses viajantes, quando gralhas, se não emplumem com as pennas do pavão, encommodando os prélos com livros como o que publicou, em 1870, um addido á embaixada hespanhola, fazendo as suas despezas litterarias por conta do prúdente e talentoso sr. Romero Ortiz, e desatinando por conta propria, em tudo o mais! [1]

Que contraste entre o folheto do joven sr. Calvo Asensio, filho do notavel jornalista, a quem a morte não deu tempo para cumprir todos os deveres paternos, dirigindo a cultura intellectual do herdeiro de seu honrado nome; e as *Impressões de Viagem* dos portuguezes que foram em romaria a Santo Izidro, e de lá voltaram entoando harmoniosas lôas á hospitalidade madrilena!

Para manter boas e cordeaes relações com os nossos visinhos, e elles comnosco, não vêmos a necessidade dos editaes publicados em Elvas e em Badajoz, em 1871, por occasião da feira annual a que se refere o despacho do sr. Fernandez de los Rios para o sr. Malacampo. Para fiador d'este nosso convencimento damos o testemunho do sr. D. José d'Aldama, distin-

[1] O livro a que nos referimos, e de que mais adiante voltaremos a fallar, intitula-se *Lisboa em 1870*, a que o auctor addiciona como complemento *Costumbres, litteratnra y artes del vecino reino*, por Calvo Asensio. É offerecido ao sr. Fernandez de los Rios, então ministro de Hespanha em Portugal. Que tino diplomatico; O livro é de tal ordem, e tão juvenilmente inspirado, que o proprio sr. Fernandez de los Rios, reluctou em o levar como padrinho á pia do baptismo, escrevendo a este respeito o seguinte: A *inexperiencia e leviandade* de um addido á legação, filho de um meu muito particular amigo, cujo nome é de gratissima memoria para os *liberaes hespanhoes*, produziu um injusto e absurdo folheto, intitulado *Lisboa em 1870* de que não tive conhecimento antes de ver publicado, e como favor na sua primeira pagina, a dedicatoria que d'elle me era feita. *Mi, Mision en Portugal*. Pag. 585.

cto engenheiro hespanhol, que entre nós viveu o tempo sufficiente para se julgar habilitado a escrever o seguinte, com referencia a Portugal:

«A mais esmerada cortezia se observa desde as classes as mais elevadas até ás infimas camadas populares: teem uma prevenção favoravel para com os estrangeiros, que accolhem com a maxima bondade, e agasalho, circumstancia que distingue os portuguezes de alguns outros povos que passam por serem mais civilisados.» [1]

O proprio sr. Calvo Asensio, o boliçoso amontoador de dislates, escreveu o seguinte como penitencia dos seus peccados litterarios, que foram grandes:

«Para se divertir sem transtornar a ordem, nem originar escandalos, poucos povos ha mais talhados do que o povo portuguez; nunca a alegria das multidões tem que ser refreada pela lei; nunca a nuvem da desgraça (vai por conta do auctor) vélla as distracções populares; nunca o bolicio da mocidade occasiona as lagrimas do arrependimento, nem provoca o castigo dos tribunaes.» [2]

Mais ainda: o sr. Fernandez de los Rios, o instigador das precauções policiaes, por meio de editaes, diz no despacho em que dá conta da victoria ao seu governo:

«Perdido já o costume de fazer da feira de Elvas o protexto de um escandalo internacional, parece-me facil dar por terminado um dos elementos que serviam para caracterisar um barbaro divorcio entre os dois povos visinhos.» [3]

[1] D. José de Aldama. *Compendio Geographico Estatistico de Portugal.* Paginas 187.

[2] *Calvo Asensio.* — *Lisboa en* 1870. — Paginas 71. — Madrid. *Impresso no mesmo* anno.

[3] *Fernandez de los* Rios. — *Mi Mision* — Paginas 577.

Como na leitura reflectida que fizemos do livro do sr. Fernandez de los Rios, a não ser a feira d'Elvas não encontrâmos nenhum outro elemento de discordia peninsular, ficamos ignorando quaes são as desavenças a que se refere a sollicito juiz eleito, que debellou aquelle sem pau nem pedra, aproveitando-se exclusivamente do prestimo de algum amanuense da legação hespanhola, que redigio o edital.

Cresceu durante a estada do sr. Fernandez de los Rios em Portugal, e continuou a augmentar progressivamente depois, o numero dos hespanhoes que da Estremadura vem fazer uso das nossas aguas thermaes, ou povoar as praias de Cascaes, Ericeira, Pedrouços, e outras, durante a temporada dos banhos de mar.

A este facto, que deve a sua primeira explicação natural ao lento, mas progressivo desenvolvimento das nossas communicações, cresceu depois, vir a experiencia justificar a salubridade das localidades de preferencia frequentadas pelos nossos visinhos, e a relativa baratesa dos nossos hoteis e casas de hospedagem, dando por ultimo animação ao augmento dos visitantes o estado de turbulencia de Hespanha nos ultimos annos, e o pacifico contraste que Portugal com ella fazia.

Por mais que o desejemos, como é possivel attribuir á diplomacia, por escrupulosamente que houvesse executado as bases da politica peninsular recommendadas pelo sr. Selvela, um facto alheio á alçada do governo hespanhol, bem como ás previsões de seu representante em Portugal?

Os governos portuguezes esses é que, sem excepção, tem procurado manter as cordeaes relações entre os dois povos, auxiliados n'este intento pela imprensa periodica de todos as côres e parcialidades. As notas *trocadas em* 1871 entre o sr. Marquez d'Avila e Fernandez de los Rios comprovam o que dizemos.

Ha poucos dias ainda a folha official publicava o

seguinte documento comprovativo da boa vontade do governo portuguez em facilitar a vinda a Portugal das familias hespanholas que teem por uso visitar-nos durante a estação dos banhos. Ei-lo:

«Sua magestade el-rei ha por bem permittir que nas alfandegas do continente do reino se dê despacho sobre fiança idonea dos correspondentes direitos, á mobilia de uso das familias hespanholas, que durante a estação dos banhos vierem residir no paiz, uma vez que se obriguem a reexportar a mesma mobilia, dentro de um praso rasoavel, que não poderá exceder a seis mezes, contados do dia do despacho da entrada. Paço em 4 de junho de 1877. — Carlos Bento da Silva.

Esta disposição approveita mais a mil familias, que tantas foram as que no anno passado vieram a Portugal, apezar do sr. Fernandez de los Rios nos haver deixado, e talvez de andar já projectando anniquilar-nos com as conclusões fulminantes do seu livro.

A iniciativa particular póde pouco, quando de longa data a opinião publica não está preparada para a secundar. Os comboios de recreio e de grande velocidade, com bilhetes de ida e volta, e praso fixo para a demora, nada influem no curso ordinario das relações internacionaes, e são um mero pretexto de ostentação. As experiencias feitas em 1871, e que estamos longe de condemnar, não influiram directa nem indirectamente no movimento subsequente de passageiros entre os dois paizes, embora os emprezarios das viagens de recreio, quaesquer que elles fossem, quizessem arrogar-se a gloria de descobridores do *motu-continuo*.

O jornalismo portuguez applaudindo a chegada dos nossos hospedes fez o seu dever. Commemorar em um livro a cortezia da imprensa, é quasi que dar a entender que os viajantes hespanhoes haviam receiado emprehender a excursão, temendo entranhar-se pelas

terras sertanejas do Preste João, e pernoitar mal á vontade em cubatas africanas.

Uma grande chaga nos patenteia por ultimo o sr. Fernandez de los Rios no seu livro, sob o titulo de *Credito publico de Hespanha em Portugal!* Quem se esqueceu já da crise financeira que teve logar nas praças de Lisboa e Porto, provocada pela confiança mal correspondida, que Portugal depositára nos fundos hespanhoes, pelo acabamento previsto da guerra civil?

A ingenuidade portugueza era grande, e datava de longe. O sr. Fernandez de los Rios já em 1869 escrevia para o seu governo dizendo: *Portugal é, segundo parece, onde o nosso papel é mais procurado e apreciado,* e aconselhava o seu governo a que prestasse attenção aos possuidores de fundos hespanhoes, que reclamavam a troca do coupon vencido, o que convinha effectuar, *aqui de preferencia aos outros paizes,* em razão do seu mais crescido numero.

Não é aqui logar para tratar, nem nós somos para isso competentes, da questão financeira que tanto preoccupa ainda os nossos visinhos, e por tabella tanto nos preoccupou a nós, quando os fundos hespanhoes, descendo com uma rapidez assombrosa, denunciaram a proximidade de uma bancarota, e abalaram o credito de algumas casas bancarias portuguezas.

O que nos cumpre é fazer reparo no breve espaço que o sr. Fernandez de los Rios reservou no seu livro para assumpto de tamanha magnitude, sendo o primeiro despacho que a elle se refere o de 21 de dezembro de 1869, que ficou sem resposta ao que parece, porque só em 15 de setembro de 1870, (quasi um anno depois!) é que o sr. de Blás accusou a recepção de *um outro officio,* de 21 de julho anterior, que não vem *publicado na serie* dos documentos dados á estampa pelo *ministro hespanhol* em Lisboa.

Este facto faz nascer no nosso espirito a *suspeita sem evidencia* de que a correspondencia entre o sr. Fernandez de los Rios e o seu governo, ácerca de negocios financeiros internacionaes, não foi tão parca como os credulos podem julgar; aproveitando nós esta occasião para louvar a prudencia com que o diplomatico hespanhol dando publicidade aos negocios *reservados e confidenciaes*, deixou de trazer á luz publica os *confidencialissimos*, como por sua natureza são os que jogam com o credito, a não ser que d'esta vez, por excepção, o critico caisse no erro que condemnou nos seus antecessores quando escreveu, *que a actividade hespanhola, brilhava em Portugal pela sua ausencia.*

Á cegueira com que por algum tempo se jogou em Portugal nos fundos hespanhoes, cegueira que corria parelhas com as tentações da loteria de Madrid, que, segundo affirma o sr. Fernandez de los Rios, *collocava em Portugal a terça parte dos bilhetes de cada sorteio*, dava innegavel impulso o diplomatico hespanhol, quando, em despacho de 5 de junho de 1873, aconselhava o seu governo a pagar o coupon vencido em dezembro ultimo (seis mezes atraz!) e a não deixar de satisfazer os premios da loteria nas administrações locaes, *que são as que fornecem Portugal, onde a venda é hoje de 135 a 140:000 duros por mez!*

Para attenuar o effeito d'estas revelações, que provam como á injustificada confiança dos possuidores portuguezes de fundos hespanhoes correspondia a arteirice e o engôdo de uns pagamentos feitos fóra de tempo, mas ainda com uns certos vislumbres de futura regularidade, transcreve o sr. Fernandez de los Rios trechos de um artigo do sr. Rodrigo de Freitas[1] que, pelas suas idéas politicas e pela sua constante opposição *á administração* dos srs. Fontes e Serpa, servem ape-

[1] *Rodrigo de Freitas.* — Crise monetaria e politica em 1876.

nas para desviar a attenção do leitor da influencia que teve na crise financeira de 1876 a fé nas bases de politica peninsular, serêa que ia fazendo naufragar o nosso credito.

Apezar d'isto tudo, o sr. Fernandez de los Rios ousa escrever: » *Está pois tranquilla a minha consciencia; eu fiz a propaganda de titulos hespanhoes quando elles se cotisavam a 30, quando se pagava pontualmente o coupon, quando se desenvolviam todas as fontes de prosperidade, sem valerem dois caracoes* [1] *as antipathias do ministerio portuguez.*»

Pedimos ao leitor que não se esqueça de que o sr. Fernandez de los Rios ainda *fazia propaganda financeira em 1873, já com o pagamento do coupon atrasado um semestre*, como prova o despacho de 5 de junho do mesmo anno, que acima citámos; e quando os fundos hespanhoes tinham já descido a 13,50; edade de oiro relativa áquella que depois os vio chegar a 10,95!

Depois d'isto póde o sr. Fernandez de los Rios attribuir ao sr. Fontes, *por odio á democracia*, a baixa successiva dos fundos hespanhoes, e a crise monetaria por que passou Portugal em 1876, fazendo para contraste indirectos elogios á insurreição cantonal, que só conseguirá demonstrar como a paixão cega e desvaira as melhores intelligencias.

[1] «*No valer un bledo*» (fig-fam.) «Não valer um caracol» «Diccionario Espanol Portuguez» de Canto e Castro, na palavra «Bledo».

CAPITULO X

Opinião de H. Taine ácerca do modo de escrever a historia. O sr. Fernandez de los Rios e o programma da Associação Peninsular. Duas palavras benevolas ao sr. Rumero Ortiz, auctor de la *Literatura portuguaza en el Siglo* XIX. Applica-se á Hespanha a accusão de hyperbolica, que os escriptores hespanhoes fazem a Portugal. Exemplificações. Um trecho de um discurso de José Estevão. Verdadeira razão das quasi nullas relações litterarias entre os dois povos da peninsula. O sr. Calvo Asensio julgado por si mesmo. O seu livro intitulado *Lisboa em 1870*. De que serve o estylo aos escriptores de uma certa escola litteraria. Absurdos historicos saccados das trevas e postos á luz do dia. Contradicções do sr. Calvo Asensio, a proposito de iberismo. Retrato do sr. Fernandez de los Rios, feito por um addido á legação hespanhola, em Lisboa.

Aos exclusivamente tentados pela politica, a grande feiticeira do nosso seculo, ou aos absorvidos na meditação, tambem exclusiva, dos interesses materiaes, parecerá absurdo o dedicar algumas linhas a assumptos litterarios em um livro onde tantas mundanidades têem sido passadas em revista, com exclusão, até agora, d'essa luz serena que se chama arte, que allumia os espiritos, e os deixa antever os antros onde se accolhem cegos os noítibós que esvoaçam nas trevas.

A litteratura, as sciencias e as artes, não foram nunca, e com mais razão não o são hoje, excrecencias que devam ser amputadas da historia das nações. O politico, enfatuado e altivo, que olhasse com sobrance-

ria para as manifestações do pensamento, lavraria a sua propria sentença, e condemnar se-ia antecipadamente ao despreso da posteridade.

A historia transformou-se na Allemanha ha um seculo, e em França haverá sessenta annos pelo estudo reflectido das suas respectivas litteraturas, escreveu um critico auctorisado. [1]

«Descobrio se que uma obra litteraria não era um simples jogo de imaginação o capricho isolado de uma cabeça ardente, mas uma copia dos costumes que a cercam, e o signal do estado de um espirito.»

Esta verdade é hoje axiomatica. A litteratura significa mais alguma coisa do que a manifestação da valia intelectua de um, ou outro dos seus cultores. O auctor da *Historia da Litteratura Ingleza* ampliou d'este modo a demonstração, embora escusada do seu aphorismo: «Quando se volvem as grandes folhas retesas de um infolio, as paginas amarellecidas de um manuscripto, digâmos um poema, um codice, um symbolo de fé, qual é a primeira observação que nos accode? É que elle não se fez a si. Elle não é mais de que um molde, semelhante a uma concha fossil, um vestigio, semelhante a uma d'essas fórmas depostas na pedra por um animal que viveu, e morreu. Dentro da concha existiu um animal, por de traz do documento houve um homem. Para que se estuda o involucro, senão para conhecer o animal? Do mesmo modo estuda-se o documento para conhecer o homem; a concha e o documento são ruinas mortas, e valem apenas como indicio do ser vivo e inteiro. Até a esse ser é que é preciso chegar; é elle que se necessita reconstruir. Engana-se quem estuda um documento como se elle fosse isolado. Trata assim as coisas o simples erudito, e caí n'uma illusão de bibliotheca.»

N'estas considerações vae envolvida a desculpa que

[1] *H. Taine.* — «*Histoire de la littérature Anglaise.*»

pedimos ao leitor, ao saírmos da aridez das negociações consulares, e do positivismo desconsolador dos algarismos, para as varseas perfumadas dos estudos litterarios, que refrescam o espirito, e o aliviam dos pesadellos das cogitações materiaes.

Ainda assim, a logica e não um capricho, é que nos fórça a não deixar sem replica algumas das apreciações que os nossos visinhos fazem da litteratura portugueza contemporanea. Em um livro já por nós differentes vezes citado, e na secção denominada *de sciencias, artes e litteratura*, lê-se o seguinte, como prologo parcial do programma que antecede o regulamento da *Associação Peninsular*.

«Esta secção é a que offerece mais abundantes meios para chegar ao fim desejado, o do conhecimento mutuo, e do estabelecimento de relações cordeaes e sympathicas. A sciencia desconhece prevenções, todos os homens que professam uma, se consideram irmãos por ella. A litteratura e as artes estendem a sua benefica influencia aos costumes, excitando a curiosidade por intermedio da imaginação. Dois povos que conhecem bem as suas respectivas litteraturas e apreciam reciprocamente as suas artes, estimam-se, e chegam a amar-se em suas glorias, que consideram uma unica.» [1]

Como o sr. Fernandez de los Rios seguiu á risca, artigo por artigo, todo o regulamento da *Associação Peninsular*, incluindo o que se refere ás relações scientificas e litterarias entre os dois povos; e como o nome do auctor de *La literatura portugueza en el siglo* XIX o sr. Romero Ortiz, figura na lista dos propangandistas ibericos, que o sr. Molina nos dá no seu livro, como demonstração *de que a idéa iberica não é, nem*

[1] «*Portugal su origen y constitucion*» — Por D. Ricardo *Molina.*

nunca foi em Hespanha, patrimonio de nenhum partido politico,[1] vamos procurar apreciar benevolamente os excerptos de um e de outro, sem nos dispensarmos de pôr tambem em evidencia, por meio de opportunas citações, as apreciações litterarias do sr. Calvo Asensio, ora lyricas, mas de um lyrismo sazonatico e intermitente; ora bebidas nas paginas mais arrevesadas de Gongora. D'esde já, porém, declaramos que não confundiremos as *malagueñas* em prosa do juvenil addido de embaixada, com os nem sempre justos, mas sempre reflexivos trabalhos do sr. Romero Ortiz.

As reciprocas traducções de obras litterarias na peninsula são quasi nenhumas. Reconheceu-o o proprio sr. Fernandez de los Rios no seu despacho de 27 de janeiro de 1871 para o sr. Sagasta, declarando a inutilidade de um tratado de propriedade litteraria, quando, o que estava em vigor havia dez annos, não dera em resultado a venda de nenhuma producção hespanhola em Portugal, nem portugueza em Hespanha! Tão limitado era tambem o numero das traducções theatraes, não auctorisadas por seus auctores, que nem sequer exigiram d'ellas nunca os respectivos direitos, a ponto do diplomatico confessar não *ser de bôa politica, com relação a Portugal,* equiparal-o, no assumpto em questão ás demais nações com que a Hespanha tinha tratados da mesma natureza!

Como não é difficil encontrar o sr. Fernandez de los Rios em contradição comsigo mesmo, vêmol-o expor em um outro despacho, de 22 d'abril de 1871, principios e doutrinas com relação á propriedade litteraria, conformes em tudo ás intenções de um propagandista, entre elles a proposta para eleminação do artigo terceiro do tratado, então vigente, *que reservava aos*

[1] *No fim do volume* vae publicada na integra a secção correspondente a este assumpto.

auctores os direitos de traducção. Por uma inexplicavel aberração, ou antes por causas faceis de explicar, escuda hoje o sr. Fernandez de los Rios a sua propriedade com a seguinte textual declaração, a que já alludimos, mas que se torna agora flagrante desmentido pratico das suas theorias: [1]

O auctor reserva para si os direitos de traducção e de reproducção. Fez se o deposito que a lei exige!

Corrâmos um veu sobre este antagonismo entre a consciencia e o interesse, e prosigâmos nas nossas observações.

Em 1869 deu o sr. Romero Ortiz á estampa um livro que, para ser acceito quasi sem restricções, carecia apenas de que o seu illustre auctor, muito mais sabedor da historia litteraria de Portugal do que o seu conterraneo Fernandez de los Rios, tivesse feito um ligeiro esforço sobre si mesmo para entrar no templo da arte á maneira dos Orientaes, descalçando as sandalias ibericas, com que quebra, pela bulha que faz com ellas, o recolhimento das verdadeiras crentes.

Apezar d'isto, e de não podermos ter o seu livro por uma historia acabada da litteratura portugueza, (as lacunas são graves, e as apreciações ás vezes erroneas) o trabalho do sr. Romero Ortiz é estimavel, e aparece purgado dos absurdos com que em Hespanha se escreve a respeito de Portugal. A propria orthographia não soffre os tratos de polé que lhe dão os srs. Fernandez de los Rios e Calvo Asensio, inclusivamente quando se apropriam das phrases do sr. Molina, tambem quasi sempre

[1] A theoria do negociador era esta: Agora quando se trabalha sem descanço para remediar tão *deploravel* estado de coisas, é um *contra senso* que aos dois povos se impunha, só por copiar o tratado que conveio aos interesses particulares da França, a *prohibição de traduzir* sem pagar direitos de *propriedade!* Fernandez de los Rios. «Despacho de 22 de abril de 1871 — *Mi, Mision.*» — Pag. 627.

correcto, como tem obrigação de o ser quem se arvora em critico, e assume a responsabilidade de julgador.

No prologo do seu livro, aliás escripto com grande copia de elementos, affirma o sr. Romero Ortiz, *que Portugal se elevou a grande altura na historia, na poesia e na eloquencia, mas que carece completamente de critica, d'esse poderoso estimulo para todo o talento solido, d'esse correctivo efficaz para todas as mediocridades presumpçosas.*»

Esta affirmativa, embora escudada pela auctoridade dos senhores Costa e Silva, Camillo Castello Branco e Andrade Ferreira, não é completamente verdadeira, os proprios criticos citados dão fé do contrario. Dado porém que o fosse, o livro do critico hespanhol não preencheria este vacuo da nossa litteratura, não que para isso lhe falte cabedal de engenho e estudo, mas por que os Ticknors, os Taine, os Ferdinand Dinis, são excepções na ordem dos escriptores que julgam das litteraturas estrangeiras, com profundo conhecimento de causa.

Nós não nos temos na conta de conhecer cabalmente a litteratura hespanhola, mas o pouco que d'ella sabemos é tambem sem o auxilio da critica local, por que a não ser um livro do sr. Amador de los Rios, não nos consta que haja em Hespanha quem tenha feito officio de escrever critica litteraria. As mesmas revistas, e semanarios alheios á politica, são mais de que sobrios nos seus julgamentos artisticos. Emquanto á compilação de auctores de boa nota, não nos parece que as *Poesias Selectas Castelhanas*, reunidas em volume por Quintana, sigam melhor methodo do que o *Parnaso Lusitano*, de Garrett, ou que o *Ensaio biographico*, de Costa e Silva, mesmo sem metter em linha de conta o *Diccionario Bibliographico*, de Innocencio, que tamanha luz derrama sobre algumas obscuridades da nossa litteratura.

Dissemos que o sr. Romero Ortiz mais desassombradamente haveria escripto o seu livro se o iberismo o não preoccupasse, e nos quizesse conceder, o que não seria favor mas justiça, uma litteratura propriamente nacional, viril, accentuada por épocas, como as litteraturas das demais nações, e sem inveja, em quasi todas as suas ramificações, á litteratura hespanhola, excluindo o theatro, que esse teve a gloria de anteceder Shakespeare e de inspirar Corneille.

Não póde, porém, ser um critico limpo de preconceitos, e liberto de pêas, o que escreve encarecendo a necessidade das relações internacionaes com Portugal: *que em um futuro mais ou menos arredado, arredado sem duvida, mas seguro, terá de subordinar-se sem abdicação da sua importancia, sem sacrificio dos seus legitimos interesses, por sua propria e espontanea vontade, e por meios que a Providencia reserva* (!) *a essa tendencia universal, poderosa, irresistivel, que conduz os povos á unidade, á semelhança d'essa outra força, tambem poderosa e irresistivel, que leva as aguas dos rios a perderem-se na immensidade do mar.*» [1]

Como o nosso intuito é, ajuisar da indole geral do livro do sr. Romero Ortiz, e não de cada uma das apreciações isoladas que faz dos prosadores e poetas que passa em revista, por isso não levantaremos algumas pequenas inexactidões que se encontram nos seus estudos, aliás feitos com o visivel desejo de acertar, ácerca do padre José Agostinho de Macedo que, apezar do seu immenso saber, não legou á posteridade um unico livro, entre os muito que escreveu, que namore o espirito do leitor contemporaneo, ou lhe falle ao coração, e lhe arrebate a vontade. Os juizos criticos do sr. Romero Ortiz com referencia

[1] *Romero Ortiz: «La Literatura portuguesa en el siglo XIX.*

aos auctores portuguezes do fim do seculo passado, e de principio do actual, como Francisco Manuel do Nascimento, Marqueza de Alorna e Bocage, exceptuando este ultimo, que teve as amplas azas com que as aguias se elevam no espaço, são feitos com uma benevolencia relativa, que vem depois a faltar ao julgador para avaliar outros vultos litterarios contemporaneos que hão de deixar na historia mais assignalada a sua passagem do que o pouco inspirado auctor do *Oriente*.

É aqui o logar apropriado para conversar com o estudioso e cortez auctor do livro *La Literatura portuguesa en el siglo XIX* ácerca de uma pecha que cada uma das duas nações peninsulares attribue á sua visinha, como distinctivo do seu caracter nacional, enriquecendo cada uma d'ellas as suas collecções de anedoctas com ditos e historietas, a que nós damos o nome de «hespanholadas» com pasmo do sr. Romero Ortiz, e os hespanhoes alcunham de «portuguezadas» com pasmo não individual nosso, mas geral de todos os portuguezes.

Sabida é a tendencia natural dos povos meridionaes para a exageração e para hyperbole, tendencia que, applicada á poesia, póde deixar de ser um vicio de caracter, para se tornar a simples ornamentação do periodo poetico, que lucra, conforme os generos, com as ampliações rethoricas que elevam e avigoram o estylo. O sr. Romero Ortiz, critico illustrado, sabia-o perfeitamente, mas não poude resistir á tentação de confundir o proverbial orgulho do padre Macedo com o que se lhe affigurou defeito incuravel do caracter portuguez, e escreveu:

«O genero hyperbolico adapta-se de um tanto á idiosincracia do caracter dos nossos visinhos. Esta affirmativa a ninguem surprehenderá em Hespanha, onde geralmente é tido, com alguma injustiça sem duvida, o typo portuguez por soberbo, presumpçoso e inchado.

«O que muitos não sabem, e é singular e curioso, é que em Portugal se chama ás exagerações *hespanholadas*. Á arrogancia jactanciosa, ao elogio ridiculo e excessivo da propria valia, á narrativa de um facto inverosimil, e incrivel, ao empolado da frase, se dá em Portugal o nome especial de *hespanholada.*»

«Tão certo é, que os povos, como os individuos, raras vezes se conhecem a si mesmos! Os que d'esta maneira nos julgam, não pensam que basta entrar em uma bibliotheca lusitana, e abrir ao acaso um volume qualquer, para encontrar exagerações taes, que não se houvera atrevido a acceital-as por suas o famoso Manolito Gazquez.»

Esta larga, e um pouco azeda divagação do sr. Romero Ortiz, tratando de assumptos exclusivamente litterarios, prova que a consciencia o levava para o lado da rasão, mas que o seu patriotismo offendido o impellio a descarregar dos hombros dos seus compatriotas a designação de hyperbolicos, que mais lhes deve pertencer do que a nós os portuguezes, como nos convida a acredital-o a propria arrogancia da lingua castelhana, mais talhada do que a portugueza para as pompas da oratoria, e menos ageitada do que ella para as doçuras do idylio, e para as melancolias da elegia. As afinidades do portuguez com o gallego (sintaxe e pronuncia) e o seu grande afastamento da lingua culta dos poetas castelhanos do seculo XV, devem convencer o sr. Romero Ortiz, levando-o n'este ponto a fazer justiça á sobriedade gallega, que, comparada com o entono da lingua castelhana, chega a ir ainda além de sobriedade.

Não podemos, como fez o illustre critico, andar a recrutar hyperboles para comprovar que as *hespanholadas,* são «*portuguezadas*» mas aqui á mão temos, *tambem ao acaso,* com que nos deffender.

Oiça-nos o sr. Romero Ortiz:

«Con hielo enciendes, con fuego hielas» [1]

Gongora escreveu:

Quien besos contó y quejas
Las flores cuenta á mayo
Yal cielo las estrellas rayo a rayo. [2]

O celebre D. Francisco de Quevedo, em um soneto á morte do duque de Ossuna, disse:

En sus exequias encendió el Vesuvio
Partenope, y Trinacria al Mongivelo,
El llanto militar creció en diluvio.

O mesmo poeta, em uma epistola ao duque de Olivares, escreveu:

Señor Excelentisimo mi llanto
Ya no consiente margenes ni orillas,
Inundacion será la de mi canto.

Podiamos multiplicar as citações ao infinito, (vá lá hyperbole!) mas o mais prudente é parar por aqui, fazendo uma proposta ao sr. Romero Ortiz, que o seu espirito equitativo não poderá deixar de tomar na devida conta. Para evitar futuras recriminações d'este genero, e, sendo como é impossivel apurar de que lado está a justiça, as exagerações a que os portuguezes chamam «hespanholadas» e os hespanhoes «portuguezados» ficarão de hoje em diante chamando-se «iberismos» epitheto sem desaire para nenhuma das duas nacionalidades.

[1] *Francisco de la Torre.* Tirsi. Ecloga.
[2] *Dom Luiz de Gongora.* Cancion.

Fizemos estes reparos por incidente, sem animo nem tenção de levantar a proposito de assumptos litterarios pendencias de nacionalidade. Se assim não fosse «El romancero de la guerra d'Africa» servir-nos-hia para provar que a hyperbole não existe só na fórma das obras litterarias, sendo muitas vezes mais hyperbolico ainda do que fórma, o proprio fundo das composições poeticas. [1]

As poucas vezes em que o sr. Romero Ortiz é injusto com Portugal, são avidamente aproveitadas pelos escriptores hespanhoes que vieram depois d'elle, uns citando-lhe ás vezes a auctoridade, como o sr. Fernandez de los Rios; outros paraphraseando-lhe, desfigurando-lhe a escripta, como o sr. Calvo Asencio [2] e sem indicar as origens das suas deturpações.

[1] «El romancero de la guerra de Africa. Madrid 1864.
Romancero de la guerra de Africa. Por D. Eduardo Bustillo Madrid. 1861.»

[2] Como prova d'esta affirmativa citaremos o seguinte facto. O sr. Rumero Ortiz a paginas 423 da *Hisioria de la literatura portugueza en el siglo XIX* transcreve duas estrophes de uma poesia do auctor d'este livro que principiam:

Este reino que em praias distantes
O estandarte da cruz arvorou:

querendo provar que na actualidade era grande o desalento nacional, como depois o fez tambem o sr. Fernandez de los Rios. Os versos eram com effeito do auctor a quem se attribuiam. O sr. Fernandez de los Rios porém, com a pressa em deitar causticos no *enfermo do occidente*, copiou para a «Sua Missão» outros versos que encontrou á mão de semear, e que são do sr. Luiz Ribeiro Sotomayor, e attribue-os sem cerimonia a Luiz Augusto Palmeirim, isto sem dizer onde fôra fornecer o seu arsenal. Já é consciencia!

Já que fallamos em tal, diremos ao sr. Romero Ortiz que a poesia a que allude no seu livro é com effeito nossa, mas foi escripta, como outras de egual inspiração, em 1847, quando a divisão hespanhola do general Mendez Vigo invadia Portugal.

O leitor, que tiver seguido attentamente as paginas d'este livro, recordar-se-ha de certo da maneira insolente com que o sr. Fernandez de los Rios nega a existencia em Portugal do amor á sua independencia, chamando *patrioteiras* ás suas expansões; e alcunhando de *pandilha* o seu afferro á autonomia, e pretendendo provar que é de occasião, simplesmente de occasião e de moderna data, a deliberação sisuda do povo portuguez em não querer incorporar-se na monarchia castelhana.

Quem o vai agora desmentir é o sr. Romero Ortiz, que apezar de hespanhol e de iberico, conhece as coizas, e não se perde como o sr. Calvo Asensio nos espaços imaginarios, a que tão a miudo se remonta.

Oiçamol-o que é insuspeito o testemunho.

«Apezar de tudo, (o auctor refere-se ao aprisionamento da barca Carlos e Jorge) nem uma só voz se levantou então para advertir á formosa Lisboa, á altiva rainha do Tejo, que taes aggravos seriam impossiveis se a bandeira peninsular tremulasse sobre as desartilhadas baterias dos seus antigos baluartes. Aquelle povo, orgulhoso e susceptivel como é, prefere soffrer humiliações mais mortificadoras ainda, e mais despresiveis, antes do *que desfazer a obra de 1640.*»

«Isso nunca! Sobre a conservação da nacionalidade não ha alli divergencias de opiniões. Aristrocracia, classe media e povo, legitimistas e liberaes, velhos e creanças, homens e mulheres, todos querem, todos pensam, todos sentem de uma maneira uniforme. Ha na capital, no Porto e em Coimbra alguns admiradores excentricos, solitarios e platonicos da republica iberica, organisada de fórma que os seus frouxos la-

e as esquadras ingleza e franceza fundeavam nas aguas do Douro, *promptas a auxiliar* na sua faternal empresa. O nosso desanimo *tinha então fundada* razão para se expandir em estrophes *melancholicas, como* o illustre critico bem póde suspeitar.

ços federaes não limitem nem tolham a acção soberana de cada Estado; *mas a verdadeira annexação á Hespanha, que é a fusão, essa não tem um unico partidario, conhecido desde o Douro até ao Guadiana.* Não seria mais detestada aqui a união á França, não foi mais aborrecida em Veneza a sugeição em que esteve da Austria, não é mais odiada na Polonia a dominação moscovita.»

É perfeitamente exacto tudo quanto affirma o sr. Romero Ortiz, menos quando imagina que a bandeira peninsular nos teria posto a coberto das exigencias da França. Mas, diga-nos, é só Portugal que se tem curvado diante das exigencias da força numerica? Não terá a Hespanha nunca passado por eguaes amarguras? Agora mesmo, não deverá ella a posse contestada de Cuba á generosidade, talvez temporaria, dos Estados Unidos? A propria Inglaterra, na questão do Alabama, não cedeu terreno diante de um inimigo mais preparado para a guerra do que ella o estava então? Constituida que venham a ser as grandes nacionalidades, não ficará sempre alguma mais debil do que outra, e arriscada á prepotencia de uma sua visinha mais poderosa?

Os povos pequenos vingam-se moralmente dos seus oppressores. O verbo sempre eloquente de José Estevão, eloquentissimo na triste conjunctura do aprisionamento da barca *Carlos e Jorge*, elevou Portugal no conceito das nações desinteressadas neste pleito de honra. As imagens do grande tribuno correram parelhas no seu discurso com a ironia desdenhosa do patriota.

«A aguia imperial (dizia elle) enfadada da sua força da innação, saudosa de aventuras, ávida de gloria, voou do seu ninho de pedra, d'esses penhascos artificiaes de Cherburgo até ás margens do Tejo, só guarnecidas da sua natural belleza e de venerandas recordações; e veio aqui (grande e nobre façanha!) repôr a

bandelra franceza em um navio, d'onde nós a haviamos arrancado, pára que não continuasse a manchar-se cobríndo o trafico da escravatura.»

«Esta visita á nossa terra foi mais feliz do que outras, porque nós já vimos essa mesma aguia levantar-se das eminencias que bordam este mesmo Tejo, e arrastar-se em vôos atordoados e incertos de serro em serro atravez das Hespanhas, até se recolher na guarida d'onde saíra, levando apenas nas garras já mal seguras o desengano de imaginados dominios e poderíos! (*Vozes: muito bem*) [1].»

Para não amontoar citações comprovativas da repulsão que em Portugal encontra a idéa iberica, o que o sr. Romero Ortiz longe de esconder conscienciosamente põe em evidencia no seu livro, apenas como pedra de toque, transcreveremos o que o auctor diz, apreciando os escriptos do sr. Mendes Leal: *Na nação portugueza onde ninguem é iberico, deve o poeta grande parte da sua popularidade á sua intransigencia anti-hespanhola* [2].»

Bem desejariamos não ser prolixos, mas o assumpto é grave, e pede que se não passe de leve por elle. Toda a diplomacia do sr. Fernandez de los Rios vai ser condemnada agora pela bom senso de um compatriota seu, que, desprendido de compromissos, falla com o desassombro de um homem de bem:

«Os estadistas obsecados que julgam poder chegar á unidade iberica por uma combinação dynastica, ou pela força das armas, desconhecem tristemente o espirito anti hespanhól que se respira na atmosphera do reino visinho. Essa sonhada combinação dynastica *occasionaria a queda inevitavel e immediata da casa*

[1] *José Estevão, Esboço Historico* por Jacinto Augusto de *Freitas e Oliveira.*

[2] *Romero Ortiz La Literatura Portuguesa* en el siglo XIX.

de Bragança; e a invasão armada, quando a Europa n'ella consentisse, *terminaria para o exercito invasor, como a do Mexico para os francezes, por uma vergonhosa retirada* [1].»

Lastima o sr. Fernandez de los Rios a quasi completa auseneia de relações litterarias na peninsula, e o sr. Romero Ortiz accentua ainda mais as suas queixas, ao fallar das numerosas traducções da marqueza de Alorna, e das admiraveis versões de Filinto Elysio, Bocage e Castilho, feitas de quasi todas as linguas vivas da Europa, bem como do grego e do latim, e notam ambos *que nada absolutamente se traduza do castelhano, nem sequer um unico romance.*

« Quem é responsavel d'este isolamente absoluto? Elles, e nós: elles que vertendo para o idioma lusitano com afanosa presteza todas as producções selectas da França, da Inglaterra e da Italia, repellem com pueril tenacidade, e como contrabando perigoso, tudo o que procede das imprensas hespanholas; nós outros, que mesmo prescindindo das rasões historicas, geographicas, politicas e sociaes, que nos aconselham a mais stricta alliança com o reino visinho, deveramos estudal-o detida e conscienciosamente pela sua importancia intrinseca [2].»

Se a respeitabilidade do caracter do sr. Romero Ortiz nos permittisse facecias, embora inoffensivas, responder-lhe-hiamos fazendo-lhe notar o pleonasmo, das reciprocas versões das obras litterarias dos dois povos, sendo a lingua de ambos elles a mesma, como invariavelmente affirmam todos os escriptores hespanhoes, sem excepção.

Não o faremos, porém, e de passagem diremos ao

[1] *Rumero Ortiz «La literature portugueza etc.»* O auctor foi depois ministro, crêmos que da marinha, e gosa em Hespanha *de merecidos creditos* litterarios.

[2] *Idem. Idem.*

sr. Romero Ortiz que não temos a litteratura hespanhola *como contrabando* [1]. Os homens de letras portuguezes conhecem-n'a e apreciam-n'a; mas a sua menor divulgação é devida ás poucas livrarias hespanholas que ha em Portugal, e ao subido preço dos seus livros, em desproporção notavel com o preço das obras nacionaes, bem como com o das obras francezas.

Quizeramos dizer alguma coisa ácerca do plano que o sr. Romero Ortiz seguio no seu livro, mas falta-nos o espaço, e receiamos tambem que o tempo, para ir ao limiar da escada receber a visita do sr. Calvo Asensio para que o brincalhão diplomatico se não offenda com a nossa involuntaria descortezia, e nos metta na lista dos portuguezes que só teem duas coisas que os façam *salir de sus casillas; su autonomia y una andaluza!*

[1] É inexacto não haver um unico romance hespanhol traduzido em portuguez. Nos ultimos mezes do anno findo foram vertidos para a nossa lingua alguns romances de Escrich, e teve grande voga a «Pepita Ximenes» de D. Juan Valera. A traducção do «D. Quixote» edição de luxo, que fora confiada ao visconde de Castilho, consta-nos que vae ser continuada pelo visconde de Benalcanfor; um dos mais notaveis estylistas portuguezes. O sr. Pedro Corrêa, edictor da bibliotheca que tem o seu nome, encarregou o auctor d'este livro, de traduzir alguns dos mais notaveis romances de Fernan Caballero e será proximamente publicada «La Familia de Alvareda» e em seguida «La Gaviota.» O movimento do theatro hespanhol em Portugal, se não é tamanho como seria para desejar (oppõe-se principalmente a isso o ser em verso a maioria das peças hespanholas) é logo immediato ao francez. Ultimamente representa-se com geral applauso no theatro de D. Maria II, o magnifico drama do sr. Echegaray, «Loucura ou Santidade» e o da Trindade continuou a dar-nos Zarzuellas, em substituição do reportorio exhausto de Offenbach, sem o publico as ter em menos conta. Estes factos, que não teem equivalentes em Hespanha, provam que o isolamento litterario de que se queixam os nossos visinhos é mais culpa d'elles, do que nossa. Antes assim.

Por este introito, vê-se logo quem vae dizer a missa. Que serie de desconchavos! de inepcias! de frioleiras! A nossa dignidade pessoal não nos permitte responder-lhe, como manda a grammatica, pelo mesmo caso que se nos fez a pergunta, mas convem não deixar o infeliz areonauta perder-se nos espaços, sem o chamar momentaneamente ás realidades da vida.

Deixal-o divagar á vontade na analyse do *aspecto, da população*, deixal-o subir tranquillo até ao passeio da Estrella, *com tanques de agua corrupta* e *montanhas russas cobertas de ervas damninhas*; deixal-o ir á noite ao theatro de S. Carlos, que tem *aparencia* de igreja; deixal-o dizer tudo quanto elle quizer, mas cortemos-lhe as azas para que desça á terra, e possâmos ouvil-o discursar acerca de Camões e de Cervantes! Depois de muito,

Gastar palavras em contar extremos

o sr. Calvo Asensio que tem vista de lynce descobrio que os Lusiadas, era o poema do trabalho; e se havia deixar-se ficar por ahi, descobriu tambem que Vasco da Gama contando ao rei de Melindo *as glorias e as façanhas dos portuguezes fôra o sublime narrador das façanhas e glorias dos* NOVOS SERES SOCIAES *advindos em época não remota ao poder e á soberania!* [1]

Leem-se ás vezes coisas em letra redonda que um simples mortal chega a desejar que Guttemberg não tivesse existido, para que alguns dos *seres sociaes* que depois d'elle vieram ao mundo, não abusassem do seu invento, como abusou o sr. Calvo Asensio obrigando Vasco da Gama a tirar horoscopos como um fazedor de almanachs.

[1] *Quem duvidar* leia «Calvo Asensio» Lisboa em 1871, e *será transportado* em espirito a «Marrocos e ao anno de 1570.»

Para não fazer aqui colleção de descôcos, o que ninguem com certeza nos agradeceria, ahi vai apenas um, para amostra de muitos outros que deixamos *ineditos*. Não o traduzimos para lhe não fazer perder os chistes:

«No bien se habla de su Portugal, a un portugues, levanta la voz, la hueca, se pone en puntas, y con campanuda diccion (quem falla!) y gran dilocuente estylo, Montesclaros y Aljubarrota y 1640, salen de sus labios como bombas, que atruenan y destruyen, que entontecen y aplastan. Pero se con este motivo la calma proverbial del lusitano se altera, es de ver como se alegran sus ojos, sonrien sus labios, se coloran sus mejillas y respira difficilmente, cuando con su *zezeo* encantador una andalusa le dirige palabras melosas, (para onde lhe havia de dar!) ó sin eso, cuando inprime sobre la acera su ligera planta y contoneando su flexible cuerpo, pasa a su lado derramando sal á torrentes y llevando-se de calle a cuantos la miran. El que quiera hacer la union de España y Portugal, á buen seguro que con un centenar de andaluzas lo consigue!»

Este erotico trecho tem alguns outros que lhe são competidores em estylo, mas talvez nenhum que o exceda em pedantismo litterario:

Está hecho un Gongora el cielo
mas oscuro que su libro:

agora, como mais tarde tambem, podemos applicar ao livro do sr. Calvo Asensio os dois versos que foram primitivamente destinados a um compatriota seu, não mais emphatico e tenebroso do que o retratista de andaluzas de *torna-viagem*.

Em que porém Telemaco segue invariavelmente á *risca as lições de* seu mentor é na garricide das des-

cripções, e no pouco escrupulo em apresentar a sua critica em *habitos menores* com um desenxovalho que offende, e fere a vista do leitor.

Para exemplificação da primeira d'estas affirmativas indicaremos ao leitor curioso a descripção do panorama da cidade de Lisboa, feita do alto da castello de S. Jorge, d'onde se vê: «O ceu estendendo o seu manto de azul orlado de oiro como uma benção sobre a galharda ondina do Tejo, e o Oceano avançando magestosamente lá ao fundo como se quizesse unir com o annel nupcial de formosas algas o rio hespanhol com a gentil e poetica amada de Luiz Canives» (!). Descrição esta que rivalisa em primor com as que o auctor nos deixou do Chiado, e dos bailes lisbonenses, para os quaes, ao que parece, fôra convidado! [1]

O estylo é para certos escriptores como o cavallo selvagem de Mazeppa. Arrasta-os, estorce-os, entontece-os, prostra-os, sem que elles saibam o que querem, nem para onde vão. Se os tenta uma phrase que lhes parece bonita, ella ahi vai, embora resulte depois um absurdo. Exemplo:

«Os tres palacios, Ajuda, Necessidades e Belem estão collocados em frente ao rio, aspirando as puras brisas do Oceano, como se os seus edificadores tivessem querido *que o sangue da monarchia se purificasse ás vezes com o livre ambiante que as brisas do mar trazem nas suas azas das republicas americanas*»!

Pois D. Manuel o edificador de Belem, que principiou o seu reinado em 1495, e morreu em 1557, pensou alguma vez nas republicas americanas, que estavam ainda na massa dos possiveis, para poder esperar que as brisas do mar purificassem o sangue da monarchia?

[1] «Calvo Asensio» «Lisboa em 1870» Pag. 29, 52 55 e seguintes. *São descripções de vuelo-bajo*, como o das palomas em *que o auctor nos falla* a pag. 64 do seu livro.

Pois D. Maria I, a edificadora do palacio da Ajuda, a timida e ascetica D. Maria I, que nasceu em 1734, começou a reinar em 1777, e morreu demente em 1816, na unica nação da America que ainda hoje se conserva monarchica, é possivel que quizesse arejar o palacio que mandára construir, virando-lhe as janellas para o rio, no intento ridiculo que o sr. Calvo Asensio lhe attribue? Palavras, e mais nada!

Ainda uma observação do mesmo genero da anterior, que o auctor de «Lisboa em 1870» póde alcucunhar de «patrioteira» como usa, o que não nos impede de a apresentar. O sr. Carlos Asensio escreveu esta necedade (não se escandelise, que a palavra de lá veio):

«A raça brazileira contaminou com os seus perfis os antigos e esculpturaes traços physionomicos que tão celebradas fizeram as damas portuguezas»! [1]

Santo Deus que disparate! Supponhamos que os perfis de uma raça contaminem uma outra raça. O Brazil declarou-se independente em 1816. Apezar da temporaria residencia da côrte no Rio de Janeiro, os europeus, e com especialidade os portuguezes, conservavam ainda um tão mal fundado orgulho da sua superioridade de casta, que as allianças eram rarissimas, quasi nenhumas, entre os descendentes do povo descobridor e as naturaes da formosa terra de Santa Cruz. Depois da declaração da independencia, este estado de coisas não se tem sensivelmente alterado.

Esses a quem o engenhoso escriptor chama brasileiros, *Jupiteres Olympicos da praça do commercio e do credito, novos Mercurios,* etc., e que por fim acusa de contaminarem a raça portugueza, são tambem portuguezes, e, se o trabalho braçal que os enriqueceu *lhes alquebrou* o physico, sem lhes aguçar as intelli-

[1] «*Calvo Asensio.*» Livro já citado, pag. 59.

gencias,[1] são pelo menos innocentes na degeneração da especie, embora deem bailes *onde todo o luxo é sem gosto, e toda a profusão sem arte!*

Talvez nos não devessemos occupar de um livro tão frivolo como o do sr. Calvo Asensio, mas o caracter official de que esteve revestido em Portugal, e o facto da offerta da sua obra ao sr. Fernandez de los Rios, levaram-nos a esta, realmente imperdoavel digressão.

Nas raras occasiões em que o auctor de *Lisboa em 1870* abandona o estylo chocarreiro e deixa de fazer a physiologia do brazileiro, para curar de coisas mais sérias, mesmo então é infeliz. Se no descriptivo lhe sobeja o estylo, na polemica politica escasseia-lhe a lo-

[1] O sr. Calvo Asensio escreveu ácerca de Portugal sem conhecimento de causa, como os francezes usam escrever da Peninsula. Temos aqui á mão um livro intitulado «*De Montmartre a Séville*» assignado por Charles Monselet, e publicado em 1865. N'elle se lêem as seguintes parvoices, com pretenções a chistosas. «Pour ce qui est des hommes (os de Sevilha) mon cher Villemessant, il vous ressemblent presque tous. Ils ont le regard droit, le menton orgueilleux, la poitrine bombée. Je vous savais bien par la verve et l'activité, l'incarnation la plus complète de Figaro, mais j'ignorais que l'assimiliation fut poussé jusqu'au phisique.»

A proposito da cosinha sevilhana escreveu o francez: «Ah! misére et corde! comme dit Thomas Virelo que, l'épouvantable nourriture que celle de Séville! les bisarres combinaisons! Cela doit venir des Bohemiens en ligne directe. Le mets national, par exemple, dont je n'ai pas retenu, ou plutôt dont je n'ai pas voulu retenir le nom, s'apprête d'aprés la recette que voici: «De l'eau, de l'huile, des vicilles crôutes de pain, de lá tomate, des morceaux de melon de l'ail, du jambon, de l'ognon: *le tout exposé à l'air pendant trois nuits!*»

E assim por diante. Gostará por accaso o auctor de «Lisboa em 1870» d'esta enfiada de sensaborias, substituindo o *criterio que faltou* ou viajante francez, para julgar imparcialmente de Sevilha? Pois não será mais cordato estudar, e escrever depois de estudar?

gica. N'aquelle espirito turbulento não ha compensações. Ahi vae a prova:

«O que é o iberismo? Em Hespanha uma idéa explorada em prejuiso das boas relações dos dois povos peninsulares, pelos governos reaccionarios, etc.»

«Em Portugal um brinquedo com que distraem o povo, para lograr realisar-em troca ambições desmedidas; uma arma de ataque e de defeza para derribar ou sustentar situações politicas determinadas, quando o não é de torpes manejos, de invejosas altercações para acordar e sublevar as paixões contra a gloriosa revolução de Setembro.»

Em assumptos graves, como este, deve ter opiniões fixas, boas ou más, quem quizer que o seu nome seja invocado como auctoridade. Em politica, os cataventos nem para ornamentação prestam de pavilhões chinezes. Quem escreveu o que acima fica citado, a paginas 93 de um livro, deu-lhe quasi em seguida o desmentido, e formal, a paginas 96 do mesmo livro!

Veja se, e compare-se:

«Em Portugal ha aspirações e tendencias ibericas. e ha as energicas e decididas, e muito arreigadas, mas como um dos themas patrioticos é a *autonomia*, o que em coisa alguma offende aquellas, e como uma das causas de rancor, e de impopularidade é o que os ambici sos exploram com a designação do iberismo, conclue o sr. Calvo Asensio, que *por isso os seus defensores, receiosos, indecisos, se lançam nos azares de qualquer novidade politica para com ella disfarçarem e desfigurarem as suas verdadeiras crenças.*»

Vamos a contas. Então o iberismo é arma de partido, ou não é arma de partido? São as *ambições*, ou são as *crenças* individuaes que o determinam? Os ibericos (a havel os) são *energicos*, *decididos*, *e teem convencimentos arreigados*: ou são, indecisos, receiosos, *e escondem cavilosamente* as suas crenças por detraz de

outros pretextos politicos? Ambas as opiniões ahi ficam textualmente exaradas, á espera de algum futuro commentador que as harmonise entre si, se o proprio que as pôz em circulação não quizer ter a condescendencia de unir Babylonia com Sião, provando-nos que o iberismo é pretexto e é facto; e demonstrando com a mesma logica, que os seus adeptos são energicos e indecisos, tudo ao mesmo tempo, para honra e gloria... do fabricante privilegiado de contrasensos politicos.

Por infelicidade do sr. Fernandez de los Rios, de quem nos havemos esquecido, não por ingratidão, mas pela necessidade de acudir a outros chamamentos, é o sr. Calvo Asensio quem, depois de escrever o que ahi ficou para se ler, diz em tom semi-prophetico.

« A todas estas necessidades (intellectuaes, materiaes e moraes) tem tratado de acudir o nosso insigne representante em Portugal, D. Angel Fernandez de los Rios, uma das mais legitimas glorias da Revolução, e bem podemos affirmar sem receio de nos enganarmos, que se a ordem de coisas em Hespanha o permittir, e em tão honroso posto continuar por mais algum tempo, que a sua estada em Lisboa ha de ser fecunda em grandes e trascendentaes consequencias para a nova ordem de relações que hão de ficar estabelecidas entre os dois reinos, e o seu nome ha de ser o lema e o symbolo de uma era de progresso e de regeneração na vida peninsular das duas nobres quanto desgraçadas nações. »

Até que afinal acabou! A parcimonia da virgulação d'este periodo ia-nos desalentando a meio do caminho. Felizmente chegamos. A que? Á promessa de um El Dourado com que havemos topar em jornada antiga, de caleça, e por estrada... que Deus livre os nossos inimigos de percorrer, como nós temos *feito por descargo* de consciencia, e em desconto dos *nossos peccados.*

CONCLUSÃO

Affrontará e vilipendiará a historia quem unicamente tratar de cerzir-lhe os retalhos á capa do publicano. Não é officio digno d'ella o fazer de estribilho banal em tresloucadas saturnaes. Tem ahi a humanidade o seu deposito de experiencia, que é patrimonio venerando e logradoiro commum.

MENDES LEAL. *As Duas Peninsulas.*

La politique faisait autrefois partie de la philosophie; mais depuis quelques années il y a eu entre elles une separation qui n'est à l'avantage ni de l'une ni de l'autre. La philosophie s'est plongée de plus en plus dans les abstrations; *et la politique, au lieu de se rattacher à la morale, à vécu au jour le jour, gouvernée par les passions et les intérêts.*

JULES SIMON. *La Liberté.*

Por que, e fundado em que auctoridades, a não ser a sua propria, mais de que suspeita depois dos documentos a que deu publicidade no seu livro, ousou o sr. Fernandez de los Rios applicar a Portugal o injurioso epitheto de *Enfermo* do Occidente?

Enfermo desde quando? Quaes são os diagnosticos *ad enfermidade*? Que medico a consignou na agenda

da sua clinica? É aguda, ou chronica a sua doença? Para quando está reservada, na casa dos obituarios das nações illustres, a morte de Portugal?

Quaes são as nacionalidades que teem morrido?

A Grecia?

Essa já resurgiu pelos heroicos esforços de seus filhos, representados pela voz de um grande poeta perante os congressos europeus.

A Hungria? A Polonia? Não haverá resurreição para as nações que andam asphixiadas pelos amplexos brutaes de outras nacionalidades? Não acorda de vez em quando a Europa ao ouvir um gemido; e não será esse gemido um signal de vida, um chamamento aos que podem, contra a prepotencia dos que abusam?

Pois a Irlanda não suspira ainda pelas suas franquias nacionaes? Não foi O'Connel o representante das suas aspirações, e não será ainda hoje um outro O'Connel o porta-voz das suas maguas? Pois a Escossia da actualidade não será, agora mesmo, a Escossia de Maria Stuart, a que jura nas palavras de Walter Scott, a que se electrisa ao ouvir o som monotono das musicas nacionaes?

Pois as Vascongadas não teem derramado o melhor do seu sangue para se esquivarem á honra de fazer parte integrante de uma monarchia que pretende desalojal-as das suas seculares franquias?

Pois a Gallisa — a soffredora Gallisa — não é uma terra que chora, uma elegia que geme, uma Jerusalem que se dispersa?

Para que trabalham os politicos, os da idéa nova e os da idéa velha são todos o mesmo, para ferir no coração os Achilles, que só teem, como o da mythologia, vulneravel o calcanhar?

A vulnerabilidade existe, seja ella em que ponto *fôr de uma* nacionalidade, mas ainda assim, *protesta contra* as absorpções; e desafia, não no mo-

mento, mas pelo correr dos tempos, o sagitario que a feriu, a que possa de vez dar-lhe a morte, que cuidou levar-lhe, quando, abusando da força ou da destreza, visou a prostral-a para não mais se erguer.

O ENFERMO DO OCCIDENTE!

Voltemos a meditar na injuria, voltemos a pedir contas ao coveiro, exigindo-lhe que nos reserve espaço largo e honrado para sepultura da nossa nacionalidade. O que se lê nos registos agoureiros do sr. Fernandez de los Rios, que nós não tenhamos já desfeito em pó, como o pó que elle levantou ao varrer a testada da nossa historia patria?

Somos enfermos de longa ou de moderna data? Qual é a nação que tem os seus annaes purgados de infamias, a sua realeza limpa de chagas, o povo lavado de ruins paixões?

A Inglaterra, açoita e enforca. A França, calumnia e guilhotina. A Italia, apavora-se e deshonra-se. A Allemanha acovarda se e enfeuda-se. A Peninsula Iberica allumia-se com as fogueiras da Inquisição, deixa-se cegar com os descobrimentos de além-mar, joga como um lazaroni ao sol das suas glorias as riquezas do Oriente. Isto emquanto ao passado.

É de hoje que Portugal anda enfermo? Mas desde 1834 que elle entrou no giro das nações cultas. De ha muito que aboliu a pena de morte; de ha mais tempo ainda que não manchava o branco da sua bandeira com o sangue de um sentenciado.

Anda atrazado, esquiva-se a acompanhar o seculo nas ousadias dos seus commettimentos? [1] Onde estão

[1] Da rapida analyse que fizemos das convenções ultimadas com a Hespanha, e das que ficaram ainda pendentes de solução, se conclue que muitas d'ellas foram de iniciativa portugueza, renovada pelo sr. Fernandez de los Rios; e outras não poderam *ser acceitas pela* inoportunidade da occasião, em que foram *apresentadas.* Costuma-se dizer amigos, amigos; negocios á *parte.*

as provas? Dos despachos diplomaticos do nosso accusador conclue-se que o espirito nacional estava vivo e álerta, quando, em nome das complicações européas, o convidavam a deixar-se embair pelas perspectivas de um mais largo theatro em que podia desenvolver a sua acção. [1]

Falta-lhe a instrucção popular? Progride de anno para anno. [2]

Não é invejavel por em quanto o seu desenvolvimento, mas é aquelle a que póde accudir o orçamento do Estado.

Não tem uma litteratura accentuada, caracteristica, expressão genuina do seu progredir intellectual? Tem. Confessa-o o sr. Romero Ortiz, e o proprio sr. Fernandez de los Rios a vê despontar na geração que se prepara para substituir a que existe. [3]

[1] Fernandez de los Rios *Mi Mision* despachos relativo ás candidatura do sr. D. Fernando.

[2] A beneficencia sustenta na cidade de Lisboa e seus arrebaldes 41 estabelecimentos escolares; asylos, recolhimentos e escolas. O numero total dos alumnos é de 3:072; sendo 1:516 do sexo masculino, e 1:556 do feminino. Exceptuando os recolhimentos e a Casa pia, todos estes asylos e escolas são de fundação posterior do anno de 1834, e a maior parte posterior a 1857.

D. Antonio da Costa. A Instrucção Nacional. Lisboa 1870.

As escolas existentes no reino em 31 de dezembro de 1872, eram 1:944 do sexo masculino, e 395 do feminino, afóra as de ensino particular que tem tido um progressivo desenvolvimento.

Annuario Estatistico do Reino de Portugal, relativo a 1875.

[3] «Para la nacion que en los albores dei siglo XIX produjo á Quintana, á mediados de él á Espronceda, y que hoye halla entregada á las corrientes de un lirismo banal, reducida a madrigales inspirados en los salones de un mundo gastado, viejo, absurdo, *farsante y testurado*, como los alquinistas de la edad media, habia de ser altamente sorprendente la noticia de la *regeneracion litteraria nacida em Coimbra*, estendida á O porto, *de alli á todo Portugal*, e que algun dia llevará á España la *tendencia nueva* de Francia, y pricipalmente de Alemania, á

Anda pervertido de costumes o *Enfermo do Occidente?* Gastaram-lhe a vida as orgias das revoluções, ou empobreceu lhe o sangue a vida sedentaria que tem levado, como espectador, não desinteressado mas prudente, das luctas travadas na solução de problemas sociaes pendentes ainda de uma interrogação?

Dos seus bons costumes dão fé os mesmos que tomaram o pulso ao doente, e lh'o encontraram batendo pausado, regular, sem as incertezas da infancia, e sem as debilidades da velhice. [1]

abandonar las queridas pero ya secas fuentes de una inspiracion gastada, etc.

Fernandez de los Rios Mi Mision. Pag. 654.

La Literature Portugueza en el siglo XIX. Não faz a synthese d'ella o sr. Romero Ortiz; mas na analyse indivual dos poetas e prosadores contemporaneos põe em relevo a sua valia e importancia.

[1] Fallando na tranquillidade e socego com que em Portugal correm invariavelmeute as diversões populares diz o sr. Calvo Asensio:

«Quizá se diga que pueblo que a si obra no sabe divertirse, es cierto: pero yo añadiré, que sé es una verdad indudable que la libertad se gana a tiros y se pierde á gritos, pocos pueblos conozco que por sus condiciones de carácter esten como el portuguez en aptitud para no perderla jamás. No sabrá divertir-se, pero si ser libre.»

Apezar da ironia da phrase, registamos a verdade das conclusões do auctor, que mais adiante escreverá:

En Portugal hay libertad; el pueblo la comprende, y á ella está habituado, ha ce de ella conveniente y legitimo uso, sin jamás comprometerla com imprudencias revolucionarias. «Calvo Asensio» *Lisboa em 1870.*

Mientras esos periodicos españoles se complacieron en repetirla profecia de que el pueblo portuguez faltaria por primera vez á su *cultura y cortesia*, cuando yo llegaba aqui investido com la representacion de España, los periodicos portuguezes, *sin exceptuar uno solo*, me recibieron con el saludo mas lisonjeiro, y se complacieron en consignar la cordial acogida *que aqui é debido á todas las clases de la sociedad.*»

Fernandez de los Rios. Mi Mision.

La interessante nacion portugueza se distingue de todas

Teme o *Enfermo do Occidente* abandonar o regimen hygienico, a que anda affeito, para se sentar á lauta mesa dos Luculos que com tanta insistencia o convidam a tomar n'ella um logar? Não teme. Furta-se apenas a associar-se á intemperança dos amphitriões que lhe andam a fazer negaças com a fartura e lusimento dos banquetes que a elles proprios tem quebrantado as forças, e arruinado a saude. [1]

Viverão os operarios nacionaes sequestrados ao conhecimente e á influencia das theorias que as classes laboriosas hoje acceitam como seu credo, e defendem, não como carta de alforria, mas como direito do *quarto estado*, a invadir e a apropriar-se das conquistas da burguesia? Não vivem. Em Portugal os que trabalham conhecem os seus direitos, e os governos respeitam-lhos, sem regatear a parte que lhes toca no dividendo da prosperidade publica. [2]

las demas, por la acogida que da á los estranjeros *y muy especialmente* á los españoles, á quienes trata como á hermanos; y entre los mas relevantes cualidades que adornan a sus naturales, sobresale la hospitalidad, y los obsequios desintressados que prodiga á sus huéspedes, no reservando-se las noticias ni-datos de todo genero que se soliciten, aun cuando no sean favorables á su bello paiz.»

«Aldama. Compendio Geografico.»

[1] Recordamos ao leitor o que fica escripto no capitulo IX d'este livro, com relação ao descredito a que baixaram os fundos hespanhoes, e a influencia que essa baixa teve em Portugal, alterando momentaneamente o nosso viver economico, e ferindo os interesses de algumas casas bancarias.

No momento em que escrevemos o estado financeiro da Hespanha não melhorou, depois do acabamento da guerra civil. Portugal, pelo contrario, venceu a crise, e, apezar das actuaes complicações da Europa, não se recente da desconfiança dos mercados estrangeiros.

[2] Lisboa conta 85 associações de soccorros mutuos, com *uns 30:000 socios* effectivos; o continente portuguez, 360 com *70:000 socios*, e um movimento de 40:000 duros. A dos operarios *fundidores de metaes*, excepto os operarios dos arsenaes,

Tão devéras mal se sentirá o *Enferno do Occidente* que dispenda na pharmacia todos os recursos de que dispõe para accudir aos seus achaques, e os atenuar, fazendo contraste pelo desperdicio, com os amigos interessados na herança, que lhe mandaram pôr á cabeceira do leito da agonia, tão solicito enfermeiro e habil medico? Tal se não sente Portugal. Não põe de parte economias para os ultimos dias de vida, mas olha sem inveja para os visinhos que lhe andam a namorar os haveres, para com elles pagarem os alcances a que os levou uma louca prodigalidade. [1]

do caminho de ferro, e da companhia do gaz, que não tiveram que reclamar foi sustentada pela Associação *Fraternidade* operaria, a mais importante sociedade de *resistencia* que existe em Portugal. Conta cerca de 7:000 operarios, a entrada semanal dos socios regula, termo medio, por 90, compondo-se a mesma associação de 43 classes, das quaes as mais importantes pelo numero são as seguintes: operarios das fabricas de tabacos, 960 homens, e 630 mulheres: Serradores 600 homens; Calafates, 340. Carpinteiros navaes, 300. Tecelões 280, e 260 mulheres. Ferreiros, 160 homens. Fundidores, 120. Torneiros, 100. Trabalhadores, 250. Sapateiros, 200, Typographos, 150. Carpinteiros, 120. Marceneiros, 160. Encadernadores, 40. Marinheiros, 90. Serralheiros, 50. Pedreiros, 100. Canteiros, 180. Caldeireiros, 90, Barbeiros, 80. Costureiras 40. Alfaiates, 60. Cada associado paga 130 réis por mez, mas nos casos graves duplicam, ou treplicam as quotas. A distribuição dos subsidios faz-se segundo a familia dos socios, e necessidades do operario e nunca póde ser egual ao jornal. É sempre menos.

«Costa Godolphin.» *A Associação. Historia e desenvolvimento das Associações portuugezas.*

O sr. Fernandez de los Rios, aproveitou-se d'estes algarismos para com elles demonstrar que a «Internacional» tinha em Portugal mais auxiliares do que em Hespanha!

[1] «Que ganharia Portugal com a perda da sua antonomia? Poder? Já ficou demonstrado no correr d'este opuseulo, que tem vastos elementos para se defender, e que, não aspirando a conquistas, tem o poder sufficiente.»

«*Melhores condições* economicas? As de Hespanha são peores que as nossas. As suas despezas para o exercicio de 1868 excedem a 121.000:000$000 réis. Com uma população cerca de

Tão alheio andará já o *Enfermo do Occidente* ás coisas d'este mundo, que oiça impassivel discutirem-lhe o testamento, e veja os traficantes rasgarem-lhe a tunica a pedaços, para os porem em almoeda á mercê de quem mais der? Tambem assim não é. *O Enfermo* accode ainda em vida pelo seu credito, mal barateado pelos vendilhões, e protesta contra as partilhas que os judeus querem fazer do seu nobilissimo espolio. [1]

Que *Enfermo* é este pois? Nós, que não andámos uns poucos de annos de gancho em punho, como um

tres vezes e meia maior do que a nossa, os seus impostos não deviam ir alem de 56:000:000$000 réis para não serem mais elevados que os que actualmente pesam sobre os nossos contribuintes, na importancia de réis 16:000:000$000. Se a receita entre nós for elevada, como é preciso, a 21:000:000$000 réis, importancia media das despezas votadas nos ultimos annos, ainda a Hespanha para estar em proporção, não deveria contribuir senão com 74.000:000$000 réis. O seu excesso de despeza, e por consequencia do vexame para o povo, é pois na primeira hypothese de 65.000:000$000, e na segunda de 47.000:000$000 reis!»

Mello e Faro.—Forças defensivas de Portugal.—1868.

Este estado financeiro peorou ainda posteriormente a esta época, emquanto que Portugal tem mantido invariavelmente o seu credito nas praças estrangeiras.

[1] De 1868 a 1872, periodo que envolve os dois annos mais difficeis da representação de Hespanha em Portugal, publicaram-se trinta e tantos folhetos e opusculos com relação directa a negocios de interesse peninsular.

Distinguem-se entre elles: Os *Perigos* «pelo sr. Andrade Corvo.» *As forças defensivas de Portugal* «pelo sr. Mello e Faro; e» *Portugal e a sua autonomia, em relação ao novo principio das nacionalidades segundo as raças.*

Anonymo.

A maioria dos auctores dos folhetos a que fizemos referencia é partidaria das idéas politicas e sociaes as mais avançadas. Ainda assim, entre ella só houve dois que francamente se manifestaram a favor do iberismo, *debaixo da fórma federativa, republicana.* O que se passou no parlamento portuguez vae mencionado em outro logar d'este livro debaixo da rubrica de «Documentos Parlamentares.»

trapeiro, apanhando da lama e accolhendo na alcôfa quantas aberrações tribunicias, e quanto fel de ambições despeitadas vomitam os prelos da imprensa jornalistica, tambem podiamos, se o julgassem digno de nós, mirar por todos os lados o Lazaro que nos insulta, e contar-lhe uma a uma as pustulas incuraveis que lhe corroem o corpo.

O que foram os ultimos annos do reinado de D. Isabel II, senão um grito de desalento de todos os patriotas hespanhoes, um brado unisono de descrença, de todas as classes, um inventario minucioso e descarnado das miserias da Hespanha?

O que não escreveram então de desconsolador e luctuoso, na imprensa periodica, os senhores Canovas del Castillo, Carlos Rubio, Calvo Asensio, Castellar e o proprio sr. Fernandez de los Rios? Não foi tambem tantas vezes o parlamento hespanhol o ecco de sentidas queixas, o ouvinte de eloquentissimas apostrophes contra as iniquidades dos governos, o denunciador austero da decadencia e da ruina da patria?

Que portuguez se lembrou nunca de encher as tabuas chronologicas da vida constitucional da Hespanha com as suas revoluções periodicas, as sua liberdades falseadas, e o seu predominio de caserna, atrophiando as aspirações generosas do povo, e recordando em pleno seculo XIX as tropelias sanguinarias do imperio moscovita, durante, e depois do reinado dos successores de Pedro o Grande?

Logrou a revolução de 1868 pôr um prego na roda dos desatinos financeiros de Hespanha, dar um golpe de morte na reacção religiosa, aniquilar para sempre as esperanças dos absolutistas, pôr o cidadão a coberto das demasias do soldado?

Não nos parece. Quatro governos se tem succedido em *Hespaha, desde* que nos campos de Alcolea desabou *um throno, ao* justificado grito de «abaixo os Bour-

bons!» Tentou então a mãe cobrir o filho com a egide da sua renuncia pessoal ao throno de que a esbulhavam, e essa mãe não foi ouvida. A republica, interpondo-se depois entre uma abdicação e o incognito, não poude consolidar-se, nem mesmo aos sons magicos da lyra de um grande poeta.

Castellar, como Lamartine em 1848, logrou realisar parte dos milagres attribuidos á lyra de Orpheu, mas só não poude congraçar entre si as facções, nem obstar a que a monarchia resurgisse, symbolisada no representante de uma familia proscripta.

Quem deu, tornamos a perguntar, direito ao sr. Fernandez de los Rios para insultar uma nação, que os seus compatriotas estimam, e que, nos annos calamitosos em que um grande cataclysmo parecia ameaçar a Europa, se conservou prudente espectadora das demasias demagogicas, para que lhe estavam fazendo convite, e dando o exemplo, dois povos da raça latina?

Redarguir-nos-há o sr. Fernandez de los Rios, dizendo que só lhe pertence o rotulo, a taboleta, a synthese affrontosa com que nos aponta á compaixão da Europa, que tudo o mais é nacional, e por elle escrupulosamente extraído dos archivos da polemica diaria do jornalismo portuguez.

Seja. O que pretende provar com isso o esquadrinhador de desalentos, o inventor não, o applicador desastrado de uma brutalidade russa a uma nação visinha, chamando-lhe o ENFERMO DO OCCIDENTE, macaqueando assim a designação dada á Turquia por um outro diplomatico da escola dos insultadores de profissão?

A que proposito vem aquella comprida lista de nomes, com que o sr. Fernandez de los Rios pretende authenticar a decadencia de Portugal, nos ultimos *capitulos* do seu livro? [1]

[1] *Estes capitulos* tem por titulo: «Algo sobre iberismo para *os que no pueden vivir sin hablar de el*» e «Falso patriotismo.»

No cabeçalho da lista do nosso diffamador apparecem, para desde logo a tornar suspeita, os nomes do duque de Palmella, de Alexandre Herculano, de José Estevão, de Almeida Garrett, e de Casal Ribeiro! Todos elles, são, ou foram, politicos notaveis; e quasi todos elles foram, ou são, homens de lettras de primeira plana, e como taes acatados sem divergencia, entre os seus conterraneos. Como, a não ser por uma calculada má fé, e para lançar poeira aos olhos dos ignorantes, só da feição politica, momentanea e transitoria, d'aquelles vultos illustres, se aproveitou e serviu o beduino das nossas glorias, quando, nas paginas amplas, abertas e meditadas, dos livros de qualquer d'elles, encontraria o sr. Fernandez de los Rios a demonstração do patriotismo de seus auctores, e adquiriria o convencimento, se é que o não tinha já (profundo e arreigado) de que o iberismo é a negação do sentimento nacional.

Pois o sr. Fernandez de los Rios não encontraria a cada passo, querendo dar-se a esse trabalho, nos discursos parlamentares do duque de Palmella, e nos seus despachos diplomaticos, um milhão de phrases a desmentir a affirmativa de que, depois da separação do Brazil, Portugal não tinha outro caminho a seguir mais do que o de unir-se á Hespanha?

Pois o sr. Fernandez de los Rios póde ignorar que Almeida Garrett foi o patriotico auctor do *Alfageme de Santarem*, o accentuado inimigo do iberismo nos dialogos inimitaveis de seu immortal *Frei Luiz de Sousa?*

Pois o sr. Fernandez de los Rios póde affirmar que Alexandre Herculano, o eminente historiador, o epico romancista, o poeta das grandes idéas vasadas em moldes viris, seja homem para renegar da patria, ou para zombar irreverentemente d'ella, em face de estrangeiros malevolos?

Pois um periodo destacado de uma advertencia a

um dos volumes da *Historia de Portugal* poude fazer crêr ao critico, embora previnido, que o maior vulto litterario portuguez se pozera no que escrevera ao serviço das suas intrigas diplomaticas?

Nunca, por acaso, leria o sr. Fernandez de los Rios estes versos de Alexandre Herculano?

> Se em breve
> qual jaz Sião, jazer deve Ulysséa:
> se o anjo do exterminio ha de riscal-a
> do meio das nações, que d'entre os vivos
> risque tambem meu nome, e não me deixe
> na terra vaguear orphão de patria

Pois o sr. Fernandez de los Rios, que tão jubiloso se mostrou ao recordar-nos o doloroso incidente da barca *carlos e Jorge*, esqueceu-se já de que foi José Estevão, o eloquentissimo tribuno, quem vingou Portugal da affronta, sem lhe acudir, era impossivel acudir-lhe ao pensamento, que uma nova patria, chamada *Iberia*, podia pôr-nos a coberto dos ultrages da força bruta?

Pois o sr. Fernandez de los Rios já varreu da memoria as replicas patrioticas, dadas pelos srs. Andrade Corvo e Mendes Leal, a algumas das suas notas mais provocadoras da confirmação official de que somos portuguezes, e que outra coisa não queremos ser senão portuguezes?

A litteratura foi sempre, e é ainda hoje a representante quasi exclusiva das nacionalidades. Os editores dos discursos parlamentares do conde de Cavour escreveram, na advertencia que os antecede, estas significativas palavras: « *Esta idéa da nacionalidade italiana, de que a litteratura tinha guardado desde o Dante a magnifica tradição*, não tinha ainda podido *personificar-se em um homem* do pulso e das faculda-

des de um homem de Estado. Alfieri, Foscolo, Manzoni, Balbo, Gioberti, o proprio d'Aseglio foram litteratos, de preferencia a politicos.

Procure o sr. Fernandez de los Rios, na litteratura portugueza, o que andou a mendigar pelos noticiarios dos jornaes politicos, e verá então que o sentimento da nacionalidade portugueza, como o da nacionalidade italiana, se tem conservado incolume atravez dos seculos.

Em considerar e acceitar as obras litterarias como a mais genuina expressão das nacionalidades não houve originalidade nos editores do conde de Cavour. Macaulay e Taine são de accordo com a mesma idéa, dando-lhe o desenvolvimento que ella merece.

Michelet lastima no seu livro *O Povo* que os romancistas francezes, acanhando e ridicularisando as figuras nacionaes, elevem as inglezas no conceito dos seus leitores, distribuindo-lhes a parte nobre na urdidura e no desenlace da acção das obras litterarias.

Já que fallámos de Michelet, e o capitulo do livro do sr. Fernandez de los Rios, que se suja com o titulo de O ENFERMO DO OCCIDENTE seja precedido de um outro capitulo, designado por, *Falso Patriotismo*, e a ambos elles sejam applicaveis as observações do insigne historiador francez, ahi as transcrevemos para que o philosopho das *enseñanzas de mañana*, aprenda, com os ensinamentos de hontem a respeitar as idéas de patria e de nacionalidade.

«A nacionalidade, a patria, será sempre a vida do «mundo. Morta ella, tudo morrerá. Perguntae-o ao po«vo, elle conhece-o, e elle vol-o dirá. Perguntae-o á «sciencia, á historia, á experiencia do genero huma«no. Estas duas grandes vozes estão de accordo. Duas «vozes? não: duas realidades, o que é, e o que foi, «*contra uma* vã abstracção.»

Em outro logar do mesmo livro, lê-se:

«Para acreditar que as nacionalidades vão desap-«parecer em breve, conheço apenas dois meios: 1.º «ignorar a historia, ou sabel a por formulas ôccas, como «os philosophos, que a não estudam nunca; ou então «por logares communs litterarios, para conversar, «como as mulheres a sabem. 2.º E, não é só isto; é «preciso tambem desconhecer a natureza tanto como «a historia, esquecer que os caracteres nacionaes de «modo algum derivam dos nossos caprichos, mas são «profundamente fundados na influencia do clima, da «alimentação, dos productos naturaes de um paiz, que «se modificam um pouco, mas nunca se apagam. «Aquelles que não são assim ligados pela physiologia «nem pela historia, aquelles que constituem a huma-«nidade, sem quererem saber do homem nem da na-«tureza, é lhes facil apagar ás fronteiras, obstruir os «rios, nivelar as montanhas. Comtudo, previno-os eu, «as nações continuarão a existir, se não entrar tambem «nos planos d'elles aniquilar as cidades, os grandes «centros de civilisação, onde as nacionalidades concen-«tram a sua verdadeira caracterisação.»

Ouviu, o sr. Fernandez de los Rios? Ouviu esta voz, que se julgou aucterisada para se dizer a voz da historia, e da experiencia do genero humano? Se a ouviu, medite n'ella, e poupe Portugal ás arrogancias da sua phrase empolada, ás inducções melancholicas dos seus horoscopos de alchimista.

Mas, volvâmos atraz, que ainda se não esgotou a lista dos que descrêem da patria, e renegam da nacionalidade.

Lêde — a Casal Ribeiro, Latino Coelho, Lopes de Mendonça, Thomaz Ribeiro, Freitas e Oliveira, Theophilo Braga. A imprensa toda, isto é: Luiz d'Almeida e Albuquerque, Marianno de Carvalho, Custodio José Vieira, Eduardo Coelho, e Antonio Ennes. Todos quantos pensam: e todos quantos escrevem!

Mentira. Duas, e tres vezes mentira.

Casal Ribeiro não carece de que o juiz lhe nomeie advogado *ex-officio*, para sair absolvido da accusação. Foi elle quem a si proprio eloquentemente se deffendeu na camara dos pares, em maio de 1869.

Foi tambem na camara dos pares, que Latino Coelho assumiu a responsabilidade, theorica, dos prologos que escrevera para duas obras de propaganda iberica, confessando-se alheio, mais do que alheio, adverso, a qualquer tentativa pratica de iberismo.

Desconfiar da inteireza patriotica de Lopes de Mendonça é profanar a sepultura de um martyr! O trabalho matou aquelle obreiro consciencioso da civilisação e do progresso, a quem, mais do que a nenhum outro escriptor contemporaneo, a sociedade fôra madrasta nos primeiros annos da sua iniciação de pensador. Por amar a patria é que elle se doía de a vêr aviltada: por a julgar abatida (sobresalto de filho extremoso!) foi que elle uma vez, unica na vida, e em horas de desanimo, pensou que a engrandecia pondo a debaixo da tutella de estranhos.

Do auctor do *D. Jayme* falla por elle o seu poema; a sua procedencia beirôa; a sua palavra, sempre ao serviço da independencia e da autonomia nacional.

No proprio jornal de que Freitas de Oliveira foi collaborador, se encontra em cada columna d'elle o desmentido ás idéas que pretendem attribuir-lhe.

Theophilo Braga é, por emquanto, um ambicioso de popularidade, um talento que quer fazer a synthese de todas as coisas, não lhe havendo ainda a edade permittido proceder á analyse reflectida de cada uma d'ellas. Rólla, como Sisypho, o penedo das suas abstracções ao tôpo de todas as theorias escabrosas, para o vêr descer em um momento ao ponto da partida.

E a imprensa periodica não será tambem calumniada, *no livro* do sr. Fernandez de los Rios, em nome de

«Para acreditar que as nacionalidades vão desap-
«parecer em breve, conheço apenas dois meios: 1.º
«ignorar a historia, ou sabel a por formulas ôccas, como
«os philosophos, que a não estudam nunca; ou então
«por logares communs litterarios, para conversar,
«como as mulheres a sabem. 2.º E, não é só isto; é
«preciso tambem desconhecer a natureza tanto como
«a historia, esquecer que os caracteres nacionaes de
«modo algum derivam dos nossos caprichos, mas são
«profundamente fundados na influencia do clima, da
«alimentação, dos productos naturaes de um paiz, que
«se modificam um pouco, mas nunca se apagam.
«Aquelles que não são assim ligados pela physiologia
«nem pela historia, aquelles que constituem a huma-
«nidade, sem quererem saber do homem nem da na-
«tureza, é lhes facil apagar as fronteiras, obstruir os
«rios, nivelar as montanhas. Comtudo, previno-os eu,
«as nações continuarão a existir, se não entrar tambem
«nos planos d'elles aniquilar as cidades, os grandes
«centros de civilisação, onde as nacionalidades concen-
«tram a sua verdadeira caracterisação.»

Ouviu, o sr. Fernandez de los Rios? Ouviu esta voz, que se julgou auctorisada para se dizer a voz da historia, e da experiencia do genero humano? Se a ouviu, medite n'ella, e poupe Portugal ás arrogancias da sua phrase empolada, ás inducções melancholicas dos seus horoscopos de alchimista.

Mas, volvâmos atraz, que ainda se não esgotou a lista dos que descrêem da patria, e renegam da nacionalidade.

Lêde — a Casal Ribeiro, Latino Coelho, Lopes de Mendonça, Thomaz Ribeiro, Freitas e Oliveira, Theophilo Braga. A imprensa toda, isto é: Luiz d'Almeida e Albuquerque, Marianno de Carvalho, Custodio José Vieira, Eduardo Coelho, e Antonio Ennes. Todos quantos pensam: e todos quantos escrevem!

Mentira. Duas, e tres vezes mentira.

Casal Ribeiro não carece de que o juiz lhe nomeie advogado *ex-officio*, para sair absolvido da accusação. Foi elle quem a si proprio eloquentemente se deffendeu na camara dos pares, em maio de 1869.

Foi tambem na camara dos pares, que Latino Coelho assumiu a responsabilidade, theorica, dos prologos que escrevera para duas obras de propaganda iberica, confessando-se alheio, mais do que alheio, adverso, a qualquer tentativa pratica de iberismo.

Desconfiar da inteireza patriotica de Lopes de Mendonça é profanar a sepultura de um martyr! O trabalho matou aquelle obreiro consciencioso da civilisação e do progresso, a quem, mais do que a nenhum outro escriptor contemporaneo, a sociedade fôra madrasta nos primeiros annos da sua iniciação de pensador. Por amar a patria é que elle se doía de a vêr aviltada: por a julgar abatida (sobresalto de filho extremoso!) foi que elle uma vez, unica na vida, e em horas de desanimo, pensou que a engrandecia pondo a debaixo da tutella de estranhos.

Do auctor do *D. Jayme* falla por elle o seu poema; a sua procedencia beirôa; a sua palavra, sempre ao serviço da independencia e da autonomia nacional.

No proprio jornal de que Freitas de Oliveira foi collaborador, se encontra em cada columna d'elle o desmentido ás idéas que pretendem attribuir-lhe.

Theophilo Braga é, por emquanto, um ambicioso de popularidade, um talento que quer fazer a synthese de todas as coisas, não lhe havendo ainda a edade permittido proceder á analyse reflectida de cada uma d'ellas. Rólla, como Sisypho, o penedo das suas abstracções ao tôpo de todas as theorias escabrosas, para o vêr descer em um momento ao ponto da partida.

E a imprensa periodica não será tambem calumniada, *no livro do* sr. Fernandez de los Rios, em nome do

uns excerptos pacientemente desentranhados de artigos apaixonados de polemica partidaria? Pois dois professores da primeira escóla superior de Portugal, Almeida e Albuquerque e Marianno de Carvalho, podem porventura ser o que d'elles querem fazer, só porque, como os gladiadores dos circos romanos, se feriram com as mesmas armas que contra os adversarios brandiam?

Por esta regra não serão os progressistas, e os democratas hespanhoes do tempo de Isabel II, complices no crime de lesa patriotismo, por haverem, inspirados pelo espirito de partido, posto a descoberto a decadencia das instituições monarchicas e, com ellas a decadencia da patria?

Pois Custodio José Vieira, e Antonio Ennes, o primeiro, portuguez pela valentia do caracter e pela sua entranhada paixão pela liberdade; o segundo, dilecto da arte, e partidario das idéas sociaes que são realisaveis, e ambos elles jornalistas, não terão razão para se queixar do cossaco que lhes saíu ao encontro, no intento de os espoliar da parte moral mais sensivel do homem publico, a integridade das suas convicções intimas?

Por ultimo, Eduardo Coelho, o cenobita que se affastou do bulicio do mundo, o asceta que se retirou á Thebaida do jornalismo espectante, onde se não desenbainha a espada, nem se ouve resoar o clarim, não terá direito a espantar-se de se ver evocado ao peior dos mundos, o das recriminações internacionaes?

Fechou-se a lista dos reprobos: seccou-se a fonte envenenada da calumnia. Perguntaremos ainda: quererá o sr. Fernandez de los Rios para si a gloria de dizer, como o consciencioso republicano francez: *ce livre est plus qu'un livre, c'est moi même?* Duvidâmós. Então, para que pôz em estendal a sua farraparia ao sol da publicidade?

Então para que foi que, o fingido respeitador das *representações* nacionaes passou pelo alto as sessões das

camaras legislativas portuguezas, e se agarrou como um naufrago ás tabuas descosidas do baixel que se chama jornal, que ora sobe no dorso da onda que se diz poder, ora desce com a vasa lodocenta do despeito, para ir purificar-se longe, ao largo, no magestoso Oceano da opinião publica?

É assim que se escreve a historia? Foi assim que Tacito tornou immoredoiros os seus annaes? Foi com tão mesquinha inspiração que o auctor das «Decadas» logrou chegar á posteridade?

Ao scepticismo de Machiavel, e á perniciosa influencia dos seus livros, attribuem alguns criticos o desanimo, a prostração, em que se deixou cair a Italia, e de que só brilhantemente acordou em nossos dias, depois de um somno secular de indifferença, e de captiveiro. Não juraremos que a influencia de um unico homem, embora de superiores faculdades, chegasse para tanto: mas o que é certo, todos o affirmam, é que á unidade de inspiração dos seus poetas, e dos seus historiadores, deveu a Italia conservar os seus brios de nação no meio dos insultos e provações da adversidade.

Foi menos negando o que existia, do que engrandecendo a idéa a que esperava dar corpo — a unidade da peninsula — que a Italia logrou reconstituir-se. Os collaboradores involuntarios do sr. Fernandez de los Rios nunca, em verso nem em prosa, denunciaram as suas tendencias unitarias, como o fizeram Alfieri, Monti, Nicolini, Giacometti, Leopardi, Manzoni, e tantos outros poetas italianos, de naturalisação diversa, de posição social differente, de berço humilde este, de privilegiado nascimento aquelle.

Que poeta portuguez escreveu nunca da peninsula iberica, como Manzoni da italica:

D'una terra son tutti: un linguaggio
Parlan tutti: fratelli li dice

Lo straniero : il commune lignaggio
A ognum dessi dal volto traspar.

Que portuguez esreveu, como se fosse propria, a historia geral da peninsula iberica, como da italiana escreveram tantos e tão illustres historiadores, narrando nos mesmos fastos os revezes e as glorias communs á Italia inteira?

Com a resposta leal dada a estas perguntas se definirá a enorme differença entre as nobres aspirações dos italianos, e a não menos nobre isenção dos portuguezes Aquelles queriam remida a patria, livre-o seu mar — como nunca deixaram de chamar ao mar que banha as costas da peninsula, desde o golpho do Adriatico até o golpho ligurico [1].

Nós queremos as nossas fronteiras taes quaes existem, as nossas tradicções, a nossa historia, os nossos costumes, tudo emfim o que representa e constitue uma nacionalidade. São diversas pois as aspirações das duas peninsulas.

Para fecharmos esta já longa serie de paralellos, vamos terminar a nossa escripta com um que se nos affigura de importancia historica, que não deve ser desprezada.

O sr. Mendes Leal, depois de haver narrado em phrase sobria as vicissitudes da Italia e a sua patriotica resistencia ao dominio estranho, diz com relação á peninsula iberica :

« O mesmo vigoroso patriotismo e ciume de independencia, que anima cada um dos dois povos, os approxima sempre que ha suspeita de verdadeiro perigo para o territorio commum. Desde que os dois estão constituidos, nunca a invasão estrangeira transpoz as *estreitas fronteiras* d'esta peninsula, com as armas ou

[1] *Mendes Leal. As duas Peninsulas.*

os pretextos, que não os encontrasse na frente, unidos e resolutos na decisão e no accordo de repellir os invasores, nunca medrados nem arreigados nos nossos lares. N'este ponto, o instincto e a espontaneidade de uma e outra nação tem-se avantajado e imposto aos calculos dos estadistas. »

O mesmo escriptor corrobora a sua opinião, accrescentando:

« Desviados do immediato impulso das grandes contendas, os povos luso-hispanicos, padecendo as desvantagens e gosando os beneficios d'esta especie de retiro favorecido da Providencia e fortalecido pela natureza, tem podido conservar os seus respectivos foros nacionaes. A peninsula italica, alvo frequente, e ao mesmo tempo arena proxima e usual d'aquellas contendas, ainda se não desuniu que não visse a duplicada catadupa despenhar-se por entre as fendas nos seus valles, e afogar-lhe n'elles a liberdade, podendo repetir como Lucano:

Mœnia mundi discedunt.

Iamos a cerrar este nosso já longo e fastidioso trabalho, crendo que a musa da insolencia teria abandonado de vez o sr. Fernandez de los Rios, depois de haver assistido caridosa aos ultimos arrancos do energumeno, nas extorsões catalepticas que baptisou com os nomes de *Falso patriotismo* e de *El enfermo do occidente*, quando, o acaso, já não era a avidez de ler, nem de meditar na leitura, nos deparou com o seu derradeiro insulto, que se intitula *Agonias de la farsa iberica!*

Que esbravejar aquelle! Que noite tão cerrada n'aquelle espirito perturbado por visões sinistras, amesquinhado pela impotencia de fazer o mal, raivoso como um precito, mas sempre impenitente!

Ninguem lhe escapa á insamnia! nem homens nem coisas! Agora é o sr. Castellar que Pasquino pretende exauctorar, como se o passarinheiro que apanha pardaes a visco podesse acertar á bala na aguia que rasga as nuvens! Logo é o jornal a *Epoca* intimado a comparecer em juizo pelo diplomatico em inactividade, por ousar escrever, *que hoje em Hespanha, não ha nenhum politico sério que não respeite profundamente o nobre sentimento de independencia, dominante em Portugal!*

Depois são as côrtes hespanholas que o sr. Fernandez de los Rios ultraja, pelos deputados haverem ousado discutir com independencia, cada qual conforme o entendeu, a instituição do jury, e a do casamento civil, e, distribuindo d'esta vez a Portugal o papel de censor, quer que elle exclame: « *Duvidamos que houvesse na Turquia um visir que fallasse com tamanha desenvoltura, se na Turquia existisse um parlamento!* » Agradecemos o tom emphatico do julgamento, mas declinamos por incompetentes, a responsabilidade que nos querem impôr no lavrar d'esta descortez sentença.

Infeliz, como sempre, é ainda o Hercules que dá esperanças de duplicar e melhorar os trabalhos do seu homonymo, que nos ameaça com a perda da independencia, porque leu em um artigo do *Times* que a Inglaterra julgava a peninsula uma só nação; e, tanto bastou, para se encher de brios, e dar por não escriptas as suas anteriores homilias de paz e de concordia!

Quando foi que Alexandre, Cesar ou Napoleão, pediram aos visinhos de ao pé da porta auctorisação previa para encetar as suas campanhas, receiosos de não poderem só por si dar conta da empresa de subjugar povos, e refundir nações? No seu despeito, não reparou o sr. Fernandez de los Rios que era ridiculo *pedir licença*, ou acceital-a sem a pedir, por intervenção do *Times*, para *tres* praticarem a heroicidade de *provocar um só?*

Mas, não param aqui as irreflexões do sr. Fernandez de los Rios. Como ao barbeiro d'aldeia, de quem nunca o freguez, ao fiar-lhe a barba, tem garantidos os queixos, assim a Hespanha, ao deixar-se representar pelo sr. Fernandez de los Rios, não cuidou que seria ella tambem a escanhoada pela navalha inexperiente do confidente do conde d'Almaviva.

Vamos traduzir, para que o convencimento da incapacidade diplomatica do sr. Fernandez de los Rios cale bem fundo em todos os espiritos, e a sua supposta infalibilidade fique em proverbio, para escarmento das ousadias de todas as individualidades presumpçosas que julgam remontar-se acima do nivel commum, só porque os prelos se prestam a tudo quanto d'elles se exige.

Oiçamos :

« A Europa considera Portugal enfermo : os portuguezes confirmam como já vimos [1] a qualificação, se bem que alguns se desculpem da gravidade da doença affirmando que a Hespanha se acha ainda muito mais doente: tomei bem o pulso ás duas nações, com o interesse de quem as confunde no mesmo affecto, e não vacillo em dizer que até n'esta crise suprema de enfermidade se sustenta o paralellismo da sua sorte : ambas tem inoculados males hereditarios semelhantes ; ambas soffrem os resultados de remedios empiricos ; *ambas estão entregues ao charlatanismo de curandeiros gemeos* (!) *os symptomas parciaes differem ; a um lado da peninsula afflue o sangue escandecido, o outro anda prostrado pelo excesso de limpha ; em ambas está indicado apezar d'esse desequilibrio um perigo commum : a gangrena, que se tem ido lentamente desenvolvendo, e já se denuncia em pontos negros significativamente accentuados, para quem reparar com attenção nos organismos que repre-*

[1] *E nós já* negámos n'este capitulo.

sentam o papel principal nos extremos occidentaes das côrtes de Madrid e de Lisboa! »

Conclue-se d'este arrazoado, mais pedantesco do que veridico, que o sr. Fernandez de los Rios, desempenhou pouco conscienciosamente o papel de representante de *um apopletico* junto de *um anemico*, afferrolhando os seus honorarios de medico, quando já descria da cura dos enfermos, e não só isso, enfeitando-se com cinco gran-cruzes com que a munificencia das familias illudidas dos doentes lhe remuneraram a impericia!

E ainda por cima se levanta o desgraçado clinico, com o santo e com esmola, pretendendo, depois de haver grasnado como um corvo, que lhe oiçam a sangue frio os trocadilhos zombeteiros de papagaio com que finge desdenhar dos oiropeis com que a prodigalidade peninsular lhe melhorou a farda de ministro plenipotenciario! Leiam, e não se riam, que as seguintes linhas foram escriptas para despertar o bom humor dos que até agora teem andado melancolicos ao ouvir os pios funerarios do taciturno diplomatico:

«Ao tratar d'estes insignificantes assumptos (os das mercês honorificas) e ao terminar esta parte do meu livro, *appello para a opinião peninsular* (cada doido com a sua mania!) para que decida, em julgamento contraditorio, se o presente resumo da minha missão não é uma demonstração especial, e *surprendente para os que não podem avaliar os sentimentos da minha alma para com Portugal*, do bem que mereci outra *cruz, não já grande*, mas immensa, incommensuravel, que caíu sobre mim, sem que ninguem m'a desse, quasi desde que cheguei, a Lisboa, *A gran-cruz da Paciencia!*»

Não estranhamos que o sr. Fernandez de los Rios *se julgue* com direito a tão nobilissima ordem, não de *cavallaria*, mas pedestre, a dos servos humilissimos de

Deus: porém, se não quer tudo para si, diga-nos francamente, com que venéras, hão-de ser galardoados os seus leitores, bem mais pacientes do que S. Ex.ª e bem mais dignos de tão seraphica distincção, porque esses, nem ao menos exercendo virtude tão christã, tiveram para lhes fortalecer o animo o auxilio material do thesouro de nenhuma das duas nações peninsulares.

Entremos outra vez na estrada real, e cheguemos ao fim, que já não é sem tempo. Quem escreve tem obrigação de tirar uma conclusão, qualquer que ella seja, da sua escripta.

Qual foi a que o sr. Fernandez de los Rios tirou a limpo na sua encyclopedia? Parece-nos ter sido a que ahi vamos transcrever.

«Este livro é uma resenha documentada do passado, e um ensinamento para o futuro (*Anales de ayer para enseñanza de mañana*) é a profissão de fé em materia peninsular de um servidor do progresso que, passo a passo, chegou a conclusões concretas e terminantes.»

Não vimos nós isso no livro do sr. Fernandez de los Rios. O que vimos foi um antigo monarchico methamorphosear-se em republicano, depois da abdicação do rei Amadeu, mas guardar sempre a maior reserva ácerca da fórma em que pretende vasar o seu republicanismo.

Sabemos, sobre este ponto não nos deixou a menor duvida o fogoso diplomatico, que o seu desejo era, e é, ver Portugal reduzido a uma provincia de Hespanha. Com a republica unitaria ou com a federativa? No primeiro caso, de que alavanca pretende servir-se o Archimedes peninsular? No segundo, em que condições geographicas e ethenographicas cuida assentar a difficil *evolução* que o preocupa?

Os programmas do radicalismo hespanhol são tan-

tos, e tão differentes uns dos ontros, que bom seria ter-nos dito o sr. Fernandez de los Rios qual d'elles punha debaixo da protecção da sua facundia de publicista, ou acolhia á tutella dos seus planos de reformador. É chefe de uma nova seita? Qual das duas bandeiras jura, a do sr. Castellar ou a do sr. Pi y Margall?

Vôa-lhe o desejo para Carthagena, ou deixa estiolar os seus arrebatamentos tribunicios na meditação philosophica e platonica dos versos do poeta:

Les bornes des sprits son les seules frontières
Le monde en s'eclairant, s'éleve á l'unité?

Qual é o Messias de quem o sr. Fernandez de los Rios préga a palavra, e propaga o Evangelho?

Como finalmente póde affirmar quem, pela sua escripta inigmatica, nos dá direito a furmular estas perguntas, que chegou em assumptos peninsulares, a *conclusões concretas e terminantes?*

Entra a *invasão aleivosa* nos calculos do apostolo?

Se tal é, sentimos dizel-o, o livro do sr. Fernandez de los Rios, sem ter a impudicicia dos livros de Machiavel, tem, como os d'aquelle insigne deturpador da moral politica, o contra de ser uma espada de dois gumes, que fere ao mesmo tempo duas nacionalidades, quando o intento do gigante que a maneava era apenas de decepar a cabeça da que o offendêra no seu orgulho de diplomatico, e não tivera longanimidade bastante para o deixar debater na sua impotencia de deportado sedicioso, e de hospede... ingrato.

DOCUMENTOS PARLAMENTARES

Extractos das sessões das Camaras na discussão da resposta ao discurso da corôa em 7 e 12 de Maio de 1869. — Extractos dos discursos do conde de Casal Ribeiro nas sessões de 17, 19 e 24 de Maio de 1869, e de Rebello da Silva nas sessões de 28 de Julho, e 6 de Agosto do mesmo anno na camara hereditaria. — Extracto da sessão da Camara Electiva e discurso do deputado Santos Silva em 21 de Maio de 1870.

Os seguintes documentos parlamentares, trechos de discursos de alguns dos mais notaveis oradores portuguezes, referem-se aos annos 1869 e 1870, periodo fertil de episodios politicos, tanto em Portugal, como na Hespanha.

Damos-lhe aqui cabimento para preencher uma sensivel lacuna do livro do sr. Fernandez de los Rios, tão escrupuloso em se aproveitar dos menores incidentes do jornalismo politico, para provar a nossa decadencia nacional, e tão indifferente ás domonstrações de vitalidade dadas nas duas casas do parlamento portuguez.

Não fazemos uma provocação ridicula, registamos simplesmente factos postos em esquecimento no livro do nosso gratuito detractor. A liberdade com que alguns distinctos oradores hespanhoes fallaram de Portugal na tribuna do seu paiz, correspondeu entre nós egual desassombro, em 1869, na camara dos pares; e em 1870, na dos deputados, na memoravel sessão de 21 de maio.

Nas nações livres não são para estranhar estas expanções patrioticas. Digno de reparo seria, pelo contrario, a mudez calculada dos eleitos do povo, ou o significativo silencio da camara dos pares.

Em uma e em outra casa do parlamento portuguez vozes eloquentes protestaram contra o indifferentismo politico que o sr. Fernandez de los Rios nos attribue no seu livro.

Bem hajam os que da patria se não esquecem nas occasiões solemnes em que se lhe discute a independencia.

CAMARA DOS PARES

Sessão do dia 7 de maio de 1869

. . . . . .

ORDEM DO DIA

Discussão do projecto de resposta ao discurso da corôa

. . . . . .

O sr. VISCONDE DE FONTE ARCADA enceta o debate. Discorre ácerca de varios assumptos, alheios ao nosso proposito, e em seguida diz:

«Sr. presidente, ha um facto que eu não vejo men«cionado no discurso da corôa, e que pela sua impor«tancia eu desejava que o fosse. Um partido impor«tante e numeroso em Hespanha, entendeu, fazendo «justiça ás virtudes de Sua Magestade o Senhor D. «Fernando, que conviria eleval-o ao throno hespanhol. «Este partido attendendo ás virtudes de Sua Mages«tade, e ás circumstancias politicas que depois se po«diam dar para a reunião de ambos os paizes, dese«java que Sua Magestade fosse elevado ao throno «Hespanhol, Sua Magestade porém entendeu, e en«tendeu muito bem, que para evitar complicações que «talvez se déssem depois que fosse eleito, convinha «*declarar, posto* que profundamente reconhecido pela «*escolha que* d'elle queriam fazer, que não acceitaria

«aquella corôa. O sr. D. Fernando deu assim uma «grande prova de magnanimidade, e por esta declara-«ção adquiriu muito maior direito ao amor e grati-«dão do povo portuguez, e toda a nação lhe deve fi-«car muito agradecida por ter dado um testemunho «tão authentico de não querer perder a nacionalidade «d'este paiz. Eu pela minha parte acho que este acto «do Senhor D. Fernando é de tal natureza, e lhe faz «tanta honra, que era conveniente que o discurso da «corôa mencionasse esta circumstancia, que nada mais «era do que reconhecer as virtudes de Sua Magestade, «e o amor que elle tem á nação portugueza.

«Sr. presidente, n'esta solemne occasião não posso «deixar de me referir com a maior satisfação ao sen-«timento que dictou a allocução dirigida a Sua Ma-«gestade El-Rei o Senhor D. Luiz I, por esta camara «no dia 29 de abril, pelo anniversario da outorga da «carta constitucional, a qual peço licença para ler:

«Senhor. — A camara dos pares, reconhecendo em «Vossa Magestade não só o herdeiro do throno de seu «augusto avô, mas tambem o da sua sabedoria e vir-«tudes, está certa que Vossa Magestade, tomando «sempre por base a carta constitucional, lhe saberá «dar todo o desenvolvimento que o progresso e a ci-«vilisação fôr exigindo, podendo Vossa Magestade, «para este grande fim, assim como para o da *conser-«vação da independencia d'esta monarchia de oito se-«culos de existencia*, contar com a tão fiel como ener-«gica cooperação da camara dos pares, natural e ze-«losa mantenedora da ordem, da liberdade e da com-«pleta independencia necional.»

«Sr. presidente, eu encho-me de satisfação e regosijo «por ver estas palavras na allocução dirigida por esta «*camara a Sua* Magestade, e não menor satisfação me «*causou a resposta* de Sua Magestade:

«— *O desenvolvimento* dos principios estabelecidos

«na carta constitucional, regulado em justa correspon-
«dencia com as necessidades progressivas da civilisa-
«ção, a igualdade nas leis e na execução d'ellas, e so-
«bretudo o supremo interesse da conservação da com-
«pleta independencia d'esta monarchia é, tem sido
«sempre, o mais caro objecto dos meus cuidados de
«rei constitucional, e filho d'esta nobre terra de Por-
«tugal. Reconhece-o a camara, nas expressões que
«acaba de me dirigir, e que tão gratamente soaram
«aos meus ouvidos.»

«Eu nunca duvidei, sr. presidente, de que estes
«fossem os sentimentos de Sua Magestade, e que nunca
«se esquecerá de que é portuguez e neto d'El-Rei
«D. João IV; entretanto exultei sobremodo de os ver
«consagrados em um documento de tanta importan-
«cia.»

.....

Refere-se depois ao sr. ministro da marinha, Latino Coelho, que não estava presente, accusando-o de haver escripto o prologo da «Memoria» de D. Senibaldo de Más, de que lê alguns trechos, e continúa d'este modo:

.....

«Sr. presidente, a nação portugueza na sua gene-
«ralidade, ou com muito pequenas excepções, conser-
«va um grande amor á sua nacionalidade; vimos isso pelo
«que se tem publicado, pelas manifestações e discur-
«sos proferidos nas associações e até mesmo fóra do
«paiz, como está succedendo no Brazil, aonde se tem
«mostrado este sentimento nacional pelas subscripções
«feitas para a compra de armamento para defeza do
«paiz. Tudo isto claramente mostra que o sentimento
«da independencia nacional está gravado no coração
«de todos os portuguezes, apezar de muitos residirem
«ha bastantes annos longe da patria.

«*A vista d'isso* posso invocar o sentimento de inde-
«*pendencia nacional*, que longe de estar morto entre

«nós, cada vez mais se arreiga no coração de todos «os portuguezes.

«Tem-se dito, sr. presidente que as expressões pa«trioticas e o que se tem escripto a respeito da inde«pendencia do paiz, pode offender a susceptibilidade «da nação hespanhola; mas uma nação que tem os «campos de Baylen, que tem Castanhos, que tem Sa«ragoça e Palafox, e muitos outros illustres defenso«res da sua independencia; que tem o dia 2 de maio «de 1808, cujo anniversario ainda hoje é celebrado «com todo o enthusiasmo, dia em que milhares de ci«dadãos de Madrid, commandados pelo veterano Val«laredo ou Villardi, morreram combatendo contra o «exercito francez, imitando assim os trezentos espar«tanos commandados por Leonidas; a nação hespa«nhola, repito, não se póde susceptibilisar pela mani«festação dos sentimentos patrioticos dos portuguezes, «que nada mais fazem do que seguir os exemplos dos «seus heroicos visinhos.»

«Sr. presidente, se as expressões de patriotismo que «soam agora n'esta camara, e espero que não será a «ultima vez que soem, e que outras vozes as soltarão «nas occasiões opportunas, podem susceptibilisar to«dos os portuguezes que teem no coração o amor da «patria? (O sr. *marquez de Vallada:* — Apoiado, apoiado.)»

. . . . . .

Responde o sr. ministro da fazenda, *Conde de Samodães*, desculpando o seu collega da marinha, e dando como rasão principal da defeza a mocidade do author do prologo já citado, quando o escreveu, e continuando, diz:

. . . . . .

«*Sr. presidente*, o amor á independencia nacional «*está no coração* de nós todos; e se isto é uma coisa «*natural e muito* sabida, para que é gastar tempo a

«fallar sobre aquillo em que não póde caber duvida?!
«Pois que! Nós podêmos admittir que se duvide da
«existencia de uma monarchia de sete seculos, e que
«entre nós, portuguezes, haja alguem que abrigue em
«seu peito outro sentimento que não esteja conforme
«com o da nossa nacionalidade? Não creio; e por con-
«sequencia digo apenas sobre o assumpto, que se por
«ventura no discurso da corôa se fallou no fortaleci-
«mento da independencia nacional, é como querendo
«unicamente dizer que esta se fortalecerá por meio
«de medidas as mais adequadas para bem do paiz.
«Não é de certo porque se entenda que a independen-
«cia do nosso paiz esteja correndo o mais pequeno
«risco. Se corresse algum risco, estou seguro que não
«haveria senão um sentimento unico, inteiramente
«uniforme entre todos os filhos d'esta terra, para nos
«abraçarmos em volta do estandarte portuguez, da
«bandeira nacional, que todos procurariamos e sabe-
«riamos defender á custa das nossas fortunas e de
«nossas proprias vidas.»

«Sr. presidente, o digno par notou tambem não se
«ter fallado no discurso da corôa das propostas que
«se dizem feitas da parte da nação visinha com rela-
«ção á candidatura de El-Rei o Senhor D. Fernando.
«Este negocio, sr. presidente, foi tratado perfeita-
«mente em particular; não é o que se chama um acto
«do governo. Houve uma participação extra-official,
«creio eu, com relação aos desejos manifestados na na-
«ção visinha de que effectivamente fosse acceita por
«Sua Magestade o Senhor D. Fernando a proposta
«para a sua candidatura ao throno e corôa de Hespa-
«nha. Isto foi porém, para assim dizer, completamente
«estranho ao governo, á administração d'este paiz,
«pois que apezar da elevada posição que o Senhor
«D. Fernando occupa, o que é verdade é que Sua Ma-
«gestade não faz hoje parte da governação publica,

«e eis aqui a rasão porque no discurso da corôa se não «encontra referencia alguma a esse acontecimento.»

. . . . . .

O sr. *visconde de Fonte Arcada* replica ao orador precedente, não lhe acceitando as explicações dadas a respeito do sr. ministro da marinha.

Sessão do dia 12 de maio de 1869

Na sesão de 12 de maio de 1869 o sr. *Casal Ribeiro* (hoje *conde de*) manda para a mesa o seguinte requerimento:

«Requeiro que, pelo ministerio dos negocios estran«geiros, sejam enviadas com urgencia a esta camara, «não havendo ineonveniente, copias de toda a corres«pondencia, trocada entre o governo de Sua Mages«tade e o governo provisorio de Hespanha, directa«mente ou por via dos seus respectivos representantes, «sobre a candidatura de Sua Magestade El-Rei o Se«nhor D. Fernando ao throno de Hespanha.

«Camara dos pares, 12 de maio de 1869. = O par do reino, *José Maria do Casal Ribeiro*.

«*(Continuando.)* Peço a v. ex.ª que faça expedir «este requerimento com a urgencia que o caso pede; «e devo declarar a v. ex.ª e á camara que, vindo os «documentos que peço, ou qualquer resposta do go«verno, proponho-me, usando das faculdadss que me «dá o regimento, a dirigir ao governo uma interpella«çâo sobre este assumpto.

«*Não* me parece que, sendo este assumpto de ta«*manha magnitude*, que tem occupado de uma ma«*neira tão conhecida* a imprensa estrangeira, possa o

«parlamento portuguez ficar absolutamente silencioso «diante d'elle.

«Eu podia ter levantado esta questão por occasião «da discussão da resposta ao discurse da corôa, mas «muito de proposito me abstive de o fazer, e até não «me achei presente na sessão em que ella se votou, «porque procurei affastar completamente a idéa de que «eu pretendia por qualquer fórma embaraçar a direc-«ção que se lhe deu com tal assumpto.

«Quaesquer que sejam as censuras que, com mais «ou menos justiça, se possam fazer ao governo pelo «modo como foi conduzido este negocio, creio que de-«vem ellas desapparecer perante o sentimento nacio-«nal, tão nobre e fielmente patenteado no sentimento «do principe que preferiu os interesses da sua patria «adoptiva ás tentações da ambição e da vaidade. (*Apoiados*).

«Limito-me a este ligeirissimo esboço para que v. «ex.ª e a camara possam apreciar qual o sentido em «que eu peço a urgencia do meu requerimento.

«Repito, porém, que não me parece possivel nem «conveniente que este assumpto se passe em silencio, «porque poderia ser elle traduzido de outra maneira «menos favoravel para os representantes do paiz; que «podia ser traduzido, ou pelo receio de fallar sobre «um assumpto em que todos fallam, ou por alguma «outra causa mais deploravel, como por exemplo o in-«differentismo e desleixo nas coisas que mais interes-«sam o paiz, isto é, n'aquillo mesmo que interessa «mais do que a nossa propria prosperidade, como é a «nossa independencia.»

Sessão do dia 17 de maio de 1869

N'esta sessão foi presente um officio do ministro dos negocios estrangeiros, com a data de 12, accusando a recepção do officio da camara dos pares, e declarando que não havia documento algum official com referencia á candidatura do sr. D. Fernando ao throno de Hespanha. — O sr. *Casal Ribeiro* porém não desistio de fazer a sua annunciada interpellação ao governo, que formulou d'este modo:

«Requeiro que seja previnido s. ex.ª o sr. ministro «dos negocios estrangeiros de que o desejo interpellar «sobre a politica que o governo tem seguido e se pro«põe seguir para assegurar a independencia nacional, «sobre os principios em que assentam actualmente as «nossas relações politicas com a Hespanha, e sobre os «factos concernentes á candidatura de Sua Magestade «El-Rei o Senhor D. Fernando ao throno de Hespanha. = *Casal Ribeiro.*

O sr. MINISTRO DA FAZENDA, *conde de Samodães,* declara-se incompetente para responder ao sr. *Casal Ribeiro,* e promette notificar ao seu collega dos estrangeiros o theor das perguntas do digno par interpellante. Este fez ainda algumas observações ácerca da solidariedade ministerial e concluio assim:

«É preciso que o parlamento portuguez não se im«ponha um triste silencio em assumpto de tanto inte«resse, que se agitou dentro e fóra do paiz, de que se «occupou a imprensa da Europa, e foi tratado n'um «parlamento estrangeiro. Este silencio havia de ser «tomado por um deploravel indifferentismo, e por este «motivo não abandono a questão no terreno em que «a puz. N'outro terreno teria já um facil triumpho.

O sr. MARQUEZ DE NIZA apoia a resolução do sr. Casal Ribeiro em requerer quaesquer documentos que

existam, como devem existir, ácerca da candidatura do sr. D. Fernando, e remata assim:

«Uno pois os meus votos aos do digno par, o sr. «*Casal Ribeiro*, para pedir ao governo que, por sua «propria dignidade e por dignidade d'esta nação, não «queira eximir-se á responsabilidade que lhe possa ca«ber por um documento, que realmente não se póde «negar ter existencia, devendo por isso ser apresen«tado para satisfazer ao requerimento de um digno «par, que foi approvado por esta camara *(apoiados)*.

Sessão do dia 19 de maio de 1869

Por uma notavel coincidencia a interpellação do sr. *Casal Ribeiro* verificou-se no dia 19 de maio, um anno antes, contado dia a dia, da revolução militar de 1870.

O discurso do illustre orador como que se previa as nefastas consequencias da politica frouxa do ministerio de então, politica fulminada mais tarde, em junho de 1869, por um brilhantissimo discurso de *Rebello da Silva*, que contribuiu poderosamente para a queda do governo que não soubera representar condignamente a opinião do paiz.

O sr. CASAL RIBEIRO depois de apreciar a indole e as tendencias da revolução hespanhola de setembro de 1868, resumio aquellas e estas, nas seguintes palavras:

. . . . . .

«Os elementos revolucionarios desaccordes sobre as «soluções politicas da revolução, estavam todavia na «maxima parte de accordo sobre um principio, que «importava para nós nada menos que a cessação da «*nossa existencia* nacional. Ahi davam-se as mãos re«*publicanos* e monarchistas. Proclamava-se no campo

«monarchico—*monarchia democratica como meio, união «iberica como fim.* (O sr. *marquez de Vallada:*—Peço «a palavra.)

«Respondia-se no campo republicano, como fazia ha «poucos dias o sr. *Orense: façamos os estados unidos «da iberia.*

«A recusa do Senhor D. Fernando não destruiu «este ponto de accordo dos revolucionarios hespanhoes. «E isto não eram opiniões isoladas, não eram aspira«ções cerebrinas; eram grupos poderosos, eram jornaes «importantes que defendiam a idéa da união, já no «campo monarchico, já no campo republicano; eram «homens de influencia, partidos poderosos, que pela «voz dos seus chefes e orgãos mais valiosos se mos«travam dispostos mesmo a ceder grande parte das «suas pretensões politicas, comtanto que se realisasse «a união desejada, quer sob a fórma monarchica, «quer sob a fórma republicana.

«Eis aqui a situação de hontem. Eis aqui ainda a «situação de hoje, porque a candidatura do Senhor «D. Fernando rejeitada não illudiu a questão.

«Será por ventura, fallando diante de homens co«nhecedores dos negocios publicos, que estão ao facto «d'elles, pelo seu dever e pelo interesse que natural«mente inspiram, adduzir documentos para provar que «o espirito predominante em grande parte dos elemen«tos da revolução hespanhola, era o da união iberica?

«Será preciso trazer aqui os artigos do jornal—*A «Iberia,* e de muitos outros jornaes, que proclamavam «a união como o mais brilhante, o unico, o verdadei«ro fim da revolução hespanhola?

«Será preciso muito para mostrar quanto se dese«java no paiz visinho a absorpção de Portugal, em«bora a questão de fórma fosse sacrificada á realisa«*ção dos votos* pela união da peninsula em um só es«*tado?*

«Para resumir lerei apenas poucas palavras de um «folheto, no qual a candidatura do Senhor D. Fer«nando foi preconisada nos primeiros tempos em que «d'ella começou a fallar-se com certa largueza. É es«cripto por um illustre cavalheiro que esteve emigra«do n'este paiz, que mereceu aqui, pelas suas pessoaes «qualidades, muitas sympathias, e que tem uma posi«ção importante no seu paiz, o sr. *Salazar Mazarre«do*. Dizia elle:

«O meu candidato ao throno é um principe que se «acha á altura de tão grande missão, e comprehen«derá sem duvida que a separação no futuro, á medida «que se compliquem os successos no velho mundo, «será a ruina total da peninsula iberica. A intermi«navel decadencia que pesa sobre ambos os povos não «se extinguirá nunca, permanecendo o seu isolamen«to; e bom exemplo d'essa triste verdade foram os es«tereis esforços, que, para recuperar o esplendor per«dido, fizeram o marquez de Pombal e o rei Car«los III.

«Morto D. Fernando, quem lhe succederia? O filho «mais velho de D. Luiz I, e pela desapparição d'essa «linha a descendencia masculina das duas infantas, «irmãs do actual rei de Portugal. Ambas teem filhos «varões, de cinco annos de edade, e o marido de D. «Antonia é um joven de apenas sete lustros, summa«mente illustrado e militar valente, que pertence ao «ramo catholico dos Hohenzollern. É irmão da rainha «Estephania, que falleceu sem successão de D. Pe«dro V, filho mais velho de D. Fernando e de D. Ma«ria da Gloria.

«*Unida no futuro a peninsula iberica, em fórma si«milhante á que adoptaram a Suecia com a Noruega, «a Austria com a Hungria, que nação tão grande e «poderosa chegariamos a formar!...*»

«(*O orador continuando*) Eis aqui os titulos de re-

«commendação que se apresentavam, eis-aqui o que «era, o que significava, o que importava a candidatu«ra do Senhor D. Fernando.

«Era a velha questão iberica debaixo da velha fór«ma dynastica. Era a velha idéa da união pessoal com «as velhas e sempre desmentidas promessas da auto«nomia conservada. Era a sorte da Hungria de hon«tem, em quanto a Austria enfraquecida não sentiu a «necessidade absoluta de lhe restituir parte dos fóros «perdidos; era a sorte da Polonia de hoje, inspirando «á diplomacia um amor platonico, e gemendo debaixo «da dominação do czar, era a sorte de Portugal ha «dois seculos despojado pelos Filippes das prometti«das regalias! (*Vozes*: — Muito bem.)

. . . . . .

O orador continua passando uma revista as causas e os effeitos da revolução de setembro, e diz:

. . . . . .

«Sr. presidente, a revolução de setembro de 1868 «em Hespanha creou uma situação com relação a nós «que era preciso apreciar e conhecer; comtudo aqui «no nosso paiz; prorompeu o enthusiasmo da impren«sa d'um certo partido, que pretende para si o mono«polio da liberdade (*apoiados*). Foram vivas e estron«dosas as manifestações, porém logo o enthusiasmo «degenerou em receios e terrores. Loucos e imprevi«dentes enthusiasmos! Pois tudo que tem acontecido, «pois a manifestação das pretensões ibericas não eram «de prever quando se desencadeassem as paixões? (*Apoiados*).

«Eu não me enthusiasmei com a revolução de Hes«panha, posso dizel-o; e talvez não fallasse tão claro «se estivesse n'aquelles logares (*apontando para as «cadeiras dos srs. ministros*), ou se tencionasse lá vol«*tar; mas* como não estou, não tenciono nem quero «*tornar lá,* posso dizer que não me enthusiasmei, nem

«me alegrei com esse facto. Não sou hespanhol; se o «fosse não sei em qual dos campos estaria; como o «não sou, não tinha de considerar a revolução debai«xo do ponto de vista dos interesses hespanhoes.

«Considerei pois a revolução como portuguez, e por «isso não me podia alegrar com ella, apezar de, entre «nós, não poder tirar carta de liberal, segundo certa es«cóla, quem não applaudisse os vencedores de Alcolêa.

«Tambem honro as convicções e a coragem, quando «se dedicam ao serviço de uma causa, e creio que os «vencedores de Alcolêa tinham a convicção da justiça «d'aquella que defendiam. Honro pois os vencedores, «mas seja-me permittido tambem, por um sentimento «puramente pessoal, honrar o vencido de Alcolêa, a «quem tive a honra de apertar a mão d'amigo. Fallo «do general Pavia, que poucos dias antes da revolu«ção tinha censurado a marcha politica do governo do «seu paiz, que conhecia os erros que se praticavam, «que desadorava esses erros, que fallava com natu«ral isenção á sua rainha, mas que no momento de «perigo foi offerecer-lhe a sua espada, e que cahiu no «campo peior ainda que morto, tendo o direito de re«petir as palavras que depois da batalha que tem o «seu nome, proferia o rei Francisco I—*tout est perdu «fors d'honneur*.

«Estes exemplos são raros, são nobres, são levan«tados, e por isso mesmo são mais preciosos nos nos«sos tempos. Convem commemoral-os.

«A cada um a expressão das nossas sympathias, «honremos pois e podemos honrar conjunctamente os «vencedores e os vencidos.

«Porém, com relação a nós, que somos portugue«zes, qual era a situação que nos creava esse aconte«cimento? Quaes eram as obrigações que nos impu«nha?

Sessão de 21 de maio de 1869

. . . . . .

«O sr. MARQUEZ DE VALLADA. — Sr. presidente, an-«tes de começar a usar da palavra, desejo dirigir uma «pergunta aos srs. ministros que vejo presentes. Como «n'esta casa não vejo o illustre ministro dos negocios «estrangeiros, desejo que os seus collegas, que pre-«sentes estão, me digam se porventura, na ausencia «de s. ex.ª, podem responder ás perguntas que tenho «de dirigir ao sr. ministro dos negocios estrangeiros, «relativamente á interpellação do sr. Casal Ribeiro?

«O sr. MINISTRO DO REINO *bispo de Vizeu:* — Os mi-«nistros presentes tomam todas as responsabilidades «dos seus actos e são solidarios nos actos propriamente «do governo, e por isso podemos responder pelos nos-«sos collegas. Se comtudo o sr. *marquez de Vallada* «se refere especialmente a assumpto que diz respeito «somente ao sr. presidente do conselho, ha de concor-«dar que nós não nos podemos julgar habilitados a «responder ás interpellações especiaes que o digno «par quizer fazer; mas como s. ex.ª se refere unica-«mente ao sr. marquez de Sá, elle acha-se na outra «camara, foi apresentar uns projectos, e logo que os «apresente dirigir-se-ha para aqui. A demora deve ser «muito pequena.»

O sr. MARQUEZ DE VALLADA.—Profere um longo discurso que não podemos transcrever aqui na sua integra, no qual, entre outras sensatas reflexões fez as seguintes:

. . . . . .

«É pois evidente que, segundo auctores bem or-«thodoxos de eras remotas, foi estabelecido e bem de-«fendido o principio da soberania nacional. É tambem «evidente que, pelo direito novo, o credo liberal con-

«sagra em um dos principaes artigos, como dogma da «escóla moderna, que são os povos que fazem os reis; «e que, por essa razão, a soberania nacional é a pri«meira das soberanias sobre a terra. Isto não é politi«ca nova somente, é politica velha, é politica boa, é «polica ordeira. Pois, sr. presidente, os liberaes mo«dernos quando tratam de unir Portugal á Hespanha, «confeccionam um novo acto addicional ao credo libe«ral das nações. Restabelecem a antiga fórma de suc«cessão dos extinctos morgados, e fazem applicação «d'ella á pessoa d'El-Rei o Senhor D. Fernando, quando «apontam Sua Magestade como candidato á corôa de «Hespanha, reconhecendo, como consequencia neces«saria da sua acceitação, a transmissão d'essa corôa «a seu filho o Rei de Portugal, unindo-se as duas co«rôas, como outr'ora se uniam dois morgados pelo ca«samento de um senhor de casa vinculada, com uma «herdeira de outra casa egualmente vinculada, ou «pela herança de um ascendente qualquer, seguidas e «respeitadas as leis que regiam os antigos morgados. «E não reparam estes doutores da nova escóla que os «vinculos se regiam pela lei civil, e que as leis que «regulam as successões dos principes ás corôas dos «estados, são leis politicas!!! Este paiz, Portugal, não «é morgado de quem quer que seja. Ninguem póde «impedir um monarcha portuguez de acceitar uma «corôa estranha. Um monarcha portuguez que accei«tasse porém outra corôa, por esse facto, perdia o di«reito de reger esta nação. A corôa seria declarada «vaga, e o povo, chamado pelo direito velho e pelo «direito novo, se congregaria para eleger um novo rei.

«Antigamente davam-se reinos em dotes; e em Por«tugal deu-se uma porção de territorio em dote a uma «princeza; mas hoje, depois das leis sagradas do pro«gresso, depois das conquistas da democracia moder«na, depois de 1789, vem os liberaes eximios invoc?

«do tumulo, e da poeira onde jazem, do esquecimen-«to onde estavam essas antigas leis!? E é depois de «se ter feito uma reforma, como nós aqui fizemos, aos «morgados, que se quer adoptar outra vez a lei anti-«ga, fazendo applicação á successão da corôa e á união «iberica?!

. . . . . .

O orador segue applicando estas theorias á candidatura do sr. D. Fernando e accrescenta:

«Ora, sr. presidente, parece incrivel. Pois esque-«ceu-se já que no momento em que a corôa se achasse «vaga, era o povo quem devia decidir a quem ella «pertenceria, como disse João das Regras nas côrtes «de Coimbra, e como muito posteriormente o escre-«veu Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, «primeiro ministro do reino na época constitucional da «carta em 1826 (homem que pouco conheci, e que não «pude apreciar emquanto elle vivo, mas que aprecio «agora pelos seus escriptos), e especialmente o chamo «agora á auctoria, em consequencia de uma obra so-«bre as leis de successão, em que elle sustenta os «bons principios. O que diria hoje esse homem libe-«ral, que tambem provou que conhecia os nossos fó-«ros e privilegios, se visse agora confundido e bara-«lhado o direito antigo e moderno por os chamados «liberaes da nova era.

«Nós não podemos embaraçar qualquer monarcha «de acceitar qualquer corôa que lhe offereçam; mas o «que podemos é, logo que um monarcha portuguez «que acceitasse, ou fosse forçado a acceitar qualquer «corôa, e saisse de Portugal, eleger outro. E era o «que faziam, os portuguezes antigos. Mas sujeitarmo-«nos a um monarcha, embora portuguez, reinando «*em paiz estranho*, pelo amor de Deus!... Isso nun-«*ca!*»

. . . . . .

O orador continúa fazendo uma larga resenha dos principaes factos da historia portugueza, e dirigindo-se ao sr. ministro dos negocios estrangeiros *(Marquez de Sá da Bandeira)* lembra-lhe os meios praticos de preparar o paiz contra qualquer invasão estrangeira, e, passando depois a analysar o prologo do livro da «Iberia» de D. Sinibaldo de Más, accrescenta:

. . . . . .

«Continuarei pois seguindo o fio das minhas idéas «sobre o ponto principal da candidatura do Senhor «D. Fernando.

«Sr. presidente, eu não posso insistir em pedir ao «sr. marquez de Sá que me mostre os documentos que «ha sobre a recusa de Sua Magestade o Senhor D. «Fernando, mesmo porque s. ex.ª provavelmente não «m'os mostrava.

«O sr. PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS: «Não mostro.

«O ORADOR: Ora d'esta franqueza é que eu gos-«to; gosto muito da franqueza do sr. marquez de Sá, «porque s. ex.ª segue na pratica o que uma vez disse «o sr. Mendes Leal, fallando em publico: «Eu faço o «que digo, e digo o que faço»; mas eu o que sinto é «que o nobre ministro quizesse tomar sobre si toda a «responsabilidade d'este acto, e que os seus collegas «a não quizessem tomar tambem.»

. . . . . .

O orador conclue assim o seu discurso:

«A independencia nacional será o sonho dourado «dos meus dias, porque esta idéa generosa e grande «nunca morrerá no meu coração, porquanto os meus «votos de hoje espero não serão jámais desmentidos «por nenhum acto durante a vida, e acabarei os meus «dias com a consciencia tranquilla por nunca ter «*atraiçoado* a minha patria, sendo-me por isso dado o «*poder soltar* com o ultimo brado a ultima expressão

«do meu patriotismo, e essa expressão se resumirá «nas seguintes palavras proferidas com fé e enthu«siasmo. Triumphe a justiça, triumphe a liberdade, «triumphe a independencia nacional (*Apoiados*).

O sr. MINISTRO DA MARINHA (*Latino Coelho*), defendendo-se das accusações que lhe fizera o antecedente orador, diz:

. . . . . .

«Tenho sido accusado muitas vezes por este pro«logo, que ha largos annos escrevi; e que tem sido «menos verdadeiramente interpretado na imprensa e «no parlamento. Este prologo é antes um escripto lit«terario do que uma affirmação politica. A memoria «a que serve de introducção, pela leitura se conhece «que é antes um tratado de philosophia sobre as van«tagens da união pacifica dos dois povos, do que um «folheto destinado a fazer uma propaganda activa, «energica e immediata.

«Ora quem lêr despreoccupadamente as poucas li«nhas que servem de introducção á memoria de D. Si«nibaldo de Más, hade vêr desde o principio que o «prologo em vez de ser um escripto destinado a com«bater por uma idéa immediatamente realisavel, não «é senão uma utopia philosophica, um d'estes idylios «politicos que passam pela cabeça de todos os homens «quando começam a sua carreira de escriptores, quan«do se lhes afigura que a humanidade seria mais bem «regida, mais fructuosamente governada, os seus in«teresses mais bem tutelados, se destruidas as fron«teiras historicas, todos se congregassem em agapes «communs, e em convivio sincero e fraternal. Se com«batidos e annullados todos os dissentimentos e anti«pathïas internacionaes, se podesse realisar o so«*nho querido* de muitos utopistas, amigos sinceros da «*humanidade; o ideal* de uma republica de paz con«*tituida por toda a* christandade...

O SR. MARQUEZ DE VALLADA: — Sem o papa por «chefe.

«O ORADOR: — Ou com o papa por chefe. Quem ler «pois aquelle escripto com o animo despreoccupado, e «sem intenção de fazer d'elle uma arma politica, ha «de immediatamente convencer-se de que a idéa que «o dominou é esse mesmo principio que tem inspira- «do a muitos scismadores da paz e da fraternidade «universal; é aquelle mesmo principio de que se ins- «piraram homens eminentes, como Manuel Rant, João «Jacques Rousseau, o abbade de Saint Pierre, e aquel- «les que no recesso do seu gabinete, sem responsabi- «lidade politica, sem serem obrigados a contrariar o «seu pensamento pelas necessidades da vida pratica, «teem sonhado a união de todos os povos, pelo menos «das nações christãs, no mesmo gremio, sob a mesma «legislação politica, constituindo uma unica familia, «destruindo todas as animadversões hereditarias, to- «dos os conflictos ambiciosos, todas as contrariedades «internacionaes que a historia tem registado e robus- «tecido, e que devemos esperar que a civilisação ha «de tender a destruir cada vez mais sem comtudo «chegar nunca a annullar completamente esta divisão «natural da humanidade em differentes familias na- «cionaes que teem todas uma rasão moral e historica «de ser, e mais do que nenhuma aquella a que debai- «xo do nome de nação portugueza temos a honra e a «gloria de pertencer.

«Sr. presidente, eu devo dizer, antes de ir mais «longe, que esta introducção foi escripta parece-me «que no anno de 1852. (O sr. *marquez de Vallada*. É «verdade.)

«Ora desde o anno de 1852 até hoje teem decorri- «do, se não me engano, dezesete annos. Eu não sou «dos mais provectos, e fazendo um calculo muito fa- «cil não seria difficil concluir, comparando as datas,

«que quando escrevi era mancebo de poucos annos, «ainda n'uma idade florente e juvenil. Tinha então «todas as idéas que os homens professam quasi sem«pre no verdor da juventude.

«Tinha então todas as idéas que teem os homens «novos quando começam a escrever, e havia muito «pouco tempo que escrevia para a imprensa.

«Devo dar esta explicação, a fim de que s ex.ª «não imagine que no decurso de dezesete annos não «se possam ter operado no meu modo de ver theorico «todas as modificações que tornassem compativeis as «minhas idéas de então com o logar que estou occu«pando, sem compromettimento para a dignidade e «independencia do paiz.»

. . . . . .

O ORADOR declara acceitar a *responsabilidade litteraria* que se lhe exige por haver escripto o prologo do livro *Á Iberia*, e continua:

. . . . . .

«O digno par, e eu appello para a sua consciencia, «creio que no intimo da sua alma está convencido de «que além do prologo escripto ha tantos annos, nunca «na minha vida fiz uma só diligencia directa ou indi«recta para que o pensamento que se continha na me«moria que estamos agora discutindo, podesse reali«sar-se praticamente. Ha ainda mais. Sou accusado «de haver escripto ha dezesete annos o prologo da «*Iberia*. E porque não citaes vós os meus escriptos «de muitos annos, n'um jornal de que tenho sido mui«tas vezes redactor? Porque vindes manifestar á luz «do dia as antigas opiniões, e escondeis na sombra os «escriptos modernissimos, em que affirmei energica«mente a independencia da nação?

«*Aqui ha alguns annos, não ha muitos, discutiu-se «na imprensa a alliança entre os dois povos peninsu«lares, com referencia a documento diplomatico então*

«muito celebrado. Por essa occasião escrevi contra «toda a idéa de fusão, ou ainda mesmo de alliança, que «podesse transcender os limites da boa e cordial vi«sinhança entre dois povos, que são irmãos pelo berço «e genealogia politica, que vivem, por assim dizer, «na mesma terra, que teem costumes semelhantes, e «tradições enlaçadas entre si, que se devem amar «como irmãos e alliados, conservando a sua indepen«dencia, zelando a sua nacionalidade, honrando, como «patrimonio inestimavel, as tradições de uma historia «igualmente gloriosa para uma e para outra nação.

«Se pois o digno par me torna responsavel pelos «escriptos de dezesete annos, eu peço a s. ex.ª, invo«cando a sua muita caridade evangelica, que se lem«bre tambem dos escriptos em que tenho defendido «ardentemente a nacionalidade portugueza.

«Não ha ainda muitas semanas, escrevendo eu a «um cavalheiro hespanhol, eminente por talentos, e «collocado n'uma elevada posição politica, e respon«dendo-lhe francamente ácerca dos negocios da penin«sula, eu aproveitei a occasião para firmar de uma «maneira clara e inconcussa a minha opinião inaba«lavel ácerca das ligações politicas entre os dois povos «peninsulares. Dizia-lhe eu que os dois povos irmãos «sa haviam de acatar e favorecer; irmãos pela sua «nobilissima ascendencia, irmãos pelas emprezas ca«valheirosas em que lidaram, iniciando os descobri«mentos da idade moderna; irmãos pelo generoso afan «com que n'este seculo se tem empenhado por conquis«tar e reivindicar as suas liberdades contra todas as «oppressões e tyrannias. Que nos cumpria viver em «paz sincera e fraternal, conservando todavia perfei«tamente definidos os nossos limites e fronteiras imme«moriaes. Assim nos ajudaremos na actualidade com «*mais fructo*, e contribuiremos para a commum pros«*peridade* e grandeza da peninsula, do que por uma

«união apparente e ficticia, que, qualquer que seja a «sua fórma, nas presentes condições da peninsula e «nas suas actuaes relações com o systema europeu, «trará sempre nas apparencias de um enthusiasmo «ephemero e de uma irreflectida communhão, a se«mente funesta dos odios civis, e das guerras diutur«nas e cruelissimas, que até hoje teem seguido de «perto todas as tentativas feitas pela diplomacia ou «pela espada, para effectuar a união entre os dois po«vos peninsulares.

. . . . . .

O sr. PRESIDENTE DE CONSELHO (*Marquez de Sá da Bandeira*): —

«Não tenho que fazer mais do que ratificar o que «hontem disse quando respondia ao digno par o sr. «Casal Ribeiro, sobre a responsabilidade que me per«tence exclusivamente, com relação á questão do te«legramma. Nada mais digo sobre isso, porque fui bem «explicito e sincero. (*Apoiados*).

«Ha porém um ponto novo que foi hoje tocado pelo «digno par que tem occupado a sessão. Disse s. ex.ª «que se admira de que eu não tenha até agora na mi«nha qualidade de ministro da guerra, apresentado «quaesquer trabalhos sobre plano de fortificações. Res«pondo a s. ex.ª que não tenho descurado este negocio, «e que logo que o estado da fazenda publica o permitta «serão apresentadas ás camaras as propostas necessa«rias para se estabelecerem os fundos indispensaveis «para conseguir tão justo fim. O que digo das forti«ficações, acontece igualmente com relação á força do «exercito.

«Tenho concluido, porque, emquanto ao mais, acho «escusado repetir o que disse quando respondi ao di«gno par o sr. Casal Ribeiro.»

. . . . . .

O sr. VISCONDE DE FONTE-ARCADA não se dá por

satisfeito com as explicações do sr. Latino Coelho.

O sr. VISCONDE DE CHANCELLEIROS entende que se deve terminar a discussão de um assumpto sobre que não póde recair votação.

Sessão do dia 24 de maio de 1869

. . . . . .

O sr. CASAL RIBEIRO depois de indicar qual a politica que Portugal devia seguir com relação a Hespanha accrescenta:

. . . . . .

«Affrontou-se lá fóra a egreja ministerial de que «fosse encetada aqui esta questão, e continue. Lá fóra «levantam-se, aventam-se receios de complicações ex«ternas, e por outro lado estremece-se ou parecem es«tremecer certos aulicos demagogos de que não soffra «desdouro, em consequencia d'esta discussão, um nome «que todos respeitâmos, o nome do augusto pae do «nosso monarcha, o nome do Senhor «D. Fernando. «Não tenham receio, acalmem-se os animos, desvane«çam-se sustos pueris!

«É licito levantar esta questão na tribuna portugue«za; é mais que licito! Era necessario, era opportuno, «era indispensavel!

«Ignora-se por ventura o que se está passando n'este momento no paiz vizinho? Ignora-se por ventura o «caracter que tem tomado as discussões no parlamen«to hespanhol?

«Ha quatro dias que a Hespanha se constituiu em «monarchia, ou para melhor me explicar, que votou «que a sua fórma de governo fosse a monarchica, re«*jeitando a fórma* republicana por 214 contra 71 votos.

«*Se não nos* pertence a nós apreciar as razões que

«produziram está votação, e se não nos pertence ap-
«plaudir ou censurar o voto, não póde comtudo deixar
«de pertencer-nos levantar, para as combater de frente
«as expressões proferidas, e os sentimentos manisfes-
«tados por uns e outros, monarchistas e republicanos,
«porque se referem nada menos do que a contrariar
«a nossa autonomia, a conservação do nosso Portu-
«gal no mappa das nações.

«Quer a camara uma prova nova, recente, de qual
«é n'este ponto, em Hespanha, o accordo dos partidos
«revolucionarios?

«Tem na na celebre discussão de 20 do corrente
«maio, dia em que se votou a monarchia.

«Levantou-se ali um tribuno eloquente defendendo
«o principio republicano, o sr. Emilio Castellar, e en-
«tre as rasões com que apoiou o que sentia e dizia,
«insistiu em que a fórma republicana era a que con-
«duzia mais depressa á união de Portugal com a Hes-
«panha.

«Dizia assim o eloquente orador democrata (*lendo*):

«—A idéa da união de Hespanha e Poatugal pela
«iniciativa da monarchia portugueza era uma idéa
«gloriosa, porque estamos em um periodo revolucio-
«nario muito especial...

«—Se o rei de Portugal houvesse comprehendido
«que, na situação em que nos achâmos, era indispen-
«savel collocar-se á frente do movimento iberico, tal-
«vez teria perdido o seu throno, e talvez teria ganho
«o throno da peninsula... Mas o rei de Portugal não
«queria a união com Hespanha, porque o povo por-
«tuguez, *que quer a união pela fórma republicana*,
«não quer a união pessoal, não quer a união monar-
«chica...»

«O ORADOR (*interrompendo a leitura*): Ousada e
«*falsa* affirmativa! Quem asseverou ao sr. Castellar,
«*em que* provas assenta a sua estranha proposição de

«que o povo portuguez quer unir-se com a Hespanha «sob a fórma republicana?...

«(*Lendo*) — Diz-se ali (em Portugal) a Hespanha «adianta se mais que nós, progride mais; reparae co «mo nos attrahe que grande exemplo nos dá! Dizia-«se por ventura o mesmo quando a Hespanha se «apresentava a seus olhos como monarchia, symboli-«sando o sombrio exclusivismo catholico?...»

O ORADOR: — Que significava isto? Significava «claramente que a melhor fórma de governo para «Hespanha seria a que mais depressa lhe levasse em «dote este reino de Portugal. Admittia-se para esse «fim a monarchia, adimittia-se a candidatura do Se-«nhor D. Fernando; e para obter a absorpção d'este «paiz em um futuro mais proximo renunciava-se pro-«visoriamente ás delicias da republica. Desenganado «agora da inutilidade da tentativa, o sr. Castellar «conclue assim (*leu*): — «Se quereis Portugal... «(*vozes*: — Ouçam, ouçam) — «Se quereis Portugal, «Portugal é vosso...» — Que sem ceremonia!

«(*Continua lendo*) — «Estabelecei a republica, e «tereis a união com Portugal; se estabeleceis a mo-«narchia, renunciae a Portugal por muito tempo...»

«O ORADOR: — Eis-aqui como fallam os republica-«nos de Hespanha! Eis-aqui como para elles a mais «excellente entre as excellencias da republica se lhes «afigura ser a encorporação de Portugal!

«E não se pense que isto é exageração tribunicia «de um espirito aliás illustre, e de uma voz aliás elo-«quentissima! Respondia ao tribuno republicano um «grave homem d'estado, um homem de levantado es-«pirito, respeitavel pelo seu caracter e precedentes, «um homem moderado e monarchista, o sr. Rios Rosas.

«Defendendo a monarchia, o sr. Rios Rozas soccor-«ria-se, invertendo-o ao mesmo argumento do sr. Cas-«tellar. O fim, a união peninsular, era sempre o mes-

«mo; variava o meio na opinião do orador monarchi-
«co; e, segundo elle, chegar-se-hia mais depressa á
«união, não, pela licença, mas sim pela ordem.

«Quer a camara saber como o sr. Rios Rozas res-
«pondia ao sr. Castellar, defendendo o principio mo-
«narchico? (*Leu*) — Fallou o sr. Castellar de Hes-
«panha e Portugal, declarou que a federação não pó-
«de realizar se senão debaixo da fórma republicana.
«Em apoio da sua opinião leu-nos varios periodicos
«do reino vizinho, que, se não estou em erro, nada
«provam em favor da these de sua senhoria...»

«O ORADOR: — Faz-se aqui referencia a periodicos
«portuguezes. Não posso affirmar quaes sejam, por-
«que não consta do extracto do discurso do sr. Cas-
«tellar. Entretanto pela doutrina é facil desconfiar
«quaes poderiam ser: (*leu mais*)

« — Eu creio, senhores, que a federação virá me-
«lhor pela fórma republicana: primeiro, porque não
«creio na duração da republica nem em Hespanha
«nem em Portugal; segundo, porque, alem de não
«julgar possivel a republica em Hespanha, creio que
«Portugal está menos preparado para a republica,
«que a Hespanha, onde ha mais elementos democra-
«ticos que no reino vizinho. *A federação far-se-ha*
«*mais depressa* do que alguns hespanhoes acreditam,
«quando haja aqui um governo consolidado, quando
«este governo seja respeitado por todos, quando os par-
«tidos se tenham accommodado á vida legal, quando
«dermos exemplos de legalidade e moderação. Então
«seremos amados e respeitados pelos nossos vizinhos,
«*que solicitarão a federação pelo seu proprio interesse,*
«e pelo nosso, conservando elles a sua autonomia e
«nós a nossa.»

«O ORADOR (*continuando*): — Não sei de que espe-
«*cie de federação* se trata aqui. Naturalmente seria si-
«*milhante* áquella que nos garantia Filippe II, r

«epoca em que até as nossas antigas leis tomaram o «nome de ordenações Filippinas: na época em que as «opiniões de Portugal foram assoberbadas pelo leão «de Castella, na epoca em que se repetiram aggra- «vos, sobre aggravos affrontas sobre affrontas, na «época em que jazemos conquistados e humilhados, «até que em 1640 se levantaram os heroes, que se- «rão sempre admirados em quanto houver portugue- «zes, e repelliram para longe, em uma revolução au- «daz e em uma guerra gloriosa, o odioso dominio dos «conquistadores!

«Sr. presidente, sem offender ninguem, sem offen- «der quaesquer opiniões, não será licito, mais do que «licito ainda, opportuno e indispensavel, que se levan- «te uma voz no parlamento portuguez, chamando bem «alto que se enganam monarchistas e republicanos? «(*Apoiados.*) Ha perigo ou póde haver receio? Des- «douro seria o silencio.

«Quando taes cousas se dizem lá fóra, é necessario «que achem aqui uma resposta clara, um brado vigo- «roso, um *não* clamoroso, como nos primeiros dias «deste seculo repetia D. Lourenço de Lima diante do «grande Napoleão, quando o imperador lhe perguntava «se queriamos ser hespanhoes.

«Respondamos pois, que o exige o decoro da pa- «tria. Respondamos alto e claro. Não, mil vezes não; «nem iberia monarchica nem republicana! (*Apoiados*) «Não nos seduz o papel brilhante do Piemonte, que «talvez tivesse rasões para proceder como procedeu. «Porém não queremos nós ser os piemontezes de pe- «ninsula hispanica.

«Digamos á Hespanha que não queremos de fórma «nenhuma a iberia. Não a queremos pelas fórmas abso- «lutas dos tempos de Filippe II, tempos que para a «*propria Hespanha* foram a data de uma grande de- «*cadencia*, que lhe convinha não esquecer.

«Muitas vezes as ambições enganam as grandes na-
«ções, e quando julgam ir buscar a força no argumen-
«to do territorio e da população conseguem só o amal-
«gama informe de elementos heterogeneos, que em
«vez de principio vital são mortal doença que lhes
«mina a propria existencia e as leva á dissolução.

«E se não queremos a encorporação debaixo das
«fórmas absolutas do tempo de Filippe II, igualmente
«a desadorâmos na fórma das utopias dos continuado-
«res de Bernardin de Saint-Pierre (*Apoiados*).

«Saibam o pois os nossos vizinhos. Nem iberia uni-
«taria, nem iberia federal, nem iberia monarchica,
«nem iberia republicana! (*Muitos apoiados.*)»

. . . . . .

Detendo-se depois em expor a questão da candidatura do sr. D. Fernando ao throno de Hespanha, o orador prosegue d'este modo o seu discurso:

. . . . . .

«Sr. presidente, eu não tenho horror a nenhuma
«discussão de doutrinas. É assim que comprehendo a
«liberdade e a tolerancia. Admitto, e louvo mesmo a
«sinceridade das opiniões dos republicanos e dos fede-
«ralistas, mas tenho para mim que as federações na
«Europa de hoje são um anachronismo.

«Como se transformou a Allemanha depois de Sa-
dowa!... Robusteceu o principio federal historico que
«existia ali?... Ao contrario; foi denominada, absor-
«vida na hegenomia prussiana. Formára-se a chama-
«da confederação do norte em condições taes, que os
«Estados Confederados ficaram sendo pouco mais que
«prefeituras da Prussia; e pouco depois firmava-se com
«os estados do sul um tratado de alliança offensiva e
«defensiva, pelo qual o soberano da Prussia, em caso
«de guerra, era chefe de todo o exercito. E como se
«*realisou essa transformação? Foi por ventura pela*
«*vontade espontanea dos povos?*

«Não nos pertence a nós, de certo, contrariar os «factos consummados, mas pertence-nos não cerrar os «olhos á historia contemporanea. Que o digam Franc«fort e o Hanover! Eis aqui como se operam as fu«sões! Operam-se no seculo XIX, como se operavam «na edade media, com a differença de se enfeitarem ás «vezes com os falsos ouropeis do suffragio universal.

«Não foi só na Allemanha, na Italia tambem.

«Quem ignora que o programma de Villa Franca «se cifrava em constituir os estados italianos em fe«deração? E ninguem ignora tambem as razões que «obstavam á realisação d'esse intuito, ninguem ignora «que a revolução passou por cima do programma da «França e produziu a unidade. Os esforços de Buon «compagni em Florença, as tentativas de Garibaldi «em Napoles, trouxeram a fórma unitaria e fizeram «que a federação annunciada nem ao menos chegasse «a ser ensaiada.

«Se as federações não ganham hoje terreno na Eu«ropa, como se vê pelo que tem acontecido e pelo que «temos presenciado, não admira que no reino vizinho «vejamos levar de vencida o brilhante talento de Cas«tellar, pelo bom senso do republicano unitario Gar«cia Rodrigues, e pelos oradores monarchicos.

«Digamos mais alguma cousa ainda

«Se as federações são impossiveis, as republicas «tambem o são na Europa actual.

«Republicas permanentes, republicas com o cara«cter de estabilidade, republicas n'esta nossa velha «Europa não se pódem conservar.

«Ha pouco mais de dois seculos caiu em Inglaterra «a cabeça de Carlos I, e sobre o cadafalso do infeliz «monarcha ergueu se a republica. Pouco depois já o «protector Cromwell sonhava ornar com o diadema «real a *propria* cabeça, e pouco depois Monk, general «*republicano*, restaurava o throno para Carlos II.

«Voltou a velha dynastia, e não sabendo garantir «o facto com as idéas novas, continuou a lucta.

«Seguiu-se outra revolução. Qual foi o resultado «d'ella? Foi a abolição da monarchia? Não; foi uma «mudança dynastica.

«Foram expulsos os Stuarts, mas vieram occupar «o throno Guilherme e Maria, e formaram o pacto de «conciliação entre a corôa e o povo, consolidando o «regimen constitucional e parlamentar.

«Nos fins do seculo passado, na França, tambem «sobre o patibulo de um rei martyr, e sobre milhares «de outros patibulos, se elevou a republica. Mas dois «annos depois o que aconteceu? Tallien succedia a «Robespierre, a corrupção succedia ao terror, e sobre «as ruinas do directorio levantou-se um grande con«quistador, um novo Cesar, o mais admiravel de to«dos, porque foi Cesar na época em que eram mais «iguaes as condições da civilisação, e levou victorio«sas as aguias francezas desde Lisboa até Moscow, e «por fim, mal ferido na Hespanha, foi cair em Wa«terloo, diante da indignação da Europa, justamente «irritada. Quasi sempre os Cesares acabam assim.

«E se d'estes tempos passamos a outros mais «modernos, quando caíu a monarchia de Luiz Filippe «e se proclamava a republica, que vimos nós dez me«zes depois? O suffragio universal, elegendo um no«me glorificado pelo fundador da dynastia napoleoni«ca; o suffragio universal restaurando a tradição im«perial. Porque isto era sem duvida o que n'aquelle «momento significava a candidatura á presidencia do «principe Luiz Bonaparte. As qualidades pessoaes do «futuro imperador mostraram-se de superior valia. «Mas n'aquelle momento a sua recommendação era o «nome de Napoleão, e o aferro do sobrinho do primei«ro imperador á tradição da sua familia. Votar para a «presidencia o principe Luiz Bonaparte era pois, e os

«factos vieram confirmar, era votar a restauração do «imperio.

«Que tem succedido na propria America, povo no-«vo, para onde a fórma republicana parece ter-se me-«lhor aclimado ? Apezar dos costumes que lhe são pro-«prios e muito particulares, apezar do culto a idéas mui-«to diversas das que entre nós dominam, que se tem visto «depois da guerra? O principio federal cedendo passo «a passo diante do principio unitario. E triumphando «o principio unitario, que será feito da republica n'a-«quella immensa nação!

«Ha uma razão philosophica que explica estas ver-«dades historicas. A meu ver é o velho principio do «velho Montesquieu.

«É que a alma das republicas democraticas é a «virtude. Ora a virtude civica, a abnegação, a dedica-«ção ao bem da patria não predomina n'estes nos-«sos tempos, fundamente eivados de individualismo e «de materialismo.

«Quande Sylla, diz Montesquieu, queria restituir a «liberdade aos romanos, elles não a sabiam acceitar. «Caía Cesar, caía Claudio, Nero e Domiciano; os ty-«rannos cáem uns depois dos outros, porém ficava de «pé a tyrannia. Era republicana Athenas quando dis-«putava gloriosamente o famoso passo das Thermopi-«las; porém quando Filippe lhe batia ás portas já re-«ceiava mais; no dizer de Demosthenes, perder os «prazeres que perder a liberdade.

« Acontece agora o mesmo na nossa velha Europa; «acha-se em estado parecido. Pretendem alguns que «seja na nossa epoca objecção á republica a falta de «illustração geral. A falta de illustração dá-se na in-«fancia dos povos, mas a falta de virtude civica é sym-«ptoma da idade senil.

«*Respeito* muito as opiniões contrarias, porém as «*theorias dos* republicanos não abalam o meu espirito,

«fundar entre nós a sua politica e, a sua doutrina «theorica? Se os factos não podem supprimir-se, é «evidente que as nossas relações com o reino vizinho «hão de ter um caracter peculiar de especialidade, que «não póde ser exactamente o mesmo das nossas rela«ções com as outras potencias.

«Qual deve ser esse caracter? Isolamento? Impos«sivel; oppôe se a geographia; não nos podemos iso«lar da Hespanha, sem nos isolarmos do mundo. Hos«tilidades? Mas hostilidades de factos, ou simplesmen«te de palavras e arremessos? Hostilidades de factos «leva nos a conquistadores ou conquistados, o que a «final se traduz em uma e mesma cousa, perda da «nossa independencia. Hostilidade apenas de palavras «e de sentimentos, póde conduzir ao mesmo, e alem «de tudo é ridiculo e prova debilidade.

«Quererão alliança de partidos? Essa é a politica «de uma certa escola; mas é a peior, e a mais de«ploravel das politicas. Allianças de partidos com o «reino vizinho, é politica de dependencia levando di«reito á fusão, sem espontaneidade e sem dignidade.

«Na alliança de partidos, quando a Hespanha é «maior que nós, o predominio seguro é d'ella. A Hes«panha maior que nós, não póde aceitar a nossa vai«dosa e insustentavel pretensão, de querer guial-a pe«las normas da nossa politica interna. Que se segui«ria então da alliança de partidos? Que quando lá «estiver no poder um governo liberal, aqui tambem «se levante um governo liberal; quando lá houver um «governo retrogrado, tambem aqui ha de haver um «governo retrogrado. É essa a situação a que querem «reduzir-nos ?... E a livre ingerencia do paiz no seu «proprio governo que fica sendo? Que fica sendo a «independencia? Quem a sustenta, quem a defende «então?

«Ora se a politica de isolamento é impossivel, se a

«politica de hostilidade é perigosa, se a politica de «alliança de partidos é a anniquilação da independen- «cia real, que resta? A politica de alliança sincera, «leal, nobre de nação a nação; a politica que reco- «nhece em cada um o pleno direito de se governar «como entende, procurando no estricto cumprimento «dos deveres mutuos, e no pleno respeito das duas «autonomias, a base de um accordo honroso e digno.

«Era este o criterio da politica que seguimos, e «com a qual ainda hoje nos honrâmos.» (Refere-se ao ministerio regenerador, de que o orador fizera parte.)

Sessão do dia 28 de julho de 1869

O eloquentissimo orador REBELLO DA SILVA que desde o principio da sessão legislativa accusára o governo, principalmente pelo mau rumo que iam tomando os negocios da fazenda publica; n'esta sessão usa largamente da palavra, e depois de discursar sobre assumptos de politica interna, chega assim ás conclusões do seu notavel discurso:

. . . . . .

«Cumpre me dar uma explicação á camara. Algu- «mas pessoas, que me ouviram, attribuiram a uma «phrase pronunciada por mim, sentido que lhe não dei, «suppondo-me intenções de censura, que estão longe «da minha idéa.

«Referi-me á publicação de uma carta do eloquente «tribuno hespanhol, o sr. Emilio Castellar, e notei que «ella tivesse sido feita em differentes jornaes, e em «alguns até que não são hostís ao gabinete; e alguem «entendeu, que eu accusava esses jornaes pelo facto «de reproduzirem aquelle escripto. Não é exacto. A «meu ver a carta podia ser publicada, e eu mesmo

«a publicaria se fosse jornalista; mas quem não posso «deixar de censurar é o governo por deixar correr á «revelia a doutrina d'aquelle documento, porque a «obrigação do governo é cobrir sempre a corôa em «tudo e em toda a parte. Admirei-me de que o gabi«nete não achasse nada que responder ao sr. Castel«lar. Não fica mal aos ministros escreverem, e algum «dos actuaes é primoroso estyllista e polemico. Não «houve tempo, ou não mereceu uma replica a carta «do distincto orador? (*Apoiados*).

«Porque? Passam em julgado as suas asserções «audazes, quando nos convida a despedir o rei e a «fundar a republica iberica. Se acaso se tratasse d'al«guma vaidade ferida, de algum acto proprio estranha«do não se demoraria a resposta. Porque reinou pro«fundo silencio sobre um escripto importante? Não «censuro os jornaes. Fizeram o que eu faria. Noto só «a indifferença do governo (*apoiados*).

«Emquanto á crise, a camara fará o que entender, «e os poderes publicos obrarão de modo que julgarem «mais conveniente. Do governo não espero nada, e da «sua reconstrucção muito menos. O gabinete póde «prolongar a agonia, mas não prolonga a existencia; «póde-se collar ao poder, como o mollusco ao rochedo, «porém não resolve nenhuma difficuldade, não adian«ta um passo, e espaça e adia com risco imminente a «solução dos problemas de fazenda e de administra«ção. A popularidade perdida não volta, e os meios «de governar faltam-lhe. Hoje é preciso que os mi«nisterios provem vontade, consciencia, conhecimento «dos negocios, patriotismo, e que a opinião publica «os fortaleça. Se não tiverem tudo isto, os naufragios «hão de ser successivos, e só peço á providencia que «*nos poupe* o ultimo, que nos livre da suprema catas«*trophe!*

«*Quando fito* os olhos do espirito no passado e

«procuro antever o futuro, extremeço vendo os graus «de analogia que existem entre os dias tristes que «atravessamos, e a dolorosa época de 1580 (*apoiados*) «Foi n'essa época que se levantou o prior do Crato «inebriando as multidões com a palavra cheia de il-«lusões de renovar os dias gloriosos do mestre de «Aviz! Mas o braço do bastardo do infante D. Luiz «não podia com a espada de D. João I, e a grande «raça dos heroes desapparecêra nas sombras da de-«cadencia. Ministros sem capacidade, conselheiros sem «intelligencia, soldados sem chefes, e um rei cardeal «moribundo e dominado pelos claustros, como haviam «de organisar a resistencia nacional? Tudo estava «alluido e tudo desabava. Nas côrtes de Santarem e «Almeirim a discordia, a inveja a pusillanimidade, e «o egoismo. Só uma voz nobre fallava a linguagem «heroica d'outras eras. O bispo de Leiria estendia em «uma das mãos aos deputados o documento que attes-«tava as indecisões da corôa, e escondia na outra a «cedula das promessas de Christovão de Moura. Tudo «agonisava, rei, povo, liberdade, brios e independen-«cia. Todos invocavam a patria, e ninguem se lem-«brava senão de si... É assim que morrem as nações. «(*Muito apoiados.* — *Vozes*: — Muito bem.)

«O veneno da corrupção minava a maior parte das «forças, o desalento e a descrença quebrava o resto. «Nos areaes de Alcacer, ou nos aljubes de Marrocos «e de Fez jazia morta, ou captiva a flor da nobreza. «A par do luto da derrota de D. Sebastião avivava «a dor dos que sentiam o luto proximo da perda da «independencia. A pobreza era geral. A fome batia «ás portas do maior numero. Os cofres publicos vasios «quasi que desarmavam antecipadamente a defeza. «A questão da fazenda apressava então a dissolução «*dos elementos*, que ainda podiam congregar-se para «*acudir ao perigo*. Assim de ruina em ruina, de ha-

«milhação em humilhação, no meio da anarchia mansa «que precede de ordinario os grandes cataclysmos, «chegou-se ao ponto da ordem e da segurança serem «apenas um desejo sem realidade; do maior numero «(cumulo de infelicidades!) nas trevas caliginosas do «desespero já não via luzir para si outra luz, nem ou«tra esperança, senão o clarão sinistro despedido das «lanças e mosquetes dos veteranos do duque de Alva: «(*Muitos apoiados*).

«A lucta com o estrangeiro foi curta. Em Cascaes, «na ponte de Alcantara, e nas margens do Douro o «partido sem cabeças e sem disciplina da independen«cia caíu derrotado para não tornar a levantar-se. «Depois... até os que tinham pelejado com elle foram «rojar-se aos pés do conquistador, e pedir-lhe o que «não estava na sua mão conceder, que fizesse surgir «d'aquellas ruinas e d'aquella podridão o Portugal no«bilissimo de seus avós! Mas o dominio estranho é «esteril e triste como o captiveiro, que representa, e «a sua voz mata, não vivifica. Filippe II não proveu «senão de patibulos, de verdugos, e de delatores as «solidões moraes rasgadas em roda de um throno mi«litar. Sessenta annos de oppressão, de desastres suc«cessivos, e de aviltamento provaram aos portuguezes «que o leão de Castella podia devorar membro por mem«bro os estados que associava ao seu destino, mas não «sabia salvar-se a si, nem salval-os a elles. A Hespa«nha embrutecida pelo despostismo, pela intolerancia «monacal declinava rapidamente, e cingindo nos bra«ços armados o pequeno reino, alvo constante de sua «ambição, queria arrastal-o comsigo ao abysmo. O mo«ribundo já meio afundado nas aguas tempestuosas que«ria levar-nos por força á mesma morte!... Bastou uma «hora, bastaram quarenta homens, quarenta fidalgos, «auxiliados pelo sentimento unanime do paiz, para sa«cudir um jugo longo e detestado. (Muitos apoiados).

«Dentro de oito dias a casa de Austria, que ainda «fazia tremer a Italia, e os inimigos alliados para a «combater, não contou em Portugal uma villa, ou uma «aldeia sua, nem um soldado, nem um canhão, e ficou «sabendo o que vale a vontade de um povo, quando «quer e sabe ser livre. (*Repetidos apoiados*).

«O povo disse *não*, e com a ponta da espada gra«vou nos campos de batalha com o sangue das veias «o glorioso protesto de Aljubarrota. Deus abençoou «suas bandeiras, e a historia da independencia ornou«se com mais uma formosa pagina. O povo disse não, «e manteve a palavra, mas é porque teve fé em si e «nos seus destinos, porque pelejou unido e resoluto, «porque tomou a nacionalidade por divisa e o throno «da sua escolha por base. (*Apoiados*). D. João IV foi «o rei do paiz, o rei do direito legitimo affirmado pela «soberania popular. A sua força invencivel nasceu «d'estas duas circumstancias. (*Apoiados*). Para as chan«cellarias estrangeiras representava a legitimidade fe«rida em 1580 pela usurpação hespanhola, mas para «os subditos era o rei levantado em seus braços, un«gido pelo amor da liberdade, e saudado pelo enthu«siasmo da emancipação, e pelo orgulho da alforria «victoriosa. (*Muitos apoiados*).

«O que perdeu o reino em 1580? A incapacidade «dos ministros, a pusillanimidade do rei e das côrtes, «e o desalento geral. O que salvou a nação em 1640? «A união das forças e das vontades, a fé viva, e a «decisão heroica. D. João IV tomou ministros que sou«beram segurar-lhe a corôa na cabeça, teve generaes, «como o que se acha n'este momento ao meu lado, «que souberam attrahir a victoria a seus estandartes, «retintos de sangue nos campos de batalha as folhas «das espadas como a d'este, e mutilados tambem al«guns gloriosamente como elle! Generaes que hastea«ram sobre a cupula da monarchia restaurada a ban-

«deira rota das balas, a bandeira que tantas vezes «guiára á victoria Sancho Manuel, o marquez de Ma«rialva, D. João da Costa, André de Albuquerque, «Mathias de Albuquerque, e outros que eram da fa«milia de Mem Rodrigues de Vasconcellos, e dos ca«pitães de D. João I. (*Apoiados*).

« Quer a camara saber o que é, o que vale, e o que «significa um paiz sem ministros? Quer ver quaes são «os resultados que póde trazer um governo sem força, «sem plano, sem energia, e sem prestigio? Contemple «a epocha de 1807. O exercito de Napoleão comman«dado por Junot já atravessava as fronteiras de Por«tugal, e um gabinete adormecido e inepto ainda igno«rava o trabalho leonino, que desmembrava a patria. «As aguias napoleonicas adejavam já com as garras «abertas para empolgar a capital, e Lisboa ignorava «tudo, quando já a sombra da invasão lhe escurecia «o rosto. Á ultima hora um grito de angustia disper«tou a todos. Era tarde. Viu-se então um espectaculo «que resumiu as maiores lastimas humanas. A dynas«tia fugitiva entregava o paiz aos invasores. Uma rai«nha louca era levada entre gemidos e soluços para «bordo do navio, que havia de transportal-a longe da «terra, aonde repousavam os ossos de seus antecesso«res. O principe regente, quebrando a espada sem «combater, deixava as praias da patria aos inimigos, «e via abrir as vélas das naus ao vento com a ancie«dade com que veria despregar as azas á esperança «na crise de uma batalha decisiva. Arrancando-se dos «braços do seu povo, ia esconder alem do Atlantico, «na terra de Santa Cruz, o sceptro e a corôa de «D. João I e de D. José, e lançar os alicerces da se«paração d'um grande imperio. Em roda d'elle, palli«dos, consternados, vergados pelo remorso, apinha«vam-se os ministros e os cortezãos, e a bandeira bri«tannica desfraldava-se sobre a catastrophe como pe-

«nhor de segurança para os profugos. Esta foi a scena «dolorosa do ultimo somno da monarchia. A do ultimo «somno da liberdade trahida narra-a o lutuoso periodo «de 1828. Se um Nuno Alvares, um João das Regras, «ou um marquez de Pombal aconselhassem a monar«chia, Junot teria recuado, como annos depois recuou «Massena. (*Apoiados*).

«Ensoberbecido pela invasão facil, e considerando «no seu orgulho os portuguezes como um rebanho de«dil, o conquistador, recebendo a deputação do reino, «e dirigindo-se a um fidalgo portuguez, perguntou«lhe: — Quereis ser hespanhoes? — Não, não e não! «— redarguiu com os olhos accesos em ira, aquelle «representante honrado das tradições patrias, levando «a mão aos copos da espada! (*Muitos apoiados*).

«O mesmo respondemos nós hoje ao tribuno elo«quente do reino visinho.

«Hespanhoes? Nunca. Unidos a Castella, nunca. A «Castella... jámais! (*Sensação e repetidos apoiados.* «— Vozes: — Muito bem, muito bem).

«Não queremos! não despedimos o rei, que é neto «de D. Pedro, do fundador das instituições livres. Não «sonhâmos engrandecimentos falsos, que encerram fu«turos tenebrosos. Não aceitâmos promessas que a «experiencia ha dois seculos desmentiu. Não quere«mos de Castella senão amizade, respeito reciproco, «accordo de interesses, e... menos zêlo pelos nossos «destinos. (*Muitos apoiados*). Separados quasi no berço «vivemos com gloria, unidos pela força agonisámos. «Somos irmãos — mas irmãos independentes, com «existencia e individualidade propria. (*Muitos apoia«dos*). Eis a nossa resposta. Mas para a affirmar ca«recemos de um governo que saiba e possa mantel-a; «de um governo que alce firme na mão robusta a ve«lha bandeira da nossa independencia (apoiados); por«que se não a alçarmos assim, não sei qual será a

«sorte de Portugal. Deus vele por elle, porque sem «leme na tormenta só Deus fará o milagre de o sal- «var! (*Apoiados — Commoção profunda*).

«Vou concluir. Siga o governo os seus instinctos; «levante-se, levante-se para vacillar, ou acabe de «caír; faça o meu nobre amigo, o sr. presidente do «conselho, o que entender, e a consciencia lhe dictar, «— permaneça mais uns dias, mais uns mezes, ou re- «tire-se já — qualquer que seja a resolução tomada, «o meu coração fica hoje tranquillo. Cumpri um de- «ver sagrado como portuguez, como par do reino, «como cidadão e como homem que présa os fóros do «seu paiz. O resto... a immensa responsabilidade do «que se faz e do que se quer fazer... hade pezar so- «bre os que n'este momento se lembram mais de si «do que da patria. (*Muitos apoiados*).

«O paiz que nos julgue e Deus que nos proteja! (*Muitos e prolongados apoiados*).

«*Vozes*: — Muito bem! Admiravelmente.

(*O orador foi cumprimentado por muitos dignos pares e srs. deputados*).

« O sr. PRESIDENTE DO CONSELHO (*Marquez de Sá «da Bandeira*): — Eu estimei muito ouvir o digno par «que acaba de fallar referir-se á tendencia que existe «no espirito publico para a sustentação da nossa in- «dependencia.

« Effectivamente, os homens que fazem parte da «actual situação partilham a opinião de s. ex.ª, e es- «tão convencidos que ao menor indicio de invasão por «parte do inimigo, o paiz inteiro se levantaria como «um só homem para defender a sua autonomia.

«Mas, sr. presidente, essas idéas que se teem apre- «sentado a respeito da união iberica, são, por assim «dizer, envergonhadas, não se patenteiam francamen- «te. Ha no reino visinho muitas pessoas que julgam

«possivel a realisação da união dos dois paizes; mas «estão completamente enganados, porque isso em lo- «gar de nos servir de garantia, só nos traria os resul- «tados de 1580.

« Agora, em relação tambem á phantasiada união «dos dois paizes por meio da republica federativa, «isso seria igualmente uma grande desgraça para a «peninsula inteira. Havia de succeder o que tem suc- «cedido com as republicas hispano-americanas, onde «quizeram seguir o systema governativo dos Estados- «Unidos, não se achando preparados para isso, do que «resultou ter havido durante cincoenta annos, revolu- «ções sobre revoluções, e as continuadas guerras civis «que teem destruido os recursos das republicas do «Mexico, Bolivia, Venezuela e de outras.

« Não é portanto a fórma republicana ou monarchi- «ca que exclusivamente assegura a liberdade de uma «nação, porque além da republica dos Estados-Unidos «vemos na Europa que a Belgica é um dos paizes «que tem mais liberdade, apezar do seu governo não «ser republicano, e nós mesmos ha muitos annos que go- «zâmos de uma liberdade que não teem outros paizes, «que dizem que são mais civilisados do que o nosso. «Nós com os melhoramentos de que ainda precisâmos «e mais algumas reformas que cumpre fazer, não fallo «da reforma chamada descentralisação, que se por «uma parte tem vantagens, quando se contém em «certos limites, fóra d'elles tem inconveniencias, «porque, se se fizesse uma descentralisação completa, «poderia o governo ficar embaraçado de gerir conve- «nientemente os negocios geraes do estado. Ás vezes «repetem-se certas palavras que se tomam como fun- «damento de asserções absolutas, sem se attender que «se adoptassem se encontrariam graves difficuldades. «*Veja-se o que tem* succedido na chamada republica «*do Paraguay,* que é governada pelos dictadores

«mais despoticos que tem havido. Portanto procure-«mos melhorar as instituições do nosso paiz, sem «sobresalto, e tratemos de limitar as nossas despezas, «que são maiores do que aquellas que podemos fazer.

«Para administrar o estado, com este fim, ha ho-«mens capazes em todas as fracções politicas liberaes «as quaes tem entre si pouca differença de opiniões «quanto aos principios geraes. Ha dez ou doze annos «as fracções politicas tinham mais significação do que «teem actualmente, hoje são mais ligações pessoaes «do que outra cousa, podemos todos concorrer, cada «um por seu turno, para melhorar o estado do paiz «sem que se pense em que é possivel fazel-o de re-«pente, principalmente em relação ao estado da fa-«zenda publica, porque quem tentasse tomar medidas «para reduzir immediatamente as despezas publicas «não o podia conseguir sem gravissimos inconvenien-«tes. É possivel diminuir o mal, mas para isso é ne-«cessario uma serie de annos em que concentremos a «nossa attenção para todos os melhoramentos de que «o paiz tanto carece.

«Emquanto ao mais que disse o digno par estou de «accordo com s. ex.ª. Se fôr preciso defender a nossa in-«dependencia contra qualquer aggressão externa ha-«vemos de fazer o mesmo que se fez em 1640, e co-«mo fizemos na guerra dos sete annos, de que resul-«tou expulsar os francezes de Portugal e de Hespanha «e levarmos a bandeira portugueza alem dos Pyrinéus «e do Garona.»

. . . . . .

Sessão do dia 6 de Agosto de 1869

Depois de haverem fallado os srs. *Vaz Preto, Bispo de Vizeu* (*ministro do reino*), *marquez de Sabugosa e marquez de Sá da Bandeira* (*Presidente do Conselho*) usou de novo da palavra o sr. *Rebello da Silva*, intimando o governo a abandonar o poder, e disse:

. . . . . .

«O procedimento do governo foi censurado, e com «razão em grande parte, porque o seu rigoroso dever «é apparecer com energia aonde póde e deve appare«cer, e não cruzar os braços ou encerrar-se no silen«cio, especialmente quando n'aquellas cadeiras se as«senta um homem, que é um talento notavel, cuja «penna enriqueceu com um eloquente prologo a obra «de D. Sinibaldo de Mas; prologo, a respeito do «qual já s. ex.ª nos deu cathegoricas explicações, que «nos não deviam deixar em duvida sobre a sua actual «opinião, contraria á que tinha quando o escreveu. «Admiro pois que este cavalheiro distincto, que faz «parte do actual governo, não encontrasse na eloquen«tissima apostrophe de Emilio Castellar uma palavra «uma phrase que o estimulasse a pizar a liça em nome «da grande familia portugueza, porque a monarchia «de doze seculos que tem uma bandeira coroada de «victorias e regada com o sangue de portuguezes, a «monarchia que alçou seus estandartes nos campos de «Valverde, de Aljubarrota, e de Montes Claros, e que «em toda a parte sairam vencedores: esta monarchia «não ha de ser demolida porque a cobre a benção de «Deus e a vontade de um povo unanime (*muitos e re«petidos applausos.* — *Vozes:* — Muito bem), Mas o «governo nada fez e nada diz. Esperei até á ultima «hora que o duello se travasse entre as duas robustas «e *previlegiadas* intelligencias, o tribuno hespanhol e «*o jornalista* portuguez. Seria um formosissimo en-

«contro o do noso distincto escriptor e primoroso es-«tylista, e do oloquente orador do reino vizinho. Infe-«lizmente até agora só elle fallou!

«Sinto, e sinto mais ainda que um achaque momen-«taneo privasse o sr. ministro da marinha de com-«parecer hoje n'esta camara, em cumprimento do seu «cargo, para responder á apostrophe de um digno par. «A camara tem estado aberta e era da obrigação de «s. ex.ª explicar-se em tão grave assumpto (*apoiados*).

«Creio que a duvida do sr. marquez de Sabugosa «não é se o sr. Latino Coelho, ainda figura como re-«dactor nas columnas de um jornal d'esta cidade, mas «sim pedir-lhe um testemunho publico de que não «abraça algumas doutrinas ali sustentadas. S. ex.ª «notando que o jornal apoia o actual ministerio, en-«tende essencial esta satisfação.

«O jornal está no liberrimo direito de apoiar o go-«verno e de manifestar os seus principios, mas o paiz, «como s. ex.ª observou, póde tirar deducções desagra-«daveis para o governo. O sentimento nacional é em «extremo melindroso, e a apathia e o silencio do ga-«binete ferem-o, fazendo suppôr á Europa que em «Portugal todos estamos de accordo com as opiniões «do sr. Castellar, ou que ha n'este paiz um grande «partido que apoia as idéas republicanas, como se «procura propalar em Hespanha, pois o que se pre-«tende em Hespanha fazer acreditar é que em Portu-«gal existe um grande partido republicano, e que «n'esse partido se encontra de braços abertos a maio-«ria dos portuguezes. Isto é falso, é falsissimo. (*Mui-«tos apoiados*). Podem dirigir quantos telegrammas e «convites quizerem, podem forjar as promessas mais «*lisongeiras*, que nós não lhe acceitamos nada, nem «*precisamos* nada. (*Apoiados*). Não tinhamos mais *lar-«gos confins*, quando descobrimos — mares nunca d'an-

«tes navegados — na phrase do grande epico, ou «quando patenteámos á Europa maravilhada do «arrojo as portas do reino da aurora, e fundámos um «grande imperio em remotas regiões do globo (*Apoia-«dos*). Eramos uma nação pequena quando levámos o «nome de D. Manoel a quasi todas as terras do mun-«do, e ainda brilham engastadas na corôa portugueza «as perolas de Ceylão e as perolas de Golconda, sym-«bolo e recordação dos heroicos feitos de nossos maio-«res (*Muitos apoiados*). Se os nossos monarchas não «usaram da purpura dos imperadores romanos, viram «desdobrar-se, arados por seus navios, os mares da «Africa e do Oriente como alcatifa de seu throno e «empunharam o sceptro mais glorioso que rei nenhum «possuiu, porque poderam alçar como sceptro o bas-«tão do primeiro almirante da India — Vasco da Gama «(*Apoiados*).

«Outro portuguez illustre Pedro Alvares Cabral re-«velou ao velho o novo mundo (*Apoiados*).

«Este berço é pequeno nas proporções, porém muito «grande pelas suas tradições gloriosas. Não precisa-«mos das glorias ou das grandezas de outra nação «(*Apoiados*). Bastam-nos as memorias da nossa histo-«ria e a benção de Deus com que abrimos as portas «da aurora á Europa inteira (*Apoiados repetidos*). Bem «sei. Não temos que receiar emquanto nos conservar-«mos firmes, emquanto, como o centurião romano, «dissermos — *hic manebimus optime.*

«A nossa bandeira tremula immaculada sobre os tu-«mulos dos nossos reis, de nossos avós e de nossos «paes, e nem uns nem os outros tornariam tão gloriosa «nossa bandeira se não tivessem invocado sempre o «santo nome de Deus nas suas emprezas (*Apoiados*) «Mas o silencio não significa sempre força e a apathi «é a negação d'ella. Não cruzemos os braços dia-«das tentativas contra a independencia e brad

«bem alto que não queremos nada de Castella (*Mui-«tos apoiados*).

«Não é só com espingardas, com lanças e canhões «que se defende a autonomia das nações. Defende-se «perante os conselhos da Europa pelo grau adiantado «de civilisação, pela aptidão pratica e pela dedicação «dos povos. Assim é que um pequeno reino, a Belgica, «cujos exemplos são invejaveis, viu passar o furacão «de 1848 que fez tremer todo o solo da Europa, des-«abando o throno constitucional de um rei illustre e «prudente, sem que nem as convulsões tão proximas, «nem as chamas de tantos incendios na França, na «Italia e na Allemanha abalassem ou ameaçassem a «paz e a profunda tranquillidade da sua existencia. «Leopoldo I ficou firme no solio popular, porque a re-«publica não pôde realisar na Belgica mais do que a «sabedoria do seu rei lhe afiançava. A republica pas-«sou diante da Belgica e inclinou-se sem a transpôr. «Quando a monarchia é grande, nobre e elevada, «muitas vezes alcança suspender a hora assignada á «formula do futuro.

«Responda o governo com energia; responda em «nome do paiz; e lá está nos bancos dos ministros «da corôa quem o possa fazer brilhantemente, porque «tem assento n'elles um grande jornalista, que se «honra de certo com os titulos de nobreza do engenho, «que sabe por si que elles valem mais que outros «titulos, porque a pena de jornalista, ennobrece a mão «que usa d'ella para illustrar, e não para destruir. O «que póde envergonhar são as pequenas vaidades do «poder. Guizot não saiu maior do ministerio, do que «da aula em que ensinava a auditorios ennobrecidos «a historia da civilisação.

«*Fui jornalista* e sel-o-hei de novo talvez mui cedo, «*como o era* o sr. ministro da marinha. O sr. minis-«*tro já escreveu* em varios jornaes, e no do Commer-

«*cio* escrevemos todos tres ha cinco annos. Pois bem, «prézo mais esses titulos da tribuna politica e litterar«ria do que todas as nobliarchias — que são menos «obra do nosso valor, do que das circumstancias. Não «deixarei nunca sem pezar a minha modesta banca «de escriptor, nem deixarei de dizer aqui, ou na im«prensa o que sinto em consciencia. Amo o meu paiz! «Quero o rei constitucional! Entendo que Portugal «está novo para a republica. Isto póde dizer-se, e «deve dizer-se, a exemplo do que fez o sr. marquez «de Sá, quando em 1836 julgou inutil a revolução, e «depois a acceitou para a dirigir.»

«(*Interrupção do sr. marquez de Sá, que se não ouviu*)

«Ninguem accusa o sr. Latino Coelho. O que se «pede do governo, e de v. ex.ª mesmo, é a mesma «energia em favor da causa da independencia, que «ostentou em 1836 para manter a bandeira de uma «revolução condemnada no seu espirito (*apoiados*).

«O sr. bispo de Vizeu não acha que occorresse nada «de notavel agora, e vê tudo como d'antes. Pois ha «muito mais.»

«O sr. ministro do reino está acostumado áquella «piedosa confiança em Deus, propria do seu caracter «prelaticio. S. ex.ª confia mais nos auxilios divinos do «que nas forças terrestres. Não lh'o estranho, porque «é um prelado. Mas nós, tendo tambem confiança em «Deus, desejâmos acompanhal-a dos meios mundanos, «e queremos e devemos exigir que o governo, que nos «representa, confie em Deus seguramente (antiga«mente os grandes exercitos ajoelhavam invocando do «ceu com a espada núa e o pé no estribo) mas que «não largue de mão as armas da terra. No meio do «furacão ennovelado dos esquadrões, soavam muitas «vezes os canticos religiosos implorando o auxilio ce«leste; mas, nem por isso se quebravam no joelho as «lanças.

«Disse s. ex.ª que — da divergencia de opiniões «nascia a harmonia no mundo. — Foi a phrase de s. «ex.ª Sinto não poder concordar. Da variedade, sim, «deriva-se a harmonia, mas da divergencia não sei «que resulte senão a anarchia. Admiro que s. ex.ª não «saiba o que passa diante de seus olhos. Não ha nada!? «Mas ha muito. Se s. ex.ª tem motivos para o não «dizer, respeito, como devo, as suas reticencias; po«rém se me diz sinceramente que ignora, convem que «o saiba. Quer saber?

«(*O sr. ministro do reino reino demonstra que aucto«risa o orador a explicar-se*).

«N'esse caso devo dizer com toda a clareza que «existem clubs organisados, que existem imprensas, «e que n'uma palavra existem relações intimas e na«turaes entre as escolas republicanas da Europa. Em«pregam-se todos os meios de progaganda para apres«sar a victoria da nova formula, inculca-se a federa«ção iberica; e está tudo disposto para uma luta por «ora, e felizmente, só de discussão.

«De Madrid correm communicações telegraphicas «mais ou menos frequentes, e note s. ex.ª que certas «aggressões directas contra a corôa datam de uma «épocha que não póde deixar de se inscrever ao lado «de manifestações, proximas na data, de acontecimen«tos recentes do reino visinho.

«Sinto que o sr. ministro do reino diga que nada «sabe! (*Apoiados*). Se o ministro do reino, que é o «chefe supremo da policia, não sabe nada, e ha tanto, «o que podemos esperar!? S. ex.ª sabe sómente que «ha republicanos. E porque não havia de havel-os? «Não fica mal a ninguem, cada um segue a escola «que lhe apraz, mas o que o estado e os poderes pu«*blicos* teem obrigação é de combater esses principios «*por todos os* meios legitimos, a discussão, a tribuna «*e a imprensa*, por todos os meios de influencia moral.

«Não nos illudâmos. A Hespanha de hoje não é a «Hespanha de hontem. Uma dynastia antiga, elevada «em nome do direito legitimo e da soberania nacional, «caíu diante do povo. Um vendaval subito derribou «esse throno. Não nos pertence apreciar o facto, que «nos é estranho. Mas toca-nos prever e acautellar o «que elle póde ser em relação a nós. A nação visinha «tão nobre e tão digna de grandes destinos pende de «uma solução ainda incognita. Atravessa uma transi-«ção. Qual será a sua ultima expressão? A monar-«chia vitalicia, ou hereditaria? A republica? Por em-«quanto o vulcão ainda se não apagou e suas convul-«sões sentem-se perto de nós, e não podem deixar de «nos merecer pelo menos attenção.

«Renovo pois as minhas recommendações ao governo «para que seja vigilante e não indifferente, julgando, «e dizendo que não ha nada! Ha muito; bastam os «factos que apontei. (*Apoiados*).

«Vou resumir-me, porque estou fatigado e não quero «aborrecer mais a camara com as minhas divagações. «(*Vozes: — Isso não*).

. . . . . .

«Estes debates foram encerrados pelo sr. visconde «de Fonte Arcada, que os encetara em maio anterior «por occasião da discussão da resposta ao discurso da «corôa.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Sessão do dia 21 de maio de 1870

Presidencia do sr. João Chrysostomo d'Abreu e Sousa

.....

O sr. Barros e Cunha, depois de discursar por algum tempo ácerca da revolução de 19 de maio, manda para a mesa a seguinte proposta:

Proposta. — A camara dos deputados protesta contra a violação da constituição do estado, e faz votos para que as liberdades publicas possam saír illesas da crise que o paiz atravessa. — Sala das sessões, 21 de maio de 1870. — O deputado por Villa Franca, *João Gualberto de Barros e Cunha.*

.....

O sr. Santos e Silva approva a moção acima transcripta. Em seguida faz a leitura d'uma acta que é do theor seguinte:

Pela uma hora da tarde do dia 19 de maio de 1870 compareceram na sala das sessões da camara electiva os deputados abaixo assignados, com o fim *de tomarem* uma resolução na presença dos acontecimentos politicos que acabam de dar-se.

Como não houvesse numero sufficiente para funccionar, em virtude de ser prohibida a entrada dos deputados, depois de se acharem na sala os abaixo assignados, decidiram retirar-se e reunir-se no dia immediato no mesmo logar, á hora do costume, para continuarem no exercicio legal das suas funcções.

Sala da camara dos deputados, em 19 de mais de 1870. — *Boaventura José Vieira — Barão de Passo Vieira — Manuel Joaquim Penha Fortuna — Alberto Antonio da Rocha Paris — Diogo de Macedo — Fradesso da Silveira — Manuel Espergueira — Antonio de Paes Sande e Castro — Belchior José Garcez — Visconde de Valmór — Francisco Correia de Mendonça — João Antonio dos Santos e Silva.*

Depois accrescenta:

«Eu declaro e agradeço, mas não acceito (*apoia-«dos*), o cuidado que ao nobre marechal mereceu a «vida dos deputados da nação portugueza. (*Muitos apoia-«dos*). Agradeço, mas não acceito a sua solicitude «pela nossa segurança pessoal (*muitos apoiados*). E digo, «*agradeço*, porque não quero ser descortez. (*Apoiados*).

«Os representantes da nação sabem cumprir o seu «dever. (*apoiados*), affrontar todos os insultos; e mor-«rer se fôr preciso, nas suas cadeiras, (*muitos apoia-«dos*). Podem planear quantos tumultos quizerem; po-«dem apparecer quantas algazarras decretarem, quan-«tas arruaças aos illustres triumphadores aprover, «porque se qualquer de nós não tivesse coragem, para «em horas de perigo occupar a sua cadeira, era in-«digno do seu mandado. (*Muitos apoiados*). Se eu não «tivera forças para vencer uma tal cobardia, tel-a-«hia ao menos para desapparecer da terra (*apoiados*).

«Apezar das explicações particulares que o sr. du-«que de Saldanha deu ar sr. vice-presidente da cama-«ra, eu, como deputado da nação, não acho essas ex-«plicações satisfatorias; por consequencia, protesto,

«em meu nome, e no dos meus collegas, que se qui-«zerem associar a mim (*apoiados geraes*) contra o at-«tentado inaudito, praticado na quinta feira, por uma «parte da força publica, que prohibiu a entrada nes-«ta casa aos legaes e legitimos representantes da na-«ção. (*Muitos apoiados*).

Sessão do dia 26 de maio de 1870

Presidencia do sr. Visconde dos Olivaes.

.....

«O sr. *Pereira Dias*. — Por toda a parte se pro-«pala a infausta noticia de que Portugal vae ser ris-«cado do mappa das nações livres! (*Muitos apoiados*).

«A imprensa hespanhola, sem distincção de cores «politicas, attribue, attribiu no mesmo dia da revolta, «planos ibericos ao chefe d'esta tremenda sedição mi-«litar! (*Apoiados*).

«E como é que, no meio de tão melindrosas cir-«cumstancias e tão graves apprehensões, vae a cama-«ra dos senhores deputados ser addiada, e mais tar-«de, por ventura, dissolvida? Gravissima responsabi-«lidade é esta, e que um dia pesará sobre quem de-«veria ter a coragem civica de resistir a actos que são «de uma tumultuosa dictadura! (*Apoiados geraes*).

«Eis-me no meu posto de honra, para mais uma «vez protestar energicamente contra o prologo da rui-«na do meu paiz. (*Apoiados.*)

«(*Um áparte que se não percebeu*).

«Sr. presidente, eu estou resolvido a ser modera-«do e prudente, mas energico tambem. (*Muitos apoia-«dos*). Estavamo-nos governando constitucionalmente, «*e, por um golpe* d'estado inqualificavel, mudou-se «*completamente* a situação politica, e pede-se-nos que

«sejamos moderados e prudentes! Não sei o que isto «quer dizer, a não ser que o paiz está morto. (*Apoia-«dos*. Todos os dias a imprensa de Hespanha nos in-«sinua apprehensões que devem sobresaltar o paiz. «(*Apoiados*).

«Peço e reclamo portanto, como legitimo represen-«tante do paiz, como membro da assembléa nacional, «que se inclua na acta a ratificação de que a camara «pediu, e já tinha pedido, que a meza a informasse «se sim ou não estava já organisado o ministerio. «Nas circumstancias actuaes é gravissima a dictadu-«ra de um só homem (*apoiados*).

«Heróes de 1640, levantae-vos da sepultura, e vin-«de dar animo e coragem aos vossos descendentes! «(*Apoiados geraes*). Nada mais direi. Sinto-me indi-«gnado.

« *Vozes* : — Muito bem.»

. . . . . .

«O sr. Barros e Cunha:

«Eu declaro solemnemente, que não acredito que o «marechal Saldanha possa ser cumplice em nenhum «dos boatos, em nenhum dos tramas, em nenhuma «d'essas combinações. Não posso acreditar em simi-«lhante accusação, nem em tal cumplicidade, porque, «se o acreditasse, de certo estava a cavallo; não es-«tava aqui. A esta hora achar-me-hia já insurreccio-«nado, e em vez de estar aqui fallando, estaria por «esse reino em fóra a proclamar, armar, levantar o «povo portugez, por todos os meios que tivesse á mi-«nha disposição, para que cada um se armasse para «deffender a casa e familia, afim de não acontecer o «que aconteceu em 1801, e sobretudo em 1807, quan-«do no reino se veiu a saber que os francezes e hespa-«nhoes estavam senhores d'elle só no momento em que «*os invasores* entravam na capital. (Muitos apoiados).

«*Repito*, não o acredito, porque se o acreditasse,

«eu não faltava por modo nenhum ao cumprimento «d'este dever; e só se me algemassem e me mettes- «sem a bordo para me deportarem para a Africa, só «assim me embaraçariam de ir morrer combatendo so- «bre a ultima pedra onde se defendesse a independen- «cia da patria, (*muitos apoiados*).

«*Vozes*: — Muito bem.

«*Em seguida foi aprovada a acta da sessão antece- «dente*).

«O sr. *Presidente*: — Este incidente não póde con- «tinuar. Tem a palavra para um requerimento o sr. «Santos e Silva.

«O sr. *Santos e Silva*: — O meu requerimento é «para que v. ex.ª mantenha a palavra aos srs. depu- «tados que a pediram, e consinta que d'ella usem an- «tes da leitura do expediente, porque póde haver se- «gundo consta, algum documento official que obrigue «v. ex.ª a interromper ou levantar a sessão. Se o não «ha, leia-se primeiro o expediente e fallemos depois.

«*Uma voz*: — Não póde ser; depois do expediente «não nos deixam fallar.

«O *orador*: — É preciso que a ultima sessão par- «lamentar, *que talvez tenhamos*, não seja guilhotinada «como ha tres dias a esta parte teem sido as anterio- «res, e que os srs. deputados possam dar as explica- «ções que desejam offerecer ao que se tem passado. «Talvez quo algum sr. deputado deseje fallar sobre «assumptos alheios ao que a mesa suspeita.

«Pela minha parte desde já digo o que tinha a di- «zer.

(*Pausa*)

«Na crise gravissima e cheia de perigos que actual- «mente atravessamos, estando por momentos talvez «um novo golpe d'estado imminente sobre o parla- «mento, eu convido os deputados da nação portugueza «e seus legitimos representantes a jurar-mos aqui so-

«lemnemente, perante Deus, perante o mundo e pe-
«rante o paiz, que havemos de repellir com toda a
«energia da nossa vontade, das nossas forças, das nossas
«crenças, dos nossos sentimentos, das nossas con-
«vicções e da nossa alma, qualquer emboscads ou in-
«fame attentado contra a independencia nacional.

«*A camara prorompeu em applausos freneticos e prolongadissimos; muitos srs. deputados levantam-se cheios de enthusiasmo, e estendem o braço direito em signal de juramento. As galerias dão signaes visiveis de approvação. Em seguida retiraram-se da sala quasi todos os srs. deputados.*

APONTAMENTOS BIBLIOGRAPHICOS

Aos curiosos de bibliographia vamos dar os apontamentos que, remota ou directamente se prendem com a questão iberica.

A indole do nosso livro, e o tempo de que podemos dispôr, não nos permittem mais profundas investigações. Talvez que este trabalho não seja completo, mas ainda assim póde orientar os interessados em conhecer o assumpto.

A falta quasi absoluta que há em Lisboa de livros hespanhoes, e a impossibilidade de os adquirir facilmente, força-nos a indicar alguns nomes de auctores, e titulos de obras hespanholas, sem as desejaveis indicações biographicas e bibliographicas. Outros o farão depois melhor do que nós.

O *Diccionario Bibliographico,* de Innocencio Francisco da Silva prestou-nos os auxiliares de que em resumo nos servimos com relação a alguns dos escriptores portuguezes, anteriores a 1763. Tudo o mais é exclusivamente trabalho nosso.

A falta de espaço tambem nos não consente entrar em mais desenvolvidas apreciações. Ainda assim damos noticia de trinta e oito escriptores, na *primeira parte d'estes* estudos: e de cento e onze na *segunda: isto é,* desde 1852 até á actualidade!

PARTE PRIMEIRA

— *Decreto dos Governadores de Portugal sobre a successão do Reino. Datado de Castro Marim, a 17 de julho de 1590.*»

Osorio (D. Jeronymo) cognominado o *Cicero portuguez.* Mestre de D. Antonio, prior do Crato, secretario particular do infante D. Luiz, e bispo de Silves. Escreveu:

— *Obras ineditas de D. Hieronymo Osorio, bispo de Silves, no Algarve, precioso ornamento do seu seculo. Dedicadas ao muito alto e poderoso senhor D. João* VI, *etc., por Antonio Lourenço Caminha.*» — Lisboa, na Imp. Regia 1818.

— *Cartas portuguezas de D. Hieronymo Osorio, bispo de Silves, publicadas e ao ill.*mo *e ex.*mo *sr. conde de Palmella offerecidas, por Verissimo Alvares da Silva, com as reflexões criticas e philosophicas, que sobre ellas fez seu defunto pae José Verissimo Alvares da Silva, etc.*» Paris, na Offic. de P. N. Rougeron, 1819.

Este honrado e esclarecido prelado é citado como partidario da união de Portugal á Hespanha, e a sua auctoridade invocada por quasi todos os escriptores hespanhoes contemporaneos. Com effeito o bispo de Silves justificou com os seus escriptos as opiniões que se lhe attribuem. É talvez o unico testemunho de peso apresentado pelos partidarios da Iberia. Nós cremos que os sentimentos religiosos d'este classico escriptor, mais do que o convencimento das conveniencias poli-

ticas, o levaram a dar á realeza os conselhos ante-patrioticos de que hoje se aproveitam os iberistas.

— *Patente dos privilegios perpetuos, graças e mercês, de que el rei D. Filippe I fez mercê a estes seus reinos e senhorios de Portugal nas côrtes de Thomar, em abril de 1581.*» 1582 (?)

SILVA (D. João da) 4.° conde de Portalegre, muito acceito a Filippe II de Hespanha, cujo subdito era por parte de seu pae D. Manrique da Silva, commendador de Calatrava. Prestou importantes serviços áquelle monarcha, sendo um dos seus mais activos agentes na pretenção á corôa de Portugal, por morte do cardeal-rei D. Henrique.

É tido geralmente como verdadeiro auctor da historia *Dell'unione del regno de Portogallo alla corona di Castiglia*, publicado sob o nome de Conestaggio.

Deixou numerosas *Cartas*, até hoje ainda não publicadas, e que se dizem de grande importancia para a historia dos successos politicos de Portugal no periodo de 1579 a 1601.

PRIOR DO CRATO (D. Antonio) *Excellent et libre discours du droit de la succession du Roy Don Antoine. Avec plusieurs Lettres curieuses des Papes, Rois, Princes et Monarques de la Christienté, sur la recognaissance du dit Don Antoine Roy de Portugal.*» A Paris, chez Jean Micard. 1607.

— *Explanatio veri ac legitime juris quo serenissimus Lusitoniæ rex Antonius, ejus nomines primus, nititur ad bellum Philppo regi Castellæ pro regni recuperatione inferendum, etc.* Lug. Bat. 1585. Manifesto escripto por D. Antonio, de que ha impressas traducções em inglez, francez e hollandez. —

BACCIA (Luiz de) *Historia de la union del reino*

de Portugal á la corona de Castille: de JERONIMO DE FRANCHI CONESTAGIO, caballero genoves. Traduzida de lengua italiana en nuestro vulgar castellana, per el Dotor Luis de Baccia, capellan del rey nuestro señor, en sua real capilla de Granada. Barcelona, 1610.

— *Privilegio dos cidadãos da cidade do Porto, concedidos e confirmados pelos Reis d'estes reinos, e agora novamente por el-rei D. Filippe* II *nosso senhor.*» — Porto, por Fructuoso Lourenço de Basto 1611. — *A' custa das rendas da cidade.*

LEITÃO (Ignacio Ferreira) Cavalleiro de S. Tiago, Doutor em Direito Civil, Dezembargador do Paço e Chanceller mór do reino. — Escreveu:

— *Pratica a el-rei Philippe* III *nosso senhor, na entrada que fez em Lisboa, dia de S. Pedro do anno 1619.*»

Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1619.

Anda tambem no livro, que da mesma viagem escreveu João Baptista Lavanha.

CABRAL (Nuno da Fonseca) Doutor e Lente de Direito civil na Universidade de Coimbra em 1600. Escreveu:

— *Oração no auto do juramento que el-rei D. Filippe nosso senhor, segundo d'este nome, fez aos trez Estados do reino, e do que elles fizeram a Sua Magestade do reconhecimento e acceitação do principe D. Filippe, a 14 de Junho de 1619.* — Lisboa Offic. de Pedro Craesbeeck. 1619.

PEREIRA (D. Fr. Francisco) eremita Augustiniano, Provincial na sua Ordem, Bispo de Miranda, e nomeado de Lamego. Escreveu:

— *Oração no auto do juramento que el-rei D. Filippe nosso senhor fez aos tres estados do reino, e do que elles fizeram a Sua Magestade... em Lisboa a 14 de Julho de 1619*»

— *Oração do auto do juramento de Fillppe* III *nos*

Cortes celebradas em Lisboa a 18 de Julho de 1619. »

Diz-se que foram ambas impressas, em Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1619. Saíram tambem na *Viage de la Catolica Real Magestad d'el-rei D. Filippe* III *al reyno de Portugal.*» Madrid, por Thomás Junti, 1622. (Vide *João Baptista Lavanha*)

— *Relação da enfermidade e morte d'el-rei D. Filippe* III, *e o testamento que fez... e o alevantamento de D. Filippe,* IV, *com todas as novidades que succederam na côrte até agora.*»

Lisboa, por Pedro Craesbeeck 1621.

LAVANHA (João Baptista) Cavalleiro da Ordem de Christo, Cosmographo-mór do reino e Chronista-mór de Portugal.—Escreveu:

— *Viagem da Catholica Real Magestade d'el-rei D. Filippe* II *nosso senhor ao reino de Portugal, e relação do solemne recebimento que n'elle se lhe fez. Sua Magestade a mandou escrever por João Baptista Lavanha, seu chronista mmor.*»—Madrid, por Thomás Junti 1682.

É, no sentir de alguns criticos, livro digno de toda a estimação, assim pela curiosidade do assumpto, como pelo estylo e linguagem.

LUNA (Pedro Barbosa de) natural de Vianna. Escreveu:

— *Memorial de la preferencia que haze el reyno de Portugal y su consejo al de Aragon y de las dos Sicilias.*» Lisboa, por Giraldo da Vinha, 1627.

LIMA (Luiz de Torres de) Commendador de Christo. Escreveu:

— *Compendio das mais notaveis cousas que no reino de Portugal aconteceram, até ao anno de 1627, com outras cousas tocantes ao bom governo e diversidade de estados.* Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1630.

BOCARRO (Fernando). Escreveu:

— *Memorial de muita importancia para ver Sua Ma-*

gestade o sr. D. Filippe III *de Portugal, em como se hão de remediar as necessidades de Portugal, e como se ha de haver contra seus inimigos, que molestam aquella corôa, e os mais seus reinos*, 16 * * (?).

— *Assento feito em Côrtes pelos Tres Estados do Reino de Portugal, da acclamação, restituição, e juramento dos mesmos Reinos ao muito alto e muito poderoso Senhor Rei D. João* IV *d'este nome.*» Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1641.

— *Fuora vellaco.* Titulo de um folheto de que não podemos apurar a origem primitiva. Consta-nos estar impresso nas linguas portugueza (n'esta vimol-o manuscripto) em castelhano, italiano e francez. N'esta ultima lingua além do titulo mencionado acrescenta-se «*C'est-à-dire la liberté de Portugal. Auquel se montre le droit chemin et vrais moyens de resister à l'éffort du Castillan, etc.—Trad. de la langue Castillane en français. Sans lieu (Elzevire?)*, 1641.—No cathalogo da livraria do conde do Lavradio, traz a rubrica de —*rare.*

MASCARENHAS (P. Ignacio) Jesuita, irmão de D. João, conde de Santa Cruz. Escreveu:

— *Relação do successo que teve na jornada que fez a Catalunha por ordem de Sua Magestade el-rei D. João* IV. — Lisboa. por Lourenço d'Anvers, 1641.

MORAES (Padre Manuel de) Jesuita. Sendo expulso da Companhia por motivos ignorados passou para Hollanda, e ahi abraçou o calvinismo, tornando-se ministro protestante. Escreveu:

— *Prognostico y repuesta a una pergunta de un caballero muy illustre sobre las cosas de Portugal.*»—Leyden, 1641.—(Dedicado a Tristão de Mendonça Furtado, que era por esse tempo embaixador d'el-rei D. João IV, junto aos Estados da Hollanda.

VELLOSO (João Rebello). Escreveu:

— *Aviso exhortatorio aos fidelissimos* Tres Estados do

reino de Portugal.»—Lisboa, por Lourenço d'Anvers, 1642.—(Refere-se á prisão do infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV.)

PARADA (Padre Antonio Carvalho de) Dr. em theologia, guarda-mór do Archivo da Torre do Tombo. Escreveu:

—*Justificação dos Portuguezes sobre a acção de libertarem seu reino da obediencia de Castella.*—Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1643, contendo quatro cartas do mesmo auctor para o Conde Duque de Olivares, ministro de Castella.

VASCONCELLOS (Padre João de) Jesuita. Escreveu:

—*Restauração de Portugal prodigiosa. Offerecida ao senhor rei D. João* IV.—Lisboa, por Antonio Alvares, 1643.

VILLA REAL (Manuel Fernandes) consul da nação portugueza em Paris. Escreveu:

—*El principe vendido, e venda del innocente y libre principe Don Duarte, infante de Portugal, celebrada en Vianna a 25 de junio de 1642; El Rei de Ungria vendedor, y El Rei de Castilla comprador.*»—Paris, por Juan Palé, 1643.

BANDARRA (Gonçalo Annes)—Sapateiro, natural da villa de Trancoso. Auctor das muito nomeadas trovas propheticas applicaveis aos tempos decorridos desde a perda de el-rei D. Sebastião em Africa, até á nossa edade. Houve quem attribuisse a composição d'estas trovas populares aos jesuitas, e nomeadamente ao celebre padre Antonio Vieira, suppondo as forjadas para fins exclusivamente politicos, em 1640, no intento de robustecer a fé do povo na conservação da casa de Brangança, por occasião da acclamação de D. João IV. Ha diversas edições das trovas do Bandarra, sendo a mais antiga a de 1603; e a mais accommodada ás intenções dos padres da Companhia de Jesus a que tem por titulo: «*Trovas do Bandarra* apuradas e impressas

por ordem de um grande Senhor de Portugal Offerecidas aos verdadeiros portuguezes devotos do Encoberto em Nantes. — 1644».

Em 1809 fazia-se uma nova edição das trovas em Barcelona. Citâmos especialmente esta edição por coincidir com uma epoca difficil da nossa historia patria, e provar-nos a influencia do sobrenatural nas imaginações populares. Aos que se rirem dos prognosticos do sapateiro-propheta em epoca relativamente arredada, lembraremos a influencia exercida por eguaes meios na Polonia contemporanea, que Michelet cita nas suas «*Legendas do Norte*».

Vide para mais esclarecimentos o «Diccionnrio Bibliographico de Innocencio Francisco da Silva».

Azevedo (Luiz Marinho de) Capitão. — Commissario militar e Secretario do Conde de S. Lourenço, quando este governava as armas na provincia do Alemtejo nas campanhas subsequentes á acclamação d'el-rei D. João iv. — Escreveu em 1641 diversos folhetos sobre factos occorridos em seguida á restauração de 1.º de Dezembro de 1640; e em 1644 escreveu uma obra sobre o titulo de «*Commentario dos valorosos feitos que os portuguezes obraram em defensa do seu rei, e da patria na guerra do Alemtejo... etc.*» — onde segundo a opinião do philologo Candido Lusitano, o *auctor foi mais observante da verdade da historia, que da pureza da linguagem.*

Araujo (João Salgado de) Doutor em Canones. — Escreveu.

— *Marte portugues contra emulaciones castellanas e justificaciones de las armas del Rey de Portugal contra Castilla.* — Lisboa por Paulo Craesbeeck — 1642.

— *Successos militares das armas portuguezas em suas fronteiras, depois da real acclamação contra Castella. Com a geographia das provincias e nobreza d'ellas.* A

El-Rei nosso Senhor.» — Lisboa, por Paulo Craesbeeck 1644.

— *Successos victoriosos del exercito de Alemtejo, etc.* Lisboa, por Lourenço d'Anvers, 1643.

Diz o sr. Innocencio no seu Diccionario Bibliographico ácerca d'este escriptor o seguinte:

«*Basta para seu elogio a honrosa menção que d'elle faz D. Francisco Manuel de Mello, qualificando-o de* ZELOSISSIMO PORTUGUEZ, E DOUTO ESCRIPTOR.»

CARVALHO, (Antonio Moniz de) Fidalgo da Casa Real, Doutor em Leis, Desembargador da Supplicação, Conselheiro da Fazenda e Secretario das Embaixadas d'El-rei D. João IV ás Côrtes de França, Inglaterra, Dinamarca e Suecia, e depois Enviado ás mesmas Côrtes. — Escreveu:

— *Francia interessada con Portugal en la separacion de Castilla; con noticias de los interesses communes de los Principes y Estados de la Europa.* Paris, por Miguel Blagerat. 1644. — Barcelona, por Sebastian de Cormellas, 1644.

GOUVEA (Francisco Velasco de) Doutor e Lente da Faculdade de Canones pela Universidade de Coimbra, Arcediago de Villa-nova de Cerveira, etc. (Foi preso pela Inquisição no anno de 1636 e saiu reconciliado no auto de fé por culpas de judaismo, conforme cita D. Nicolau Fernandes de Castro a pag. 1074 do «*Portugal Convenzido.*»)

Escreveu:

— *Justa acclamação do serenissimo rei de Portugal D. João o* IV; *Tractado analytico dividido em tres partes: ordenado e divulgado em nome do mesmo reino, em justificação de suas acções*». — Lisboa, por Lourenço d'Anvers, 1644.

Saiu tambem esta obra traduzida em latim pelo *proprio auctor*, e se imprimiu: Lisboa na mesma *Offic. 1646.* — Do original portuguez se fez segunda

edição correcta — Lisboa, Typ. Fenix, becco de Santa Martha, 123. — 1846.

Por assento tomado a 30 d'Abril de 1767, e assignado por varios ministros e lentes da Univerdade de Coimbra de ordem do Marquez de Pombal, e sob sua influencia, *se julgou e decidiu* contra o voto e opinião geral de mais de um seculo, que o livro *Justa Acclamação* não era do doutor Velasco, *por não ser a sua doutrina conforme á solida sciencia que este* jurisconsulto *manifestára em outras obras por elle escriptas*: e ahi vem publicado o mesmo livro de informe, absurdo e ignorante! Veja-se a este respeito a *Deducção Chronologica e Analitica*, parte 1.ª, divisão XII desde o § 657 em diante. Assim se pretenderam impugnar os principios consignados n'este livro (cuja fabricação se attribuiu então aos jesuitas) com respeito á soberania nacional, invocada pelas Cortes de 1641 para legalisar e justificar a escolha de D. João IV para rei, e a exempção do dominio de Castella.

A primeira edição tornou-se mais rara depois do referido assento, porque o marquez mandou recolher e inutilisar todos os exemplares que pôde haver á mão.

Compoz tambem em castelhano o seguinte, que pelo seu assumpto é tido em estimação.

— *Perfidia de Alemania y de Castilla en la prision entrega, accusacion y processo del serenissimo infante de Portugal Don Duarte. Fidelidade de los portuguezes en la acclamacion de su legitimo rey, el muy alto y mui poderoso Don Juan, quarto d'este nombre... contra les pretensos derechos de la corona castelhana.*» Lisboa, na Offic. Craesveeckiana, 1652.

N'este livro tratou o auctor de confutar o que sobre a *materia* escrevera D. Nicolas Fernandez de Castro, no seu *Portugal* convenzido con la rason para

ser venzido con las armas, etc. Impresso em Milão, 1648.

João Pinto Ribeiro. — A quem o sr. Fernandez de los Rios se compraz em chamar desdenhosamente *creado* do duque de Bragança. Foi doutor em leis pela Universidade de Coimbra, depois de ter exercido alguns cargos de magistratura foi elevado a Desembargador do Paço, Contador-mór da fazenda, e Guarda-mór da Torre do Tombo. O seu nome ficou sobretudo memoravel pela parte mui distincta que tomou na empresa da restauração do reino em 1640, concorrendo não pouco com as suas diligencias para vencer as indicisões do duque de Bragança D. João a acceitar a coroa que os conjurados lhe offereciam.

Foi auctor de variadas obras de solido merecimento, entre ellas a intitulada: — *Usurpação, retenção e Restauração de Portugal.* — Lisboa, por Lourenço d'Anvers; e de outras trez que mais remotamente se prendem com o nosso assumpto, e são: — *Injustas successões dos reis de Castella e de Leão, e isempção de Portugal.* — Lisboa. Por Pedro Craesbeeck, 1642. — *A acção de aclamar el-rei D. João* IV *foi mais gloriosa e digna de honra, fama e remuneração do que a dos que o seguiram acclamado.* — Lisboa. Por Paulo Craesbeeck, 1644. Finalmente: — *Desengano ao parecer que deu a el-rei de Castella Filippe* IV, *certo ministro contra Portugal,* 1645.

A primeira das obras citadas é muito curiosa por n'ella se descreverem minuciosamente os vexames de que Portugal foi victima durante a dominação dos Filippes.

— *Capitulos geraes, apresentados a el rey D. João, nosso senhor,* IIII, *d'este nome... Nas cortes celebradas em Lisboa com os Tres Estados em* 28 *de janeiro de* 1641. *Com suas respostas de* 12 de setembro do anno de 1642. *No* 2.º *do seu reinado e* 38 de sua idade. Com as repli-

cas, respostas, e declarações d'elles em 1645. Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1645.

CASTRO (Manuel d'Araujo de) natural de Monção. Escreveu:

«*La mayor hazaña de Portugal*» Lisboa, por Paulo Craesbeek, 1645.

MELLO (D. Francisco Manuel de) Cavalleiro da Ordem de Christo e Commendador de diversas commendas. Exerceu o posto de Mestre de Campo do exercito Castelhano, servindo nas guerras de Flandres e Catalunha, onde estava quando rebentou em Portugal a revolução do 1.º de dezembro de 1640. Foi distincto como historiador, poeta, orador e critico moralista. Entre outras obras escreveu:

— *Eco politico responde en Portugal a la voz de Castilla, y satisfaze a un papel anonymo ofrecido al rey D. Filippe* IV *sobre los interesses de la corona lusitana.* Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1645.

— *Manifesto de Portugal.* Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1647. — (É escripto em castelhano, e tinha por fim patentear ao mundo a detestavel acção commettida pelo governo de Hespanha, quando para desfazer-se d'el-rei D. João IV, o mandára assassinar traiçoeiramente no acto da procissão de *Corpus Christi*, em 17 de Junho do referido anno.

— *Demonstração da perpetuidade do imperio portuguez na magestade e gloriosa descendencia do muito alto e muito poderoso rei D. João* IV, *etc.* Lisboa, 1647.

CARVALHO (Manuel Coelho de) Escrivão da Contadoria geral da Guerra e Reino, e criado do infante D. Duarte, irmão d'el-rei D. João IV, escreveu:

— *Prisão injusta, morte fulminada, e testamento do serenissimo infante D. Duarte.* Lisboa, por Manuel da Silva, *1649.*

— *Sentimiento general a la muerte del serenissimo in-*

fante Don Duarte en el triste dia de sus funerales exequias. — Lisboa, por Manuel da Silva, 1649.

PINTO (Manuel d'Almeida) natural de Villa Nova de Gaia, escreveu:

— *Comedia famosa de la feliz restauracion de Portugal, e muerte del secretario Miguel de Vasconcellos.*— Lisboa, por Paulo Craesbeeck, 1649.

LEITÃO (Fr. Fulgencio) Ermita Augustiniano. Escreveu as seguintes obras, em que se mostra zeloso patriota, e acerrimo defensor da independencia proclamada no 1.º de dezembro de 1640.

—*Reducion y restituycion del reyno de Portugal a la serenissima casa de Bragança. Discurso moral y politico.* — Turim, por Juanetino Penotto, 1648. — Saiu com o nome de João Baptista Morelli.

—*Epistola apologetica a la magestad catholica de Filippe el grande contra el parecer de cierto ministro sobre la recuperacion de Portugal.* » Colonia Aggripina, por Cornelio Egmond, 1650. Saiu com o nome de Hernando de Molina y Saavedra.

HOMEM (Fr. Manuel) Dominicano, mestre de theologia, e confessor de D. Alvaro Pires de Castro, a quem acompanhou na embaixada que no anno de 1664 levou á corte de Paris em nome de el-rei D. João IV. Escreveu:

— *Memoria da disposição das armas castelhanas, que injustamente invadiram o reino de Portugal no anno de 1580; despertadora ao valor portuguez para não tremer; desprudencia e conselho para ordenar o presente; de prevenção e cautela para dispor o futuro.* » — Lisboa. Offic. Craesbeekiana, 1665 (?)

VIEIRA (Padre Antonio). Homem innegavelmente grande, e um dos maiores engenhos que Portugal tem produzido. Com esta opinião de Innocencio Francisco da Silva, são accordes todos os criticos de todas as epocas. Attribue-se ao Padre Antonio Vieira

o papel que tem por titulo: *Esperanças de Portugal, quinto imperio do mundo; aos verdadeiros portuguezes devotos do Encoberto, em varias trovas escriptas por Gonçalo Annes Bandarra, etc. Dirigido ao bispo do Japão, André Fernandes, e datado do Rio das Amazonas a 29 de abril de 1659.* »

O Padre Antonio Vieira foi tambem encarregado de importantes missões diplomaticas, algumas das quaes com relação á successão da coroa de Portugal. (Vide: *Quadro elementar das Relações politicas e diplomaticas de Portugal, pelo visconde de Santarem.*)

— *Sem razão de entrarem em Portugal as tropas castelhanas como amigas, e razão de serem recebidas como inimigas. Manifesto reduzido ás memorias apresentadas de parte a parte. — Impressa em Madrid de ordem d'aquella corte, nas duas linguas portugueza e castelhana, e reimpresso em Lisboa na lingua portugueza, 1763.* (?)

N. B. N'este *Estudo Bibliographico,* não se mencionam os sermões, embora de indole politica, nem os poemas com referencia á Restruração de 1640, nem tão pouco as relações ou narrativas parciaes de factos occorridos durante o reinado de D. João IV.

Tambem se não enumeram as obras theatraes escriptas no intento de alimentar os sentimentos da independencia nacional.

PARTE SEGUNDA

LATINO COELHO (José Maria). — São d'este notabilissimo escriptor os prologos ao livro de D. Senibaldo de Más, diplomatico hespanhol, e ministro plenipotenciario que foi na China pelos annos de 1848-1851, e do livro de Xisto Camara, a *União Iberica*. O iberismo do illustre academico portuguez é todo theorico e platonico. Elle proprio o confessa n'estas palavras: «*Duas idéas dominam actualmente o mundo: — uma o principio da nacionalidade, que incita as nações a dilatarem as suas fronteiras e a alargarem a sua influencia nas relações internacionaes; — a outra é o principio da fraternidade universal, que se revela a cada passo, a despeito do ciume e da intolerancia das nações.*»

E mais abaixo, como fecho do discurso:

«*A união é por ora uma idéa, e não uma politica. Os pensadores propagam e evangelisam o dogma que é perpetuo. Os politicos virão depois e fixarão a disciplina que é tranzitoria; mas cumpre convidar pacificamente as duas nações a amar-se como irmãs e a ajudar-se como visinhos.*»

Por estes excerptos se conhece a mansidão do apostolo.

O prologo da «*Iberia*» levantou acalorada discussão na Camara dos Pares, em que tomaram parte o auctor, então ministro da marinha, conde de Samodães, visconde de Fonte Arcada, marquez de Vallada, Casal

Ribeiro e Rebello da Silva. O presidente do conselho de ministros que então era o marquez de Sá da Bandeira, tambem tomou parte nos debates. Todos fallaram em sentido ante-iberico, incluindo o auctor do prologo «*A Iberia*» que só perfilhou a parte theorica do seu escripto.

Henriques Nogueira (José Felix). — Foi muito dado a estudos economicos e sociaes. Escreveu além de muitos opusculos, e folhetos diversos, os «*Estudos sobre a refórma em Portugal.*» Dois tomos — *Typ. Social — Lisboa — 1851.* — «*Almanach Democratico para 1852*» onde se encontram, entre outros artigos, os que tem por titulo: — «*Futuro da Peninsula*» e a «*Iberia*». Quando falleceu (1858) trabalhava assiduamente, diz Innocencio no seu diccionario: *em reunir elementos para a Iberia Historica, ou historia dos vestigios e memorias que nos restam em factos e escriptos ácerca da idéa da união de Portugal com a Hespanha debaixo de um ou outro principio politico ou economico.*» Foi collaborador da Revista Peninsular.

Más (D. Senibaldo de). — «*A Iberia, memoria escripta em lingua hespanhola por um philo-portuguez e traduzida em portuguez por um philo-iberico*» — Lisboa. Typographia de Castro & Irmão. — 1852.

Ha diversas edições d'este livro, crêmos que cinco, apezar da sua pequena divulgação em Portugal, o que nos faz suppôr haver sido grande o seu consumo em Hespanha.

Casal Ribeiro (conde de). — Escreveu uns notaveis artigos na «*Revue Lusitanienne*» em 1853, contrariando a memoria de D. Senibaldo de Más, e o prologo que a antecede. Dezeseis annos depois, em 1869, e na Camara dos Pares explicou nobre e eloquentemente as suas antigas opiniões, lendo alguns trechos dos alludidos artigos, os mais incriminados *pelo sr. Latino Coelho,* concluindo d'este modo:

«Pelas leituras que fiz, e de cuja demasiada largueza peço desculpa á camara, resaltam claramente as opiniões que n'aquella epoca em que tomava corpo a propaganda iberica, defendi contra as doutrinas da fusão dos dois estados, e pude n'aquella epoca acreditar em sonho quasi infantil que em um futuro remoto, e sob a condição impreterivel de ser dividida a Hespanha em varios estados, podiamos formar um dia um agrupamento federal. Admiro-me de ver hoje homens graves sustentar ainda, e *sobretudo depois de acontecimentos recentes, taes «puerilidades.»*

Apezar d'esta fulminação de tão notavel estadista, o auctor d'estas linhas crê que a *puerilidade federal* é ainda assim a unica solução honrosa do futuro da peninsula, se as sociedades se encaminharem para a fórma republicana.

QUESNAY (Crouel de). — «*A verdade ácerca da Hespanha*» versão portugueza por Francisco Pereira d'Azevedo. — 1853.

CARREIRA DE MELLO (Joaquim Lopes). — Director do collegio de Nossa Senhora da Conceição. Pertenceu, não sabemos se ainda pertence, ao chamado partido legitimista. Tem escripto diversos compendios, resumos, epitomes de historia portugueza e de choronologia, pouco ou nada imparciaes, inspirados pelo sentimento partidario.

Innocencio Francisco da Silva, no seu «Diccionario Bibliographico» consagra um extenso artigo a este auctor, citando-lhe diversos erros e lapsos historicos e chronologicos.

O testemunho do sr. Carreira de Mello é diversas vezes invocado pelo sr. Fernandez de los Rios, exactamente por ver sempre com côres sombrias tudo quanto é posterior ao estabelecimento do regimen constitucional em Portugal. O livro do sr. Carreira de Mello mais citado como prova da decadencia nacional, intitula-se:

Compendio da historia de Portugal, desde os primeiros povoadores até os nossos dias.» — Lisboa. Typ. de Castro & Irmão, — 1853.

CALDEIRA (Carlos José). — Foi editor da terceira edição da memoria «*A Iberia*» por D. Senibaldo de Más, e lhe addicionou varias notas no sentido da mesma memoria. Foi collaborador da «*Revista Peninsular*» e do «*Progresso*» escrevendo varios artigos em harmonia com as idéas já manifestadas nas notas a que acima nos referimos.

FREITAS (Bernardino José de Sena). — Associado provincial da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Escreveu:

«*D. Antonio, prior do Crato: sua acclamação como rei de Portugal nas ilhas dos Açôres; seus desembarques e successos nas ilhas de S. Miguel e Terceira: heroica resistencia dos habitantes d'esta contra as forças hespanholas; tomada da ilha, violencias e atrocidades practicadas pelos hespanhoes, etc. Refutam-se alguns historiadores inglezes e castelhanos*». — *1854.*

ANONYMO. — «*Federação Iberica, ou idéas geraes sobre o que convem ao futuro da Peninsula*» *por um Portuguez*, Porto, livraria e typographia de F. G. da Fonseca. — 1854.

No livro intitulado *Portugal, su origen y constitucion*» lê-se a paginas 101: «Entre as pessoas que se manifestaram por então propicias a trabalhar em pró da união Iberica, que tinham emprehendido já trabalhos n'esse sentido, e que antes e depois a auxiliaram com as suas sympathias, conselhos *escriptos e actos* na sua propaganda, citarei entre os hespanhoes: D. Juan Alvarez Mendizabal, D. Leopoldo O'Donnell, D. Luiz Gonzales Brabo, D. Francisco Martinez de la Rosa, *D. Facundo Infante*, D. Francisco Luxán, D. Serafim

Estébanez Calderon, D. Leopoldo Augusto Cueto, D. Juan Valera, D. Boenaventura Carlos Aribau, D. Martin de los Heros, D. Antonio Romero Ortiz, D. José Maria Huet, El marquez de Pidal, D. Arturo Marcoartu, distinctissimo engenheiro bem conceituado em Inglaterra, onde reside presentemente, foi collaborador do jornal «*Las Novedades*» e outros. O seu nome é amiudadas vezes citado pelos seus compatriotas, mas não se encontra em nenhum dos diccionarios estrangeiros onde o procurámos. — 1854.

ALDAMA AYALA (Don José de). — Engenheiro chefe de segunda classe do corpo de engenheiros de minas. Escreveu o *Compendio Geografico Estadistico de Portugal*» *Madrid — 1855.*

Este escriptor, que falla com grande acerto das cousas portuguezas que estudou e viu de perto, longe de negar como outros muitos os auxilios litterarios que lhe prestaram, diz:

«La interessante nacion portugueza se distingue de todas las demas, por la acogida que da á los estranjeros *y muy especialmente á los españoles, a quienes trata como á hermanos:* y entre las mas relevantes cualidades que adornam a sus naturales, sobresale la hospitalidad y los obsequios desinteresados que prodiga á sus huespedes, no reservando-se las noticias ni dados de todo genero que se soliciten aun cuando no sean favorables á su bello paiz.»

«REVISTA PENINSULAR». Dois volumes. Semanario fundado e dirigido por Carlos José Caldeira, na intensão de approximar intellectualmente as duas nações peninsulares. Além de varios escriptores portuguezes collaboraram na «Revista Peninsular» os hespanhoes: Martinez de la Rosa, D. José de Aldama, D. J. Ferrer do Couto, D. Senibaldo de Más, D. V. Barrantes, D. Carlos Rubio, D. A. Alcalá Galiano, D. S. M. y Macanaz, D. U. P. y Lastra, D. S. Con-

stanzo, D. A. Santayana, D. A. R. Zarco del Valle, etc. Lisboa. — 1855-1856.

CUNHA (Antonio Pereira da). — Estimavel poeta e elegante prosador. É membro de diversas corporações litterarias. Escreveu um livro intitulado — «*Brios heroicos das Portuguezas*» e publicou o folheto — «*Não!*» *Resposta nacional ás pretensões ibericas.* Lisboa, Typ. de A. H. Pontes. — 1856.

ALMEIDA (Padre Rodrigo Antonio de). — Auctor de varios folhetos e opusculos de occasião, entre outros do folheto intitulado: — «*A questão da Iberia, em duas partes.*» Lisboa. — 1856.

SOUSA LOBO (Augusto Maria da Costa) bacharel formado em direito e professor do curso superior de letras. — «*Um voto contra a união iberica*» — Lisboa, Typ. da rua da Condeça. — 1857.

TORRES (José de). — Official do ministerio das Obras Publicas. Muito dado a estudos economicos e sociaes. Escreveu diversas obras litterarias e collaborou em muitos jornaes politicos, entre ellès no «*Futuro*» (de 1858-1859) e na «*Revista Peninsular.*» Assignou alguns artigos com referencia mais ou menos directa a assumptos ibericos.

PEREIRA (Feliciano Antonio Marques). Capitão de fragata. — Escreveu:

«*A Confederação iberica. Bases para um projecto de tratado de alliança e liberdade de Commercio entre Portugal e Hespanha.*» — Lisboa, Typ. de J. G. de Sousa Neves. — 1859.

CAMARA (Xisto). — *A União Iberica, traduzida litteralmente por Rodrigo Paganino.* — Lisboa. — 1859. Esta é a segunda edição. Ignorâmos a data da primeira.

RUBIO (Carlos). — Jornalista hespanhol. — «*Teoria del Progresso*» contestacion a la «*Formula del Progresso,*» *de D. Emilio* Castellar. — 1859.

IDEM.—«*Reverente Carta a la Reina D. Isabel II.*»—Madrid.—1864.

IDEM.—«*Progressistas y Demócratas.*»—(*Como y para que se han unido*). Madrid.—1865.

Em todos estes escriptos o auctor se refere de passagem a assumptos peninsulares.

SÁ (Sebastião José Ribeiro de).—Economista laborioso e escriptor bem conceituado. Publicou:—«*Brado aos Portuguezes*» «Opusculo patriotico contra as idéas da união iberica de Portugal a Hespanha.»—Editor, Thomaz Quintino Antunes. Lisboa.—1860.

Este opusculo é seguido da *Usurpação, retensão e restauração de Portugal,* por J. P. Ribeiro, já no seu logar citado.

VASCONCELLOS (J. A. C. de).—«*Os Portuguezes e a Iberia.—Refutação dos argumentos do partido iberico, com respeito á fusão das duas nações peninsulares, e exposição das desgraças e vexames que d'ella haviam de porvir a Portugal*»—Elvas. Typ. Elvense.—1861.

ANONYMO.—«*A politica de Napoleão III, a Inglaterra, e a União Iberica.*»—Lisboa, Typ. Universal.—1861.

PIO GULLON (D.)—«*La Fusion Iberica.*»—Madrid.—1861.

Este opusculo é notavel pelo seu desabrimento contra Portugal. Propõe desassombradamente *a conquista,* em estylo violento e phrase empolada. Os proprios jornaes da época lhe condemnaram a doutrina, dando-a por inspirada no palacio de Santo Ildefonso, para contrapôr á voga que então tinha a sonhada candidatura de D. Pedro V ao throno da Iberia!

O sr. D. Pio Gullon publicou depois, durante o governo provisorio, alguns artigos nos jornaes, mais reflectidos do que a fogosa e implacavel *Fusion Iberica.*

ANONYMO. — «*Le mariage ou l'Avenir du Portugal.*» Paris. — 1862.

RIBEIRO (Thomaz). — «*D. Jayme ou a dominação de Castella*». Poema. Lisboa. — 1862.

D'este poema escreveu o visconde de Castilho: «O *D. Jayme* tem mais legitimas ambições; (além das poeticas) não quer que a sua patria ponha jugo a ninguem, mas não soffre que lh'o ponham a ella.»

O sr. Romero Ortiz fallando do poema do sr. Thomaz Ribeiro, tem a lealdade de affirmar: «que não ha nada tão impopular em Portugal como a idéa da união iberica.»

VALERA (D. Juan). Erudito escriptor e notavel estylista. Conhece a fundo a historia portugueza. Escreveu na *Revista Iberica*, de Madrid, uns artigos refutando as asserções ultra-bellicosas do sr. D. Pio Gullon. — 1862.

ANONYMO. — «*Duas palavras sobre a União Iberica*» Lisboa. Typ. Universal. — 1866.

MIDOSI. (Luiz Francisco) *Compendio de Historia de Portugal.* Approvado pelo conselho superior de instrucção publica. Vide a parte relativa á dominação dos Fillippes. 11.ª Edição. Lisboa. — 1866.

VIALE (Antonio José). — Socio effectivo da Academia real das Sciencias. «*Bosquejo metrico historico de Portugal*» Opusculo approvado pelo conselho superior de instrucção publica. 4.ª Edição. Lisboa. — 1866.

ANONYMO. — «*A Revolução de Hespanha e a Iberia*» *por um Portuguez. Lisboa.* — 1866.

MELLO E FARO. (José Dionysio de) Antigo deputado da nação. «*Forças defensivas de Portugal*» Um opusculo de 82 paginas. Teve tres edições no mesmo anno! — 1868.

Este curioso opusculo contem as seguintes divisões *Introducção. Origem da força, e sua necessidade. — Da força moral. — Da força material. — Do exercito.*

— *Do recrutamento.* — *Da educação militar.* — *Do exercito effectivo.* — *Da reserva.* — *Da reserva transitoria.* — *Do armamento.* — *Das fortificações, e das praças fortes.* — *Da marinha de guerra.* — *Das forças latentes. Conclusão.*»

ANTHERO DO QUENTAL. — Auctor de varios opusculos, em prosa e em verso. É partidario das idéas republicanas, e geralmente tido por sincero nas suas opiniões, embora extremas. Escreveu um folheto sem resguardos nem ambiguidades tendo por titulo: «*Portugal perante a revolução de Hespanha. Considerações sobre o futuro da politica portugueza, no ponto de vista da democracia iberica*» *Lisboa.* Typ. Portugueza. — 1868.

Este notavel escriptor que sentimos ver andar tão arredado das idéas fundamentaes no nosso credo politico «patria e independencia» é não obstante justo em alguns dos seus julgamentos. Foi o sr. Anthero do Quental que referindo-se á *superioridade incontestavel* de alguns homens publicos portuguezes, escreveu no seu folheto; «*Portugal perante a revolução de Hespanha*» as seguintes significativas palavras:

«D'estes ultimos, sem accumular longas citações n'um opusculo que sobejamente prova não ter sido escripto para elogiar preeminencias, o auctor folgará de engrandecer a probidade politica do sr. Mendes Leal, as grandes e indisputaveis qualidades de estadista do sr. Fontes, a audacia brilhante do sr. Lobo d'Avila, e as qualidades encyclopedicas do sr. A. R. Sampaio, que só este paiz veria diariamente lapidado pelo imperdoavel crime de ser elle ha vinte e quatro annos o atheleta indomavel de todas as demandas populares.»

T. VAN VEERSSEN. — «*Dom Luiz Roi d'Espagne et de Portugal.*» Paris. Imp. Typographique. — 1868.

SILVA LOBO. — *A Restauração de Portugal. Esboço*

Historico. Discurso pronunciado no dia 1.º de Dezembro. — 1868.

BRAGA (Guilherme). — *Eccos de Aljubarrota.* Porto. Typ. Lusitana. — 1868.

BARROS E CUNHA (J. G.) Antigo deputado e actual ministro das Obras Publicas. Escreveu: «*Pontos negros*» Lisboa, Typ. Portugueza. — 1868.

BARROS E CUNHA (J. G.) — «*Hoje*» Lisboa — Typ. Portugueza — 1868.

GALLARDO (Federico Guarddon) «*Cuestion de Actualidad. Breves consideraciones sobre el folleto Hoje (Hoy) offensivo á España.*» Libreria Central. Lisboa.—1868.

ANONYMO. — «*A Revolução em Hespanha, e a indignação de Portugal*» Porto. Typ. Commercial. — 1868.

PINHEIRO DE MELLO (J.) — *Revolução de Hespanha e a questão iberica*» (Considerações a proposito da) Lisboa. — 1868.

CASTILHO (Eugenio). — «*Patria contra a Iberia*» Lisboa Typ. de Sousa Neves. — 1868.

GONÇALVES (A. Ribeiro).— «*A Independencia Nacional e a Iberia.*» Typ. da Rua da Vinha. Lisboa.—1868.

COUTINHO (Albano). — «*Iberismo, ou o Paiz e a situação, diante dos ultimos acontecimentos de Hespanha*» *Opusculo seguido de duas cartas, uma ao general hespanhol D. Juan Prim, outra ao distincto jornalista Pinheiro Chagas.* — Lisboa. Typ. de J. G. de Sousa Neves. — 1868.

BONANÇA (Padre João). «*Questões da actualidade.*» Porto. — 1868.

COUTINHO DE MIRANDA. (F. L.) «*Discurso pronunciado na noite do 1.º de Dezembro de 1868.*

VIEIRA DE CASTRO. — «*A republica*» Porto. Typ. Lusitana. — 1868.

ROMERO ORTIZ (D. Antonio) «*La Literatura Portugueza en el siglo XIX*» (Estudo literario) Madrid. — *1869.*

COSTA GOODOLPHIM. — « *Portugal e Hespanha.* » *Duas palavras energicas sobre Portugal. Estado financeiro. A Imprensa e o Povo. Revolução de Hespanha. Candidatos propostos. D. Miguel e D. Carlos de Bourbon. Duas palavras ibericas.* Lisboa. Typ. Rua do Poço dos Negros. — 1869.

O MESMO «*Uma visita a Madrid.*» Lisboa.— 1870.

DUBRAZ (J.) « *A Republica e a Iberia*» (Palavras francas) Lisboa. Typ. de Sousa Neves. — 1869

ORENSE (José Maria). — « *Vantajes de la republica federal.* » Madrid. — 1869.

COMMISSÃO PRIMEIRO DE DEZEMBRO (Protesto da). Assignado em 24 de fevereiro de 1869. A este protesto, e a um outro posterior, alludè o sr. Fernandez de los Rios em alguns dos despachos publicados no seu livro.

REBELLO DA SILVA.— Antigo ministro da marinha, par do reino, socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras corporações litterarias estrangeiras. Foi um dos mais notaveis oradores portuguezes, e sem questão um dos prozadores contemporaneos mais brilhantes. Foi critico, romancista e historiador. Escreveu a « *Historia de Portugal nos seculos* XVII e XVIII» ondè se narra em estylo abundante e claro a restauração de Portugal em 1640. São notaveis os discursos proferidos por Rebello da Silva nas sessões de 2 de Julho de 1869 e 6 de Agosto do mesmo anno na Camara dos Pares.

ALBANO COUTINHO. «*Cinco dias em Madrid*». Lisboa. — 1870.

THEOPHILO FERREIRA. — professor da Escola Normal de Lisboa «Recordações de uma viagem a Madrid.» Lisboa. — 1870.

PEREIRA RODRIGUES (José Maria). «*Uma visita a Madrid*». Lisboa. Typ. Universal. — 1870.

COMMISSÃO 1.ª DE DEZEMBRO (*Manifesto da*). Que

recebeu a annuencia de quasi todos os municipios do paiz. Lisboa. — 1870.

ANDRADE CORVO (João de). — Antigo ministro dos estrangeiros, da marinha e das obras publicas. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de muitas outras corporações litterarias estrangeiras, Par do reino. É auctor de diversas obras scientificas e litterarias que lhe grangearam merecida reputação. O proprio sr. Fernandez de los Rios faz em uma nota do seu livro merecida justiça aos talentos do sr. Corvo, embora (entrava isso no seu plano) buscasse attenuar-lh'os com mal cabidas considerações de ordem politica.

O sr. Corvo escreveu um opusculo de 162 paginas intitulado: — «*Perigos*» em que expõe o estado da Europa durante a guerra franco-prussiana, debaixo do ponto de vista dos interesses peninsulares, especialmente dos portuguezes. Lisboa. — Typ. Universal. — 1870.

ANONYMO. — *Duas palavras sobre a candidatura de el-rei D. Fernando ao throno de Hespanha.* » — 1870.

Foi attribuido este folheto a diversos auctores. O sr. Fernandez de los Rios queixa-se de o haverem tambem suspeitado de ser um d'elles. No momento a imprensa periodica deu conta d'este folheto, analysando-lhe os seus intuitos.

MENDES LEAL (José da Silva). — Antigo ministro da marinha e dos estrangeiros. Bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional. Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras corporações litterarias e scientificas estrangeiras. Actual representante de Portugal em Paris. Poeta, romancista e dramaturgo distincto. Foi durante muitos annos jornalista politico, e collaborador de quasi todos os semanarios litterarios do paiz. Escreveu na «*America*» com o titulo de «*As duas Peninsulas*» uma serie de eruditos artigos, provando a disparidade que havia entre ellas e

rebatendo a argumentação dos que invocam a unificação da Italia como exemplo a seguir na Peninsula Iberica. Os artigos são sete e começam no n.º 1 do 3 vol. da «*America*» (janeiro de 1871) e terminam no n.º 5, em maio do mesmo anno.

Oliveira Pires (Alfredo de). Artigos publicados no jornal « O Partido Constituinte. » — 1871.

Vidart (Luiz) official de artilheria do exercito hespanhol « *Letras y Armas* » 2.ª edição. Como appendice contem algumas reflexões ácerca das relações peninsulares; e algumas traducções de poesias portuguezas de auctores de mediocre merecimento. Madrid.—1871.

Anonymo. — « *Portugal e a sua autonomia, em relação ao novo principio das nacionalidades segundo as raças.* » — Lisboa. Typ. Lallemant. — 1871.

Este folheto, que apenas conta 23 paginas é muito curioso e substancial. Discute-se n'elle conforme o seu titulo o indica, o principio das nacionalidades segundo as raças, e deffende-se calorosamente a idéa da juncção da Gallisa a Portugal, e de uma parte do reino de Leão, por meio de *pleibescito*, e em resultado de uma propaganda verdadeiramente fraternal.

N'este opusculo le-se a paginas 15:

«Há na Hespanha, digamol-o alto e sem receio que nos desmintam, em logar de uma unidade, ou de uma só nacionalidade, tres ou quatro: a vasca, a catalã ou provençal, e a portugueza-gallega: cada uma d'estas, tem como sua razão de ser, a razão de origem, a razão de raça, a razão de differença de costumes, leis e instituições, e até de linguagem; e por isso não poderam nunca, nem jámais poderão fundir-se em uma só nacionalidade.»

Em outro ponto, diz-se:

«Em logar de nos absorverdes, entregai-nos a Gallisa que é nossa, e uma parte do reino de Leão

que nos pertence: os gallegos são nossos irmãos: ha entre nós e elles a mesma identidade de origem; o nosso caracter é o mesmo: os nossos costumes são identicos, são as mesmas as nossas tradicções, as nossas lendas, as nossas leis e a nossa linguagem, formâmos uma só familia, uma só nacionalidade, a nacionalidade Portugueza, ou Gallega.»

Calvo Asensio. — Addido á legação hespanhola em Lisboa, sendo ministro o sr. Fernandez de los Rios, a quem o auctor offerece o seu livro. — *Lisboa en 1870 — Costumbres, literatura y artes del vecino reino. — Madrid. — 1871.*

O sr. Calvo Asensio faz os seguintes julgamentos de alguns homens politicos portuguezes contemporaneos:

Duque de Saldanha. — Valeroso veterano, e não mediocre politico.

Duque de Loulé. — Personagem mudo, de quem não é facil apreciar o merecimento, por que nunca deu occasião, fallando ou escrevendo, a censura ou a louvar.

Rebello da Silva. — *Eminentissimo* escriptor, orador incomparavel e eloquentissimo, habil opposiocionista, muito propenso, para obter triumphos, a estimular contra a Hespanha o espirito nacional.

Mendes Leal. — Digno de figurar entre os bons estadistas, pelas condicções que tem como homem de governo.

Latino Coelho. — Talvez que o primeiro escriptor portuguez, o seu nome é uma gloria das lettras; como homem politico é considerado pelo seu grande talento, e seus vastos e universaes conhecimentos. Arrastado pela *irreflexão e imptuosidade da juventude* deixou-se um dia vencer pelo iberismo, chegando a cometter este crime de lesa nação, e soffrendo a cruel expiação *de que por tal* delicto se fez merecedor, sendo de pre-

ferencia o alvo escolhido das mais terriveis catelinarias portuguezas, contra as quaes não encontra hoje outra defesa mais do que proclamar-se *federal iberico*, levantando no *Jornal do Commercio* a bandeira immaculada de tão virginal doutrina.»

(Que serie de absurdos!)

Casal Ribeiro. — Absolutista de hontem (quando?) conservador hoje, em *geral* livre cambista (em geral!) não se distingue pela fixidade das suas idéas. Em troca, porém, pela sua eloquencia e pelo seu talento merece um distincto logar na consideração dos homens imparciaes e respeitadores da sciencia e do engenho.

Andrade Corvo. — Bom romancista, professor eminente, naturalista de immensos conhecimentos, reune a todas estas qualidades a de estadista profundo e homem politico notavel, sendo muito para notar a universalidade das suas aptidões, tanto para as luctas apaixonadas da imprensa, como para a meditação profunda, e estudo reflexivo que a sciencia exige dos seus verdadeiros cultores.

Carlos Bento. — Habil na satyra parlamentar.

Fontes Pereira de Mello. — Bravo e eloquente defensor dos principios conservadores.

Marquez d'Avila e Bolama. — Personagem influente, e *nada radical* nas suas opiniões.

Rodrigues Sampaio. — Grande e venerando mestre de constitucionalismo. Nos seus escriptos póde admirar-se concisão e energia, argucia engenhosa e flexibilidade, força de logica, e ao mesmo tempo variedade e harmonia; condicções que, mesmo não reunidas, dão em resultado um *eminentissimo* jurisconsulto.

O tratamento de *eminentissimo*, que em Portugal pertence aos cardeaes, é dado só duas vezes pelo sr. Calvo Asensio, uma a Rebello da Silva, e a outra ao sr. Sampaio.

Ribeiro Guimarães (José). — Conservador da Bi-

bliotheca Nacional de Lisboa, e collaborador do *Jornal do Commercio*. — *Summario de varia historia, tomo II*, artigos intitulados: *Uma viagem a Badajoz*. Lisboa. — 1872.

ANONYMO. — *A Republica Portugueza, opusculo politico*. — *Summario*: — *Ecce lux*. — *Aspecto geral da Europa*. — *Portugal monarchico e Portugal republicano*. — *Conclusão*. Lisboa. Typ. do Trabalho, Travessa do Fiuza, Alcantara. — 1872.

Influencia do socialismo e da Internacional na administração e politica dos Estados. — *Por uma commissão de estudantes da Universidade de Coimbra, 1871-1872*. Imp. Litteraria. — 1872.

RODRIGUES DE MATTOS (Dr.) — *Portugal e a Hespanha*. — *Carta ao visconde de Sanches de Baena*. — Rio de Janeiro.—1873.

ANDRADE E ALMEIDA (A. A.) — Empregado no ministerio das Obras Publicas. *Quadros da Independencia Nacional*. Lisboa, Livraria de M. Moreira.— 1873.

SANCHES DE BAENA (Visconde de). — *Relatorio apresentado á commissão central 1.º de Dezembro do 1640*, ácerca das diligencias a que procedeu no Rio de Janeiro para ahi se levantar a subscripção applicada á erecção do monumento que se trata de elevar aos restauradores de 1640. Lisboa. — 1873.

ANONYMO. — *Portugal em 1872*. — *Vida constitucional de um povo de raça latina*. Estudo publicado em janeiro de 1873 no *Memorial Diplomatique* de Paris. Foi traduzido e publicado no *Jornal do Commercio de Lisboa*, e depois dado de novo á luz em um folheto. É o que temos presente, impresso na Typ. do *Jornal do Commercio*. Lisboa. — 1873.

RESPOSTA (da Commissão central 1.º de Dezembro) a alguns subscriptores do Imperio do Brazil para o monumento dos restauradores de 1640. Lisboa, Typ. *Universal*. — 1874.

ANONYMO. — *Reflexões á carta do sr. D. Angel de los Rios.* Por * * * — Typ. Lallemant. 1876.

SOUSA BRANDÃO (Francisco Maria de). — Um dos fundadores e redactores dos jornaes *O Progresso* e o *Ecco dos Operarios.*

Ha d'este escriptor artigos em ambas as folhas mencionadas. Preoccupa-o o futuro da democracia.

Nenhum d'estes jornaes teve continuador na imprensa periodica.

TEIXEIRA DE VASCONCELLOS (Antonio Augusto). — Socio effectivo da Academia Real das Sciencias de Lisboa, e de outras corporações litterarias e scientificas estrangeiras. É um dos mais distinctos jornalistas portuguezes. Tem sido fundador de differentes jornaes politicos, e collaborador de outros litterarios. Tem tambem publicado diversos livros e opusculos, entre estes : — *A fundação da monarchia portugueza.* — *Narração anti-iberica.* É o n.º 2 da collecção que com o titulo de *Livros para o povo* teria de constituir uma bibliotheca popular. Redige actualmente o *Jornal da Noite.*

AMERICA (A). Encontram-se n'este curioso periodico redigido com grande egualdade e proficiencia, alguns artigos com referencia ao assumpto que nos occupa, dos senhores Mendes Leal e Antonio de Serpa.

A America começou a publicar-se em Janeiro de 1868, e terminou em Setembro de 1871.

THEOPHILO BRAGA. — Professor no curso superior de letras. Escriptor infatigavel e erudito, mas nem sempre fazendo a conveniente applicação do que sabe. É muitas vezes citado no livro do sr. Fernandez de los Rios. As suas opiniões avançadas, mas ainda mal definidas, prestam-se a ser invocadas nas occasiões de apuro pelos demolidores politicos e litterarios.

Não assignalámos nenhuma data precisa a qualquer dos seus trabalhos litterarios porque de todos elles se

utilisou indistinctamente o sr. Fernandez de los Rios.

O sr. Romero Ortiz no seu livro «*La Literatura Portugueza en el siglo* XIX *diz:*

«Theophilo Braga é um escriptor de vasta e profunda erudição, de excessiva erudição, por que há occasiões em que agglomera de tal maneira as citações e remonta tão alto o estylo, que custa ao leitor a acompanhal-o. Se moderar as suas altas e transcendentaes aspirações philosophicas, e se expressar em linguagem mais chã e intelligivel, virá a gosar maiores creditos.»

FERNANDEZ DE LOS RIOS (D. Angel) Ministro de Hespanha em Portugal e antigo jornalista «Mi Mision en Portugal» *Diario de ayer para ensenañza de manâna*».

1 vol 726 paginas. Pariz, 1877.

ANTONIO RODRIGUES SAMPAIO. EDUARDO COELHO. LUCIANO CORDEIRO. PINHEIRO CHAGAS.

«*A União Iberica, e a candidatura de el-rei D. Fernando.*» Com importantes documentos.

Lisboa, 1877.

N.B. São os artigos publicados na «*Revolução de Setembro*» *Diario de Noticias* «*Commercio Portuguez*» e «*Diario da Manhã*» em seguida á publicação do livro do sr. Fernandez de los Rios.

Os editores do livro «A União Iberica e a candidatura d'el-rei D. Fernando, imprimio no fim do volume a seguinte explicação:

«Por um lapso typographico não mencionamos a pag. 129, como muito importantes e expressivas, as notas do sr. Mendes Leal, quando ministro dos negocios Estrangeiros, e as cartas do sr. Fontes Pereira de Mello, presidente do conselho de ministros. A sua leitua dá-lhes toda a importancia, e o sr. Fontes tem no livro do sr. Fernandez de los Rios o mais incon-

testavel documento de notavel homem de estado e do seu entranhado amor á patria.»

Já esta parte do nosso livro estava na imprensa quando, pela benevola intervenção do sr. marquez de Sousa Holstein, nos constou existirem mais os seguintes livros ou opusculos, faltando-nos o tempo para apurar em uns as datas das impressões, em outros as qualidades dos auctores, finalmente em todos os nomes das typographias onde foram impressos, e a localisação d'ellas.

Em todo o caso entendemos não dever privar os nossos leitores d'este, que hoje crêmos ser complemento dos nossos «Apontamentos Bibliographicos.»

Agradecemos ao sr. marquez de Sousa Holstein o seu espontaneo favor, e o interesse que demonstrou pela publicação do nosso livro, fornecendo-nos elementos para o tornar quanto possivel acabado na parte relativa aos subsidios bibliographicos.

O Supplemento é este :

SOTTO MAIOR (Miguel). « *As victorias dos portuguezes em defesa da sua independencia.*»

PIMENTEL (Alberto).—« *Lyra civica.* Escreveu mais : «*Iberismo, ou o paiz e a situação.*»

SÁ CARNEIRO. (J. P. de) « *O patriotismo do povo.*»

LUCIANO CORDEIRO. — « *Sim. Resposta aos que perguntam se queremos ser portuguezes.*»

ANONYMO. « *O general D. Juan Prim em Lisboa.*»

OSORIO DE VASCONCELLOS (Alberto). Official de engenheiros, e antigo deputado da nação. «*Estudos sobre a defeza do paiz.*»

COELHO (Adriano). — « *Surge Lusitani.*» (Prosa, ou verso ?)

FONTE ARCADA (Visconde de). Par do reino. Já foi mencionado nos «DOCUMENTOS PARLAMENTARES «Escreveu: « *Vozes leaes do povo portuguez.*»

MORAES LEAL (Bernardino Antonio de). «Propo-

ganda patriotico-liberal contra a pretendida união iberica. » Escreveu mais: « *Os contrabandistas officiaes. Edição patriotico-liberal.*

ANONYMO. — « *Resumo historico da dominação de Castella em Portugal.* »

RICARDO GUIMARÃES. (Hoje visconde de Benalcanfor). — *Duas palavras sobre a Hespanha.*

ANONYMO. — *Republicanos e Monarchistas.*

ANONYMO. — *Leopoldo, e Fernando de Hespanha e Portugal.* (Foi originariamente escripto em portuguez, ou é traducção?)

ANONYMO. — *A questão iberica e o Saldanha.*

LA QUESTION ESPAGNOLE (*Le Portugal vis-à vis de*). Ignoramos se é ou não é anonyma.

VISCONDE DE TRANCOSO. — *Apontamentos para a historia da dominação Castelhana em Portugal.*

CAMARA LEME (D. Luiz da). Foi ministro da guerra. É official superior do corpo do estado maior. Escreveu: « — *Considerações geraes ácerca da reorganisação militar em Portugal.* Tem um prologo do sr. Latino Coelho.

SPTENVILLE (Le baron de). Escreveu: « *Le Portugal et l'unité Iberique.* »

ANONYMO. — « *Um voto contra a união iberica.* »

SENNA FREITAS (Junior). — *A Republica Iberica. Carta protesto.*

ANONYMO. — *Brado aos portuguezes contra as idéas da união de Portugal com a Hespanha.*

ANONYMO. — *Portugal e a sua autonomia. Ecco glorioso, e a voz da razão. Por um liberal.*

ANONYMO. — *Brado patriotico. O 1.º de dezembro. Restauração de Portugal.*

ANONYMO. — *A civilisação do seculo* XIX.

ANONYMO. — *Portugal e a sua autonomia.*

FREITAS (Junior). — *A Iberia.*

ANONYMO. — *Almanach* patriotico e anti-iberico *da*

dominação de Castella em Portugal, e da famosa insurreição de 1640.

Dizem-nos ser traducção do livro de Bessières, intitulado *Histoire des Revolutions Politiques.*

Excluimos d'esta segunda parte dos *Apontamentos Bibliographicos*, como fizemos com relação aos estudos anteriores a 1864, os sermões, as obras theatraes, e as poesias allusivas, ou commemorativas da restauração de Portugal.

Folhetos hespanhoes que não podemos obter

BORREGO. — *Historia d'una Idéa.*
CANOVAS DEL CASTILLO. — *El recuerdo.*
BERMEJO. — *Historia de la revolucion de España.*
SALAZAR Y MAZARREDO. — Um folheto — (Titulo?)

GENERAL DURANDO. — Italiano ao serviço de Hespanha durante a guerra civil chamada da «Legitimidade» e que representou um distincto papel no seu paiz depois de unificado. Escreveu um folheto, de que ignoramos o titulo, defendendo as idéas da união iberica.

O SR. FERNANDEZ DE LOS RIOS E O SEU LIVRO

Da Revolução de Setembro, um dos mais antigos jornaes portuguezes, pois conta trinta e sete annos de não interrompida publicação, transcrevemos os seguintes artigos, geralmente attribuidos ao sr. Antonio Rodrigues Sampaio, o décano dos nossos jornalistas, e o mais experiente d'elles nas luctas da imprensa periodica.

Referem-se á ordem que o sr. Fernandez de los Rios recebeu para saír de Portugal, e de que o ex-diplomatico tanto se lastima.

Ponha s. ex.ª os olhos no procedimento da França para com o sr. Zorrilla, e compare.

O sr. Fernandez de los Rios e o seu livro

I

Obedecendo contrafeito á ordem do governo portuguez que fez saír do reino o sr. Fernandez de los Rios, espantou, ou quiz espantar o mundo, com a ameaça d'umas historias, ou d'uns contos, que sabia, e que deviam fazer córar muitas faces e desacreditar muitos caracteres. O raio devia ferir de certo a gente

da governança, porque á opposição não desagradaria o desconceito dos adversarios. Era natural.

Na sua epistola de 17 de novembro á opinião publica de Portugal diz o sr. Fernandez o seguinte:

« Na exposição que fiz ao governo portuguez ma-«nifestei, como resolução minha, *se se insistisse n'uma «expulsão infundada*, o quebrar o meu obstinado si-«lencio de oito annos:... a insistencia na intimação «arbitraria diz-me que chegou o momento de fallar, e «fallarei...

«Exhumarei segredos...»

..... *Quid me alta silentia cogis*
Rumpere?...

Dizia assim a furiosa Juno no concilio dos deuses quando Jupiter queria conciliar os rutulos e os troyanos; e assim põe o sr. Fernandez de los Rios a preço o seu silencio. A sua proposta é a de uma ameaça grosseira, e a de uma venda vergonhosa. «Calo-me se «me deixaes ficar; fallarei se insistis na minha saída.» Não era o deportado que se queixava, era o regatão que queria negociar.

Diz-se que Demosthenes perguntara ao actor Aristodeme quanto ganhava representando. «Um talento» respondeu este. «Pois eu, disse Demosthenes, já rece-«bi mais por me calar.» O sr. Fernandez de los Rios offerecia o seu silencio em paga da sua residencia.

Se o governo accedesse a uma tal vergonha era indigno do logar que occupava. Essa acceitação seria a prova mais cabal do reconhecimento de acções ou factos vergonhosos que não podiam ser publicados sem detrimento da reputação de muitos dos nossos homens publicos, e a critica seria justa se julgasse mal dos homens que fizessem aquella transacção vergonhosa.

A ameaça do sr. Fernandez devia ser de certo uma razão demais para determinar a sua expulsão além de outras que sem ter razão de ser não são comtudo tão irritantes.

Mas o sr. Fernandez não é de todo intransigente. Quem o levar por bons modos consegue d'elle tudo o que quizer. Diz elle no seu livro, n'este ariete com que vai destruir a monarchia para sobre as ruinas d'ella fundar o seu neo-republicanismo, «que se o go-«verno, em nome da concordia peninsular lhe pedisse «*confidencialmente* que fizesse o sacrificio de ausentar-«se», tudo se acommodaria convenientemente; mas a insistencia na expulsão provocou o seu protesto e a falta de resposta a elle além da falta de delicadeza constitue uma offensa tamanha que só a publicação de um livro podia vingar.

O sr. Fernandez não é mau, e apenas é algum tanto assomado. Se lhe pedissem, *confidencialmente* já se sabe, ausentava-se. O caso era reconhecer o seu alto poderio, era confessar que Portugal pedia, porque s. ex.ª accedia á supplica concluindo, e bem, que o pedido parte sempre do inferior para o superior. O desterrado pelo governo de Canovas era seu logar-tenente em Portugal, e a guia da deportação mysteriosa, não era já um passaporte como o sr. Fernandez lhe chamava, mas o diploma authentico em virtude do qual reclamava os direitos da soberania.

O sr. Fernandez protestou, e protesta ainda contra a falta de resposta ao seu protesto e á sua exposição. Nem protesto nem caldo de gallinha fazem mal a ninguem. O amor proprio do sr. Fernandez poderia melindrar-se por isso, mas a nós parece-nos que o governo de Portugal fazia mal se entabolasse correspondencia com um deportado que nega o direito que esse governo tem de o expulsar allegando que permanecia aqui por uma ordem de Cánovas, e que esquecendo-se

logo da contradicção accusa o nosso governo por obedecer ás mesmas ordens, querendo ao mesmo tempo não sair do reino por estar aqui por ordem do governo hespanhol, e por querer o governo visinho que elle sáia.

Qualquer ministro poderá, e deverá, responder delicadamente ás duvidas e perguntas que lhe faça qualquer particular. É um acto de cortezia e boa educação, e parece-nos que as respostas que o ministro do reino deu a duas perguntas do sr. Fernandez de los Rios não desdizem nem da gravidade do assumpto, nem da benevolencia com que os homens de bem se devem tratar mutuamente; e se o sr. Fernandez de los Rios no seu livro se esquece das regras da cortezia, a sua causa não melhora com a sua animosidade, porque a desgraça que faz os homens infelizes tambem os faz muitas vezes injustos.

Mas quando a um ministro se dirige contra um acto official d'elle um protesto com ares de soberania, a discussão seria um erro, a submissão a esse alguem, ou a esse ninguem, que tivesse taes pretenções, seria um attentado contra a dignidade da nação, tendo para com um inimigo e impugnadar da nossa nacionalidade e independencia, e alem d'isso deportado, attenções que não se costumam ter para com pessoas altamente collocadas.

Mas a *Revolução* provocou a publicação do livro, diz o sr. Fernandez.

Provocou, e honra-se com isso. Confessamol-o. Foi um grande serviço ao paiz. É o que já se tem visto, e ainda mais se verá.

II

Á ameaça do sr. Fernandez de los Rios o governo *de Portugal* não tremeu, não chamou ás armas as re-

servas, nem considerou que fosse necessario recorrer ao ultimo esforço da padeira de Aljubarrota.

Verdade é que houve quem acreditasse que de ameaça tão acentuada, do alto preço que se exigia pelo silencio, podia resultar algum cataclismo, e até na imprensa, que tem por timbre o ser ousada, houve alguem que temeu pela sorte da patria e arguiu o ministerio do reino por transgredir a ordem do sr. Canovas que designava este reino para residencia do nobre proscripto; mas nem ao signal d'esta trombeta o Guadiana.

Atraz tornou as ondas de medroso;
nem
Correu ao mar o Tejo duvidoso;
nem
As mães que o som terribil escuitaram
Aos peitos os filhinhos apertaram.

Oito annos de obstinado silencio deviam de ser um martyrio para o sr. Fernandez de los Rios, e o governo portuguez não lh'o podia agradecer por que nem lh'o pedira nem receiava a publicidade. Desabafou o homem, e quando repetiu o seu firme proposito a *Revolução* dizia: — «Realise a ameaça, publique o livro «dispare essa arma terrivel», e o sr. Fernandez queixa-se agora de o havermos provocado!!!

Pois ameaça, e argue-nos de não o temer-mos? Queria por força que o affagassemos para continuar n'um silencio mysterioso. E depois de tantas maravilhas é capaz de nos vir pedir indemnisações por ter estado embuxado oito annos!

Pareceu ao sr. Fernandez absurdo obrigal-o a saír de Portugal porque era isso *desterrar um desterrado*. A admiração é apenas innocente. Os espiritos levantados occupam-se naturalmente com a demonstração

d'estas extravagancias. Segundo o ex-diplomata infeliz, para com um emigrado que sae da sua terra para a alheia, ou porque vae buscar fortuna ahi, ou porque foge a uma perseguição politica, não importa que não haja consideração; mas para aquelle que traz já uma nota do seu paiz que o indica como perigoso ou suspeito no seu paiz, para esse deve haver respeitoso acatamento, e pelo facto de não o consentirem na sua patria o governo onde elle for residir deve confiar n'elle tanto quanto o seu governo desconfiou. Esta jurisprudencia deve ter um grande alcance nos paizes dos Fernandez.

O sr. Fernandez faz de si uma alta idéa, e essa presumpção não faz mal a ninguem, como já se dizia no *Rouxinol das salas*. Nós crêmos que s. ex.ª encaripitado no cume dos Pyreneus se julga mais alto do que as famosas montanhas. O caso é de prespectiva.

Julgou-se s. ex.ª tão cercado de policias disfarçados que não poude estar só nem um momento desde a intimação do Porto até á saída de Lisboa. Seguiam-no no comboio do caminho de ferro, sentavam-se com elle á meza nas estações, viam-se colleirinhos de munição por cima da gravata dos policias, e eram uns valdevinos tão ratões que usavam de meias por cima das botas, e de botas por cima das calças. As testimunhas d'estes factos eram uns garotos que apontavam ao sr. Fernandez aquelle caso novo e extravagante. Nunca a historia teve provas tão authenticas, nem o historiador esteve tanto em contacto nem tão conforme com os garotos seus cooperadores.

A verdade é que o sr. Fernandez de los Rios não veiu acompanhado de ninguem, nem o disfarce era necessario. Se s. ex.ª não quizesse partir seria a isso compellido: mas para o acompanhar bastaria um empregado de policia com o seu uniforme bem patente. A imaginação de expulsão serviu-lhe para se dar ares

de valentão, sem saber ainda hoje se a expulsão era mysteriosa, ou se era alardeada como um grande serviço. O sr. Fernandez não póde ainda bem conciliar o mysterio com o apparato.

Mas chegado a Lisboa o sr. Fernandez perguntou para onde o mandavam. O ministro do reino commetteu outro acto de violencia dizendo-lhe que a escolha pertencia a s. ex.ª, podendo se quizesse ir para qualquer das nossas ilhas. Esta liberdade e tolerancia magoou o animo de s. ex.ª que queria por força que o fizessem victima. Uma vez que lhe não quizeram comprar o silencio, convinha-lhe ter elementos para accusação. A deferencia incommodava-o, e n'aquelle coração generoso não havia já logar senão para o rancor.

Se o governo quizesse mandar o sr. Fernandez de los Rios para qualquer das ilhas quem lh'o impediria? Não podia estabelecer no reino qualquer ponto para sua residencia? O arbitrio que lhe deixou o governo não era uma prova do desejo de condescender com a sua vontade, sem deixar de attender ao interesse que dictava o cuidado da segurança publica, de que o governo era juiz? Como é que o sr. Fernandez descreve no seu livro que o governo regenerador o queria mandar para a ilha a fim de o poder mandar deportar para outro ponto?

Uma calumniasita da invensão do sr. Fernandez é a seguinte:

«A unica attenção que devo ao sr. Sampaio foi of-«ferecer-me passagem gratuita *se eu trocasse a minha «posição de deportado pela de emigrado;* quando re-«cusei manifestamente a minha resolução de não em-«barcar senão á viva força, no caso de que intentas-«sem disfarçar os caracteres da expulsão, a ultima «prova da delicadeza do ministerio Fontes foi enviar-

«me o *commissario de policia, que acompanhado d'um* «*soldado com uniforme á vista dos hospedes e dependen-* «*tes* do hotel, *entrou no meu quarto* para me notificar «o dia em que sairia o vapor, em que era preciso «que eu embarcasse.»

Approuve ao sr. Fernandez simular que se lhe offerecêra uma passagem gratuita com a condicção d'elle trocar a sua honrosa posição de *deportado* pela ignominosa de *emigrado*. Nem o sr. Sampaio nem o governo se metteu n'isso, nem se quereria metter ainda quando o desterrado o desejasse, porque se o sr. Fernandez tem despreso pelos emigrados, o governo não tem menos respeito pelo infortunio d'elles, do que pelo dos deportados, não podendo admittir differença entre elles quanto ao direito de fixar a sua residencia e de os fazer saír do seu territorio quando assim o julgar conveniente.

Ha no orçamento geral do estado uma verba para subsidio a estrangeiros emigrados por opiniões politicas, e residentes em Portugal. Quando por motivos de ordem publica o governo faz sair do reino algum d'esses emigrados manda-lhes sempre pagar as passagens, e os encarregados da execução das ordens geraes no seu expediente é regular que ajustem a escripturação aos artigos do orçamento. É possivel que fosse por isso que na estação policial se expedisse o passaporte como emigrado.

Nem os brios de deportado se deviam offender por isso, porque alguns seus concidadãos victimas do mesmo infortunio, classificados do mesmo modo não se dignaram de receber a passagem para elles e suas familias, a alguns dos quaes se pagou tres vezes por não poderem fazer viagem nas duas primeiras. Quererá o sr. Fernandez de los Rios fazer injuria aos *seus proprios* correligionarios? Quererá condemnar

a pobreza do sr. D. José Moralez e Gonzalez, cavalheiro honradissimo, que foi ministro da republica e que não se pejou de declarar que não podia saír do reino pela falta de meios, em quanto o seu collega no infortunio alardeia os seus recursos? A opinião publica, apezar dos desdens do sr. Fernandez não será menos favoravel no modesto Gonzalez do que ao altanado Fernandez.

E uma vez que a proclamação de desterrado convem mais aos interesses do sr. Fernandez do que a macula de emigrado, a *Revolução*, orgão na imprensa do governo do sr. Fontes declara *urbi et orbi* que o sr. Fernandez de los Rios é um *deportado e não um emigrado*; que estava em Portugal porque na sua patria não consentiram a sua residencia, e que está em Bordeus, porque fazendo-o saír d'este reino o governo portuguez, escolheu aquella terra para se lhe darem para alli os seus passaportes.

A' tout seigneur, tout honneur.

Não acabaram aqui as gentilezas do sr. Fernandez.

III

Chega a gente a duvidar se o sr. Fernandez de los Rios, diplomata *manqué*, agente secreto infeliz, está ou não no uso pleno das suas faculdades intellectuaes. O mallogro das suas emprezas concorreu talvez para a enfermidade do seu espirito. O *enfermo do occidente*, não é Portugal, é elle.

O sr. Fernandez na sua carta de 17 de novembro ultimo, dirigida á opinião publica de Portugal, que elle tanto affrontou, disse «que uma vez que não o deixa-

«vam residir n'este reino *quebraria o seu obstinado si-*
«*lencio de oito annos.*» Era nm largo periodo de incubação, e o seu espirito naturalmente expansivo e mexilhão devia mortificar-se com aquelle sacrificio que ninguem lhe encommendára, e que parece ter tido elle de reserva para poder arranjar melhor negocio.

Apparece o livro, abre-se a torneira ao desabafo, e Fernandez desmente-se a si mesmo diminuindo o praso do seu sacrificio pela declaração «de *que ha callado seis annos*, não por acto espontaneo seu, apezar de se achar relevado do segredo! Não se comprehende bem como não foi acto espontaneo d'elle o silencio depois de estar relevado do segredo. Quem o forçaria ao sacrificio?

Mas fosse de *seis* ou de *oito* annos o periodo da gestação, a leviandade do sr. Fernandez é sempre a mesma. Vindo em 1869 a este paiz para fazer a nossa ventura, fugia dos logares publicos para não receber as ovações de um povo agradecido, e crêmos até que se serviu d'aquelles trages de disfarce com que arranjou depois aquelles policias que o acompanharam do Porto na sua expulsão, porque s. ex.ª é tão amigo do mysterioso que foi procurar ás escondidas o sr. D. Fernando, e estranhou que um empregado da policia em Lisboa lhe fosse fazer uma intimação ou levar uma resposta ao seu quarto no hotel sem se esconder dos hospedes e serventes, e sem procurar qualquer via subterranea para dar menos publicidade, e maior importancia áquelle acto.

O sr. Fernandez de los Rios amava Portugal ardentemente. Tinha por nós, e tem ainda, aquelle enthusiasmo que mostra qualquer casquilho pela namorada, cujo casamento promove não por causa da noiva mas por causa do seu dote. E tanto assim é, que os constituintes do sr. Fernandez cediam de tudo, e concediam tudo, ás personagens requestadas com tanto que não

se estipulasse a condição de que nunca haveria união-iberica.

Convem-nos suppor que o sr. Fernandez de los Rios é um diplomata habil mas infeliz; é tumba. Se não poude conseguir nada, se o disfarce não lhe aproveitou, se a entrevista quasi mysteriosa nos jardins da Pena, se a correspondencia importuna com as Necessidades não tiveram exito feliz, não se deve attribuir á falta de resistencia e pertinacia d'elle, mas á boa estrella que influe nos destinos de Portugal, e que protege a nossa independencia; deve-se ao alto descernimento de um principe que engeita todas as grandezas offerecidas para não pôr em risco a patria que tanto ama, e que tão amado é por ella, e que com sobrada razão o merece ser.

Este mallogro turbou a intelligencia do sr. Fernandez de los Rios se alguma vez a teve clara. No seu livro insulta elle e injuria todos os caracteres que concorreram, ou suppoz que concorressem, para que falhasse o trama de que era agente secreto; e o paiz sagra com as suas bençãos as victimas d'aquelle furor desatinado, porque

Não se agasta nem se indigna o seu sereno
Contra um bicho da terra tão pequeno.

Em 1872 um jornal granjola que se extasiára diante da elevação ao poder dos seus irmãos de Madrid que deram cabo do throno de Amadeu disse que as idéas democraticas não paravam na fronteira, querendo significar que deveria ser entregue n'este reino o governo a quem imitasse aquelle exemplo, que seria a expulsão da actual dynastia. Mostramos a ignorancia ou a deslealdade de tal procedimento que sacrificava rei e patria á sua ambição. Pois o sr. Fernandez escreve no seu livro a pag. 683 «*que nós declarámos*

«*que as idéas dos ibericos não paravam nas fronteiras*
«*de Hespanha e que deramos por assentado muitas ou-*
«*tras extravagancias ante as quaes ha necessidade de*
«*concordar em tudo o que certas naturezas são capazes*
«*de fazer por um bocado de pão.*»

Este insulto grosseiro e malcreado é um titulo de honra para a *Revolução*. E houve quem receiasse da publicação do livro, e quem ficasse menos assustado desde que o orgão do governo n'esse assumpto despresou á ameaça, e provocou a publicação. Quem ganhou? Quem perdeu?

A petulancia do sr. Fernandez chega a ponto de chorar o que dispendemos com a recepção que fizemos ao principe de Galles. Lê-se no famoso livro a pag. 684 o seguinte:

«Sinto que as provocações de Fontes e Sampaio me «obriguem a assignalar este contraste a respeito d'um «povo governado por porta-vozes autonomicos, criados «da Inglaterra, da França ou de Canovas, que *no* «*meio d'uma crise financeira gastam o dinheiro em fes-*«*tejos,* tendo que dispender mais ainda, porque ao «despedir se o *Raleig* destroçou a *Rainha de Portu-*»*gal,* fazendo exclamar o rei que ia a bordo: que ver-«gonha! e que quando servem de agentes de policia «aos bourbons, recebem em paga de quando em quando «projectos e planos para os fazer subditos de impera-«dores da Iberia.»

O sr. Fernandez ainda não enumerou outras despezas feitas pelo governo, e pelos subditos portuguezes. Não metteu no rol as consequencias d'uma tal *Tutelar* que o agente da missão secreta deve conhecer, nem quanto lhe custou a defeza da habitação de certo sugeito arriscada pela irritação de uns certos valdevinos e garotos que um amigo da nossa independencia se diz que tinha assoldadados com o intuito de promover *desordens,* queixando-se os assalariados de lhes ter

sido comido o dinheiro que de Hespanha tinha vindo para elles, e queixando-se o engajador de que os seus valdevinos o tinham roubado não lhe fazendo o serviço ajustado, sendo certo que existia a excitação, fossem quaesquer que fossem os motivos de desavença; mas sendo Portugal quem pagava as custas, tendo dinheiro para isso, e para pagar religiosamente as suas dividas, quando por culpa dos Fernandez, os fundos hespanhoes estão na praça Londres a 10 $^3/_8$, e os de Portugal a 53. Faltaria para gages do agente o que se gastou com a recepção d'um principe? O não republicano quer mostrar a sua lealdade ao rei de quem foi representante.

Damos ainda graças a Deus pelo livro do sr. Fernandez, e os nossos leitores terão occasião de ler ainda, além do que já tem lido, o juizo critico d'elle feito por pessoas que escrevem longe de paixão politica.

Se a nossa phrase é algumas vezes dura, é porque a agressão foi petulante.

IV

Portugal deve agradecer ao sr. Fernandez de los Rios a generosa tutella que quer exercer sobre nós condemnando as despezas que fizemos por occasião da visita do principe de Galles. Os actos de delicada cortezia e deferencia para com o herdeiro da coroa de uma nação nossa antiga alliada contrariaram as sympathias do forasteiro deportado. Julgava elle que o filho da rainha Victoria devia passar desapercebido como o missionario secreto que nunca pôde andar sem susto diante da gente.

E demais a mais no meio d'uma crise, em que muitos cidadãos ficaram altamente prejudicados pela confiança que puzeram nos fundos hespanhoes reduzido

como está o seu valor pelas economias dos seus Fernandez.

O sr. Fernandez de los Rios fundou a historia politica do seu livro nas citações de fragmentos que, como qualquer trapeiro, encontrou na rua destinados para outros usos. Forneceram-lhe subsidios todos os impressos burlescos, sem exceptuar o *Primeiro de Janeiro,* que de certo ficou maravilhado quando viu que das suas calumnias contra o governo portuguez se havia de concluir pelo iberismo; e a força de rimar é tanta no sr. Fernandez que dos escriptos mais anti-ibericos conclue pela Iberia. Pois se elle declarou iberico o conde D. Henrique como não havia de fazer o mesmo a toda a gente!

Mas deixemos esse ponto que está sendo e tem sido primorosamente tratado por habeis pennas. A nossa tarefa circumscreve-se a castigar certas insolencias pessoaes.

O sr. Fernandez diz: — « que repugna a abjecção «de Sampaio convertido de revolucionario exaltado em «mais reaccionario que os tradicionalistas, blasonando «ha trinta annos de republicano para parar em ser«vente de governos pessoaes... »

Ora o sr. Fernandez de los Rios veio a Portugal com o fim de engajar reis para a sua patria, e veio secretamente por ser grato á nação portugueza, e por não a querer deslumbrar com o fulgor da missão manifesta. Infeliz no successo foi representante d'um rei. Engajador de reis, e representante de reis ninguem deixaria de o considerar monarchista. Pois vejam o que se lê no seu livro logo depois da quéda de Amadeu:

Telegramma de Fernandez de los Rios ao presidente da assembléa nacional ás 12 h. e 11 m.

«Apresento a expressão da minha adhesão á repu-«blica proclamada pela assembléa soberana, e rogo ao «governo emanado d'ella, que me diga se sou mais «util á nação no meu posto na assembléa, do que n'este «para me pôr immediatamente a caminho. »

O sr. Fernandez faz depois uma confissão geral burlesca, diz qual fôra o seu exame de consciencia, as hesitações em que estivera, a falta de amigos com quem se aconselhasse, as perguntas que fizera ao seu fôro intimo, o que lhe ensinára a negociação da candidatura de D. Fernando *sobre o interior dos passos reaes* (vão receber em casa um menino d'estes) e achando um sophisma a distincção entre honra privada e honra publica, devendo haver concordancia entre ambas, recolheu-se dentro de si, reflexionou, e definiu o que era *apostasia*.

D'este laboratorio de disparates saíu a seguinte conclusão :

« Ha na sociedade duas idéas — uma de progressão, «outra de decadencia. A de passar de republicano para «monarchista é apostasia ; a de passar de monarchista «para republicano, não é ser apostata ; é ser progres-«sista. »

Isto é inimitavel de inepcia e de ridiculo. Vejam o caracter do homem que vende o seu silencio pelo preço da sua residencia em Portugal.

Ha porém um homem em Portugal contra o qual o sr. Fernandez dirige todos os tiros da sua impotencia. É o sr. Fontes.

Não era o sr. Fontes membro do governo, mas pela confissão do diplomata infeliz o negociador republicano d'um rei para o seu paiz, não dava um passo em que não se lhe affigurasse ver a sombra do sr. Fontes. Nos bilhetes do sr. D. Fernandez via a redacção do sr. Fontes; nos bilhetes da sr.ª condessa d'Edla via o estylo do sr. Fontes, na sua propria casa via agentes do sr. Fontes, e a cabeça do sr. Fernandez, emquanto esteve n'este paiz, nunca andou cheia senão de agentes disfarçados, o que tudo prova que o sr. Fernandez de los Rios não pôde fazer nada, em quanto que o sr. Fontes, sem elementos officiaes, visto que estava na opposição, não deixou pôr pé em ramo verde ao missionario habilissimo.

Agora uma pergunta. Onde está a ameaça que assustou tanta gente, e cuja realisação nós provocámos?

O resultado foi a exaltação dos nobres sentimentos do sr. Fontes, e se é verdade o que Fernandez diz, o attestado dos immensos serviços prestados pelo sr. Fontes á independencia de Portugal.

Diria tudo o sr. Fernandez de los Rios? Reservaria ainda para negociar algum novo mysterio? Se disse tudo parece-nos que nem o governo de Hespanha teria muita razão de desterrar o sr. Fernandez, nem o de Portugal teria necessidade de o fazer saír do reino, porque homens d'aquella capacidade podem mexericar como quizerem, mas são incapazes de qualquer empreza perigosa.

D'aqui por diante continuaremos a transcrever o juizo da opinião publica, para que o sr. Fernandez appellou.

NOTAS

Nota A

A unica originalidade do sr. Fernandez de los Rios contestando-nos a nacionalidade, as origens de lingua, etc..... pag. 17.

Uma das grandes insistencias dos nossos visinhos fautores e defensores da união peninsular, é sobre a identidade da lingua fallada pelas duas nações. Á falta de auctoridade propria para esclarecer o assumpto, transcreveremos o que escreveu o sabio allemão Frédéric Diez na sua — «*Introduction á la grammaire des langues romanes*», traduzida em francez por Gastão Paris, e impressa em 1863. Diz assim o erudito philologo:

«Six langues romanes attirent notre attention, soit par leur originalité grammaticale, soit par leur importance littéraire: deux á l'est, l'italien et le valaque; deux au sud-ouest l'espagnol et le portugais; deux au nord ouest, le provençal et le français»

E a paginas 120:

«L'espagnol ne s'étend pas, comme langue populaire, dans tout le royaume: le nord-ouest *appartient au rameau portugais*, l'est au rameau provençal, et *on parle basque* en Biscaye, Guipuscoa, Alava et dans une partie de la Navarre. En revanche il a fait de *grandes conquêtes dans le Nouveau-Monde.*»

Emquanto á affirmativa de Frédéric Diez, aliás verdadeira, das conquistas feitas pela lingua castelhana no Novo Mundo, convem contrapôr-lhe a propagação da portugueza nas cinco partes do mundo, e o que a este respeito escreveu o sr. Mendes Leal:

«Se a lingua hespanhola se dilatou pelo novo mundo, abrindo a espada da conquista o sulco immenso onde germinaram e cresceram novas nações, tambem o dominio da portugueza, como o qualifica uma grave auctoridade (o já referido Diez) não pára nas fronteiras de Portugal. É o portuguez lingua official e lingua geral em todo o archipelago de Cabo-Verde, no continente de Guiné até aos sertões de Gambia, na ilha de S. Thomé, na ilha do Principe, na costa de Leste, em Timôr, nos estados de Gôa, em Macau, na Africa occidental desde

Cabo-Negro até ao Ambriz, e na Africa oriental desde Cabo-Delgado até á Bahia de Lourenço Marques. Mais ao portuguez do que ao hespanhol pertence o dialeto popular da Galliza. Em Ceylão, em Madrasta, em Pondichery, por toda a orla do Ganges, em Ternate, em Sumatra, isto é, n'uma parte consideravel da Asia e da Oceania, os diversos senhorios hoje estabelecidos não apagaram de todo os vestigios do portuguez, que em mais de um ponto se conserva ainda. Na America, emfim, o portuguez é a lingua de um imperio vasto e novo, rico e florente, onde as letras e as musas teem um culto fervoroso e amplo estadio; onde as honra com a estimação e o exemplo um soberano em quem, a virtude e o talento acham abrigo e modelo; onde as enriquecem tantos bons engenhos que pede maior quadro a devida menção d'estes; onde, emfim, o ultimo suspiro da lyra de Gonçalves Dias encontrou já os cantos matutinos do auctor das *Phalenas*, do auctor das *Miniaturas*, do auctor das *Espumas Fluctuantes*, — para só fallar dos mais recentes!

«Dezoito a vinte milhões de homens, pelo minimo calculo, reconhecem o portuguez como sua lingua natural e lhe cultivam e acrescentam o largo patrimonio!»

Sobre este mesmo assumpto escreveu ainda o sr. Mendes Leal, no já citado artigo» *As Duas Peninsulas*, publicado no jornal «*A America*:»

«As linguas portugueza e hespanhola teem seguramente identica origem. Ambas se formaram da latina pela differenciação dilectal caracteristica do grupo indogermanico como judiciosamente observa um moço escriptor, que em valiosos trabalhos manifestou já a sua competencia, cabendo-lhe o merito e a gloria de haver entre nós vulgarisado os especiaes estudos da glottica, até aqui mal conhecidos. Uma e outra pertencem á *familia romana*. Em egual caso porém estão a franceza, a italiana, a moldo-valacha ou romaniota, sem que d'ahi se possa concluir, ou jámais se tenha concluido, serem estas linguas filiaes da hespanhola, ou a hespanhola d'alguma d'estas. Do mesmo tronco brotaram todas; mas cada uma bracejou para seu lado; immergiu cada uma em solo differente; cada uma ahi se arreigou, cresceu, floriu e fructeou, constituindo novo patrimonio. E nem sequer a filiação significaria dependencia, logo que este patrimonio fosse reconhecido lavor e *fundação propria*.

«Com a similhança de alguns vocabulos unicamente argumentava a já desacreditada e insustentavel opinião, que pretendia fazer do portuguez uma pertença ou dialecto do hespanhol. Fragil e bem fragil base essa, quando não sobre o vocabulario, mas sobre a syntaxe comparada deve principalmente assentar a verdadeira relação das linguas, como sensatamente nota João Pedro Ribeiro. Muito é seguramente a syntaxe, e ainda não constitue tudo o que póde caracterisar uma lingua. Conhecido anda o processo de estudar a affinidade das linguas pela aproximação das palavras elementares, indispensaveis ao homem social. Deu a regra fundamental d'este processo o sinologo Abel Rémusat n'uma obra que os orientalistas lamentam ver incompleta; seguiu-a praticamente Balbi; rememorou-a o sabio Cardeal Wiseman, pondo ao serviço dos estudos theologicos o saber profano. Mas a identidade das raizes desramadas de quaesquer affixas e prefixas, leva, não á classificação das linguas actuaes, mas á verificação das linguas-mães. O estudo das analogias grammaticaes e phónicas, necessario complemento d'aquelle primeiro inquerito, serve para distinguir os grupos e familias, mas não basta, para determinar o individuo.

«O hespanhol não é para o portuguez lingua mãe, pois juntamente com elle nasceu, e é irmã na subfiliação.

«Faz parte do mesmo grupo e da mesma familia, mas isso nem as confunde, nem estabelece dependencia.

«Para fixar as affinidades reaes das linguas é tambem indispensavel attender ao seu phonismo.

«Quasi se não precisa mais do que ouvir estas duas para apreciar quanto mutuamente lhe differem as tendencias, e reconhecer a difficuldade de se ageitarem n'um só molde.

«A melopéa hespanhola sôa absolutamente outra; outra é a sua pronunciação; outra a entoação.»

Nota B

Era pessima a situação de Portugal desde que, fascinado com a perspectiva da independencia viera a a perdel-a quasi totalmente.....pag. 40

Insiste o sr. Fernandez de los Rios em mais de um logar do seu livro em dizer que Portugal é uma colonia da Inglaterra, e a servir-se d'esta falsa affirmativa como argumento da conveniencia da união iberica. Em um artigo publicado na *America* e assignado pelo sr. Antonio de Serpa, esclarecido economista e habil financeiro, refuta-se aquella opinião, aliás caduca, mas invocada ainda a miudo pelos que pretendem denegrir a nossa nacionalidade. Sentimos não poder reproduzir aqui na sua integra o artigo a que nos referimos, mas pelos extractos se ajuisará da ordem de idéas em que é baseado:

«Diz-se que é proverbial a fé doble dos inglezes nos seus seus tratados, e nos seus conflictos internacionaes. E que nome se ha de dar á fé de que usam as outras nações? Não fallaremos das abominações da diplomacia continental em épocas passadas. Consultem se os recentissimos documentos diplomaticos da Prussia e da Italia, e considere-se a attitude do governo da França durante os dois annos que precederam a batalha de Sedowa. A differença está em que as outras nações persistem nos erros da antiga politica embusteira e cavilosa para as relações internacionaes, ao passo que a Inglaterra, progressiva em tudo, ha tempos a esta parte condemna o seu antigo modo de proceder, e reconhece que as nações para se engrandecerem e prosperarem não precisam do abatimento das nações visinhas, antes pelo contrario interessam na sua prosperidade, pela solidariedade que une cada vez mais fortemente interesses de todos.»

.....

«Apezar do que allegam os proteccionistas e da opinião vulgarmente seguida em uma época em que os principios da economia politica eram desconhecidos ou mal avaliados, não está para nós demonstrado que a riqueza publica e o progresso economico fossem prejudicados com o tratado de Methwen, e com o de 1810.»

.....

«As prevenções contra a Inglaterra que existiam em alguns animos, filhas dos factos que deixamos apontados, desappareceram. Ha muitos annos que tratamos, mal ou bem, das nossas cousas, sem a minima ingerencia dos governos estrangeiros, apezar de que muita gente lá fóra, da menos illustrada, fiada no que se lia nos livros e jornaes francezes do principio do seculo, ainda nos julga influenciados em tudo pela politica ingleza.»

. . . . . .

«Mas se a Inglaterra, como dizem, está tão despreoccupada da politica continental, que veria com indifferença desapparecer a nossa nacionalidade, qualquer outra nação, mesmo quando com ella nos tivessemos alliado n'um caso de guerra, viria depois defender-nos por mera gratidão ou generosidade, se esta nacionalidade fosse mais tarde aggredida? Não o acreditamos. A Austria disse uma vez que havia de espantar o mundo com a sua ingratidão. As outras nações do continente não o dizem, mas praticam-n'o.»

Nota C

A insistencia em commentar os despachos diplomaticos de Pastor Diaz com a mais ante-christã das violencias . . . . . pag. 59.

Para contrapôr as zombarias do sr. Fernandez de los Rios, ácerca das notas diplomaticos de Pastor Diaz, eis o que se lê nos *Études littéraires sur l'Espagne contemporaine* de A. de Latou, livro que tantas vezes vêmos citado no paiz visinho, pela imparcialidade que se lhe attribue.

«Trois fois ministre à porte-feuille (Pastor Diaz) deux fois ministre plénipotenciaire, à Lisbonne e à Turin, tour à tour conseiller d'État, recteur á l'Université Central, onze fois député aux Cortès, et en dernier lieu sénateur et décoré des principaux ordres de l'Europe, Pastor Diaz a vécu pauvre et est mort pauvre, mais laissant à sa famille dont il ne s'est jámais séparé l'héritage d'une rénommée sans tâche.»

Nota D

Emquanto não recebia resposta da carta que mandára entregar ao marquez de Niza, pedindo-lhe uma entrevista..... pag. 68.

Do chistoso livro de Julio Cesar Machado, ultimamente publicado, e que se intitula *Lisboa de Hontem* transcrevemos os seguintes traços do caracter do fallecido marquez de Niza. Por elles poderá o leitor conjecturar-se o sr. Fernandez de los Rios andou, ou não andou mettido *nas mãos das bruchas*, quando pela primeira vez chegou incognito a Portugal:

« O marquez de Niza espalhava o terror em Lisboa como os demonios das magicas espalham fumos de si quando saltam do alçapão. Esse homem era para quem o visse e lhe fallasse o typo do gentil homem de raça e de espirito; entrára na vida por uma porta doirada, conseguiu levar em Lisboa durante muitos annos uma existencia phantastica e caprichosa, foi o ultimo elegante, o ultimo *viveur à grandes brides* e o ultimo gastador esplendido e notavel pelas extravagancias, foi tambem *notavel pela sagacidade, pelo espirito, e pela instrucção.* A vastidão dos conhecimentos collocava-o mais subidamente do que na simples estimação de cavalheiro instruido; andava já perto do que se chama um sabio, se é certo o que d'elle julgavam os competentes que o conheciam bem e o trataram.»

.....

« No fim de uns poucos de annos de vida elegante, cortada nos ultimos tempos, de luctas e difficuldades, o marquez de Niza ouviu uma noite por entre o tinir dos copos e do riso, estalar o lagedo com as passadas temiveis do commendador, como na peça antiga...

«Era a edade que lhe ia subindo a escada... Levava adiante de si o espectro da doença...

« O marquez quer ainda desafial-a.

«Olá! Aqui tem cadeira e talher!

«Toque n'este copo! A saude do commendador!...

A ceia durou um anno e tanto... Acabou em Cotterets onde o famoso fidalgo foi morrer.

«*N'essa* hora o Champagne em Portugal estremeceu nos copos!»

Este foi o mentor a quem o governo provisorio de Hespanha confiou o seu joven Telemaco.

Nota E

Insistimos em pôr claros estes precedentes do sr. Fernandez de los Rios, antes de entrarmos na apreciação dos seus despachos, para que se não ignore a causal de seu futuro procedimento..... pag. 74

É notavel, e honrosa para o sr. Fontes, a insistencia do sr. Fernandez de los Rios em lhe fazer referencias, quando o futuro presidente do conselho de ministros nenhuma ingerencia *official* tivera n'este intrincado negocio. Assim pois lhe attribue uma vez a redacção de um bilhete da sr.ª condessa d'Edla, accusando de *magnificencia* o uso de um inoffensivo verbo. (Ai! gata do apologo que deixas sempre a cauda de fóra!) outra vez espiona os passos que o estadista portuguez dá de um para outro palacio real; até que não podendo por mais tempo disfarçar a sua malquerença exclue o sr. Fontes da lista dos jurados, todos auctorisadissimos, que em carta de 2 d'Agosto de 1870, escripta ao sr. D. Fernando apresenta como arbitros competentes para julgar da questão pendente. A lista era composta dos seguintes nomes: duque de Loulé, marquez de Sá da Bandeira, marquez d'Avila e de Bolama, Joaquim Antonio d'Aguiar e Anselmo José Braamcamp.

Ninguem póde dizer que o nome do sr. Fontes destoasse entre os dos cavalheiros acima mencionados, mas o sr. Fernandez de los Rios tinha-o na conta de seu desmancha-prazeres, e por isso, sempre que podia officialmente, e depois extra-officialmente, desabafava a sua raiva com insinuações primeiro; depois com facecias de mau gosto, aproveitadas em segunda mão dos jornaes opposicionistas!

Nota F

Que os Broteros da politica pretendem por enxerto accommodar ás fragas das nossas montanhas, e ás quebradas dos nossos valles..... pag. 75

«As relações da Suecia e Noruega tiveram uma origem que as explica. As longas desventuras da Noruega não davam a este paiz a faculdade de ter nem independencia politica nem vitalidade nacional, quando foi unida á Suecia pelo tratado de paz de 1814. Não havia ali duas nações independentes que se federavam; e apezar d'isso ainda não existe uma harmonia completa nos interessados dois povos scandinavos. Nem o exemplo poderia servir, para justificar federações de povos com verdadeira e bem provada nacionalidade. Outro exemplo se deveria antes citar, porque é mais frisante e mais a proposito: o da projectada união da Dinamarca com a Suecia e Noruega, em nome do scandinavismo, em nome do interesse e em defesa commum. Ha muito tempo iniciada, essa idéa não póde realisar-se, porque se lhe oppõe o sentimento nacional mesmo no meio dos mais dolorosos revezes. Este sentimento grande e respeitavel, ninguem ousa atacal-o na Scandinavia, porque existe ali o respeito profundo dos grandes direitos dos povos, e o bom juizo de reconhecer que n'esses direitos está a melhor defeza da Scandinavia contra as aggressões da Russia e da Prussia.

Acerca da segunda parte da formula politica apresentada pelo sr. Salazar y Mazarredo como solução monarchica do problema iberico, escreveu o sr. Corvo as seguintes conceituosas e veridicas observações:

«Os factos sociaes e os factos politicos derivam os seus caracteres, a sua indole, a sua importancia e a sua significação, não só do que são em si mesmos senão dos successos que os precederam e lhes deram origem. O mesmo facto, exactamente o mesmo, dando-se em duas nações distinctas pelas suas circumstancias e pela sua indole, póde, para uma significar o accrescimo da liberdade, o augmento da independencia, um verdadeiro progresso; para a outra póde ser o cerceamento da *liberdade*, a perda da independencia, um grande retrocesso, *emfim, no andamento* moral politico e social.»

«*O que é a união* da Hungria e da Austria? É a união de

dois grupos de povos de diversas raças sob um sceptro unico, constituindo um imperio, cujo regimen interno não é uniforme, havendo nos dois membros do *dualismo* (a Austria e a Hungria) condições, que conservam a cada um acção propria sobre os seus particulares negocios e sobre a sua administração, e que dão á Hungria uma parte da influencia nos negocios que se podem considerar communs a todo o imperio, mas com evidente restricção e sacrificio de seus direitos como estado independente.

«Este novo estado de coisas, — resultado das transformações a que uma serie de desgraças, das quaes a ultima foi a derrota de Sedowa, que levou o imperio austriaco — constitue um verdadeiro progresso politico para a Hungria, augmentando a sua autonomia, e conferindo-lhe uma acção manifesta nos negocios do imperio. Ao mesmo tempo a Hungria alcançou a liberdade, pela qual luctou heroicamente na guerra de 1848. Por esta constituição a Hungria ficou tendo: no vertice da hierarchia politica, um rei que presta juramento solemne de respeito aos seus vassallos; um ministerio encarregado de exercer o poder executivo; uma dieta, expressão da vontade nacional votando o imposto e fiscalisando os actos do ministerio; uma organisação administrativa com caracteres de grande descentralisação.

«Perdeu a Hungria por ventura alguma das suas attribuições politicas, perdeu a sua independencia, perdeu a sua soberania nacional, perdeu a sua liberdade, no facto que hoje a liga como parte integrante do imperio austriaco? Não. A Hungria só ganhou. Antes já estava ligada á Austria, desde o seculo XVII. Depois do seculo XVIII a Hungria consegue os seus direitos de entidade politica distincta dentro do imperio. Em 1848 luctou a Hungria pela sua liberdade, para sacudir o jugo d'essa unidade em que dominava uma dynastia armada. A repressão violenta impoz á Hungria o absolutismo, considerando o governo de Vienna ter sob esse povo subjugado um verdadeiro direito de conquista. Por uma constituição centralista buscou o governo imperial dar força ao imperio depois dos primeiros desastres, e as madgyares recusaram-na. Depois do ultimo e immenso desastre que soffreu a Austria, concedeu emfim uma constituição liberal á Hungria: formando o *dualismo* das duas fracções do imperio, e fez-se o facto que liga a Hungria autonomica, mas não independente na sua nacionalidade, á Austria.»

«Compare agora o leitor o passado e o presente de Portugal com o presente e o passado da Hungria, e decida em consciencia da sinceridade ou a proposito, com o que o sr. Salazar y Mazarredo se lembrara de reconstituir a peninsula iberica,

tirando a Portugal tudo o que a Hungria ganhou, e dando de mão beijada á Hespanha tudo o que a Austria cedeu para consolidar o imperio Austro-Hungaro.»

Vivemos e temos vivido sempre tendo interesses politicos completamente separados dos da Hespanha» conclue o sr. Corvo para contrariar a analogia invocada contra nós, não receiando que os homens verdadeiramente superiores pela sua intellegencia, invoquem como desmentido os sessenta annos da dominação dos Filippes, época de tamanha ignominia para ambas as nações.

Nota G

Essas theorias não deixam de ter influencia nos destinos da Europa apezar de absurdas, de contrarias á verdade anthropologica e á historia..... Pag. 96

«O futuro ha de repartir a Europa, calculando a divisão, para o equilibrio e para a paz universal. As fronteiras ideaes, traçadas nos pactos de occasião, hão de succeder as *raças naturaes*, desenhadas no sólo, pelas condicções geographicas e ethonographicas do mundo. O equilibrio é instavel na Europa, porque as forças do systema não estão racionalmente distribuidas. Ao norte e ao oriente da Europa ha um grande imperio, que exerce a pressão da velha raça slava sobre a sociedade do occidente e que significa a vanguarda permanente das irrupções contra as nações latino-germanicas do centro e do meio-dia. Fóra do continente uma nação poderosa cujas ilhas são como as baterias de brecha levantadas constantemente contra as muralhas da França. No centro a Austria e a Prussia. Mais ao meio-dia a França. Fóra d'este systema a Peninsula italica destinada para circo de todas as grandes luctas das nações, *em o extremo occidente da Peninsula Iberica, cujas forças poderosissimas, se aniquilam reciprocamente, sem que em nada contribuam para o equilibrio universal.* O que resta a fazer na carta da Europa, para que a paz resulte d'um equilibrio natural, e com ella fructifique a civilisação commum? Crear nas Hespanhas uma energica força nacional; na Peninsula italiana uma *robusta nacionalidade.*»

«O auctor tinha anteriormente escripto este aphorismo: «*A nacionalidade é o egoismo dos povos.*»

Latino Coelho. Prologo á memoria intitulada: «*A União Iberica*».

Nota H

Como demonstração de que a idéa iberica não é, nem nunca foi em Hespanha patrimonio de nenhum partido politico..... Pag. 96

SECÇÃO DE SCIENCIAS, ARTES E LITTERATURA

«Esta secção é a que offerece meios mais abundantes para chegar ao fim desejado, o conhecimento mutuo e o estabelecimento de relações cordeaes e sympathicas entre os dois povos peninsulares. A sciencia não tem prevenções, todos os homens que se dedicam a uma mesma se consideram por ella como irmãos. A litteratura e as artes extendem a sua benefica influencia aos costumes, excitando por meio da imaginação a curiosidade, e a sympathia pelos sentimentos.»

«Dois povos que conheçam bem as suas respectivas litteraturas, e apreciem riciprocramente as suas artes, estimam-se e chegam a amar-se pelas suas glorias, que consideram unidas.»

«Indicaremos alguns dos meios que occorreram á commissão no curto espaço que para meditar teve, como mais apropriadas ao desenvolvimento da sympathia internacional, por meio das sciencias, das artes e da litteratura.»

«Publicação de revistas scientificas, especiaes e geraes, redigidas em portuguez e hespanhol. (*a*)»

«Formação de academias internacionaes de sciencia, e estimulo ás já existentes para que os socios das que sejam semelhantes em uma das nações o seja tambem na outra.»

«Associação escholar e universitaria.»

«Consideração egual no exercicio dos cursos scientificos, que exigem titulo professional, aos portuguezes que vieram a Hespanha. Admissão aos concursos de todos os portuguezes que tenham aptidão para elles, nos estabelecimentos hespanhoes de ensino. Reunião de congressos scientificos e internacionaes.»

«Remessa ás principaes bibliothecas portuguezas, e desde já

(*a*) Já as houve mas não prosperaram.

á Nacional de Lisboa e á da Universidade de Coimbra, de quantas obras notaveis debaixo de qualquer ponto de vista que se publiquem em Hespanha. (*b*)»

«Remessa d'estas mesmas obras aos jornaes portuguezes acompanhadas de artigos bibliographicos.»

«Fundação ou subvenção de jornaes em Portugal, destinados a propagar o pensamento da «Associação Peninsular.»

«Remessa de correspondencia diaria das principaes capitaes da Hespanha a todos os jornaes portuguezes.»

«Estabelecimento de correspondentes portuguezes retribuidos em Lisboa para os jornaes hespanhoes.»

«Traducção dos melhores romances portuguezes para os folhetins dos jornaes hespanhoes. Traducção e apropriação ao theatro hespanhol das melhores obras de litteratura dramatica portugueza.»

«Companhias de bons artistas dramaticos portuguezes nos theatres hespanhoes.»

«Admissão dos pintores portuguezes ás exposições biennaes de pintura, com opção por parte d'elles dos premios que nas exposições se concederem. (*c*)»

«Excitar os artistas hespanhoes a concorrer aos certamens artisticos de Portugal.»

«Exposição retrospectiva das riquezas artisticas de ambos os paizes em Sevilha, em Lisboa e Madrid successivamente.»

Convite aos poetas portuguezes para todos os jogos floreaes que se verificarem em Barcelona e em toda a Hespanha.

Concursos litterarios, artisticos e scientificos, com premios

(*b*) Por intermedio do sr. Fernandez de los Rios, desde o 1.º de agosto de 1869 até o 1.º de abril de 1871 foram remettidos para Portugal, vindos de Hespanha 7:357 volumes; e de Portugal para Hespanha 7:692, mais 235 do que os recebidos. Esta promotação não teve seguimento. O auctor d'estas linhas procurou na Bibliotheca Nacional seis ou oito obras hespanholas diversas, e não encontrou nenhuma!

(*c*) Este pensamento foi tambem levado á pratica pelo sr. Fernandez de los Rios. Á exposição de bellas artes em Madrid concorreram em 1871, 24 artistas com 110 obras: 40 a oleo, 2 a fresco, 1 miniatura, 4 esculpturas, 8 projectos de architectura em 36 plantas, 10 gravuras em cobre, 4 em madeira e 6 desenhos.

O resultado d'essa tentativa foi pouco agradavel para os artistas portuguezes, quer pela demora na recepção dos premios, quer pela delonga menos justificada ainda da entrega dos respectivos originaes.

pagos pela «Associação Peninsular» aos auctores da melhor memoria, poesia ou obra d'arte, que a elles concorram, hespanhola ou portugueza.

«Acquisição pela «Associação» e seus socios de productos artisticos portuguezes que seja possivel.»

«Igualdade nas condicções da propriedade litteraria (*d*)»

«Poderiamos citar como meios aproveitaveis para esta secção outros muitos; mas queremos evitar a expressão de todos os que sensatamente possam affectar o governo de qualquer dos dois paizes.»

«Se citámos algum como o ultimo, que exige a intervenção governativa e por tanto a acção da Sociedade, junto dos poderes publicos, foi que o considerámos de imprescendivel necessidade, para que o movimento litterario e scientifico se communique efficazmente e sem receios de collisões de interesses particulares.»

Antes da «Associação Peninsular» haver formulado o seu programma já D. Senibaldo de Más o havia indicado na sua «Memoria», e Xisto Camara no seu folheto «A União Iberica» Tambem já em 1859, se nos não enganamos, o sr. Ortiz havia apresentado no parlamento hespanhol um projecto de lei, que foi tomado em consideração pela Camara, constando de quatro artigos equiparando aos hespanhoes os portuguezes que frequentassem em Hespanha os estabelecimentos de instrucção publica; e concedendo aos medicos e engenheiros portuguezes as mesmas vantagens que aos nacionaes. Estas medidas foram extensivas ao magisterio.

Em 1870 o sr. Caldas Aulete, então deputado, propoz que se concedesse aos hespanhoes as vantagens no professorado que o sr. Zorrilla havia concedido aos portuguezes em 1869, ao que todas as corporações scientificas portuguezas oppozeram a maior resistencia.

Xisto Camara, que era poeta em prosa, escreveu assim em 1859:

«Mas que dizemos?... Vós outros mesmo, que tanto vos rebelais contra ella (a união iberica) ides-la respirando insensivelmente no ar, na opinião, em toda a parte. Fórma como a atmosphera agradavel da vossa existencia. A litteratura e arte, debaixo de todas as suas fórmas, começam a apresentar-vos em taças de oiro o espirito da união iberica. Bebeis-lo nas fontes dos nossos classicos, nos versos immortaes de Zor-

(*d*) Veja-se o despacho do sr. Sagasta a este respeito e a resposta a elle do ministro hespanhol em Lisboa «Fernandez de los Rios» «Mi Mision» Pag. 625.

rilla e de Espronceda; nos inspirados paineis de Esquivel e de Madrazzo: nas ricas notas com que nos regalam Barbieri e Gaztambide; em todos os objectos de arte, em todas as modas e costumes que vos vem de Madrid.

E que nós não sabemos quaes sejam. (Isto é nosso) Bebeis-lo tambem com *maiores delicias nos olhares de fogo das nossas mulheres, as filhas do meio-dia, de olhos negros e tez morena, de labios cor de rosa, talhe lascivo e inimitavel*».

Ora para que será este convite, ja ridiculo á força de ser repetido, de um segundo rapto das Sabinas? A historia não esconde os nomes das Sevilhanas que tiveram artes de virar o miolo a graves e prudentes senadores romanos; mas entre as portuguezas, apesar de contaminadas pela dorminhoca raça brazileira, (segundo o opinião do sr. Calvo Asensio) uma houve que logrou ser a muza do mais inspirado poeta da Hespanha moderna. Thereza foi portugueza, foi a ella que Espronceda se dirigiu na invocação do segundo canto do poema;

«El Diablo Mundo, dizendo:

¿ Quien pensara jamás, Teresa mia,
Que fuera eterno mamantial de llanto,
Tanto inocente amor, tanta alegria,
Tantas delicias y delirio tanto?
¿Quin pensara jamás llegasse um dia,
En que perdido el celestial encanto,
Y caida la venda de los ojos,
Cuanto diera placer causara enojos?

Ter um lugar junto de Beatriz, de Laura e de Leonor, chamar-se Theresa, e recordarem todas ellas juntas os nomes de Dante, de Petrarcha, de Tasso e de Espronceda vale bem mais do que merecer os encomios do auctor do «Lisboa em 1870.»

Nota I

Mantem inalteravel a sua paz interna, progride rapidamente, como em outro logar demonstraremos..... Pag. 98.

«Vejâmos o que era Portugal em 1851 e o que é hoje.

«Nem um kilometro de estrada viavel a não ser a que conduz de Lisboa á residencia real de Cintra, essa poetica Cin-

tra cantada por lord Byron, e uma outra começada para o Porto; nem uma só via ferrea; nem uma carreira regular de vapores entre a metropole e as suas ilhas e colonias; os portos obstruidos; ausencia de pontes em seus numerosos rios e ribeiras, excepto as construidas em seculos remotos; o commercio atrophiado, resultado da falta de communicações; dois unicos estabelecimentos de crédito, um em Lisboa, outro no Porto; o correio saindo de Lisboa tres vezes por semana conduzido por machos; e as viagens da capital aos confins do paiz mais demoradas e mais dispendiosas do que para atravessar a Europa de Paris a S. Petersburgo: — eis como se apresentava Portugal aos olhos do viajante, em 1851.»

«Decorridos são vinte e dois annos depois d'essa época. Que transformações! O alvião do trabalhador, o vapor, a electricidade, a escola e o banco mudaram o aspecto geral do paiz.

«São de ponto eloquentes os numeros: 3:500 kilometros de estradas ordinarias, cuja construcção continua em todos os pontos do paiz; 715 kilometros de vias ferreas em exploração, 131 quasi completos, e duas novas linhas, cujos trabalhos foram começados; mais de 200 pontes sobre os rios e correntes de aguas secundarias; mais de 3:000 kilometros de linhas telegraphicas; caminhos americanos começando a serem estabelecidos nas vias publicas; melhoramentos dos portos do mar; creação e subvenção de linhas regulares de navegação de vapor de Lisboa para o Algarve, Açores, Madeira e colonias de Africa occidental; construcção de alguns grandes edificios para os serviços do estado; creação de monumentos em honra dos grandes homens e em commemoração dos factos notaveis da historia antiga e contemporanea do paiz; eis os trabalhos materiaes mais importantes realisados nos ultimos vinte annos.»

«Não mudou menos a vida economica. Aos dois bancos de Lisboa e do Porto vieram ajuntar-se n'este periodo, outros estabelecimentos de credito: os *bancos Mercantil, União, Lusitano, Ultramarino, Companhia Utilidade Publica, Companhia Geral do Credito Predial, o banco do Minho em Braga, o banco Agricola em Viseu*, alem de duas succursaes de um banco inglez em Lisboa e no Porto. N'uma revista financeira, publicada em 1870, e baseada em estatisticas officiaes e sobre avaliações estimativas calculava-se que a riqueza mobiliaria de Portugal em fundos publicos nacionaes e estrangeiros, acções e obrigações de bancos e companhias, havia triplicado no espaço de 15 annos; era de 155 milhões de francos no fim de 1854, e de 600 milhões no fim de 1869. E tem já augmentado

consideravelmente, depois d'esta época, pela formação de algumas companhias, pela emissão de novos titulos e pela subida de todos os fundos mobiliarios.»

«As estatisticas aduaneiras demonstram que o valor do commercio externo, importações e exportações, duplicou em 15 annos. Em 1851 era de 116 milhões e meio de francos, e em 1867 de 256 milhões. É conveniente notar que se as importações, depois d'este periodo tinham duplicado, as exportações quasi haviam triplicado O valor dos productos agricolas exportados em 1851 era de 34 milhões; em 1867 de 63 milhões. A exportação de minerios que não existia ainda na primeira d'estas épocas, subio na segunda a 5 milhões e meio de francos, e augmentou ainda nos annos seguintes. A importação das materias primas para a industria elevou-se de 15 a 36 milhões no mesmo intervallo. A dos generos coloniaes, sobretudo a do assucar, subio a mais do dobro.

Os progressos de ordem moral e politica em Portugal são no mesmo folheto encarecidos com toda a justiça. (*a*)

Nota J

N'este caso estão as secções que se intitulam de Serviços Administrativos, Industria e Commercio, União aduaneira, Agricultura e pecuaria, e Communicações especiaes..... Pag. 149.

Do livro do sr. D. Ricardo Molina, a que nos temos referido no corpo d'este livro, copiamos o seguinte para conhecimento dos leitores portuguezes, de certo que totalmente o ignoram:

«Em virtude d'este accordo, e de haver-se já ultimado todos os trabálhos preparatorios, e de ter chegado o caso de constituir-se difinitivamente a Sociedado Peninsular, foram designados com a refórma feita no Regulamento, para constituir a junta directora da Associação os senhores: D. Simon Goris Benitez, advogado. D. Juan Leon, cathedratico, iniciador do pensamento de constituir a associação. D. Lorenzo Milans del Bosch, tenente general e deputado ás Côrtes. D. Joaquim Benigno Martinez, bibliothecario do ministerio da Justiça. D. Francisco Valdez, escrivão da Camara do Su-

(*a*) «*Portugal* em 1872.» — Vida Constitucional de um povo *de raça latina*. — Traducção — Lisboa. 1873.

premo Tribunal de Justiça. D. Santiago Franco Alonso, ministro residente e deputado ás Côrtes, e D. Francisco Javier Mendoza, escriptor publico.»

A «Memoria» que antecede os estatutos da «*Associação Peninsular*, foi assignada em 20 de junho de 1869, pelos senhores: Manuel Becerra, José Ramiriz de Arelano, Benigno Joaquim Martinez, J. de Mendoza e Ricardo Molina.

Os estatutos teem, como já dissemos onze capitulos, contendo quarenta e seis artigos, e mais dois outros transitorios.

INDICE

PAG.

Duas palavras..... IX

CAPITULO I

O que se esperava do livro do senhor Fernandez de los Rios, e o que elle é. As tradicções diplomaticas falseadas pelo representante de Hespanha em Portugal. Como a auctorisação do senhor Soler y Plá não livra o senhor Fernandez de los Rios da accusação de inconfidente. Motivos particulares que actuaram no seu espirito levando-o a escrever o livro. Profissão de fé ácerca dos negocios peninsulares, posteriormente desmentida. Theoria das *suspeitas sem evidencia*. A declaração de que todas as affirmativas do livro intitulado *Mi Mision*, são solidamente apoiadas em auctoridades portuguezas, responde o articulista do «Commercio Portuguez» Má applicação da palavra *miseraveis* aos que desconfiavam da sinceridade do escriptor hespanhol..... 1

CAPITULO II

Revista historica retrospectiva. Os exemplos dos livros sagrados aproveitados por um auctor profano. Nove seculos da historia portugueza deturpados pelo senhor Fernandez de los Rios. O que resultaria do estudo da historia de Hespanha, feito pelos processos de que se serviu o auctor. Portugal e Galliza. Opinião de Viardot ácerca das provincias Vascongadas. Contradicção entre os julgamentos do passado, as apreciações do presente, e as aspirações do futuro, que se encontram no livro do diplomatico hespanhol. O senhor Pinheiro Chagas põe a descoberto as fluctuações criticas do auctor. A diploma-

cia do senhor Fernandez de los Rios entra mais pelos dominios da alta comedia, do que pelos do bom senso politico. A monarchia do direito divino invocada como razão para a união iberica. Opinião de um escriptor brazileiro ácerca do procedimento de Hespanha e de Portugal nas suas colonias. Erro bibliographico do senhor Fernandez de los Rios a proposito de um auctor portuguez..... 15

CAPITULO III

A restauração de Portugal em 1640 mal avaliada pelo senhor Fernandez de los Rios. Os seus julgamentos antecipadamente fulminados na historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII, de Rebello da Silva. O livro intitulado *Mi Mision*, é mais um pampheleto de que um estudo desapaixonado da historia. Falsa affirmativa de que todos os homens illustrados de Portugal são ibericos. Um patriarcha de Lisboa inventado pelo senhor Fernandez de los Rios. As antigas relações diplomaticas entre Portugal e Hespanha não foram mais ridiculas e futeis que as de outros paizes nas mesmas épocas. *O balanço historico*, que resume as apreciações do escriptor hespanhol, é notavel pelo amalgama de contra-censos que n'elle avultam, e pelo espirito faccioso que o inspirou. Contradicções e erros historicos..... 31

CAPITULO IV

Comparação entre Macaulay e o auctor do livro *Mi Mision*. Rapido parallelo entre Hespanha e Portugal nos principios do seculo actual. Trecho de um discurso de Rodrigo da Fonseca Magalhães, proferido na camara dos pares em 1848. Fernando VII e D. João VI. Uma opinião do viajante Link ácerca da peninsula. Senibaldo de Más e Xisto Camara. Antagonismo de opiniões entre os dois escriptores. O sr. Cánovas del Castillo fazendo prophecias. O sr. D. Pedro V suspeitado de iberismo por nunca ter fallado de Iberia! Entra na arena o sr. D. Pio Gullon, e dssatina escrevendo contra Portugal um folheto improprio do seu talento. Pastor Dias na berlinda. Opinião d'este diplomatico. Iberismo disfarçado em manifestações jornalisticas, em 1865. Erro palmar do sr. Fernandez de los Rios, com relação a dois portuguezes illustres. O auctor em contradição comsigo mesmo. Merecida ap-

plicação aos seus actos proloquio de portuguez popular. Bem o prega Frei Thomaz !..... 47

CAPITULO V

Missão secreta do sr. Fernandez de los Rios, em Portugal. A Iberia casamenteira. O duque de Móntpensier. Entra em scena o marquez de Niza. Florilegio. Retrato de el-rei o sr. D. Fernando, feito a capricho. De como o diplomatico hespanhol justificou com a sua estreia o titulo de uma comedia de Tirso de Molina. O marquez de Niza promovido a Lavater. Explicação de uma carta do fidalgo portuguez. Julgamento do emissario secreto feito pelo sr. Pinheiro Chagas. Bases de politica peninsular indicadas pelo sr. Silvela, e acceitas pelo marquez de Sá da Bandeira. Machiavelismo do sr. Fernandez de los Rios e sinceridade do sr. Lorenzana. Outra vez o duque de Montpensier. Referencia a uma carta de el-rei o senhor D. Luiz ao duque de Loulé. Mexericos a proposito da nomeação do sr. Corvo para representante de Portugal em Madrid. Trecho de um despacho do sr. Mendes Leal. Explicações ácerca de questões de liberdade de imprensa. Uma opinião do sr. Theophilo Braga que nada tem com o assumpto..... 65

CAPITULO VI

Novas lamurias do sr. Fernandez de los Rios contra a imprensa portugueza. Nota diplomatica, e resposta a ella, do sr. marquez d'Avila e de Bolama. Outro trecho de um artigo do sr. Pinheiro Chagas. Publicação do folheto do sr. Andrado Corvo, intitulado «Perigos.» Desfavor que o diplomatico hespanhol pertendeu lançar sobre esta publicação patriotica. Pensa-se, como armadilha, na restituição de Olivença a Portugal. Os homens politicos hespanhoes divergem no modo de resolver a questão iberica. A monarchia como pretexto de futura absorpção. Um testamento indicado como garantia da independencia nacional ! Um telegramma que se não explicou. Rasoavel e tardia opinião do sr. Fernandez de los Rios ácerca da impossibilidade de fundar a monarchia iberica com reis portuguezes..... 93

CAPITULO VII

Desafrontado das peias diplomaticas recresse o mau humor do sr. Fernandez de los Rios. Um rei estrangeiro nunca póde ser um rei popular. O sr. Zorrilla cumplice involuntario da abdicação do rei Amadeu. Accusação improvada do diplomatico hespanhol aos que elle chama cortesãos portuguezes. São chamados a depôr, os srs. Mendes Leal e D. Juan Valera. A republica mais perigosa para Portugal do que a monarchia, debaixo do ponto de vista iberico. Cegueira do sr. Fernandez de los Rios pelo presidente do conselho de ministros de D. Amadeu. Insinuação, que se transforma em louvor, feita ao ministerio presidido pelo sr. Fontes. A revolução de maio, em 1870, pouco illucidada por quem podia esclarecel-a muito. Desassombro cavalheiroso de D. Amadeu ao resignar a corôa de Hespanha. Uma asserção patriotica do sr. Corvo. A neutralidade de Portugal posta em duvida, sem provas. Palavras do conde de Cavour applicadas ás republicas. Considerações finaes. 101

CAPITULO VIII

Eclipse do sr. Fernandez de los Rios. Durante a revolução e a republica. Não interferencia de Portugal nos negocios de Hespanha. Accordos peninsulares; jurisprudencia internacional, e relações materiaes. Prioridade portugueza em alguns d'estes assumptos. Trecho de um despacho do sr. Mendes Leal. A Internacional e o sr. Andrade Corvo. Habil procedimento d'este ministro. A Galliza, e os gallegos. Algarismos que desmentem juizos precipitados. Tratado de extradicção com Hespanha, e propaganda mansa de Portugal com relação a este negocio. Estabelecimento de uma igreja evangelica em Lisboa. Considerações a este respeito. Relações commerciaes entre os dois povos da Peninsula. Quem é o culpado da sua quasi nulla importancia? As alfandegas da raia. Importancia d'este assumpto. Um despacho importante do ministro hespanhol, economicamente considerado. Alvitres. O sr. Fernandez de los Rios, e as divindades Indianas. Parallelo. Conclusão. 119

CAPITULO IX

Argucia de um conto arabe applicada ao sr. Fernandez de los Rios. Negociações diplomaticas e consulares. Negociações para um tratado de commercio com a Hespanha. Negociação infructifera de um tratado para a mutua circulação da moeda peninsular. Relações commerciaes entre Portugal e Barcelona. Contrariedades que lhe oppoz o Instituto Industrial da Catalunha. Outra vez a questão da colonia gallega. Negociação do regulamento para a execução do tratado de communicações, pendente desde 1840. Uma opinião de Almeida Garrett sobre o assumpto. O sr. Ricardo Molina e o seu livro intitulado *Portugal, su origen y constituicion.* Negociações, telegraphica e postal. Os srs. D. José de Aldama, e Calvo Asensio, chamados a depôr em abono da moralidade Portugueza. Viagens de recreio. Negocios financeiros. prise monetaria em 1876..... 139

CAPITULO X

Opinião de H. Taine ácerca do modo de escrever a historia. O sr. Fernaddez de los Rios e o programma da Associação Peninsular. Duas palavras benevolas ao sr. Romero Ortiz, auctor de la *Literatura portugueza en el Siglo* XIX. Applica-se á Hespanha a accusação de hyperbolica, que os escriptores hespanhoes fazem a Portugal. Exemplificações. Um trecho de um discurso de José Estevão. Verdadeira razão das quasi nullas relações litterarias entre os dois povos da peninsula. O sr. Calvo Asensio julgado por por si mesmo. O seu livro intitulado *Lisboa em 1870.* De que serve o estylo aos escriptores de uma certa escola litteraria. Absurdos historicos saccados das trevas e postos á luz do dia. Contradicções do sr. Calvo Asensio, a proposito de iberismo. Retrato do sr. Fernandez de los Rios, feito por um addido á legação hespanhola, em Lisboa..... 159

Conclusão..... 183

Documentos parlamentares..... 207

Extractos das sessões das Camaras na discussão da resposta ao discurso da corôa em 7 e 12 de maio de 1869.—Extractos dos discursos do conde de Casal Ribeiro nas sessões de 17, 19 e 24 de maio de 1869, e de Rebello da Silva nas sessões de 28 de julho, e &

de agosto do mesmo anno na camara hereditaria.—Extracto da sessão da camara electiva e discurso do deputado Santos Silva em 21 de maio de 1870..... 209
Camara dos Pares..... 213
Sessão do dia 7 de maio de 1869..... »
Sessão do dia 12 de maio de 1869..... 218
Sessão do dia 17 de maio de 1869..... 220
Sessão do dia 19 de maio de 1869..... 221
Sessão do dia 21 de maio de 1869..... 226
Sessão do dia 24 de maio de 1869..... 235
Sessão do dia 28 de julho de 1869..... 247
Sessão do dia 6 de agosto de 1869..... 257
Camara dos deputados..... 265
Sessão do dia 21 de maio de 1870..... »
Sessão do dia 26 de maio de 1870..... 267
Apontamentos Bibliographicos..... 271
Parte primeira..... 275
Parte segunda..... 289
O sr. Fernandez e o seu livro..... 311
Notas..... 329